GRUPO SBF

GRUPO SBF S.A.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001.
A autenticidade pode ser conferida ao lado

ICP Brasil

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 03/03/2023

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal O Dia SP. Acesse também através do link: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código D79F-683C-13D6-AA92.

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código D79F-683C-13D6-AA92.

Divulgação de Resultados 4T22 & 2022

O Grupo SBF S.A. (B3: SBFG3), divulga seus resultados anuais e do quarto trimestre de 2022. As Informações financeiras relativas aos períodos findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 compreendem a empresa controladora Grupo SBF S.A. e suas controladas.

Teleconferência de Resultados
03 de Março de 2023
09h00 (horário de NY)
11h00 (horário de Brasília)
14h00 (horário de Londres)
Acesse em Português
Acesse em Inglês
SBFG
B3 LISTED NM

DESTAQUES

- R$7,9 bilhões de Receita Bruta no ano, +22,9% de crescimento vs 2021
- +87,7% de crescimento nas vendas de nike.com.br no ano, totalizando R$1,4 bilhão (crescimento de 76,7% no 4T22)
- Receita Bruta de Centauro atingiu R$4,3 bilhões no ano, crescendo 19,0% em comparação com 2021
- 32,5% das vendas do Grupo SBF no 4T22 ocorreram nos canais *online*, crescimento de +4,5 p.p. em comparação com 4T21 (31,9% no ano, crescendo +5,5 p.p.)
- Crescimento de +10,7 p.p. no *share* de vendas nos canais *direct-to-consumer* da Fisia em 2022, alcançando 52,6% (+7,1 p.p. no 4T22, com *share* de 56,8%)
- Crescimento de 37% nas vendas nos canais *online* do Grupo no período da *Black Friday*
- Margem bruta de Fisia alcançou 42,6% no 4T22, crescimento de +6,2 p.p.
- 9 inaugurações de lojas Nike no 4T22: 6 do modelo *Nike Value* e 3 do modelo *Nike Direct Inline*
- Encerramos o ano com 233 lojas Centauro, 239 mil m² de área de venda total e 113 lojas G5 representando 59% da área de venda

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Iniciamos o ano de 2022 sabendo que teríamos um ano desafiador e com passos importantes a serem dados para a construção do ecossistema de esporte. Avançamos em frentes estruturantes e fundamentais para sustentar o crescimento da Companhia como a conclusão de grande parte da integração de Fisia, inclusive com a total internalização tecnológica, as migrações sistêmicas de ERP de Centauro e Fisia e a inauguração de um novo hub logístico em São Paulo. Também exploramos a sinergia entre as empresas do grupo e marcas parceiras do mercado esportivo, realizando ações de estímulo à prática de atividade física, buscando nos aproximar e conhecer cada vez melhor os consumidores do esporte.

A performance do último trimestre de 2022 repetiu o que observamos ao longo do ano: Centauro lidando com desafios que impactaram a rentabilidade e Fisia abrindo novos espaços de mercado com crescimento da receita. Embora Fisia tenha compensado parcialmente o desempenho da Centauro, o resultado anual não atingiu o que planejamos inicialmente. Ainda assim, como Grupo, atingimos nosso recorde de vendas, 23% maior do que no ano anterior, e margem bruta de 47%, maior margem desde 2019, após a pandemia e a incorporação de Fisia.

A principal tese de crescimento e rentabilidade da Fisia, o crescimento dos canais DTC, tem se demonstrado um sucesso. Neste último trimestre, inauguramos mais 9 lojas, 3 Nike *Direct Inline* e 6 Nike *Value Store,* e o resultado observado continua nos dando confiança nessa alavanca. A estratégia de rentabilização da NVS tem sido eficaz, com essa loja apresentando um volume expressivo de vendas e uma rentabilidade atrativa, apesar de praticar preços mais baixos devido à natureza de descontos da loja. Já as NDIS têm se mostrado um bom canal para a venda de produtos de maior valor agregado dentro da coleção, especialmente das categorias *lifestyle* e feminino, performando a melhor margem do grupo. Terminamos o ano de 2022 com 32 lojas e seguiremos a expansão de maneira seletiva em 2023.

A operação digital da Fisia também é uma alavanca que continua demonstrando potencial de crescimento. Além do crescimento de nike.com.br, a migração das vendas de atacado 1P para a modalidade 3P dentro dos canais de *marketplace* resultou em um aumento de margem da Fisia em 2022. Há potencial para a continuação do crescimento de vendas neste canal, gerando ganho de margens.

Mesmo com a migração de parte das vendas para o digital, o canal de atacado apresentou crescimento no quarto trimestre. Acreditamos que a normalização na cadeia global de suprimentos pode gerar um crescimento suplementar, que poderá compensar a migração adicional das vendas para o digital prevista para ocorrer em 2023. Acreditamos que uma série de fatores impactou o desempenho de Centauro no ano. Apesar das vendas 19% acima do que entregamos em 2021, havíamos planejado um crescimento maior para ano esperando que a cadeia global de suprimentos já estivesse normalizada e que os investimentos estruturais realizados em marketing, logística e tecnologia trariam um retorno maior no ano. Com o crescimento abaixo do planejado, além da necessidade maior de *markdown* que pressionou a margem bruta, também só conseguimos diluir parte dos investimentos estruturais e das despesas semi-variáveis contratadas para suportar um nível de receita mais alto do que o observado, o que acabou impactando a rentabilidade da Companhia.

Em 2023, teremos um foco absoluto na rentabilidade da Centauro com um pragmatismo na projeção de receita e uma racionalização das despesas e margens. Com esse foco para o ano, acreditamos haver espaço para reduzir *markdowns,* investimentos em marketing, especialmente em canais de performance de menor rentabilidade, e modalidades de venda menos eficientes. Também vamos continuar avaliando o portfólio de lojas em busca de ajustes que se façam necessários para alcançar a rentabilidade desejada para o negócio. Centauro tem um potencial enorme, o ajuste da rentabilidade neste ano será fundamental para construirmos as bases para o crescimento deste negócio nos anos seguintes.

Em paralelo, continuamos explorando a expertise das nossas unidades de negócio para ampliar a preferência dos clientes, assim como sua recorrência de compra nos nossos canais físicos e digitais. Por isso, em 2022, atuamos em ações conjuntas com players do mercado para fomentar o esporte no país, aprofundar o contato com o público das categorias mais vendidas e alcançar públicos de categorias que estão ganhando relevância como skate, dança e basquete. Atuamos em ações como o Centauro Fit Festival, evento de dança organizado pela X3M em parceria com Centauro e Fit Dance e patrocinado pela Puma; o Centauro Reveza Adidas, circuito de corrida desenvolvido pela X3M e o ASICS Movimenta by Centauro, série de treinos e corridas de rua com foco no público feminino. Além disso, junto ao Parque Ibirapuera em São Paulo, realizamos uma iniciativa combinada entre Centauro e Fisia, para proporcionar para a sociedade novos espaços para a prática esportiva com campo de futebol, quadras de areia e basquete, pista de cooper e uma nova pista de skate da Nike.

O nosso foco em 2023 será em aumentar a rentabilidade do nosso negócio porque sabemos que o resultado de hoje é o que sustenta o crescimento do futuro. O que construímos nos últimos anos nos deixa com uma empresa com um faturamento próximo a R$8 bilhões, 2,5 vezes maior do que o faturamento de 2019, com um novo negócio - Fisia - que em 2 anos já entrega níveis de rentabilidade superiores ao antecipado e próximos ao da Centauro de 2019. Hoje, temos mais recursos, uma audiência maior e nossos canais digitais juntos já concentram 21% do tráfego online quando consideramos o fluxo online de *e-commerces* de moda, vestuário e calçados. Com o caminho de retomada da rentabilidade da Centauro, o potencial de geração de lucro do Grupo SBF nos deixa animados para o futuro.

Agradecemos aos nossos 35 milhões de clientes e quase 10 mil colaboradores, também aos nossos conselheiros, acionistas e a todas as milhões de pessoas que, de alguma maneira, se conectaram com nossa companhia ao longo de 2022. Seguiremos trabalhando para entregar as melhores experiências e resultados em 2023, gerando cada vez mais negócios e valor para os nossos acionistas e para o esporte no Brasil.

A Diretoria
Grupo SBF

RECEITA BRUTA E INDICADORES OPERACIONAIS

CENTAURO Em R$ mil	4T22	4T21	Δ (%)	2022	2021	Δ (%)
Receita Bruta[1] [2]	1.433.064	1.307.336	9,6%	4.344.047	3.651.348	19,0%
Lojas Físicas	1.047.939	958.334	9,4%	3.195.245	2.686.187	19,0%
Plataforma Digital	385.125	349.002	10,4%	1.148.802	965.161	19,0%
Vendas *Omnichannel*	201.107	167.533	20,0%	648.857	521.342	24,5%
Omnichannel - share da venda 1P	*14,9%*	*13,3%*	+1,6 p.p.	*15,7%*	*14,8%*	+0,9 p.p.
Nº de Lojas - Centauro	233	227	2,6%	233	227	2,6%
Lojas Centauro G5	113	97	16,5%	113	97	16,5%
Área de Vendas - Centauro (m²)	239.300	231.062	3,6%	239.300	231.062	3,6%
Área Total G5 (m²)	140.636	118.862	18,3%	140.636	118.862	18,3%
FISIA Em R$ mil	**4T22**	**4T21**	**Δ (%)**	**2022**	**2021**	**Δ (%)**
Receita Bruta[1]	1.261.103	962.255	31,1%	4.088.657	3.229.840	26,6%
Atacado	544.943	484.428	12,5%	1.937.897	1.875.478	3,3%
Plataforma Digital	429.681	243.188	76,7%	1.358.276	723.543	87,7%
Lojas Físicas	286.479	234.639	22,1%	792.485	630.819	25,6%
Share vendas DTC	56,8%	49,7%	+7,1 p.p.	52,6%	41,9%	+10,7 p.p.
Nº de Lojas - Nike Value	27	21	28,6%	27	21	28,6%
Área de Vendas - Nike Value (m²)	30.556	21.807	40,1%	30.556	21.807	40,1%
Nº de Lojas - Nike Direct Inline	5	0	n.a	5	0	n.a
Área de Vendas - Nike Direct Inline (m²)	3.144	0	n.a	3.144	0	n.a
GRUPO SBF Em R$ mil	**4T22**	**4T21**	**Δ (%)**	**2022**	**2021**	**Δ (%)**
Receita Bruta[1] Total	2.509.680	2.114.803	18,7%	7.855.839	6.389.593	22,9%
Receita Bruta[1] Centauro	1.433.064	1.307.336	9,6%	4.344.047	3.651.348	19,0%
Receita Bruta[1] Fisia	1.261.103	962.255	31,1%	4.088.657	3.229.840	26,6%
(+) Eliminação intercompany[2]	*-184.487*	*-154.788*		*-576.866*	*-491.595*	
Share de vendas no digital	32,5%	28,0%	+4,5 p.p.	31,9%	26,4%	+5,5 p.p.

SAME STORE SALES (SSS)

CENTAURO

2022 x 2021	4T22	4T21	2022	2021
SSS total (lojas + digital)[3]	7,4%	9,7%	17,4%	21,8%
SSS loja	4,6%	8,8%	13,5%	34,1%
GMV Digital (1P + 3P)[4]	14,4%	12,0%	26,6%	-0,1%
GMV - share da venda total	*29,0%*	*28,1%*	*29,3%*	*28,2%*

FISIA

2022 x 2021	4T22	2022
SSS total (NVS + digital)[3]	37,6%	52,4%
SSS Nike *Value Store*	-2,8%	12,0%
GMV Digital	76,7%	87,7%

(1) Receita bruta excluindo devolução de mercadorias;
(2) Receita bruta da plataforma digital de Centauro ajustada em R$8,2 milhões no período acumulado de 2022 referente a parte da receita de serviços da plataforma digital que não foi considerada em 1T22. O ajuste de mesmo valor foi realizado na linha de eliminação *intercompany* da receita bruta.
(3) SSS *(Same Store Sales)* significa a variação da nossa receita desconsiderando a receita de lojas fechadas para reforma ou que não haviam sido inauguradas nos meses equivalentes dos dois períodos analisados. Nossa metodologia não exclui da base lojas fechadas por causa da pandemia;
(4) GMV ou *Gross Merchandise Value:* receita de venda de mercadorias do canal digital, incluindo *marketplace.*

PRINCIPAIS INDICADORES FINANCEIROS

Os resultados ajustados desconsideram os efeitos não recorrentes e quando sinalizado com (ex-IFRS) desconsideram também os impactos do IFRS -16 para melhor representar a realidade econômica do negócio e viabilizar comparação com o resultado histórico da Companhia.

Consolidado Em R$ mil	4T22	4T21	Δ (%)	2022	2021	Δ (%)
Receita Bruta	2.509.680	2.114.803	18,7%	7.855.839	6.389.593	22,9%
Receita Líquida	1.983.093	1.683.464	17,8%	6.260.707	5.110.462	22,5%
Lucro Bruto	944.126	809.829	16,6%	2.940.931	2.351.611	25,1%
Margem Bruta	*47,6%*	*48,1%*	*-0,5 p.p*	*47,0%*	*46,0%*	*1 p.p*
EBITDA	272.852	249.629	9,3%	749.535	704.342	6,4%
Margem EBITDA	*13,8%*	*14,8%*	*-1,1 p.p*	*12,0%*	*13,8%*	*-1,8 p.p*
Lucro Líquido	140.666	288.477	-51,2%	204.602	497.831	-58,9%
Margem Líquida	*7,1%*	*17,1%*	*-10 p.p*	*3,3%*	*9,7%*	*-6,5 p.p*
Receita Líquida ajustada	1.983.093	1.683.464	17,8%	6.260.707	5.102.436	22,7%
Lucro Bruto ajustado	944.126	790.677	19,4%	2.938.792	2.329.837	26,1%
Margem Bruta ajustada	*47,6%*	*47,0%*	*0,6 p.p*	*46,9%*	*45,7%*	*1,3 p.p*
EBITDA ajustado	226.606	271.023	-16,4%	727.804	709.203	2,6%
Margem EBITDA ajustada	*11,4%*	*16,1%*	*-4,7 p.p*	*11,6%*	*13,9%*	*-2,3 p.p*
Lucro Líquido ajustado	56.670	303.225	-81,3%	157.420	426.483	-63,1%
Margem Líquida ajustada	*2,9%*	*18,0%*	*-15,2 p.p*	*2,5%*	*8,4%*	*-5,8 p.p*
EBITDA ajustado (ex-IFRS)	160.580	209.967	-23,5%	468.936	482.508	-2,8%
Margem EBITDA ajustada (ex-IFRS)	*8,1%*	*12,5%*	*-4,4 p.p*	*7,5%*	*9,5%*	*-2 p.p*
Lucro Líquido ajustado (ex-IFRS)	70.478	313.175	-77,5%	206.493	471.863	-56,2%
Margem Líquida ajustada (ex-IFRS)	*3,6%*	*18,6%*	*-15 p.p*	*3,3%*	*9,2%*	*-5,9 p.p*

Por Unidade de Negócio Em R$ mil		4T22	4T21	Δ (%)	2022	2021	Δ (%)
CENTAURO	Receita Bruta[1]	1.433.064	1.307.336	9,6%	4.344.047	3.651.348	19,0%
	Receita Líquida ajustada	**1.148.216**	**1.058.315**	**8,5%**	**3.504.480**	**2.947.232**	**18,9%**
	Lucro Bruto ajustado	**534.716**	**528.077**	**1,3%**	**1.678.448**	**1.452.776**	**15,5%**
	Margem Bruta ajustada	*46,6%*	*49,9%*	*-3,3 p.p*	*47,9%*	*49,3%*	*-1,4 p.p*
FISIA	Receita Bruta	1.261.103	962.255	31,1%	4.088.657	3.229.840	26,6%
	Receita Líquida	**968.839**	**746.487**	**29,8%**	**3.206.132**	**2.536.923**	**26,4%**
	Lucro Bruto	**412.982**	**272.095**	**51,8%**	**1.300.778**	**916.986**	**41,9%**
	Margem Bruta	*42,6%*	*36,5%*	*6,2 p.p*	*40,6%*	*36,1%*	*4,4 p.p*

(1) Receita bruta da plataforma digital de Centauro ajustada em R$8,2 milhões no período acumulado de 2022 referente a parte da receita de serviços da plataforma digital que não foi considerada em 1T22. O ajuste de mesmo valor foi realizado na linha de eliminação *intercompany* da receita bruta.

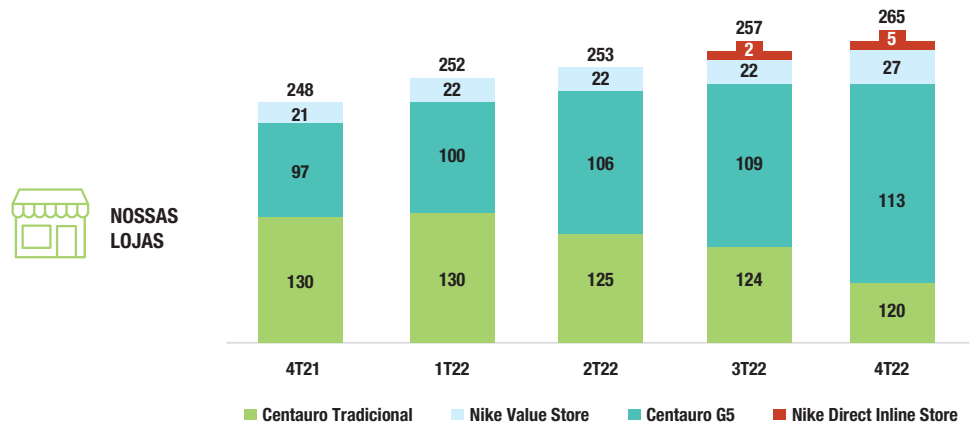
AJUSTES NÃO RECORRENTES

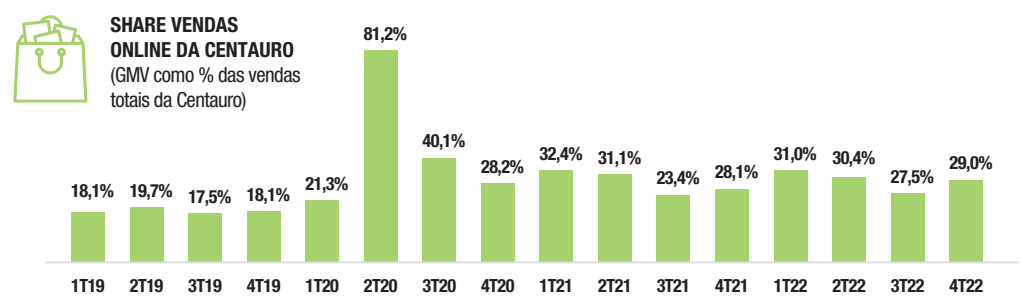
Os resultados ajustados apresentados nesse relatório desconsideram os efeitos não recorrentes apresentados abaixo para melhor representar a realidade econômica do negócio e viabilizar comparação com o resultado histórico da Companhia.

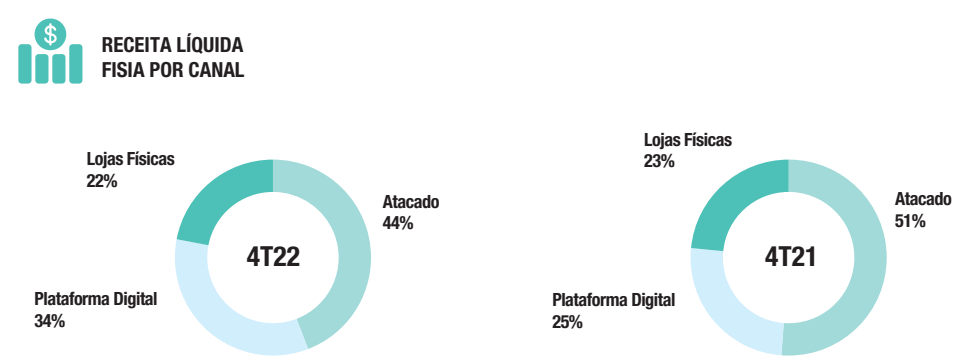
GRUPO SBF Em R$ mil	4T22	2022
Créditos Extemporâneos - Custo das Vendas	0	-2.140
Plano de Opção/Não-caixa	7.556	36.561
Créditos, Débitos e Provisões tributárias - Despesas	-54.866	-64.615
Efeitos Contábeis de Aquisição - Despesas	-3.935	-15.739
Custos de Migrações Sistêmicas	0	13.507
Projeto de Precificação	0	5.697
Outros Contenciosos	5.000	5.000
Impacto dos efeitos não recorrentes no EBITDA	-46.245	-21.730

GRUPO SBF Em R$ mil	4T22	2022
EBITDA	272.851	749.534
EBITDA Ajustado	226.606	727.804
Margem EBITDA ajustada	11,4%	11,6%
EBITDA (ex-IFRS)	206.825	490.666
EBITDA Ajustado (EX-IFRS)	160.580	468.936
Margem EBITDA ajustada (ex-IFRS)	8,1%	7,5%
Baixa de Ativo por Mudança de Vida Útil	0	926
Efeitos Contábeis de Aquisição - Depreciação e Amortização	4.618	17.391
Resultado Financeiro sobre Créditos, Débitos e Provisões tributárias	-58.109	-58.109
Impacto dos efeitos não recorrentes no Imposto de Renda	15.740	14.341
Impacto dos efeitos não recorrentes no Lucro Líquido	-83.996	-47.182
Lucro Líquido	140.666	204.602
Lucro Líquido ajustado	56.670	157.420
Margem Líquida ajustada	2,9%	2,5%
Lucro Líquido (ex-IFRS)	154.474	253.675
Lucro Líquido ajustado (ex-ifrs)	70.478	206.493
Margem Líquida ajustada (ex-IFRS)	3,6%	3,3%

DESEMPENHO FINANCEIRO E OPERACIONAL







DESEMPENHO FINANCEIRO

> Conforme sinalizado ao longo desse relatório, os resultados serão explicados desconsiderando o impacto do IFRS-16 nas Despesas Operacionais, no EBITDA, no Resultado Financeiro e no Lucro Líquido, tanto para o período de 2022 quanto de 2021. Com esse ajuste é possível analisar a Companhia considerando a Despesa de Aluguel como Despesa Operacional.

> Os resultados ajustados apresentados nesse relatório desconsideram os efeitos não recorrentes listados na página 07. Para o ano de 2021, desconsideram-se os efeitos não recorrentes apresentados no release do quarto trimestre de 2021.

> Os quadros de Receita Líquida e Lucro Bruto estão apresentados por unidade de negócio. Os demais quadros estão apresentados na visão consolidada do Grupo SBF

RECEITA LÍQUIDA

Em R$ mil	4T22 ajustado	4T21 ajustado	Δ (%)	2022 ajustado	2021 ajustado	Δ (%)
CENTAURO	**1.148.216**	**1.058.315**	**8,5%**	**3.504.480**	**2.947.232**	**18,9%**
Lojas físicas	844.969	770.908	9,6%	2.596.549	2.159.798	20,2%
Plataforma Digital	303.247	287.406	5,5%	907.932	787.435	15,3%
FISIA	**968.839**	**746.488**	**29,8%**	**3.206.132**	**2.536.924**	**26,4%**
Atacado	427.911	382.081	12,0%	1.541.403	1.519.423	1,4%
Plataforma Digital	327.806	189.396	73,1%	1.067.406	543.869	96,3%
Lojas Físicas	213.122	175.009	21,8%	597.323	473.631	26,1%
(+) Eliminação intercompany	*-133.962*	*-121.337*		*-449.905*	*-381.719*	
GRUPO SBF	**1.983.093**	**1.683.464**	**17,8%%**	**6.260.707**	**5.102.436**	**22,7%**

CENTAURO

A Receita Líquida das lojas físicas da Centauro atingiu R$ 845,0 milhões no 4T22, um crescimento de 9,6% em comparação com o 4T21, explicado principalmente pela inauguração de 6 lojas G5 e reforma de outras 10 lojas para o modelo G5 realizadas nos últimos 12 meses, pelo maior nível de *markdowns* no período e pela incorporação de produtos do *marketplace* em nosso estoque estendido (6,8% da venda das lojas foi estoque estendido e 22,4% dessa venda foram produtos *marketplace).* A venda de produtos da Copa do Mundo contribuiu para o crescimento do resultado, porém, diferentemente de Copas passadas, acreditamos que outras categorias foram parcialmente canibalizadas durante o trimestre em razão das vendas desses produtos. Acreditamos também que as vendas foram negativamente impactadas por um cenário macro mais desafiador, com maior endividamento da população e pressão inflacionária, por um mercado concorrencial mais agressivo e por faltas de *best sellers* das marcas causadas pela crise global de *Supply Chain.*

No acumulado do ano, a receita cresceu 20,2%, totalizando R$ 2,6 bilhões. Além dos fatores já mencionados para o 4T22, contribuíram positivamente para o resultado as 17 aberturas e 19 reformas de lojas G5 durante 2021, as vendas de produtos da Copa durante o 3T22 e uma base de comparação de 2021 ainda impactada por efeitos da pandemia. Já as contribuições negativas adicionais para o resultado anual foram os efeitos de pandemia durante o 1T22 e os impactos da migração de nosso ERP durante o 3T22. Importante ressaltar que essa migração foi completamente finalizada durante o terceiro trimestre e não impactou de nenhuma maneira o resultado do quarto trimestre.

O GMV do digital cresceu 14,4% no 4T22 e 26,6% no acumulado do ano (CAGR de 31,3% vs 2019). A receita líquida da plataforma digital no trimestre apresentou crescimento de 5,5% e de 15,3% em 2022. Como mencionado nas últimas divulgações, a diferença entre o crescimento da receita e do GMV é explicada, principalmente, pelo fim do benefício do DIFAL (Diferença de Alíquota) e pela estratégia da Fisia de migração para 3P, que fez com que parte dos produtos Nike fossem vendidos no *marketplace* da Centauro, que, junto com a estratégia de inclusão de novos *sellers,* resultou no crescimento de 110,9% do *marketplace* no trimestre e 125,7% no ano. Contribuíram positivamente para o crescimento das vendas a performance da Black Friday, 29% maior que 2021 e o maior nível de *markdowns.* Os impactos negativos, assim como nas lojas físicas, vieram de um mercado mais competitivo e um cenário macro mais desafiador.

RECEITA LÍQUIDA

FISIA

A Receita Líquida de Fisia totalizou R$ 968,9 milhões no 4T22, um crescimento de 29,8% e R$ 3,2 bilhões no acumulado do ano, crescendo 26,4%. O crescimento no trimestre foi beneficiado pelas vendas de Copa do Mundo, pela inauguração de 9 novas lojas, pela retomada do faturamento das vendas para o canal de atacado após a conclusão da migração sistêmica, pela migração de vendas do atacado para a venda digital 3P e pela maior Black Friday realizada nos canais de nike.com.br e nas lojas NVS. A performance negativa do SSS das NVS no trimestre (-2,8%) era esperada e ocorre primordialmente pela mudança de estratégia na operação desse canal visando uma maior rentabilidade através da redução de *markdowns* e do aumento de *share* de produtos *rebuy.*

No ano, além dos efeitos mencionados acima, também favoreceram o crescimento de Fisia em 2022 a estratégia mais assertiva de precificação de produtos, investimentos em *marketing* de performance e a priorização estratégica dos canais DTC.

Em R$ mil	4T22 ajustado	4T21 ajustado	Δ (%)	2022 ajustado	2021 ajustado	Δ (%)
CENTAURO						
Lucro Bruto	**534.716**	**528.077**	**1,3%**	**1.678.448**	**1.452.776**	**15,5%**
Margem Bruta	***46,6%***	***49,9%***	***-3,3 p.p***	***47,9%***	***49,3%***	***-1,4 p.p***
FISIA						
Lucro Bruto	**412.982**	**272.095**	**51,8%**	**1.300.778**	**916.986**	**41,9%**
Margem Bruta	***42,6%***	***36,5%***	***6,2 p.p***	***40,6%***	***36,1%***	***4,4 p.p***
(+) Eliminação intercompany	***-3.573***	***-9.494***		***-40.435***	***-39.925***	
GRUPO SBF						
Lucro Bruto	**944.126**	**790.677**	**19,4%**	**2.938.792**	**2.329.837**	**26,1%**
Margem Bruta	***47,6%***	***47,0%***	***0,6 p.p***	***46,9%***	***45,7%***	***1,3 p.p***

CENTAURO

Neste 4T22, a margem bruta de Centauro atingiu 46,6%, uma retração de -3,3 pontos percentuais. No ano de 2022, a margem atingiu 47,9%, -1,4 ponto percentual abaixo de 2021. Parte da explicação por essa queda é por dois fatores que impactaram a base do 4T21, que ficou excepcionalmente acima do normal:

(i) Impacto de 0,7 ponto percentual na margem do 4T21 em razão do fim do benefício do DIFAL (Diferença de Alíquota) no canal digital e;

(ii) No 4T21, em um cenário de estoques reduzidos, atingimos o maior nível de margem bruta em um quarto trimestre como consequência de um nível mais baixo de markdowns durante a Black Friday.

Além disso, no 4T22 impactaram negativamente a margem bruta: o stock out de best sellers das marcas e de nossas marcas próprias que possuem margens mais altas, maior necessidade de markdown e um share maior no trimestre das vendas de novembro que historicamente tem níveis mais baixos de margem em razão da Black Friday. Adicionalmente aos impactos no 4T22 mencionados acima, ao longo de todo o ano enfrentamos uma competição mais agressiva no mercado online implicando na necessidade de um nível de markdown acima do praticado em 2021, impacto do DIFAL desde o fim do primeiro trimestre e efeitos pontuais de redução de demanda por produtos de inverno e bicicletas.

FISIA

A margem bruta de Fisia atingiu 42,6% no trimestre, um ganho de 6,2 pontos percentuais. No ano, a margem atingiu 40,6%, um incremento de 4,4 pontos percentuais. Nesse trimestre, novamente a expansão de margem foi beneficiada pela nova estratégia de precificação iniciada no trimestre passado que compensou a pressão cambial ainda observada no custo dos produtos importados. Com isso, assim como no 3T22, é possível observar novamente o efeito concreto da migração para canais DTC, que passaram de 49% para 56% das vendas, e contribuíram para o ganho de margem bruta no trimestre. No acumulado do ano, a base de comparação beneficiada pelo estoque de aquisição em 2021 e a pressão cambial de 2022 foram compensados pelo ganho de share dos canais DTC e pela precificação mais assertiva.

continua →

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001. A autenticidade pode ser conferida ao lado
ICP Brasil

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 03/03/2023
Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal O Dia SP. Acesse também através do link: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código D79F-683C-13D6-AA92.

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código D79F-683C-13D6-AA92.

GRUPO SBF

CENTAURO FISIA dance NWB ONEFAN X3M

GRUPO SBF S.A.

CNPJ 13.217.485/0001-11

continuação

Divulgação de Resultados 4T22 & 2022

DESPESAS OPERACIONAIS

Em R$ mil	4T22 ajustado	4T21 ajustado	Δ (%)	2022 ajustado	2021 ajustado	Δ (%)
Despesas Operacionais	**-717.520**	**-519.653**	**38,1%**	**-2.210.989**	**-1.620.634**	**36,4%**
% Receita Líquida	***36,2%***	***30,9%***	***5,3 p.p***	***35,3%***	***31,8%***	***3,6 p.p***
(+) Impactos IFRS16 nas Despesas	***-66.026***	***-61.058***	***8,1%***	***-258.867***	***-226.695***	***14,2%***
Despesas Operacionais (ex-IFRS)	**-783.546**	**-580.711**	**34,9%**	**-2.469.855**	**-1.847.329**	**33,7%**
% Receita Líquida	***39,5%***	***34,5%***	***5 p.p***	***39,5%***	***36,2%***	***3,2 p.p***
Vendas (ex-IFRS)	**-645.480**	**-467.858**	**38,0%**	**-2.062.919**	**-1.555.201**	**32,6%**
% Receita Líquida	***32,5%***	***27,8%***	***4,8 p.p***	***33,0%***	***30,5%***	***2,5 p.p***
Gerais e Administrativas (ex-IFRS)	**-140.118**	**-91.387**	**53,3%**	**-419.355**	**-277.088**	**51,3%**
% Receita Líquida	***7,1%***	***5,4%***	***1,6 p.p***	***6,7%***	***5,4%***	***1,3 p.p***
Outras Receitas/Despesas Operacionais (ex-IFRS)	**2.052**	**-21.466**	**109,6%**	**12.419**	**-15.040**	**182,6%**

*Despesas operacionais apresentadas excluindo Depreciação e Amortização

O Grupo SBF apresentou -R$ 783,5 milhões de Despesas Operacionais (ex-IFRS) no 4T22, aumento de 34,9% comparado ao 4T21. No ano, o aumento foi de 33,7%, totalizando -R$ 2.469,9 bilhões.
No trimestre, as despesas operacionais (ex-IFRS) como % da receita líquida foram de 39,5%, um aumento de 5,0 pontos percentuais. Houveram três tipos de fatores que contribuíram para esse aumento:
(i) Aumentos estruturais - causados pela própria dinâmica do negócio ou por necessidades de investimentos essenciais. Os principais impactos foram: o *share* maior dos canais DTC de Fisia, que possui despesas maiores do que o atacado, aumento de *marketing fees* pagos para a Nike Inc e o aumento de gastos com segurança da informação. Esses aumentos representaram 1,9 pontos percentuais;
(ii) Aumentos discricionários - decisões de investimentos em linhas específicas de despesas que são consideradas importantes para o crescimento da Companhia, mas que não geraram resultado positivo no curto prazo. Os principais impactos foram: o aumento de despesas de marketing, aumento de áreas como marketing, logística, Ventures e estratégia, e enquadramentos de salários e benefícios da Companhia. Esses aumentos representaram 2,3 pontos percentuais; e
(iii) Efeitos extraordinários - os principais impactos são a taxa de administração de cartão, que havia sido cobrada a menos pelas adquirentes nos trimestres anteriores de 2022 e que foi ajustada retroativamente no 4T22, e o impacto de desconto de aluguel no 4T21, ainda herança das negociações da pandemia, que não se replicou no 4T22. Os impactos extraordinários representaram 0,8 pontos percentuais.

EBITDA

Em R$ mil	4T22 ajustado	4T21 ajustado	Δ (%)	2022 ajustado	2021 ajustado	Δ (%)
Lucro Líquido	**56.670**	**303.225**	**-81,3%**	**157.420**	**426.483**	**-63,1%**
(+) Imposto de renda e CSS	**-16.997**	**127.588**	**-113,3%**	**730**	**157.992**	**-99,5%**
(+) Resultado financeiro líquido	**-69.635**	**-27.551**	**152,7%**	**-241.732**	**-152.927**	**58,1%**
(+) Depreciação e amortização	**-83.304**	**-67.835**	**22,8%**	**-329.381**	**-287.785**	**14,5%**
(=) EBITDA	**226.606**	**271.023**	**-16,4%**	**727.804**	**709.203**	**2,6%**
Margem EBITDA	**11,4%**	**16,1%**	**-4,7 p.p**	**11,6%**	**13,9%**	**-2,3 p.p**
(+) *Impactos IFRS16 nas Despesas*	***-66.026***	***-61.058***	***8,1%***	*-258.867*	*-226.695*	*14,2%*
EBITDA (ex-IFRS)	**160.580**	**209.967**	**-23,5%**	**468.936**	**482.508**	**-2,8%**
Margem EBITDA (ex-IFRS)	**8,1%**	**12,5%**	**-4,4 p.p**	**7,5%**	**9,5%**	**-2 p.p**

O EBITDA (ex-IFRS) do Grupo atingiu R$ 160,6 milhões no 4T22 com margem EBITDA de 8,1%, uma contração de -4,4 pontos percentuais de margem em comparação com o resultado do 4T21. Encerramos o ano com um EBITDA de R$ 468,9 milhões, uma queda de -2,8% quando comparado ao ano de 2021, e margem EBITDA (ex-IFRS) de 7,5%, uma contração de -2,0 pontos percentuais.
A queda da margem EBITDA no trimestre e no ano é justificada pela queda da margem bruta da Centauro, aumento de despesas focadas no crescimento do Grupo SBF e aumento das despesas da Centauro visando um crescimento de receita acima do que foi realizado.

RESULTADO FINANCEIRO

Em R$ mil	4T22 ajustado	4T21 ajustado	Δ (%)	2022 ajustado	2021 ajustado	Δ (%)
Receitas (Despesas) Financeiras Líquidas	**-69.635**	**-27.551**	**152,7%**	**-241.732**	**-152.927**	**58,1%**
(+) Despesa Financeira - Direito de Uso (IFRS)	***33.013***	***32.998***	***0,0%***	***125.375***	***116.587***	***7,5%***
Receitas (Despesas) Financeiras Líquidas (ex-IFRS)	**-36.623**	**5.446**	**n.a**	**-116.357**	**-36.339**	**220,2%**

A Companhia apresentou Resultado Financeiro (ex-IFRS) de -R$ 36,6 milhões no trimestre ante R$ 5,4 milhões no quarto trimestre de 2021. No ano, o Resultado Financeiro (ex-IFRS) foi de -R$ 116,4 milhões, uma variação de 220,2% quando comparado ao ano de 2021.
O aumento das despesas financeiras líquidas reflete o aumento do endividamento da Companhia, a redução na posição de caixa, o aumento das taxas de juros no período e um menor impacto positivo de juros sobre créditos tributários.

LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO

Em R$ mil	4T22 ajustado	4T21 ajustado	Δ (%)	2022 ajustado	2021 ajustado	Δ (%)
Lucro Líquido	**56.670**	**303.225**	**-81,3%**	**157.420**	**426.483**	**-63,1%**
Margem Líquida	**2,9%**	**18,0%**	**-15,2 p.p**	**2,5%**	**8,4%**	**-5,8 p.p**
(+) Impactos IFRS16 nas Despesas	***-66.026***	***-61.058***	***8,1%***	***-258.867***	***-226.695***	***14,2%***
(+) Depreciação e Amortização - Direito de Uso (IFRS16)	***46.821***	***42.908***	***9,1%***	***182.565***	***174.549***	***4,6%***
(+) Despesas Financeiras - Direito de Uso (IFRS16)	***33.013***	***32.998***	***0,0%***	***125.375***	***116.587***	***7,5%***
(+) Imposto de Renda (IFRS16)	***0***	***-4.900***	***100,0%***	***0***	***-19.062***	***100,0%***
Lucro Líquido (ex-IFRS)	**70.478**	**313.175**	**-77,5%**	**206.493**	**471.863**	**-56,2%**
Margem Líquida (ex-IFRS)	**3,6%**	**18,6%**	**-15 p.p**	**3,3%**	**9,2%**	**-5,9 p.p**

Neste 4T22, o Grupo SBF registrou Lucro Líquido (ex-IFRS) de R$ 70,5 milhões. No ano, apresentamos um Lucro Líquido (ex-IFRS) de R$ 206,5 milhões, uma queda de -56,2% quando comparamos com o ano de 2021.
A queda do lucro é explicada pelo aumento de despesas operacionais, pelo aumento das despesas financeiras e por uma base de comparação no imposto de renda de 2021 beneficiada pelo reconhecimento de R$185,9 milhões de imposto de renda diferido extemporâneo que se encontrava fora do balanço.

CAPITAL DE GIRO LÍQUIDO

Em R$ mil	31/12/2022	31/12/2021	Δ (%)
Contas a receber	**1.715.172**	**1.330.303**	**28,9%**
Tributos e IR a compensar	**574.406**	**611.081**	**-6,0%**
Estoques	**1.737.002**	**1.042.336**	**66,6%**
Outras contas a receber	**81.597**	**84.279**	**-3,2%**
	4.108.177	**3.067.999**	**33,9%**
Outras contas a pagar	**180.356**	**442.552**	**-59,2%**
Fornecedores de revenda	**1.561.547**	**914.294**	**70,8%**
Obrigações tributárias	**225.628**	**134.048**	**68,3%**
Arrendamento a pagar	**278.072**	**195.561**	**42,2%**
Obrigações Trabalhistas	**191.851**	**157.520**	**21,8%**
Outras Obrigações	**152.851**	**20.073**	**n.a**
	2.590.305	**1.864.048**	**39,0%**
Capital de Giro Líquido¹	**1.517.872**	**1.203.951**	**26,1%**

(1) Valor referente a 2021 ajustado em relação ao apresentado em 2021 nas linhas do Passivo Circulante

O conceito do Capital de Giro Líquido utilizado se baseia em apurar a diferença entre Passivo Circulante e Ativo Circulante, excluindo Caixa, Dívida e Parcelamento de Tributos e incluindo Antecipação de Recebíveis.
O Grupo SBF apresentou aumento em seu Capital de Giro Líquido, na comparação com o 4T21, aumentando de R$ 1.203,9 milhões para R$ 1.517,9 milhões, um crescimento de 26,1%, em linha com o crescimento observado no ano até agora 22,5%.
O aumento de estoque observado no período é justificado por: (i) uma normalização nas cadeias globais de suprimento no trimestre, que resultaram em um alto volume de recebimentos para a Fisia, inclusive de mercadorias programadas para serem recebidas em 2023; (ii) o crescimento dos canais DTC da Fisia, inclusive 3P, que tem uma dinâmica diferente do atacado pois necessitam da formação de um estoque inicial e; (iii) uma venda abaixo do esperado para Centauro no trimestre, que resultou em um acúmulo de estoque acima do desejado e que será ajustado ao longo de 2023.

FLUXO DE CAIXA GERENCIAL

Em R$ mil	4T22	4T21	Δ (%)	2022	2021	Δ (%)
EBITDA	**272.852**	**249.629**	**9,3%**	**749.535**	**704.342**	**6,4%**
Depreciação e Juros IFRS 16	**-79.835**	**-75.906**	**5,2%**	**-307.941**	**-291.136**	**5,8%**
Variação Capital de Giro¹	**163.897**	**200.444**	**-18,2%**	**-313.921**	**-147.116**	**113,4%**
Outros	**55.851**	**-196.597**	**128,4%**	**31.241**	**-62.953**	**149,6%**
Fluxo de Caixa Operacional	**412.765**	**177.570**	**132,5%**	**158.913**	**203.136**	**-21,8%**
M&A	**0**	**0**	**n.a**	**-37.669**	**-48.555**	**-22,4%**
Outros	**-152.734**	**-100.131**	**52,5%**	**-341.232**	**-284.256**	**20,0%**
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento	**-152.734**	**-100.131**	**52,5%**	**-378.901**	**-332.811**	**13,8%**
Dívida²	**-90.370**	**-80.682**	**12,0%**	**149.949**	**165.731**	**-9,5%**
Antecipação de Recebíveis	**0**	**0**	**n.a**	**0**	**-4.241**	**n.a**
Parcelamento de Impostos	**-8.022**	**-10.288**	**-22,0%**	**-39.357**	**-4.805**	**n.a**
Dividendos	**0**	**0**	**n.a**	**-28.637**	**0**	**n.a**
Capital	**83**	**1.904**	**-95,6%**	**6.997**	**8.042**	**-13,0%**
Fluxo de Caixa de Financiamentos	**-98.309**	**-89.066**	**10,4%**	**88.952**	**164.727**	**-46,0%**
Variação de Caixa Total	**161.722**	**-11.627**	**n.a**	**-131.036**	**35.053**	**n.a**

(1) Antecipações de recebíveis e parcelamentos de tributos são classificados como fluxo de caixa de financiamentos;
(2) Inclui valor líquido entre pagamento e novas captações de dívidas.

O Fluxo de Caixa Operacional foi positivo em R$ 412,8 milhões no 4T22, impactado principalmente pela geração de caixa natural da Companhia no último trimestre do ano - efeito que é justificado pelo baixo índice de pagamentos à fornecedores no período, dado o PMP médio da Companhia. No 4T21, a linha de Outros foi principalmente impactada pela transferência de créditos de ICMS de Fisia de Curto para Longo Prazo, devido à expectativa de consumo após acesso ao corredor de importação, revertendo o efeito positivo mostrado em 3T21. No 4T22, houve o retorno parcial do Longo para o Curto Prazo destes ativos tributários, impactando a linha de Outros positivamente.
O Fluxo de Caixa de Investimentos foi majoritariamente explicado por investimentos em tecnologia e nas aberturas de lojas do Grupo SBF (Centauro G5 e, para Fisia, Nike Value Store e Nike Direct Inline Store), além dos investimentos em M&As de SBF Ventures ao longo do ano.
O Fluxo de Caixa de Financiamentos manteve-se estável quando comparado ao mesmo trimestre do ano anterior, contando os pagamentos de juros sobre empréstimos e debêntures, além dos parcelamentos de impostos estaduais e federais como os mais representativos.

ENDIVIDAMENTO

Em R$ mil	31/12/2022 ajustado	31/12/2021 ajustado	Δ (%)
(+) Empréstimos e Financiamentos	**1.133.562**	**823.778**	**37,6%**
(-) Caixa e Equivalentes	**418.311**	**549.347**	**-23,9%**
(=) Dívida Líquida	**715.251**	**274.431**	**160,6%**
(+) Antecipação de Recebíveis	**0**	**0**	**n.a**
(+) Parcelamento de Tributos	**112.389**	**151.746**	**-25,9%**
(=) Dívida Líquida Ajustada	**827.640**	**426.177**	**94,2%**
Dívida Líquida Aj./EBITDA Aj. (Últ. 12 meses)	**1,14x**	**0,60x**	**0,54x**
Dívida Líquida Aj./EBITDA Aj. (ex-IFRS) (Últ. 12 meses)	**1,76x**	**0,88x**	**0,88x**

O aumento do saldo de empréstimos e financiamentos do terceiro trimestre de 2022, quando comparados ao mesmo período de 2021, refletem as novas dívidas tomadas para financiar o crescimento da companhia e suas necessidades de investimento.

INVESTIMENTOS - CAPEX

Em R$ mil	4T22	4T21	Δ (%)	2022	2021	Δ (%)
Novas Lojas	**70.521**	**21.328**	**230,6%**	**116.156**	**75.361**	**54,1%**
Reformas	**15.908**	**25.613**	**-37,9%**	**37.820**	**72.969**	**-48,2%**
Tecnologia e Inovação	**33.705**	**31.830**	**5,9%**	**116.715**	**93.821**	**24,4%**
Logística	**20.078**	**1.084**	**n.a**	**31.205**	**5.954**	**n.a**
Outros	**12.522**	**20.276**	**-38,2%**	**39.336**	**36.151**	**8,8%**
Total Investimentos	**152.734**	**100.131**	**52,5%**	**341.232**	**284.256**	**20,0%**

O CAPEX do 4T22 teve um aumento de 52,5% quando comparado ao 4T21, reflexo do começo da expansão das lojas Nike no Brasil, com 9 inaugurações de lojas dos formatos *Nike Value* e *Nike Direct Inline,* e das 4 reformas de lojas Centauro para o modelo G5 no trimestre, além da aceleração em investimentos em projetos estruturantes de tecnologia e logística.
No ano, o CAPEX apresentou um aumento de 20,0%, refletindo, principalmente, os investimentos em tecnologia, como as migrações sistêmicas do ERP da Centauro e Fisia, a internalização da plataforma digital de nike.com.br e a inauguração de novas lojas Nike no país.

BALANÇO PATRIMONIAL

Em R$ mil	31/12/2022	31/12/2021
Ativo	8.470.247	7.146.492
Circulante	4.526.488	3.617.346
Caixa e equivalentes de caixa	418.311	549.347
Contas a receber	1.711.003	1.301.044
Instrumentos financeiros derivativos	4.169	29.259
Tributos a compensar	525.351	601.308
IR e CS a compensar	49.055	9.773
Estoques	1.737.002	1.042.336
Outras contas a receber	81.597	84.279
Não Circulante	3.943.759	3.529.146
Contas a receber	0	27
Tributos a compensar	146.880	272.981
IR e CS a compensar	93.055	117.127
Mútuos a receber	10.036	0
Ativo fiscal diferido	841.811	756.103
Depósitos judiciais	291.673	148.449
Outros valores a receber	67.727	72.675
Investimentos	5.001	0
Imobilizado	571.951	430.112
Intangível	487.453	403.830
Direito de uso	1.428.172	1.327.842
Passivo	8.470.247	7.146.492
Circulante	2.948.338	2.161.217
Fornecedores	1.561.547	914.294
Empréstimos e financiamentos	86.082	129.733
Debêntures	191.836	77.743
Instrumentos financeiros derivativos	39.612	4.617
Obrigações tributárias	192.684	82.697
IR e CS a recolher	32.944	51.351
Impostos parcelados	47.030	61.056
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	191.851	157.520
Dividendos a pagar	33.085	28.637
Arrendamentos a pagar	278.072	195.561
Outras contas a pagar	140.744	437.935
Outras Obrigações	152.851	20.073
Não Circulante	3.112.055	2.760.640
Empréstimos e financiamentos	81.997	165.260
Debêntures	773.647	451.042
Impostos parcelados	65.359	90.690
Passivo fiscal diferido	0	0
Provisões para contencioso	559.713	619.431
IR e CS diferidos	9.724	0
Arrendamentos a pagar	1.358.170	1.295.100
Outras Obrigações	123.874	122.989
Outras contas a pagar	139.571	16.128
Patrimônio Líquido	2.409.854	2.224.635
Capital social	1.830.524	1.823.527
Reservas de capital	261.528	224.967
Reservas de lucro	331.702	159.770
Ajustes de avaliação patrimonial	-15.157	15.726
Lucros acumulados	1.257	645

FLUXO DE CAIXA

Em R$ mil	31/12/2022	31/12/2021
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	204.602	497.831
Ajustado por:		
Depreciação e amortização	353.780	324.249
Juros	303.459	231.407
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	1.994	820
Resultado de equivalência patrimonial	-210	0
Pagamento baseado em ações	36.561	30.507
Custo residual na baixa de ativo imobilizado e intangível	-1.927	18.542
Resultado da baixa de ativo imobilizado e intangível	0	0
Baixa residual arrendamentos	-30	-2.247
Provisão para obsolescência do estoque	46.948	36.293
Ajuste a valor presente, líquido	0	-1.575
Constituição líquida de provisão para contencioso	-18.161	108.965
Créditos tributários (IRPJ e CSLL) relativos aos indébitos tributários	0	-85.771
Exclusão do ICMS na BC do PIS e da COFINS	0	-39.734
Imposto de renda e contribuição social corrente	127.140	57.689
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-113.529	-345.239
Descontos sobre arrendamentos	-10.108	-23.765
	930.519	807.973
(Aumento) redução nos ativos		
Contas a receber	-411.908	-348.627
Estoques	-741.317	-177.154
Instrumentos financeiros derivativos	-5.793	-13.533
Tributos a compensar, Diferido, IRPJ e CSLL a compensar	190.891	234.413
Depósitos judiciais	-143.221	-22.698
Outras contas a receber	9.866	-9.192
Aumento (redução) nos passivos		
Fornecedores	645.265	252.180
Obrigações tributárias	99.174	-70.825
Parcelamentos de tributos	-44.490	-29.788
Instrumentos financeiros derivativos	34.995	4.617
Contingências pagas	-41.557	-36.669
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	34.156	63.812
Outras contas a pagar	-175.319	18.566
Outras Obrigações	133.663	-29.023
Variação nos ativos e passivos:	-415.595	-163.921
Juros pagos sobre financiamentos	-34.597	-27.191
Juros pagos sobre debêntures	-106.820	-28.395
Juros pagos sobre arrendamentos	-127.402	-115.379
Imposto de renda e contribuição social pagos	-108.002	-66.005
Caixa líq. das atividades operacionais	138.103	407.082
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Adições de ativo imobilizado	-230.266	-187.512
Adições no intangível	-141.455	-101.651
Aquisição de controlada liquido do caixa recebido	-22.160	-220.186
Caixa líq. das atividades de investimento	-393.881	-509.349
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Empréstimos e financiamentos tomados	2.536	17.625
Empréstimos e financiamentos pagos	-207.268	-95.347
Emissão de debentures	496.098	299.039
Arrendamentos Pagos	-134.984	-92.039
Aumento de capital	0	0
Mutuos a receber	6.997	8.042
Dividendos pagos	-10.000	0
Programa de Remuneração de Stock Options	-28.637	0
Caixa líq. das atividades de financiamento	124.742	137.320
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	-131.036	35.053
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	549.347	514.295
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	418.311	549.348

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

contábil (c/ IFRS)

Em R$ mil	4T22	4T21	Δ (%)	2022	2021	Δ (%)
Receita líquida	1.983.093	1.683.464	17,8%	6.260.707	5.110.462	22,5%
Custo das vendas e dos serviços prestados	-1.038.967	-873.636	18,9%	-3.319.775	-2.758.851	20,3%
Lucro bruto	944.126	809.828	16,6%	2.940.932	2.351.611	25,1%
Receitas (Despesas) Operacionais	-671.275	-560.198	19,8%	-2.191.399	-1.647.268	33,0%
Despesas de vendas	-551.499	-412.500	33,7%	-1.784.804	-1.316.257	35,6%
Despesas administrativas e gerais	-138.715	-127.255	9,0%	-406.410	-299.339	35,8%
Outras (despesas) receitas operacionais líquidas	18.940	-20.444	192,6%	-184	-31.672	-99,4%
Depreciação e amortização	-87.922	-72.673	21,0%	-347.698	-301.967	15,1%
Lucro (Prejuízo) operacional	184.929	176.956	4,5%	401.836	402.375	-0,1%
Receitas financeiras	51.330	42.282	21,4%	254.441	185.051	37,5%
Despesas Financeiras	-62.856	-98.340	-36,1%	-438.064	-377.145	16,2%
Receitas (Despesas) financeiras líquidas	-11.526	-56.058	-79,4%	-183.623	-192.094	-4,4%
Lucro antes dos impostos	173.403	120.898	43,4%	218.213	210.281	3,8%
IR e CS	-32.737	167.579	-119,5%	-13.611	287.550	-104,7%
Lucro líquido do período	140.666	288.477	-51,2%	204.602	497.831	-58,9%

ajustada (c/ IFRS e não recorrentes)

Em R$ mil	4T22 ajustado	4T21 ajustado	Δ (%)	2022 ajustado	2021 ajustado	Δ (%)
Receita líquida	1.983.093	1.683.464	17,8%	6.260.707	5.102.436	22,7%
Custo das vendas e dos serviços prestados	-1.038.967	-892.787	16,4%	-3.321.915	-2.772.599	19,8%
Lucro bruto	944.126	790.677	19,4%	2.938.792	2.329.837	26,1%
Receitas (Despesas) Operacionais	-717.520	-519.653	38,1%	-2.210.989	-1.620.634	36,4%
Despesas de vendas	-585.856	-412.500	42,0%	-1.827.287	-1.346.565	35,7%
Despesas administrativas e gerais	-133.715	-84.334	58,6%	-395.634	-256.223	54,4%
Outras (despesas) receitas operacionais líquidas	2.052	-22.819	109,0%	11.933	-17.846	166,9%
Depreciação e amortização	-83.304	-67.835	22,8%	-329.381	-287.785	14,5%
Lucro (Prejuízo) operacional	143.302	203.189	-29,5%	398.423	421.417	-5,5%
Receitas financeiras	21.842	42.282	-48,3%	224.953	167.355	34,4%
Despesas Financeiras	-91.478	-69.833	31,0%	-466.686	-320.282	45,7%
Receitas (Despesas) financeiras líquidas	-69.635	-27.551	152,7%	-241.732	-152.927	58,1%
Lucro antes dos impostos	73.667	175.638	-58,1%	156.691	268.491	-41,6%
IR e CS	-16.997	127.588	-113,3%	730	157.992	-99,5%
Lucro líquido do período	56.670	303.225	-81,3%	157.420	426.483	-63,1%

SOBRE O GRUPO SBF

O Grupo SBF é uma empresa de esporte que foi fundada em 1981 e até 2020 atuou no mercado brasileiro com a Centauro, maior varejista de artigos esportivos do Brasil e primeira varejista *omnichannel* do Brasil, com 100% das operações de lojas física e plataforma digital integradas desde de 2018. Em dezembro de 2020, uma nova unidade de negócio passou a integrar o Grupo SBF: a FISIA, representante exclusiva da Nike no Brasil, a maior marca esportiva do mundo. Em fevereiro de 2021, outra unidade de negócio entrou para compor o ecossistema de esporte do Brasil: a NWB, maior plataforma de mídia digital esportiva do Brasil. Ainda em 2021, criamos a SBF Ventures. Em 2022, foi concluído o processo de investimento: na Onefan, um *superapp* para torcedores de clubes de futebol, que permite concentrar serviços e experiências exclusivas; na X3M, empresa especializada na organização de corridas e eventos esportivos e na FitDance, a maior plataforma de dança no Brasil. No Grupo SBF, acreditamos que o esporte transforma vidas, e acordamos todos os dias para impulsionar o esporte no Brasil.

ri.gruposbf.com.br | ri@gruposbf.com.br

- **José Salazar**
- **Daniel Regensteiner**
- **Luna Romeu**
- **Nicole Caputo**
- Aviso Legal

As declarações contidas neste relatório relativas à perspectiva dos negócios da Companhia, às projeções e resultados e ao potencial de crescimento dela constituem-se em meras previsões e foram baseadas nas expectativas da administração em relação ao futuro da Companhia. Essas expectativas são altamente dependentes de mudanças no mercado e no desempenho econômico geral do País, do setor e do mercado internacional; estando, portanto, sujeitas a mudanças.

continua

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001. A autenticidade pode ser conferida ao lado

ICP Brasil

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 03/03/2023

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de **Publicações Legais** no portal do **Jornal O Dia SP.** Acesse também através do link: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código D79F-683C-13D6-AA92.

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código D79F-683C-13D6-AA92.

GRUPO SBF

CENTAURO FISIA DANCE NWB ONEFAN X3M

GRUPO SBF S.A.

CNPJ 13.217.485/0001-11

→★ continuação

Balanços Patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	Controladora 31/12/2022	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	34.515	62.088	418.311	549.347
Contas a receber	7	30.485	28.346	1.711.003	1.301.044
Estoques	8	–	–	1.737.002	1.042.336
Instrumentos financeiros derivativos	9	–	–	4.169	29.259
Tributos a compensar	10	220	43	525.351	601.308
Imposto de renda e contribuição social a compensar	11	–	47	49.055	9.773
Dividendos a receber	23	235.756	–	–	–
Outros ativos		248	36	81.597	84.279
Total do ativo circulante		**301.224**	**90.560**	**4.526.488**	**3.617.346**
Ativo não circulante					
Contas a receber	7	–	–	–	27
Tributos a compensar	10	–	–	146.880	272.981
Imposto de renda e contribuição social a compensar	11	–	–	93.055	117.127
Mutuos a receber		10.036	–	10.036	–
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	–	–	841.811	756.103
Depósitos judiciais	13	114	108	291.673	148.449
Outros ativos		49.819	41.521	67.727	72.675
Total do realizável a longo prazo		**59.969**	**41.629**	**1.451.182**	**1.367.362**
Investimentos	14	2.298.244	2.792.065	5.001	–
Imobilizado	15	483	1	571.951	430.112
Intangível	16	2.284	2.669	487.453	403.830
Direito de uso	17	–	–	1.428.172	1.327.842
Total do ativo não circulante		**2.360.980**	**2.836.364**	**3.943.759**	**3.529.146**
Total do ativo		**2.662.204**	**2.926.924**	**8.470.247**	**7.146.492**

Passivo	Nota	Controladora 31/12/2022	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Passivo circulante					
Fornecedores	18	1.321	1.111	1.423.376	846.580
Fornecedores - risco sacado	18	–	–	138.171	67.714
Empréstimos e financiamentos	19	–	–	86.082	129.733
Debêntures	19	–	–	191.836	77.743
Instrumentos financeiros derivativos	9	–	–	39.612	4.617
Arrendamentos a pagar	17	–	–	278.072	195.561
Obrigações tributárias	20	152	107	192.684	82.697
Imposto de renda e contribuição social a recolher		–	–	32.944	51.351
Impostos parcelados	21	–	–	47.030	61.056
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	22	430	326	191.851	157.520
Dividendos a pagar	23	33.085	28.637	33.085	28.637
Passivos a descoberto em controladas	14	24.213	355.145	–	–
Partes relacionadas - outras contas a pagar	24	153	154	–	–
Outras contas a pagar	25	4.077	301.326	140.744	437.935
Outros passivos		34.351	–	152.851	20.073
Total do passivo circulante		**97.782**	**686.806**	**2.948.338**	**2.161.217**
Passivo não circulante					
Empréstimos e financiamentos	19	–	–	81.997	165.260
Debêntures	19	–	–	773.647	451.042
Arrendamentos a pagar	17	–	–	1.358.170	1.295.100
Impostos parcelados	21	–	–	65.359	90.690
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	3	–	9.724	–
Provisão para riscos administrativos e judiciais	13	–	–	559.713	619.431
Outras contas a pagar	25	155.822	16.128	139.571	16.128
Outros passivos		–	–	123.874	122.989
Total do passivo não circulante		**155.825**	**16.128**	**3.112.055**	**2.760.640**
Patrimônio líquido	26				
Capital social		1.830.524	1.823.527	1.830.524	1.823.527
Reservas de capital		261.528	224.967	261.528	224.967
Reservas de lucros		331.702	159.770	331.702	159.770
Ajuste de avaliação patrimonial		(15.157)	15.726	(15.157)	15.726
		2.408.597	**2.223.990**	**2.408.597**	**2.223.990**
Patrimônio líquido atribuível aos controladores					
Participações de acionistas não controladores		–	–	1.257	645
Total do patrimônio líquido		**2.408.597**	**2.223.990**	**2.409.854**	**2.224.635**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**2.662.204**	**2.926.924**	**8.470.247**	**7.146.492**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)

		Atribuível aos acionistas controladores										
			Reservas de capital		Reservas de lucro							
	Notas	Capital social	Ágio na emissão de ações	Pagamento baseado em ações	Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Reserva estatutária	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total	Participação de acionistas não controladores	Total do patrimônio liquido consolidado
Saldos em 1º de janeiro de 2021		**1.815.485**	**154.753**	**39.707**	**–**	**–**	**–**	**11.580**	**(309.750)**	**1.711.775**	**297**	**1.712.072**
Aumento de Capital		8.042	–	–	–	–	–	–	–	8.042	–	8.042
Ajuste participação acionistas não controladores		–	–	–	–	–	–	–	–	–	674	674
Ajuste instrumentos financeiros - Hedge de fluxo de caixa		–	–	–	–	–	–	4.146	–	4.146	–	4.146
Amortização do plano de Stock Options		–	–	30.507	–	–	–	–	–	30.507	–	30.507
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	–	–	–	498.157	498.157	(326)	497.831
Constituição de reserva		–	–	–	9.420	64.439	85.911	–	(159.770)	–	–	–
Dividendos		–	–	–	–	–	–	–	(28.637)	(28.637)	–	(28.637)
Saldos em 31 de dezembro de 2021		**1.823.527**	**154.753**	**70.214**	**9.420**	**64.439**	**85.911**	**15.726**	**–**	**2.223.990**	**645**	**2.224.635**
Saldos em 1º de janeiro de 2022		**1.823.527**	**154.753**	**70.214**	**9.420**	**64.439**	**85.911**	**15.726**	**–**	**2.223.990**	**645**	**2.224.635**
Aumento de capital	26	6.997	–	–	–	–	–	–	–	6.997	–	6.997
Ajuste participação acionistas não controladores		–	–	–	–	–	–	–	–	–	1.027	1.027
Ajuste de avaliação patrimonial - Hedge de fluxo de caixa		–	–	–	–	–	–	(30.883)	–	(30.883)	–	(30.883)
Pagamento baseado em ações		–	–	36.561	–	–	–	–	–	36.561	–	36.561
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	–	–	–	205.017	205.017	(415)	204.602
Constituição de reserva	26	–	–	–	10.251	62.426	99.255	–	(171.932)	–	–	–
Dividendos	23	–	–	–	–	–	–	–	(33.085)	(33.085)	–	(33.085)
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**1.830.524**	**154.753**	**106.775**	**19.671**	**126.865**	**185.166**	**(15.157)**	**–**	**2.408.597**	**1.257**	**2.409.854**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(Em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Grupo SBF S.A. ("Controladora" ou "Grupo") é uma sociedade anônima de capital aberto, domiciliada no Brasil com sede no Estado e Cidade de São Paulo. O Grupo possui suas ações negociadas no Novo Mercado, segmento especial de negociação de ações da B3, disciplinado pelo Regulamento do Novo Mercado da B3, sob o código de negociação "SBFG3". As demonstrações financeiras do Grupo SBF relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, compreendem a Companhia controladora Grupo SBF S.A. e suas controladas, denominadas em conjunto "Grupo" ou "Grupo SBF". O Grupo SBF tem como principais atividades o comércio de produtos esportivos e de lazer em geral (calçados, vestuários, entretenimento em geral, equipamentos e acessórios), oriundos do mercado nacional e internacional, prestação de serviço logístico, produção audiovisual, assim como produção de filmes para publicidade. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 01 de março de 2023. A lista das controladas do Grupo SBF é apresentada abaixo:

	Participação societária				
	DIRETA		INDIRETA		
Controladas	2022	2021	2022	2021	Atividade
SBF Comércio de Produtos Esportivos S.A. ("SBF Comércio")	100%	99,96%	–	–	Comércio varejista
Fisia Comércio de Produtos Esportivos S.A. ("Fisia")	–	100%	100%	–	Comércio atacadista e varejista
Lione Comércio de Art. Esportivos Ltda. ("Lione")	–	–	100%	99,99%	Comércio esportivo
VBLOG Logística e Transporte Ltda. ("VBLOG")	100%	99,00%	–	–	Serviços logísticos
Pine Adm. de Bens e Participações Ltda. ("Pine")	–	99,99%	–	–	Empreendimento e participações
Premier Distribuidora de Vestuário, Calçados, Equiptos e Acessórios Ltda. ("Premier")	100%	–	–	99,99%	Comércio esportivo
Store Engenharia e Instalações Ltda. ("Store")	–	100%	–	–	Serviço de engenharia
NETWORK Participações S.A. ("NETWORK")	100%	100%	–	–	Holding
Neotv Prod e Com. de Cont. Audiovisual e Serv. Digitais S.A. ("NeoTV")	–	–	100%	79,97%	Produção audiovisual
Fatality Tv Prod. e Com. Audiovisual e Serviços Digitais S.A. ("Fatality")	–	–	–	100%	Produção audiovisual
Falcão Produção e Comercialização de Conteúdo Audiovisual e Serviços Digitais S.A.("Falcão")			–	51%	Produção audiovisual
Acelerados Produtora e Distribuidora Audiovisual S.A. ("Acelerados")	–	–	51%	51%	Produção audiovisual
FitDance Entretenimento Ltda. ("Fitdance")	–	–	100%	–	Produção de filmes para publicidade

As principais informações sobre cada uma das controladas que compõe as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo estão apresentadas na Nota 14.

As políticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente pelas empresas consolidadas.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1 Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC): As demonstrações financeiras individuais (Controladora) e consolidadas (Consolidado) foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)). As demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. **2.2 Base de preparação e apresentação:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico, com exceção aos seguintes itens: - instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo; - instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração do Grupo no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4. **(a) Demonstração do valor adicionado:** A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras. **2.3 Consolidação:** O Grupo detém participações societárias diretas e indiretas. As participações societárias em sociedades controladas estão avaliadas pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais da controladora. Nas demonstrações financeiras consolidadas, o investimento e todos os saldos de ativos e passivos, receitas e despesas decorrentes de transações e participação do patrimônio líquido nas controladas são eliminados integralmente. Os investimentos em coligadas são mantidos pela equivalência patrimonial tanto nas demonstrações financeiras consolidadas como nas individuais da controladora. **2.4 Principais políticas contábeis:** As políticas contábeis significativas e relevantes para a compreensão da base de reconhecimento e mensuração aplicadas na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo, foram incluídas nas respectivas notas explicativas a que se referem. As políticas contábeis adotadas na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 são consistentes com as utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2021. O Grupo não adotou antecipadamente qualquer pronunciamento ou interpretação que tenha sido emitido, cuja aplicação não é obrigatória. **2.5 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações:** As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exerc cio iniciado em 1º de janeiro de 2022: • Alteração ao IAS 16/CPC 27 "Ativo Imobilizado": a alteração proíbe uma entidade de deduzir do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo preparado para seu uso pretendido. Tais receitas e custos relacionados devem ser reconhecidos no resultado do exerc cio. • Alteração ao IAS 37/CPC25 "Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes": esclarece que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele. • Alteração ao IFRS 3/CPC 15 "Combinação de Negócios": substitui as referências da versão antiga da estrutura conceitual pela mais recente emitida em 2018. • Aprimoramentos anuais - ciclo 2018-2020: (i) IFRS 9/CPC 48 - "Instrumentos Financeiros" - esclarece quais taxas devem ser incluídas no teste de 10% para análise de baixa de passivos financeiros. (ii) IFRS 16/CPC 06 - "Arrendamentos" - alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado. (iii) IFRS 1/CPC 37 "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros" - simplifica a aplicação da referida norma por uma subsidiária que adote o IFRS pela primeira vez após a sua controladora, em relação à mensuração do montante acumulado de variações cambiais. As alterações mencionadas acima não tiveram impactos materiais para o Grupo. **2.6 Alterações de normas novas que ainda não estão em vigor** As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2022. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC). **a) Alteração ao IAS 1 "Apresentação das Demonstrações Contábeis:** de acordo com o IAS 1 - "*Presentation of financial statements*", para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações financeiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço patrimonial. Em janeiro de 2020, o IASB emitiu a alteração ao IAS 1 "*Classification of liabilities as current or non-current",* cuja data de aplicação era para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, que determinava que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: covenants), mesmo que a mensuração contratual do covenant somente fosse requerida após a data do balanço em até doze meses. Subsequentemente, em outubro de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contém cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob covenants somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente covenants com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data. A alteração de 2022 introduz requisitos adicionais de divulgação que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreender o risco do passivo ser liquidado em até doze meses após a data do balanço. A alteração de 2022 mudou a data de aplicação da alteração de 2020. Desta forma, ambas as alterações se aplicam para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2024. **b) Alteração ao IAS 1 e IFRS *Practice Statement* 2 - Divulgação de políticas contábeis:** em fevereiro de 2021 o IASB emitiu nova alteração ao IAS 1 sobre divulgação de políticas contábeis "materiais" ao invés de políticas contábeis "significativas". As alterações definem o que é "informação de política contábil material" e explicam como identificá-las. Também esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. Para apoiar esta alteração, o IASB também alterou a *"IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements"* para fornecer orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023. **c) Alteração ao IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro:** a alteração emitida em fevereiro de 2021 esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023. **d) Alteração ao IAS 12 - Tributos sobre o Lucro:** a alteração emitida em maio de 2021 requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exigirá o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023. Não se espera que essas alterações tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras do Grupo. Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras do Grupo. **2.7 Informações por segmento:** Os segmentos operacionais são definidos como atividades comerciais que geram receitas e despesas e cujos resultados operacionais são regularmente revisados pelo principal responsável pela tomada de decisões ("CODM") do Grupo para tomar decisões sobre a alocação de recursos aos segmentos e avaliar seu desempenho. A Administração determinou que o CEO do Grupo é o CODM. O CODM recebe e analisa informações sobre os resultados operacionais do Grupo, seu desempenho, as projeções de fluxo de caixa e as decisões de investimento determinados apenas na base do Grupo. As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais é o CEO, também responsável pela tomada das decisões estratégicas do Grupo. Consequentemente, a Administração determinou que o Grupo possui apenas um segmento operacional, pois não há informação financeira individualizada disponível por segmento, e as decisões estratégicas, uso de tecnologias e estratégias de marketing para diferentes produtos e serviços ocorrem de forma centralizada. Toda a receita do Grupo é derivada de clientes localizados geograficamente no Brasil e não há concentração de vendas para clientes. Além disso, todos os ativos não circulantes do Grupo estão localizados no Brasil. Durante 2022 o segmento de serviços não se qualificou como um segmento reportável. **2.8 Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua (a "moeda funcional"). Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação do Grupo. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2.9 Transações em moeda estrangeira:** Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional do Grupo pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da reconversão são reconhecidas no resultado. Adicionalmente, as alterações no valor justo dos títulos monetários em moeda estrangeira, classificados como ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, são separadas entre as variações cambiais relacionadas com o custo amortizado do título e as outras variações no valor contábil do título. As variações cambiais do custo amortizado são reconhecidas no resultado, e as demais variações no valor contábil do título são reconhecidas no patrimônio.

3. PRINCIPAIS EVENTOS OCORRIDOS DURANTE O EXERCÍCIO DE 2022

3.1 Participação em coligada - X3M Entretenimento S.A. ("X3M"): Em 3 de janeiro de 2022, o Grupo SBF realizou investimento, por meio da sua controlada Lione, de 30% do capital social votante da X3M, sociedade que explora, dentre outras atividades, o negócio de organização e promoção de eventos esportivos tendo como destaque os eventos "X-Terra" e "Uphill Marathon". O investimento foi efetivado pelo valor de R$ 4.792, sendo que o montante foi integralmente liquidado em caixa na data do fechamento da operação. **3.2 Aquisição Fitdance:** Em 25 de março de 2022, o Grupo celebrou contrato a fim de adquirir a totalidade das ações de emissão da FitDance, por meio da controlada SBF Comércio. Em 01 de abril de 2022, foi concluído o processo de aquisição. Diante do cumprimento de todas as condições precedentes relevantes, o Grupo e a FitDance efetivaram o fechamento da Transação de compra e venda. Após o término da avaliação dos ajustes do preço em maio de 2022, concluiu-se quanto ao pagamento, perfazendo-se assim o montante final de aquisição de R$ 9.905 liquidado integralmente em caixa. A tabela a seguir resume a contraprestação paga para a Fitdance e os valores justos finais dos ativos adquiridos e passivos assumidos reconhecidos na data da aquisição:

	Valor Justo
Imobilizado	118
Marca	1.996
Carteira de cliente - Serviços	2.016
Software	1.153
Ágio por expectativa de rentabilidade futura	6.692
Demais ativos	413
Total ativo	**12.388**
Total passivo	**2.483**
Total líquido dos ativos identificáveis	**9.905**

3.3 Aquisição participação dos minoritários NeoTV Prod. e Com. de Cont. Audiovisual e Serv. Digitais S.A.: Em agosto de 2022 o Grupo SBF, por meio de sua controlada "Network Participações S.A." adquiriu 7.178 mil ações ordinárias nominativas e sem valor nominal da NeoTV Produção e Comercialização de Conteúdo Audiovisual e Serviços Digitais S.A., que correspondem a 20,03% do patrimônio líquido da controlada, de modo que passou a ser detentora de 100% do capital social da NeoTV. A transação foi efetivada pelo valor de R$ 5.993, sendo que o montante foi integralmente liquidado em caixa na data do fechamento da operação. **3.4 Venda de ações Falcão Produção e Comercialização de Conteúdo Audiovisual e Serviços Digitais S.A.:** Em 06 de setembro de 2022, o Grupo SBF, por meio de sua controlada "Network Participações S.A." realizou a venda, cessão e transferência de 5.100 mil ações da Falcão Produção e Comercialização de Conteúdo Audiovisual e Serviços Digitais S.A. Pela venda, cessão e transferência das ações, a compradora pagou a Netwok uma parcela fixa no valor total de R$1 mil. **3.5 Incorporação reversa Pine Adm. de Bens e Participações Ltda.:** Em 23 de setembro de 2022, o Grupo SBF concluiu nos termos do protocolo e justificação da incorporação, avaliado a valor contábil na data-base de 30 de agosto de 2022, a reorganização societária envolvendo a incorporação reversa da Pine Adm. de Bens e Participações Ltda. na Premier Distribuidora de Vestuário, Calçados, Equiptos. e Acessórios Ltda. **3.6 Incorporação da Store Engenharia e Instalações Ltda.:** Em 23 de setembro de 2022, o Grupo SBF concluiu nos termos do protocolo e justificação da incorporação, avaliado a valor contábil na data-base de 30 de agosto de 2022, a reorganização societária envolvendo a incorporação da Store Engenharia e Instalações Ltda. pela empresa Fisia Comércio de Produtos Esportivos Ltda. **3.7 Incorporação da Fatality Tv Prod. e Com. Audiovisual e Serviços Digitais S.A.:** Em 31 de outubro de 2022, foi realizada a incorporação da Fatality, controlada indiretada do Grupo SBF, pela NETWORK nos termos do protocolo e justificação da incorporação, avaliado a valor contábil na data-base de 30 de setembro de 2022. **3.8 Mudança de controle da Fisia Comércio de Produtos Esportivos S.A.:** Em 01 de dezembro de 2022, foi concluída a transação de mudança de controle da Fisia, que era controlada direta da Grupo SBF e passou a ser controlada pela SBF Comércio. A transação foi efetivada por meio de cessão da totalidade das quotas da Fisia registradas no Grupo SBF para a SBF Comércio, mensurada a valor contábil. A transferência do controle foi mensurada com base no balanço patrimonial da Fisia levantado em 30 de novembro de 2022. **3.9 Migrações sistêmicas finalizadas:** Durante o exercício de 2022 o Grupo SBF realizou migrações tecnológicas importantes, com o objetivo de continuar caminhando para uma arquitetura de software em nuvem e alinhada com as práticas mais atualizadas e modernas de gestão financeira. A primeira migração sistêmica, finalizada em junho, foi a do ERP da SBF Comércio, que migrou para a versão em *cloud* mais recente. A segunda migração realizada em agosto, foi do ERP da Fisia, que até então utilizava o ERP Global da Nike Inc e migrou para o mesmo ambiente sistêmico em *cloud* do Grupo SBF. Para a Fisia, as grandes vantagens dessa migração foram o fim do pagamento à Nike Inc dos custos do sistemas deles (pagamentos baseados no TSA, *Transition Services Agreement*) e a liberdade de adaptar o sistema à nosso modo de operar, já que anteriormente o sistema era parametrizado e mantido pela própria Nike Inc. Por fim, em agosto, concluímos a migração da plataforma online da Fisia, que estava terceirizada com um parceiro, para nossa plataforma proprietária.

4. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as

Demonstrações de Resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora 31/12/2022	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Receitas líquidas	28	–	–	6.260.707	5.110.462
Custo das vendas e dos serviços prestados	29	–	–	(3.319.775)	(2.758.851)
Lucro bruto		**–**	**–**	**2.940.932**	**2.351.611**
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas com vendas	30	(18.945)	–	(2.028.388)	(1.528.850)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber		–	–	(1.994)	(820)
Despesas administrativas e gerais	30	–	(11.582)	(508.530)	(387.894)
Outras despesas operacionais liquidas		(35.311)	(38.601)	(394)	(31.672)
Resultado com equivalência patrimonial	14	259.320	569.865	210	–
Lucro operacional		**205.064**	**519.682**	**401.836**	**402.375**
Receitas financeiras	31	586	572	254.441	185.051
Despesas financeiras	31	(630)	(1.189)	(438.064)	(377.145)
Resultado financeiro, líquido		**(44)**	**(617)**	**(183.623)**	**(192.094)**
Lucro antes dos impostos		**205.020**	**519.065**	**218.213**	**210.281**
Imposto de renda e contribuição social - corrente	12	–	–	(127.140)	(57.689)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	12	(3)	(20.908)	113.529	345.239
Lucro líquido do período		**205.017**	**498.157**	**204.602**	**497.831**
Acionistas controladores		205.017	498.157	205.017	498.157
Acionistas não controladores		–	–	(415)	(326)
		205.017	**498.157**	**204.602**	**497.831**
Lucro líquido por ação atribuível aos acionistas do Grupo					
Lucro básico por ação (média ponderada)				0,84	2,05
Lucro diluído por ação (média ponderada)				0,82	1,98

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Resultados Abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)

	Controladora 31/12/2022	Controladora 31/12/2021	Cosolidado 31/12/2022	Cosolidado 31/12/2021
Lucro líquido do período	**205.017**	**498.157**	**204.602**	**497.831**
Outros resultados abrangentes				
Itens que podem ser reclassificados para o resultado				
Hedge de fluxo de caixa	(30.883)	–	(30.883)	4.146
Outros resultados abrangentes líquidos de impostos	**(30.883)**	**–**	**173.719**	**4.146**
Imposto de renda e contribuição social sobre hedge de fluxo de caixa	10.500	–	10.500	–
Resultado abrangente do exercício	**184.634**	**498.157**	**184.219**	**501.977**
Resultado abrangente atribuível aos:				
Acionistas controladores	184.634	498.157	184.634	502.303
Acionistas não controladores	–	–	(415)	(326)
Resultado abrangente total	**184.634**	**498.157**	**184.219**	**501.977**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações de Valor Adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)

	Controladora 31/12/2022	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Receitas	**1.250**	**(8.094)**	**7.904.257**	**6.405.085**
Receita de vendas de mercadorias, produtos e serviços	–	(8.094)	7.867.204	6.389.593
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	–	–	(1.994)	(820)
Outras receitas	1.250	–	39.047	16.312
Insumos adquiridos de terceiros	**(5.249)**	**(4.381)**	**(5.326.643)**	**(4.277.550)**
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	–	–	(4.124.735)	(3.406.734)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(5.249)	(4.381)	(1.164.831)	(806.857)
Perda de valores ativos	–	–	(37.077)	(63.959)
Valor adicionado bruto	**(3.999)**	**(12.475)**	**2.577.614**	**2.127.535**
Depreciação e amortização	(558)	(22)	(370.293)	(315.731)
Valor adicionado liquido produzido	**(4.557)**	**(12.497)**	**2.207.321**	**1.811.804**
Valor recebido em transferência	**259.906**	**570.469**	**254.651**	**189.055**
Resultado de equivalência patrimonial	259.320	569.865	210	–
Receitas financeiras	586	604	254.441	189.055
Outras receitas operacionais	–	–	–	–
Valor adicionado total a distribuir	**255.349**	**557.972**	**2.461.972**	**2.000.859**
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal	**48.059**	**36.314**	**762.620**	**578.797**
Remuneração direta	41.387	35.647	505.352	401.832
Benefícios	6.672	629	215.925	142.345
FGTS	–	38	41.343	34.620
Impostos, taxas e contribuições	**1.954**	**22.275**	**840.725**	**319.106**
Federais	1.673	22.050	334.354	(72.865)
Estaduais	–	–	476.346	366.293
Municipais	281	225	30.025	25.678
Impostos diferidos	–	–	–	–
Remuneração de capitais de terceiros	**319**	**1.226**	**654.025**	**605.125**
Despesas financeiras (juros)	127	61	187.784	233.440
Aluguéis	–	–	84.889	49.077
Outras	192	1.165	381.352	322.608
Remuneração de capital próprio	**205.017**	**498.157**	**204.602**	**497.831**
Lucros retidos (prejuízos acumulados)	205.017	498.157	205.017	498.157
Participação dos não-controladores nos lucros retidos	–	–	(415)	(326)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)

Fluxo de caixa das atividades operacionais	Notas	Controladora 31/12/2022	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Lucro líquido do exercício		205.017	498.157	204.602	497.831
Ajustado por:					
Depreciação e amortização imobilizado e intangível	15, 16	557	21	167.434	135.750
Amortização do direito de uso	17, 31	–	–	186.346	188.499
Juros sobre empréstimos e financiamentos	19	–	–	35.348	27.781
Juros sobre debêntures	19	–	–	124.087	31.379
Juros sobre partes relacionadas - mútuos	19	(36)	–	(36)	–
Juros sobre parcelamento de tributos	21	–	–	5.133	24.983
Juros sobre pagamentos em atrasos	31	125	60	826	2.984
Perda (reversão) por redução ao valor recuperável de contas a receber	7	–	–	1.994	820
Juros sobre atraso de impostos	31	–	–	10.699	28.901
Resultado de equivalência patrimonial	14	(259.320)	(561.770)	(210)	–
Remuneração baseado em ações		36.561	30.507	36.561	30.507
Ganho (perda) na baixa/alienação de ativo imobilizado e intangível	15, 16	–	–	(1.927)	18.542
Baixa residual arrendamentos	17	–	–	(30)	(2.247)
Provisão para obsolescência do estoque	8	–	–	46.948	36.293
Ajuste a valor presente, líquido	31	–	–	–	(1.575)
Juros sobre arrendamento mercantil	31	–	–	127.402	115.379
Descontos sobre arrendamentos	17	–	–	(10.108)	(23.765)
Constituição líquida de provisão para riscos administrativos e judiciais	13	–	–	(18.161)	108.965
Créditos tributários (IRPJ e CSLL) relativos aos indébitos tributários		–	–	–	(85.771)
Exclusão do ICMS na BC do PIS e da COFINS		–	–	–	(39.734)
Imposto de renda e contribuição social corrente	12	–	–	127.140	57.689
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	3	20.908	(113.529)	(345.239)
		(17.093)	**(12.117)**	**930.519**	**807.972**
Variações em:					
(Aumento) redução nos ativos					
Contas a receber	7	(2.139)	6.178	(411.908)	(348.627)
Estoques	8	–	–	(741.317)	(177.154)
Instrumentos financeiros derivativos	9	–	–	(5.793)	(13.533)
Tributos a compensar, IRPJ e CSLL a compensar	10	(130)	(44)	190.891	234.413
Depósitos judiciais	13	(6)	(10)	(143.221)	(22.698)
Outros ativos		(7.504)	75.476	9.866	(9.192)
Aumento (redução) nos passivos					
Fornecedores	18	85	994	574.808	241.303
Fornecedores - risco sacado	18	–	–	70.457	10.877
Obrigações tributárias	20	45	65	99.174	(70.825)
Parcelamentos de tributos	21	–	–	(44.490)	(29.788)
Instrumentos financeiros derivativos	9	–	–	34.995	4.617
Contingências pagas	13	–	–	(41.557)	(36.669)
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	22	104	159	34.156	63.812
Outras contas a pagar	25	(193.449)	(28.139)	(175.319)	18.566
Outros passivos		34.351	–	133.663	(29.023)
Variação nos ativos e passivos:		**(168.643)**	**54.679**	**(415.595)**	**(163.921)**
Juros pagos sobre arrendamento	17	–	–	(127.402)	(115.379)
Imposto de renda e contribuição social pagos		–	–	(108.002)	(66.005)
Juros pagos sobre financiamentos	19	–	–	(34.597)	(27.191)
Juros pagos sobre debêntures	19	–	–	(106.820)	(28.395)
Caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades operacionais		**(185.736)**	**42.562**	**138.103**	**407.081**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos					
Adições de ativo Imobilizado	15	(654)	–	(230.266)	(187.512)
Adições no Intangível	16	–	(2.582)	(141.455)	(101.651)
Aquisição de controlada liquido do caixa recebido	3.1	(5.993)	(228.102)	(22.160)	(220.186)
Dividendos recebidos	23	206.451	–	–	–
Integralização de capital em controlada		(10.000)	–	–	–
Caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades de investimento		**189.804**	**(230.684)**	**(393.881)**	**(509.349)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos					
Empréstimos e financiamentos tomados	19	–	–	2.536	17.625
Emissão de debentures	19	–	–	496.098	299.039
Empréstimos e financiamentos pagos	19	–	–	(207.268)	(95.347)
Arrendamentos pagos	17	–	–	(134.984)	(92.039)
Aumento de capital		6.997	8.042	6.997	8.042
Partes relacionadas		(1)	(96.909)	–	–
Mutuos a receber		(10.000)	–	(10.000)	–
Dividendos pagos	23	(28.637)	–	(28.637)	–
Redução de capital em controladas		–	123.802	–	
Adiantamento para futura redução de capital em controlada		–	215.080	–	–
Caixa líquido (utilizados nas) gerado pelas atividades de financiamento		**(31.641)**	**250.015**	**124.742**	**137.320**
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		(27.573)	61.893	(131.036)	35.052
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	6	62.088	195	549.347	514.295
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	6	34.515	62.088	418.311	549.347
Transações que não afetaram caixa					
Adição ao imobilizado e intangível		2	–	3.543	1.601
Derivativos		(30.883)	4.146	(30.883)	4.146
Outras contas a pagar por aquisição de controlada		–	(9.843)	–	(9.843)
Ativo por indenização		–	34.634	–	34.634
Imobilizado		(2)	–	3.543	1.601

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

continua→★

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001. A autenticidade pode ser conferida ao lado

ICP Brasil

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 03/03/2023

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de **Publicações Legais** no portal do **Jornal O Dia SP**. Acesse também através do link: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código D79F-683C-13D6-AA92.

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código D79F-683C-13D6-AA92.

GRUPO SBF

CENTAURO FISIA dance NWB ONEFAN X3M

GRUPO SBF S.A.

CNPJ 13.217.485/0001-11

Demonstrações Financeiras 2022

→★ continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(Em milhares de Reais)

circunstâncias. Com base em premissas, o Grupo faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir. **a) Principais premissas utilizadas nos cálculos do valor em uso:** Anualmente, o Grupo testa eventuais perdas (impairment) no ágio, de acordo com a política contábil apresentada na Nota 16. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas e projeções orçamentárias aprovadas pela Administração. **b) Perda (impairment) de ativos financeiros:** As provisões para perdas com ativos financeiros são baseadas em premissas sobre o risco de inadimplência e nas taxas de perdas esperadas. O Grupo aplica julgamento para estabelecer essas premissas e para selecionar os dados para o cálculo do impairment, com base no histórico do Grupo, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras ao final de cada exercício. Os seguintes ativos financeiros mantidos pelo Grupo estão sujeitos ao modelo de perdas de crédito esperadas: • Contas a receber de clientes atacado (Nota 7); • Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; • Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Embora o caixa e equivalentes de caixa também estejam sujeitos às exigências de impairment do IFRS 9/CPC 48, a perda por impairment identificada nesses ativos foi imaterial. **c) Imposto de renda e contribuição social diferidos:** Os ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos incluem um saldo de R$ 841.811 milhões relacionado a prejuízos fiscais e diferenças temporárias gerados pelas controladas do Grupo SBF. O Grupo entende que o ativo fiscal diferido é recuperável considerando as projeções de lucro tributável futuro estimado com base nos planos de negócios aprovados e nos orçamentos para as controladas. **d) Tratamentos fiscais incertos e contingências relacionadas:** O Grupo mantém certas discussões administrativas e judiciais com as autoridades fiscais no Brasil. Os valores mais expressivos envolvem a cobrança de ICMS pelo fato da autoridade fiscal do Estado de São Paulo não ter reconhecido o trânsito de algumas mercadorias, somados a multa majorada e juros, os quais são hoje discutidos na esfera administrativa e judicial e discussão administrativa acerca do recolhimento do IPI na venda de produtos importados. A determinação final é incerta e depende de fatores não controlados pelo Grupo, como mudanças na jurisprudência e alterações nas leis e regulamentos tributários. **e) Taxa incremental sobre o empréstimo do arrendamento:** O Grupo não tem condições de determinar a taxa implícita de desconto a ser aplicada a seus contratos de arrendamento. Portanto, a taxa incremental sobre o empréstimo do arrendatário é utilizada para o cálculo do valor presente dos passivos de arrendamento no registro inicial do contrato. A taxa incremental sobre empréstimo do arrendatário é a taxa de juros que o arrendatário teria que pagar ao tomar recursos emprestados para a aquisição de ativo semelhante ao ativo objeto do contrato de arrendamento, por prazo semelhante e com garantia semelhante. A obtenção desta taxa envolve um elevado grau de julgamento, e deve ser função do risco de crédito do arrendatário, do prazo do contrato de arrendamento, da natureza e qualidade das garantias oferecidas e do ambiente econômico em que a transação ocorre. O processo de apuração da taxa utiliza preferencialmente informações prontamente observáveis, a partir das quais deve proceder aos ajustes necessários para se chegar à sua taxa incremental de empréstimo. **f) Julgamentos críticos:** As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: **Determinação do prazo do arrendamento:** Ao determinar o prazo do arrendamento, a administração considera todos os fatos e circunstâncias que criam um incentivo econômico para o exercício de uma opção de prorrogação ou para o não exercício da opção de rescisão. As opções de prorrogação (ou períodos após as opções de rescisão) são incluídas no prazo do arrendamento somente quando há certeza razoável de que o arrendamento será prorrogado (ou que não será rescindido). Para arrendamentos de centros de distribuição e lojas, os fatores a seguir normalmente são os mais relevantes: • Se a rescisão (ou não prorrogação) incorrer em multas significativas, é razoavelmente certo de que o Grupo irá efetuar a prorrogação (ou não irá efetuar a rescisão). • Se houver benfeitorias em imóveis de terceiros com saldo residual significativo, é razoavelmente certo de que o Grupo irá prorrogar (ou não rescindir) o arrendamento.

5. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

5.1 Política contábil: 5.1.1 Ativos financeiros: Reconhecimento inicial e mensuração: No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é mensurado ao valor justo, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão do ativo ou passivo financeiro. Subsequentemente, os ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") ou pelo valor justo por meio do resultado ("VJR"). A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócio do Grupo para a gestão destes ativos financeiros. O modelo de negócios do Grupo para gerenciar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão do recebimento de fluxos de caixa contratuais, da venda de ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são ativos financeiros "não derivativos" mantidos dentro de um modelo de negócios com o objetivo de manter ativos financeiros a fim de receber fluxos de caixa contratuais, enquanto os ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são mantidos dentro de um modelo de negócios com o objetivo de manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais e vendê-los. **Mensuração subsequente:** ***Ativos financeiros ao custo amortizado:*** Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a análise de redução ao valor recuperável. Ganhos ou perdas são reconhecidos na demonstração do resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros do Grupo classificados como custo amortizado, incluem os saldos do contas a receber e de outros ativos circulantes e não circulantes. ***Valor justo por meio de outros resultados abrangentes:*** Os ativos que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais e para venda dos ativos financeiros quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Mudanças no valor contábil são registradas em outros resultados abrangentes, exceto pelo reconhecimento dos ganhos ou perdas por impairment, receita com juros e ganhos e perdas cambiais, os quais são reconhecidos na demonstração do resultado. Quando o ativo financeiro é baixado, os ganhos ou perdas cumulativos que haviam sido reconhecidos em outros resultados abrangentes são reclassificados do patrimônio líquido para o resultado e reconhecidos em outros ganhos/(perdas). As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. ***Valor justo por meio do resultado:*** Os ativos que não atendem os critérios de classificação de custo amortizado ou de valor justo por meio de outros resultados abrangentes são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Eventuais ganhos ou perdas em um investimento em título de dívida que seja subsequentemente mensurado ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos no resultado e apresentados líquidos em outros ganhos/(perdas), no período em que ocorrerem. **Desreconhecimento (baixa) de instrumentos financeiros:** Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram, o Grupo transferiu os seus direitos ou riscos de receber os fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (i) o Grupo transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (ii) o Grupo nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo. Quando o Grupo transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ela avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando o Grupo não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, o Grupo continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Nesse caso, o Grupo também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflete os direitos e as obrigações que o Grupo manteve. Com relação aos clientes individuais, o Grupo adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 180 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. Com relação aos clientes corporativos, o Grupo faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. O Grupo não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado, dado a irrelevância das baixas efetuadas. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos do Grupo para a recuperação dos valores devidos. **Redução ao valor recuperável (Impairment) de ativos financeiros:** O Grupo apura as provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, o Grupo considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica, do Grupo na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*). O Grupo presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou razoavelmente se este estiver com mais de 30 dias de atraso. O Grupo considera um ativo financeiro como inadimplente quando é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito ao Grupo, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma) ou o ativo financeiro estiver vencido há mais de 60 dias. O Grupo considera que um título de dívida tem um risco de crédito baixo quando a sua classificação de risco de crédito é equivalente à definição globalmente aceita de "grau de investimento". O Grupo considera que este seja baixo ou superior pela agência de *rating* de crédito *Fitch Ratings.* As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro. As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses). O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual o Grupo está exposto ao risco de crédito. ***Ativos financeiros com problemas de recuperação:*** A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. Em cada data de balanço, o Grupo avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: - dificuldades financeiras significativas do devedor; - quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 60 dias; - reestruturação de um valor devido ao Grupo em condiç es que não seriam aceitas em condiç es normais; - a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou - o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras. As provisões para perdas com contas a receber de clientes de varejo (venda para consumidor final) foram avaliadas, porém não constituídas. Esta conclusão leva em consideração que a carteira de recebíveis do Grupo referente às administradoras de cartão de crédito possui baixo risco de crédito, considerando o histórico do relacionamento de tais administradoras com o Grupo (não há histórico de perdas) e rating de crédito das administradoras avaliado pelo mercado. **5.1.2 Passivos financeiros: Reconhecimento inicial e mensuração:** Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, e, no caso de empréstimos, financiamentos e debêntures, líquidos dos custos de transação diretamente atribuíveis. Os passivos financeiros do Grupo incluem empréstimos, financiamentos e debêntures (Nota 19), instrumentos financeiros derivativos (Nota 9), fornecedores e operaç es de risco sacado (Nota 18), passivo de arrendamento (Nota 17) e dividendos a pagar (Nota 23). **Mensuração subsequente:** Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias: (i) passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado; ou (ii) passivos financeiros ao custo amortizado. ***Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado:*** Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. ***Passivos financeiros ao custo amortizado:*** Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. **Desreconhecimento:** O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **Compensação de instrumentos financeiros:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **5.1.3 Instrumentos financeiros derivativos:** O Grupo mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira. Derivativos embutidos são separados de seus contratos principais e registrados separadamente caso o contrato principal não seja um ativo financeiro e certos critérios sejam atingidos. Os derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são normalmente registradas no resultado. O Grupo designa certos derivativos como instrumentos de hedge para proteção da variabilidade dos fluxos de caixa associada a transações previstas altamente prováveis, resultantes de mudanças nas taxas de câmbio. No início das relações de hedge designadas, o Grupo documenta o objetivo do gerenciamento de risco e a estratégia de aquisição do instrumento de hedge. O Grupo também documenta a relação econômica entre o instrumento de hedge e o item objeto de hedge, incluindo se há a expectativa de que mudanças nos fluxos de caixa do item objeto de hedge e do instrumento de hedge compensem-se mutuamente. ***Hedges de fluxo de caixa:*** Quando um derivativo é designado como um instrumento de hedge de fluxo de caixa, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes e apresentada na conta de reserva de hedge. A porção efetiva das mudanças no valor justo do derivativo reconhecido em outros resultados abrangentes limita-se à mudança cumulativa no valor justo do item objeto de hedge, determinada com base no valor presente, desde o início do hedge. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado. O Grupo designa apenas as variações no valor justo do elemento spot dos contratos de câmbio a termo como instrumento de hedge nas relações de hedge de fluxo de caixa. A mudança no valor justo do elemento futuro de contratos a termo de câmbio (forward points) é contabilizada separadamente como custo de hedge e reconhecida em uma reserva de custos de hedge no patrimônio líquido. Quando a transação objeto de hedge prevista resulta no reconhecimento subsequente de um item não financeiro, tal como estoques, o valor acumulado na reserva de hedge e o custo da reserva de hedge são incluídos diretamente no custo inicial do item não financeiro quando ele é reconhecido. Com relação às outras transações objeto de hedge, o valor acumulado na reserva de hedge e o custo da reserva de hedge são reclassificados para o resultado no mesmo período ou em períodos em que os fluxos de caixa futuros esperados que são objeto de hedge afetarem o resultado. Caso o hedge deixe de atender aos critérios de contabilização de hedge, ou o instrumento de hedge expire ou seja vendido, encerrado ou exercido, a contabilidade de hedge é descontinuada prospectivamente. Quando a contabilização dos hedges de fluxo de caixa for descontinuada, o valor que foi acumulado na reserva de hedge permanece no patrimônio líquido até que, para um instrumento de hedge de uma transação que resulte no reconhecimento de um item não financeiro, ele for incluído no custo do item não financeiro no momento do reconhecimento inicial ou, para outros hedges de fluxo de caixa, seja reclassificado para o resultado no mesmo período ou períodos à medida que os fluxos de caixa futuros esperados que são objeto de hedge afetarem o resultado. Caso os fluxos de caixa futuros que são objeto de hedge não sejam mais esperados, os valores que foram acumulados na reserva de hedge e o custo da reserva de hedge são imediatamente reclassificados para o resultado. **5.2 Gestão de risco financeiro: 5.2.1 Fatores de risco financeiro:** Os principais fatores de risco a que o Grupo está exposto refletem aspectos estratégico-operacionais e econômico-financeiros. Os riscos estratégico-operacionais (tais como, entre outros, comportamento de demanda, concorrência e mudanças relevantes na estrutura do mercado) são endereçados pelo modelo de gestão do Grupo. Os riscos econômico-financeiros refletem, principalmente, o comportamento de variáveis macroeconômicas, como taxas de câmbio e de juros, bem como as características dos instrumentos financeiros utilizados. Esses riscos são administrados por meio de acompanhamento da alta administração que atua ativamente na gestão operacional. O quadro a seguir sumaria a natureza e a extensão dos riscos decorrentes de instrumentos financeiros e como o Grupo administra sua exposição.

Risco	Exposição	Metodologia utilizada para mensuração do impacto	Gestão
	Operações comerciais futuras	Previsão de fluxos de caixa	
Risco de mercado - câmbio	Ativos e passivos financeiros em moeda estrangeira	Análise de sensibilidade	Contratos futuros a termo
Risco de mercado - taxa de juros	Empréstimos de longo prazo com taxas variáveis	Análise de sensibilidade	*Swaps* de taxa de juros
Risco de mercado - volatilidade no preço das ações	Investimentos em valores mobiliários	Análise de sensibilidade	Diversificação da carteira
Risco de crédito	Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, instrumentos financeiros derivativos, investimentos em instrumentos de dívida e ativos de contratos	Análise de vencimento Avaliação de crédito	Diversificação das instituições financeiras Monitoramento dos limites de crédito/ *ratings* Orientações de investimento em instrumentos de dívida
Risco de liquidez	Empréstimos e outros passivos	Previsões de fluxo de caixa	Linhas de crédito disponíveis

a) Riscos de mercado: Riscos de mercado refletem os riscos de que o valor justo ou fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue como resultado de mudanças em preços de mercado, incluindo risco cambial, risco de taxa de juros e outros riscos de preço. Nesse sentido, o Grupo está exposto a riscos de mercado decorrentes das atividades de seus negócios, envolvendo principalmente a possibilidade de flutuações na taxa de câmbio e mudanças nas taxas de juros. Para proteger as atuais posições do balanço patrimonial do Grupo dos riscos de mercado, os seguintes instrumentos financeiros derivativos são utilizados e compostos pelos saldos apresentados abaixo, em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

	31/12/2022	31/12/2021
Derivativos operacionais	(35.443)	24.642

b) Risco cambial: Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pelo Grupo preponderantemente decorrente de operações de compra de produtos importados no mercado externo. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, não havia nenhum empréstimo, financiamento ou debênture em moeda estrangeira destinado a importação em aberto. O Grupo possui instrumentos financeiros derivativos que foram classificados como hedge de fluxo de caixa aplicando-se a contabilização de hedge, conforme CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos financeiros. O hedge de fluxo de caixa consiste em fornecer proteção contra a variação nos fluxos de caixa atribuíveis a um risco particular associado a um ativo ou passivo reconhecido ou a uma transação prevista altamente provável e que possa afetar o resultado. A parcela efetiva das variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como hedge de fluxo de caixa é registrada como componente de "outros resultados abrangentes". Em 31 de dezembro de 2022, foi apurado saldo a ser registrado em outros resultados abrangentes no valor de R$ 30.883. O ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva, quando apurado, é imediatamente reconhecido no resultado. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não foram apurados ganhos ou perdas decorrentes de parcela não efetiva. Os valores acumulados em "outros resultados abrangentes" são realizados na demonstração do resultado nos exercícios em que o item protegido por hedge afetar o resultado (por exemplo, quando ocorrer a liquidação do item objeto de hedge).

Instrumento de hedge				Objeto de hedge	
Vencimentos	**Moeda**	**Nocional**	**Valor justo**	**Operação**	**Vencimentos estimados**
De 14/10/2022 à 23/06/2023	USD	(1.644.665)	(35.442)	Pedido de Importações de mercadorias	De 14/10/2022 à 23/06/2023
Total consolidado		**(1.644.665)**	**(35.442)**		

Valor justo: No quadro abaixo apresentamos a abertura dos derivativos em aberto mantidos pelo Grupo em 31 de dezembro de 2022, sendo que todos possuem a finalidade de proteção cambial para compra de mercadorias.

Derivativo	Valor Principal	Posição comprada ou vendida	Valor justo	Prazo	Contraparte
Hedge	(325.155)	Comprado	(8.452)	27/10/2023	ABC
Hedge	(361.087)	Comprado	3.874	27/10/2023	Bradesco
Hedge	(140.302)	Comprado	(629)	27/10/2023	BTG
Hedge	(187.434)	Comprado	(6.951)	27/10/2023	HSBC Brasil
Hedge	(383.243)	Comprado	(3.750)	27/10/2023	Itaú
Hedge	(122.631)	Comprado	(5.660)	27/10/2023	Safra
Hedge	(119.588)	Comprado	(2.059)	27/10/2023	Santander
Hedge	(310.604)	Comprado	(14.819)	27/10/2023	Votorantim
Hedge	5.929	Vendido	26	27/10/2023	ABC
Hedge	14.016	Vendido	(34)	27/10/2023	Bradesco
Hedge	128.332	Vendido	958	27/10/2023	BTG
Hedge	112.390	Vendido	1.464	27/10/2023	Itaú
Hedge	44.712	Vendido	590	27/10/2023	Votorantim
Total	**(1.644.665)**		**(35.442)**		

c) Risco de taxas de juros: Decorrem da possibilidade de o Grupo sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A principal fonte desse risco são os empréstimos, financiamentos e debêntures, em sua maioria pós-fixados, tomados pelo Grupo. As aplicações financeiras são principalmente indexadas ao CDI, reduzindo parcialmente o risco dos empréstimos. Nas demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros do Grupo corresponde a:

	Consolidado	
	31/12/2022	**31/12/2021**
Aplicações financeiras	375.007	466.891
Empréstimos e financiamentos	(168.079)	(294.993)
Debêntures	(965.483)	(528.785)
Total	**(758.555)**	**(356.887)**

Análise de sensibilidade

O risco do Grupo decorre das operações com aplicações financeiras, empréstimos, financiamentos e debêntures atreladas ao CDI. Em 31 de dezembro de 2022, o Grupo efetuou testes de sensibilidade para os cenários adversos e favoráveis dos juros (CDI). Para a análise de sensibilidade, o Grupo utilizou o CDI previsto no relatório FOCUS (14,87% anual), os cenários consideram variaç es de 25% e 50% respectivamente do CDI.

			Aumento dos juros		Redução dos juros	
			Possível (+)	Remoto (+)	Possível (–)	Remoto (–)
	2022	**Provável**	**25%**	**50%**	**-25%**	**-50%**
Aplicações financeiras	375.007	55.764	69.705	83.646	41.823	27.882
Empréstimos e financiamentos	(168.079)	(24.993)	(31.241)	(37.490)	(18.745)	(12.497)
Debêntures	(965.483)	(143.567)	(179.459)	(215.351)	(107.675)	(71.784)

d) Risco de crédito: Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro do Grupo caso, um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis originados em sua grande maioria por clientes do varejo e atacado e por aplicações financeiras. O risco de crédito do Grupo são as administradoras de cartão de crédito, e clientes do atacado, sendo as administradoras responsáveis por 90,2% dos receb veis no balanço do Grupo, enquanto os receb veis de atacado, são responsáveis por 9,8%. Todas as vendas do Grupo nas lojas ou no e-commerce são efetuadas por meio de cartão de créditos ou pagamento a vista, pix, boleto bancário, dinheiro ou cartão de débito, e as do atacado são todas via boleto registrado. O Grupo registra provisão para perda de crédito esperada apenas para as operações de distribuição do atacado, por entender que a carteira de recebíveis referente às administradoras de cartão de crédito contém baixo risco de crédito dessas contrapartes considerando o histórico do relacionamento com o Grupo (não há histórico de perdas) e rating de crédito avaliado pelo mercado. Historicamente o Grupo não tem apresentado perdas na realização do contas a receber. A tabela que fornece informações sobre a exposição ao risco de crédito e perdas de crédito esperadas de contas a receber de 31 de dezembro de 2022 e 2021 é demonstrada na Nota 7. Para as vendas que não passam pelas adquirentes, é realizada uma análise de crédito de cada cliente e a aprovação é feita caso a caso, com alçadas diferentes de acordo com o valor financeiro da venda. No que tange às instituições financeiras, o Grupo somente realiza investimentos em instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de rating ou em outras instituições que exijam investimentos como garantia para linhas de crédito. Os valores contábeis dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	**31/12/2021**	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Caixa e bancos	554	200	43.052	82.456
Meios de pagamento	–	–	252	–
Aplicações financeiras - circulante	33.961	61.888	375.007	466.891
Clientes e administradoras de cartões de crédito	–	–	1.726.407	1.301.071
Outros valores a receber - não circulante	49.819	41.521	67.728	72.675
Total	**84.334**	**103.609**	**2.212.446**	**1.923.093**

Devido à característica de seu negócio o Grupo não possui níveis diferenciados de risco de crédito por região ou perfil de cliente, pois a concentração de recebíveis é por meio de cartões de crédito. ***Avaliação da perda esperada de crédito para clientes individual:*** O Grupo utiliza uma matriz de provisões para a mensuração da perda de crédito esperada com contas a receber de clientes individuais, o que compreende um grande número de pequenos saldos. As taxas de perda são calculadas por meio do uso do método de 'rolagem' com base na probabilidade de um valor a receber avançar por estágios sucessivos de inadimplência até a baixa completa. As taxas de rolagem são calculadas separadamente para exposições em diferentes segmentos com base nas seguintes características de risco de crédito comuns: região geográfica, tempo de relacionamento com o cliente e tipo de produto adquirido. As taxas de perda são baseadas na experiência real de perda de crédito verificada nos últimos sete anos. Essas taxas foram multiplicadas por fatores de escala para refletir as diferenças entre as condições econômicas durante o período em que os dados históricos foram coletados, as condições atuais e a visão do Grupo sobre as condiç es econômicas ao longo da vida esperada dos receb veis (Nota 7). **e) Risco de liquidez:** Risco de liquidez é o risco em que o Grupo possa eventualmente encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista. A abordagem do Grupo no gerenciamento do risco de liquidez é de garantir o pagamento de suas obrigações, motivo pelo qual tem por objetivo manter disponibilidade em caixa para cumprimento de suas obrigações de curto prazo, fazendo o possível para que sempre haja liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações vincendas, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação do Grupo. O Grupo mantém contratos de antecipações de recebíveis que são acionados caso seja necessário. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o Grupo não tinha saldo de antecipação de recebíveis a amortizar junto às administradoras de cartão de crédito, por não ter necessidade de caixa imediata. O Grupo monitora também o nível esperado de entradas de caixa proveniente do contas a receber de clientes e outros recebíveis em conjunto com as saídas esperadas de caixa relacionadas à fornecedores e outras contas a pagar. Em 31 de dezembro de 2022, os fluxos de caixa esperados provenientes do contas a receber de clientes e outros recebíveis com vencimento dentro de dois meses era de R$ 1.114.433 (R$ 909.033 em 31 de dezembro de 2021).

	Consolidado	
	31/12/2022	**31/12/2021**
Obrigações a curto prazo	(2.912.895)	(2.185.859)
Caixas e equivalentes	418.311	549.347
Intrumentos financeiros derivativos	(35.443)	24.642
Clientes e administradoras de cartões de crédito	1.711.003	1.301.044
Total	**(819.024)**	**(310.826)**
Patrimônio líquido	**2.409.854**	**2.224.635**
Índice de endividamento líquido	**34%**	**14%**

As obrigações de curto prazo representam o total do passivo circulante, líquido dos instrumentos financeiros derivativos. ***Exposição ao risco de liquidez:*** A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data das demonstrações financeiras. Esses valores são brutos e não-descontados, e incluem pagamentos de juros contratuais e excluem o impacto dos acordos de compensação. O Grupo acredita que não terá problemas em honrar os vencimentos de curto prazo. Praticamente todos os recebíveis podem ser antecipados no momento de sua venda. Assim, todas as vendas, mesmo as parceladas, tem potencial de serem recebidas a vista por meio de venda da carteira de recebíveis. A maior parte dos empréstimos, financiamentos e debêntures estão no longo prazo, sendo que apenas 24,52% serão liquidados com prazo nos próximos 12 meses, com custo médio aproximado de CDI + 1,12% ao ano.

31 de dezembro de 2022 Passivos financeiros não derivativos	Valor contábil	Fluxos de caixa contratuais	2 meses ou menos	02 a 12 meses	1 a 2 anos	2 a 5 anos	Mais que 5 anos
Fornecedores	1.423.376	1.423.376	1.207.653	215.723	–	–	–
Fornecedores - Risco sacado	138.171	138.171	119.130	19.041	–	–	–
Empréstimos e financiamentos	168.079	191.291	4.545	99.084	87.103	559	–
Debêntures	965.483	1.278.719	28.413	274.656	269.123	528.346	178.181
Impostos parcelados	112.389	130.743	11.217	47.771	33.207	37.771	777
Arrendamentos a pagar	1.636.242	2.215.962	53.187	273.997	577.059	498.929	812.790
Outras contas a pagar	280.315	275.669	275.669	–	–	–	–
Total	**4.724.055**	**5.653.931**	**1.699.814**	**930.272**	**966.492**	**1.065.605**	**991.748**

31 de dezembro de 2021 Passivos financeiros não derivativos	Valor contábil	Fluxos de caixa contratuais	2 meses ou menos	02 a 12 meses	1 a 2 anos	2 a 5 anos	Mais que 5 anos
Fornecedores	846.580	846.580	372.097	474.483	–	–	–
Fornecedores - risco sacado	67.714	67.714	42.690	25.024	–	–	–
Empréstimos e financiamentos	294.993	339.259	3.262	151.096	99.485	85.416	–
Debêntures	528.785	648.483	–	127.160	218.245	303.078	–
Impostos parcelados	151.746	172.839	12.387	61.690	50.560	48.040	162
Arrendamentos a pagar	1.490.661	2.054.945	45.649	234.456	527.833	444.317	802.690
Outras contas a pagar	454.063	454.063	454.063	–	–	–	–
Total	**3.834.542**	**4.583.883**	**930.148**	**1.073.909**	**896.123**	**880.851**	**802.852**

Os fluxos de entradas/saídas divulgados na tabela acima, representam os fluxos de caixa contratuais não descontados relacionados aos passivos financeiros que normalmente não são encerrados antes do vencimento contratual. A divulgação apresenta os montantes dos fluxos de caixa líquidos para derivativos que são liquidados em caixa com base em sua exposição líquida e fluxos de caixa bruto de entradas e saídas para os derivativos que têm liquidação simultânea bruta. **5.2.2 Gestão de capital:** Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do Grupo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura de capital do Grupo, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. Condizente com outras companhias do setor, o Grupo monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

	31/12/2022	31/12/2021
Empréstimos e financiamentos	168.079	294.993
Debêntures	965.483	528.785
Caixas e equivalentes de caixa	(418.311)	(549.347)
Dívida líquida	**715.251**	**274.431**
Total do patrimônio líquido	2.409.854	2.224.635
Capital total	3.125.105	2.499.066
Índice de alavancagem financeira - %	**23%**	**11%**

O Grupo apresentava em 31 de dezembro de 2022, capital circulante líquido consolidado positivo de R$ 1.578.150 (R$ 1.456.129 em 31 de dezembro de 2021), ou seja, uma variação positiva de R$ 122.020. Em 31 de dezembro de 2022, o Grupo apresentou lucro antes dos impostos de R$ 218.213 (lucro de R$ 210.281 em 31 de dezembro de 2021). **5.2.3 Estimativa do valor justo:** Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (impairment) no caso de contas a receber, estejam próximos de seus valores justos. A tabela abaixo classifica os ativos e passivos contabilizados ao valor justo de acordo com o método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como segue: • **N vel 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; • **N vel 2** - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). • **N vel 3** - Inputs, para ativos ou passivos, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). ***Valor justo versus valor contábil - Consolidado:*** Para todas as operações a administração considera que o valor justo se equipara ao valor contábil, uma vez que para essas operações o valor contábil reflete o valor de liquidação naquela data. Os empréstimos e financiamentos são mantidos atualizados monetariamente com base em taxas de juros contratadas de acordo com as condições iguais de mercado e, portanto, os saldos a pagar nas datas dos balanços aproximam-se substancialmente dos valores de mercado, mesmo aqueles classificados como "não circulantes", considerando-se a modalidade dos correspondentes financiamentos. O Grupo possui aplicações financeiras em títulos de renda fixa de curto prazo que são realizadas em instituições financeiras tradicionais e são consideradas de baixo risco. As taxas aplicadas nas operações de empréstimos e financiamentos estão apresentadas ao longo da Nota 19. A tabela abaixo demonstra em resumo os ativos e passivos financeiros mensurados a valor justo no balanço patrimonial da Companhia, incluindo seus níveis na hierárquia do valor justo entre 31 de dezembro de 2022 e 2021:

		31/12/2022		
Ativos	**Hierarquia de valor justo**	**Valor Contábil**	**VJR**	**Custo amortizado**
Caixas e bancos (Nota 6)	Nível 2	43.052	–	43.052
Aplicações financeiras (Nota 6)	Nível 2	375.007	375.007	–
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 9)	Nível 2	4.169	4.169	–
Contas a receber (Nota 7)	Nível 2	1.711.003	–	1.711.003
Outros ativos	Nível 2	149.324	–	149.324
Total		**2.282.555**	**379.176**	**1.903.379**
Passivos				
Empréstimos e financiamentos (Nota 19)	Nível 2	168.079	–	168.079
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 9)	Nível 2	39.612	39.612	–
Debêntures (Nota 19)	Nível 2	965.483	–	965.483
Arrendamentos (Nota 17)	Nível 2	1.636.242	–	1.636.242
Fornecedores (Nota 18)	Nível 2	1.423.376	–	1.423.376
Fornecedores - risco sacado (Nota 18)	Nível 2	138.171	–	138.171
Total		**4.370.963**	**39.612**	**4.331.351**

		31/12/2021		
Ativos	**Hierarquia de valor justo**	**Valor Contábil**	**VJR**	**Custo amortizado**
Caixas e bancos (Nota 6)	Nível 2	82.456	–	82.456
Aplicações financeiras (Nota 6)	Nível 2	466.891	466.891	–
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 9)	Nível 2	29.259	29.259	–
Contas a receber (Nota 7)	Nível 2	1.301.071	–	1.301.071
Outros ativos	Nível 2	156.954	–	156.954
Total		**2.036.631**	**496.150**	**1.540.481**
Passivos				
Empréstimos e financiamentos (Nota 19)	Nível 2	294.993	–	294.993
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 9)	Nível 2	4.617	4.617	–
Debêntures (Nota 19)	Nível 2	528.785	–	528.785
Arrendamentos (Nota 17)	Nível 2	1.490.661	–	1.490.661
Fornecedores (Nota 18)	Nível 2	846.580	–	846.580
Fornecedores - risco sacado (Nota 18)	Nível 2	67.714	–	67.714
Total		**3.233.350**	**4.617**	**3.228.733**

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

6.1 Política contábil: Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

As aplicações financeiras de curto prazo que estão sujeitas a risco insignificante de mudança de valor são representadas por Certificados de Depósito Bancário - CDBs remunerados por taxas que ficam em média 53,75% para aplicações diárias (56,25% em aplicações diárias em 31 de dezembro de 2021) da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

6.2 Composição:	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	**31/12/2021**	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Caixas	–	–	6.514	6.091
Bancos	554	200	36.538	76.365
Aplicações financeiras	33.961	61.888	375.007	466.891
Meios de Pagamento	–	–	252	–
Total	**34.515**	**62.088**	**418.311**	**549.347**

7. CONTAS A RECEBER

7.1 Política contábil: As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades do Grupo. O Grupo mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de arrecadar fluxos de caixa contratuais e, portanto, essas contas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, deduzidas das provisões para perdas esperadas do contas a receber. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

7.2 Composição:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	**31/12/2021**	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Administradora de cartão de crédito	–	–	1.557.855	1.144.638
Duplicatas a receber - atacado	–	–	154.583	159.571
Contas a receber - partes relacionadas (Nota 24)	30.485	28.346	–	–
Subtotal	**30.485**	**28.346**	**1.712.438**	**1.304.209**
Provisão para perda esperada do contas a receber	–	–	(1.435)	(3.138)
Total	**30.485**	**28.346**	**1.711.003**	**1.301.071**

O saldo da rubrica "contas a receber" está distribuído entre as administradoras de cartões de crédito e vendas no atacado. A totalidade do saldo a receber de clientes é denominada em reais. Em 31 de dezembro de 2022, 90,2% do receb veis do Grupo é decorrente de operações com cartão de crédito que corresponde ao montante total de R$ 1.557.855 (R$ 1.144.638 em 31 de dezembro de 2021). As movimentações na provisão para perda esperada são constituídas com base na perda de crédito esperada das vendas ao atacado:

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo Inicial	(3.138)	(3.799)
Constituição	(1.994)	(359)
Reversão	2.991	1.020
Perda efetiva	706	–
Saldo Final	**(1.435)**	**(3.138)**

A provisão para perda esperada em 31 de dezembro de 2022 está demonstrada abaixo:

	Saldo contábil bruto 31/12/2022	(%)Taxa média de perda estimada	Provisão para perda esperada	Com problemas de recuperação
Reserva específica	947	100,00%	947	Sim
Recebíveis de atacado	154.583	0,28%	488	Não
Recebíveis de varejo	1.556.908	0,00%	–	Não
Total	**1.712.438**		**1.435**	

continua→★

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001. A autenticidade pode ser conferida ao lado

ICP Brasil

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 03/03/2023

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal O Dia SP. Acesse também através do link: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código D79F-683C-13D6-AA92.

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código D79F-683C-13D6-AA92.

→★ continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(Em milhares de Reais)

A provisão para perda esperada em 31 de dezembro de 2021 está demonstrada abaixo:

	Saldo Contábil Bruto 31/12/2021	(%)Taxa média de perda estimada	Provisão para perda esperada	Com problemas de recuperação
Reserva específica	2.686	100,00%	(2.686)	Sim
Recebíveis de atacado	159.296	0,28%	(452)	Não
Recebíveis de varejo	1.142.227	0%	–	Não
Total	**1.304.209**		**(3.138)**	

A seguir apresentamos o aging list consolidado:

Aging	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Vencidos acima de 120 dias	1.468	2.499
Vencidos acima de 90 dias	3.049	548
Vencidos até 90 dias	820	525
Vencidos até 60 dias	6.722	2.464
Vencidos até 30 dias	11.674	2.053
A vencer até 30 dias	758.139	544.184
A vencer de 31 a 60 dias	340.890	364.849
A vencer de 61 a 90 dias	198.005	145.943
A vencer de 91 a 120 dias	119.596	71.019
A vencer acima de 121 a 180 dias	153.007	90.464
A vencer de 181 a acima de 365 dias	119.068	79.661
Total	**1.712.438**	**1.304.209**

8. ESTOQUES - CONSOLIDADO

8.1 Política contábil: Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderada móvel. Os custos dos estoques incluem tributos não recuperáveis, bem como os demais gastos incorridos na aquisição de estoques, adquiridos no mercado nacional ou no exterior. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados necessários para efetuar a venda. Os custos dos estoques incluem a transferência do patrimônio de quaisquer ganhos/perdas de hedge de fluxo de caixa qualificados das compras de mercadoria para revenda. A provisão para perdas nos estoques e produtos obsoletos do Grupo é constituída por meio do histórico de perdas reais no nível de loja, grupo e categoria de produtos e tempo de vida das coleções, projetada sobre a sua receita futura considerando o melhor julgamento da Administração para as controladas incluídas nas demonstrações consolidadas. Caso o potencial de perda não seja mais provável, a provisão é revertida na proporção correspondente. Os estoques estão armazenados em bom estado de conservação e segurança, com baixo risco de obsolescência no curto prazo. **8.2 Composição:** Apresentamos abaixo o saldo de estoque líquido de provisão para perdas:

	31/12/2022	**31/12/2021**
Mercadoria de revenda (lojas)	782.840	376.487
Mercadoria de revenda (Centros de distribuição)	542.763	491.209
Importação em andamento	405.054	166.215
Almoxarifado	6.345	8.425
Outros	–	–
Total	**1.737.002**	**1.042.336**

Movimentação de provisão para perdas

	31/12/2022	**31/12/2021**
Saldo inicial	(19.520)	(30.235)
Adição	(46.948)	(36.293)
Perdas efetivas nos estoques	57.856	47.008
Saldo Final	**(8.612)**	**(19.520)**

O Grupo constituiu provisão de R$ 46.948 no custo de revenda de mercadorias em 31 de dezembro de 2022 (R$ 36.293 em 31 de dezembro de 2021). A provisão de R$ 8.612 (R$ 19.520 em 31 de dezembro de 2021) é classificada como redutora de mercadoria para revenda tendo como base a média de perdas históricas. Em 31 de dezembro de 2022 o saldo referente a perdas efetivas é de R$ 57.856 (R$ 47.008 em 31 de dezembro de 2021).

9. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS - CONSOLIDADO

9.1 Política contábil: A contratação e operação de hedge do Grupo está baseada em sua política, aprovada pela Administração, que tem como objetivo garantir a eficácia da aplicação da política de risco corporativo e de risco cambial, nas técnicas de contabilização e uso de instrumentos financeiros de proteção (hedge). As operações com derivativos variam em decorrência do fluxo de planejamento de importações, pois são contratados em virtude da expectativa de realização das compras de mercadorias no mercado internacional. As informações sobre a exposição do Grupo a riscos de crédito e de mercado e sobre a mensuração ao valor justo estão incluídas na Nota 5.

9.2 Composição:	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Contratos de câmbio utilizados para Hedge - Ativo	4.169	29.259
Contratos de câmbio utilizados para Hedge - Passivo	(39.612)	(4.617)
Total	**(35.443)**	**24.642**

Os derivativos são usados apenas para fins econômicos de hedge e não como investimentos especulativos. Entretanto, os derivativos que não se enquadram nos critérios de contabilidade de hedge são classificados como "mantidos para negociação" para fins contábeis e mensurados ao valor justo por meio do resultado. Os derivativos para negociação são classificados como ativo ou passivo circulante. O valor justo total de um derivativo de hedge é classificado como ativo ou passivo não circulante, se o período remanescente para o vencimento do item protegido por hedge for superior a 12 meses.

10. TRIBUTOS A COMPENSAR - CONSOLIDADO

	31/12/2022	**31/12/2021**
ICMS (a)	451.422	334.086
PIS (b)	36.150	93.720
COFINS (b)	162.375	426.903
IRRF	11.521	1.947
INSS	10.178	17.633
Outros	585	–
Total	**672.231**	**874.289**
Circulante	**525.351**	**601.308**
Não circulante	**146.880**	**272.981**

(a) Os créditos de ICMS são gerados substancialmente nas apurações correntes das controladas SBF Comércio e Físia e também por outras naturezas, decorrentes de ICMS Substituição Tributária e próprio.

(b) ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS: As controladas do Grupo SBF, ingressaram com ações judiciais em 2006 para pleitear a inconstitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS para o período de 2001 a 2017, julgadas favoráveis em 2019, momento em que reconheceu o crédito tributário de PIS e COFINS. A controlada SBF Comércio reconheceu o montante bruto de R$ 669.363 relativos ao exercício de apuração de 2004 a 2019. A Controlada Fisia reconheceu o montante de R$318.435 relativos ao exercício de apuração de 2009 a 2017. Em 31 de dezembro de 2022 o saldo dos créditos de tributos a compensar do ativo circulante a serem utilizados era de R$ 525.351 e a expectativa de utilização desses créditos é de até 12 meses em sua totalidade, com base na projeção das transações de compras e vendas de mercadorias.

11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A COMPENSAR - CONSOLIDADO

11.1 Política contábil: Ativos tributários correntes são mensurados ao valor esperado a ser recuperado das autoridades tributárias. As alíquotas e a legislação tributária utilizadas no cálculo dos mencionados montantes são aquelas que estão em vigor, ou substancialmente em vigor, na data do encerramento do exercício atual. No balanço patrimonial, os tributos correntes são apresentados líquidos dos valores recolhidos por antecipação ao longo do exercício. Imposto de renda e contribuição social correntes, relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, são reconhecidos no patrimônio líquido. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

11.2 Composição:	**Consolidado**	
	31/12/2022	**31/12/2021**
IRPJ/CSLL sobre Selic (a)	93.055	85.771
IRPJ/CSLL	49.055	41.129
Total	**142.110**	**126.900**
Circulante	**49.055**	**9.773**
Não circulante	**93.055**	**117.127**

(a) As controladas do Grupo, SBF Comércio e Fisia ajuízaram ação judicial durante os anos de 2018 e 2019, para declarar inconstitucional a incidência do IRPJ e da CSLL sobre os valores atinentes à taxa Selic recebidos em razão de repetição de indébito (RI) tributário. Em 24 de setembro de 2021, o STF concluiu o julgamento do RE nº 1.063.187 (Tema 962), onde houve decisão favorável ao contribuinte. O Grupo realizou o levantamento das atualizações monetárias tributadas indevidamente para mensuração dos valores a serem reconhecidos contabilmente à luz do que estabelece o IFRIC 23/ ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro, registrando em suas demonstrações financeiras consolidadas no exercício de 2021 um crédito de R$ 85.771, sendo R$ 79.220 de principal e R$ 6.550 de atualização monetária e R$ 34.900 relativo aos impostos diferidos decorrentes da recomposição do prejuízo fiscal referente aos exercícios em que o Grupo apurou base fiscal negativa. Os valores estão sendo atualizados e serão utilizados somente após o trânsito em julgado da ação.

12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS - CONSOLIDADO

12.1 Políticas contábil: As despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. O encargo de Imposto de Renda e a Contribuição Social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço das entidades do Grupo que geram lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pelo Grupo nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O Imposto de Renda e a Contribuição Social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Os impostos diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes dos investimentos em controladas, exceto quando o momento da reversão das diferenças temporárias seja controlado pelo Grupo, e desde que seja provável que a diferença temporária não será revertida em um futuro previsível. **12.2 Composição:** O saldo de impostos diferidos tem a seguinte origem:

	Ativos		**Passivos**		**Líquido**	
	2022	**2021**	**2022**	**2021**	**2022**	**2021**
Prejuízo fiscal e base negativa	407.935	447.480	–	–	407.935	447.480
Provisões gerais e contingências	124.141	141.049	–	–	124.141	141.049
Provisões gerais e contingências (passivo)	–	–	(8.231)	–	(8.231)	–
Provisão para estoques	21.239	4.534	–	–	21.239	4.534
Provisão de bônus	14.593	14.593	–	–	14.593	14.593
Depreciação/arrendamento	314.915	226.574	(181.790)	(169.605)	133.125	56.969
Ágio	71.050	71.050	(61.577)	(61.577)	9.473	9.473
Mais valia Fitdance	–	–	(1.493)	–	(1.493)	–
Lucro nos estoques	131.305	82.005	–	–	131.305	82.005
Imposto de renda diferido ativo (passivo)	**1.085.178**	**987.285**	**(253.091)**	**(231.182)**	**832.087**	**756.103**
Montante passível de compensação	**(243.367)**	**(231.182)**	**243.367**	**231.182**	**–**	**–**
Imposto líquido (ativos) passivos	**841.811**	**756.103**	**(9.724)**	**–**	**832.087**	**756.103**

Principais premissas utilizadas na projeção de resultados para uso do ativo fiscal diferido: As principais premissas utilizadas no cálculo da projeção de resultados são o prazo de projeção, a taxa de crescimento da receita e ganho de margem anual, conforme abaixo: **Prazo de projeção:** O estudo preparado pelo Grupo, sujeito a sensibilização das principais premissas, indica ser provável a utilização do ativo nos exercícios demonstrados no quadro abaixo, dado sua experiência e capacidade de gestão, bem como visibilidade dos projetos estratégicos para o Grupo. Conforme política contábil adotada, o Grupo reconhece o ativo fiscal diferido conforme a estimativa de lucros tributáveis futuros que espera-se que estejam disponíveis nos próximos 9 anos. A previsão de realização dos impostos diferidos ativo está representada abaixo (consolidado):

Ano	**SBF Comércio**	**Fisia**	**Demais empresas***	**31/12/2022**
2022	7.305	23.595	3.794	34.694
2023	2.253	38.669	4.103	45.025
2024	12.274	53.194	4.550	70.018
2025	26.136	71.454	5.141	102.731
2026	35.498	83.345	5.596	124.439
2027	49.847	40.186	6.195	96.228
2028	65.270	–	6.839	72.109
2029	87.262	–	7.657	94.919
2030	71.047	–	130.601	201.648
Total	**356.892**	**310.443**	**174.476**	**841.811**

(*) Refere-se substancialmente a diferença temporária de lucro nos estoques atrelado as transações de compra e venda de mercadorias intercompany. Tendo em vista que essa diferença temporária é perene, isto é, enquanto durar as operações, apresentamos a realização ao final do 9º ano. **Taxa de crescimento da receita:** Foi utilizado uma premissa de crescimento pela inflação e PIB projetados, resultando em um crescimento médio anual (CAGR) de 12,4%. **Ganho de margem:** Foi considerado um aumento de margem líquida baseado na diluição de despesas fixas do Grupo, tanto de vendas como administrativas, resultando em um ganho médio anual de 0,33 p.p. para o período. **Análise de sensibilidade das premissas:** O valor previsto de lucro tributável para os próximos 9 anos é suficiente para o uso do ativo fiscal diferido contábil de R$ 841.811. O Grupo efetuou teste de sensibilidade considerando a taxa máxima de desconto de 16% ao ano, a fim de demonstrar que nesse cenário a realização do ativo fiscal diferido não sofreria impacto quando comparado com a projeção e estudo técnico elaborado. **Ativos fiscais diferidos não reconhecidos:** Os ativos fiscais diferidos não foram reconhecidos para os seguintes itens, pois não é provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que o Grupo possa utilizar seus benefícios:

	2022		**2021**	
	Valor	**Efeito tributário**	**Valor**	**Efeito tributário**
Prejuízos fiscais acumulados	339.015	115.265	298.255	96.708
Despesas temporárias	364.674	123.989	217.767	74.041
Receitas temporárias	(167.751)	(57.035)	(27.981)	(9.514)
Total ativos ficais diferidos não reconhecidos	**535.938**	**182.219**	**488.041**	**161.235**

Os efeitos tributários dos ativos fiscais não reconhecidos estão sendo demonstrado por natureza abaixo:

Descrição	**Base não constituído**	**Efeito tributário**
Prejuízo fiscal	339.015	115.265
Provisões efeito ajuste a valor presente	567	193
Depreciação/arrendamento	100.216	34.073
Provisões gerais e contingências	71.054	24.158
Provisões gerais e contingências (passivo)	(6.209)	(2.111)
Provisão de bônus	20.894	7.104
Provisão para estoques	10.401	3.537
Diferido não constituído	**535.938**	**182.219**

As informações no nível das controladas estão demonstradas abaixo:

	Grupo SBF S.A (Controladora)		**SBF Comércio**		**Demais empresas(*)**		**Consolidado**	
2022	**Base**	**Efeito tributário**	**Base**	**Efeito tributário**	**Base**	**Efeito tributário**	**Base**	**Efeito tributário**
Prejuízos fiscais acumulados	159.140	54.108	146.763	49.899	33.112	11.258	339.015	115.265
Despesas temporarias	44	15	80.018	27.206	284.612	96.768	364.674	123.989
Receitas temporárias	(12)	(4)	–	–	(167.739)	(57.031)	(167.751)	(57.035)
Total	**159.172**	**54.119**	**226.781**	**77.105**	**149.985**	**50.995**	**535.938**	**182.219**

(*) Dentro das demais empresas está contido NWB, VBlog e Premier.

Movimento das diferenças temporárias: A conciliação da despesa consolidada de imposto de renda e contribuição social está descrita a seguir:

	Saldo em 31/12/2021	**Reconhecidos no resultado**	**Ágio**	**Utilização imposto corrente**	**Saldo em 31/12/2022**
Prejuízo fiscal e base negativa	447.480	(12.955)	9.473	(36.063)	407.935
Provisões gerais e contingências	141.049	(16.908)	–	–	124.141
Provisões gerais e contingências (passivo)	–	(8.231)	–		(8.231)
Provisão para estoques	4.534	16.705	–	–	21.239
Provisão de bônus	14.593	–	–	–	14.593
Depreciação / arrendamento	56.969	76.156	–	–	133.125
Ágio	9.473	9.462	(9.462)	–	9.473
Mais valia Fitdance	–	–	(1.493)		(1.493)
Lucro nos estoques	82.005	49.300	–	–	131.305
Imposto líquido ativo (passivo)	**756.103**	**113.529**	**(1.482)**	**(36.063)**	**832.087**

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social está descrita a seguir:

	Controladora		**Consolidado**	
	31/12/2022	**31/12/2021**	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Lucro antes dos impostos	205.020	519.065	218.213	210.281
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota combinada	(69.707)	(176.482)	(74.192)	(71.496)
Adições permanentes:				
Despesas não dedutíveis	(7.423)	(7.716)	(26.323)	(30.863)
Exclusões permanentes:				
Incentivo fiscal	–	–	63.882	39.765
Receitas não tributáveis	4.905	5.306	38.469	12.073
Outros itens:				
Efeito no resultado de equivalência patrimonial	88.169	193.754	–	–
Prejuízo sem constituição de impostos diferidos	(16.546)	(14.862)	(85.288)	(34.026)
Efeito de impostos diferidos não reconhecidos em exercícios anteriores (a)	(2)	(20.908)	66.424	252.776
Efeito IR sobre Gratificação à administradores	600	–	600	–
PAT	–	–	2.288	–
Base Isenta Adicional IRPJ 10%	–	–	72	114.120
Outros	1	–	457	5.201
Imposto de renda e contribuição social	**(3)**	**(20.908)**	**(13.611)**	**287.550**
Imposto de renda e contribuição social corrente no resultado do exercício	**–**	**–**	**–**	**2.414**
Corrente	–	–	(127.140)	(57.689)
Diferido	(3)	(20.908)	113.529	345.239
Alíquota efetiva	**0%**	**-4%**	**-6%**	**137%**

a) No ano de 2021, baseado em estudo técnico de projeções de lucros tributáveis futuros, a controlada Fisia contabilizou ativo fiscal diferido não reconhecido em anos anteriores relativo a prejuízo fiscal e base negativa e diferenças temporárias no montante de R$ 295.147. Ainda no mesmo ano, após análises de projeção e realização do ativo fiscal diferido de empresas controladas do Grupo, houve a baixa no montante de R$ 42.371 decorrente da revisão das estimativas de lucro tributável futuro de controladas. No ano de 2022, baseado em estudo técnico de projeções de lucros tributáveis futuros, a controlada SBF Comércio contabilizou ativo fiscal diferido não reconhecido em anos anteriores relativo a prejuízo fiscal e base negativa e diferenças temporárias no montante de R$ 66.424.

13. DEPÓSITOS JUDICIAIS E PROVISÕES PARA RISCOS ADMINISTRATIVOS E JUDICIAIS - CONSOLIDADO

13.1 Política contábil: As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) o Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões para reestruturação compreendem multas por rescisão de contratos de aluguel e pagamentos por rescisão de vínculo empregatício. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. **13.2 Composição: Depósitos judiciais:** As movimentações do saldo de depósitos e bloqueios judiciais durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 estão demonstradas no quadro abaixo:

	Saldo em 01/01/2022	**Adições**	**Baixas**	**Reversões**	**Saldo em 31/12/2022**
Depósitos judiciais (a)	109.980	130.154	–	(4.275)	235.859
Depósitos judiciais - Rendimentos	34.547	18.148	(102)	(501)	52.092
Bloqueio judicial - Trabalhista	3.922	997	(1.118)	(79)	3.722
Total	**148.449**	**149.299**	**(1.220)**	**(4.855)**	**291.673**

(a) Durante o exercício de 2022 foram realizadas ações judicias para a discussão da aplicação da anterioridade anual da Lei Complementar 190/2022, nos termos do artigo 150, III, 'b' e 'c' da CF/88. Ainda, nos termos do art. 166, do CTN, para a garantia da discussão dos valores pelo contribuinte, as controladas do Grupo SBF, realizaram depósitos judiciais para alguns períodos e alguns Estados, conforme estratégia adotada pelo Grupo. As movimentações do saldo de depósitos judiciais durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 estão demonstradas no quadro abaixo:

	Saldo em 01/01/2021	**Adições**	**Baixas**	**Reversões**	**Saldo em 31/12/2021**
Depósitos judiciais	90.109	23.626	(341)	(3.414)	109.980
Depósitos judiciais - Rendimentos	30.584	6.754	(2.745)	(46)	34.547
Bloqueio Judicial - Trabalhista	5.058	817	(1.247)	(706)	3.922
Total	**125.751**	**31.197**	**(4.333)**	**(4.166)**	**148.449**

Provisões para riscos administrativos e judiciais: As movimentações do saldo das provisões para riscos administrativos e judiciais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 estão demonstradas no quadro abaixo:

	Saldo em 01/01/2022	**Adições**	**Pagamentos**	**Reversões**	**Saldo em 31/12/2022**
Cível/Consumidor (a)	7.868	9.884	(3.208)	(2.829)	11.715
Trabalhistas (b)	39.487	10.682	(8.713)	(11.031)	30.425
Tributário (c)	572.076	36.569	(29.636)	(61.436)	517.573
Total	**619.431**	**57.135**	**(41.557)**	**(75.296)**	**559.713**

As adições representam novas ações provisionadas com risco de perda provável e atualizações monetárias, os pagamentos representam processos onde o Grupo perdeu ação judicial e as reversões representam processos onde houve ganho de causa para o Grupo ou quando houve alteração na classificação de risco de perda entre os períodos (mudança de risco de perda provável para risco de perda possível ou remota). As movimentações dos saldos das provisões para riscos administrativos e judiciais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 estão demonstradas no quadro abaixo:

	Saldo em 01/01/2021	**Adições**	**Pagamentos**	**Reversões**	**Saldo em 31/12/2021**
Cível/Consumidor (a)	13.587	11.901	(17.620)	–	7.868
Trabalhistas (b)	37.849	16.457	(5.317)	(9.502)	39.487
Tributário (c)	495.699	106.941	(13.732)	(16.832)	572.076
Total	**547.135**	**135.299**	**(36.669)**	**(26.334)**	**619.431**

***a.* Processos de natureza cível/consumidor:** São processos que envolvem as relações de consumo das lojas físicas e e-commerce. Os principais objetos são atraso ou ausência de entrega de produtos, cobrança indevida, produto em falta no estoque, entre outros. Em 31 de dezembro de 2022, o Grupo possui R$ 11.715 (R$ 7.868 em dezembro de 2021) do montante discutido em sua carteira de processos de consumidor provisionado, sendo que o montante não provisionado refere-se aos valores com chances de perda possível de R$ 52.631 (R$ 36.986 em dezembro de 2021) baseado em precedentes e/ou jurisprudências e a opinião dos assessores jurídicos do Grupo. ***b.* Processos de natureza trabalhista:** Os principais objetos em discussão versam sobre pedidos que envolvem jornada, equiparação salarial, danos morais, verbas rescisórias entre outros. Em 31 de dezembro de 2022, o Grupo possui R$ 30.425 (R$ 39.487 em dezembro de 2021) do montante discutido em sua carteira de processos trabalhistas provisionado, sendo que o montante não provisionado refere-se aos valores com chances de perda possível de R$ 70.703 (R$ 64.844 em 31 de dezembro de 2021) baseado em precedentes e/ou jurisprudências. ***c.* Processos de natureza tributária:** Em 31 de dezembro de 2022, o total de débitos tributários, que são classificados como perda provável, perfaz o montante de R$ 517.573 (R$ 572.076 em 31 de dezembro de 2021). Os valores mais expressivos envolvem a cobrança de ICMS pelo fato do Fisco de São Paulo não ter reconhecido o trânsito de algumas mercadorias, somados a multa majorada e juros, os quais são hoje discutidos na esfera administrativa e judicial. Há outras discussões que envolvem ICMS Substituição tributária e créditos de ICMS no Estado da Bahia e multa punitiva federal. O Grupo realizou o pagamento do auto de infração que discutia o IPI revenda, no valor de R$ 28.318, inicialmente provisionado em dezembro de 2020, por meio da utilização de créditos de PIS/COFINS.

Houve também reversão de um dos casos de ICMS discutidos em São Paulo, no valor de R$ 59.043, diante do êxito obtido na ação judicial perante o STJ no que toca à discussão de decadência.

Passivos contingentes

Processos federais

Os processos federais em que o Grupo figura no polo passivo, estão classificados como perda possível no montante de R$ 463.973 (R$ 419.602 em dezembro de 2021), conforme avaliação dos assessores jurídicos do Grupo, diante da existência de defesa baseada em jurisprudência e doutrina.

Imposto	**31/12/2022**	**31/12/2021**
FGTS (a)	95.932	91.467
PIS/COFINS/IRPJ e CSLL (b)	95.380	88.890
IRPJ e CSLL (c)	116.741	99.316
PIS/COFINS (d)	32.664	29.798
IOF (e)	8.072	7.484
INSS (f)	95.968	85.416
Outros (g)	19.216	17.231
Total	**463.973**	**419.602**

(a) FGTS - Discute-se eventual falta de depósito do FGTS mensal e rescisório para colaboradores listados pelo Ministério do Trabalho e Emprego, do período de julho 2004 a 2017, no montante de R$ 95.932. **(b) PIS/COFINS/IRPJ e CSLL -** Existem discussões no montante de R$ 38.875 (R$ 36.688 em 31 de dezembro de 2021) por declarações retificadas e ainda não homologadas pela Receita Federal do Brasil (RFB). Existe também a discussão no montante de R$ 54.966 (R$ 50.718 em 31 de dezembro de 2021) decorrentes da cobrança de IRPJ e CSLL, referente às exclusões de valores no ano-calendário de 2014 a título de incentivos fiscais dos estados da Paraíba e Minas Gerais e cobrança por creditamento de PIS e COFINS sobre insumos considerado indevido pela RFB. Discute-se, ainda, o montante de R$ 1.539 (R$ 1.484 em 31 de dezembro de 2021) referente à multa agravada. **IRPJ e CSLL -** O Grupo possui discussões no montante de R$ 42.259 (30.979 em 31 de dezembro de 2021) sendo que os valores mais relevantes estão relacionados a eventual falta de pagamento do IRPJ e CSLL decorrentes das exclusões de valores nos anos-calendário de 2009, 2010 e 2011, a título de incentivos fiscais e dos ajustes de estoque, ocorridos nos períodos de 2009 e 2010, além de discussões referentes à cobrança de débitos vinculados à parcelamento especial, compensações não homologadas, entre outros. Discute também o montante de R$ 74.482 (R$ 68.338 em 31 de dezembro de 2021), por eventual falta de pagamento de IRPJ e CSLL, decorrente de exclusões de valores da base de cálculo no ano de 2015 a título de incentivos fiscais. **(c) PIS/COFINS -** Discute-se o montante de R$ 5.937 (R$ 5.417 em 31 de dezembro de 2021), referente a divergências apuradas de PIS/COFINS por alegadas faltas de pagamentos e multa pela não homologação de pedidos de compensação, em relação a discussão dos incentivos fiscais das competências de 2009 a 2011, considerados como subvenção para investimento e possibilidade de dedução da base de cálculo houve êxito no processo administrativo. Tem-se, ainda, o montante de R$ 26.727 (R$ 22.429 em 31 de dezembro de 2021) acerca de compensações não homologadas realizadas nos períodos entre 2008, 2012 a 2017, em razão de supostas divergências nas declarações. Ainda, em relação à operação das controladas do Grupo SBF, SBF Comércio e FISIA, diante do julgamento proferido pelo STJ no Resp 1.221.170/PR, e apoiado na opinião de seus assessores jurídicos externos, o Grupo avaliou suas despesas nos termos do conceito de relevância e essencialidade para desenvolvimento de sua atividade econômica específica e apropriou créditos de PIS e COFINS não cumulativos em relação às principais despesas no montante de R$ 33.393 em 31 de dezembro de 2022 (R$ 28.483 em 31 de dezembro de 2021). **(d) IOF -** Discute-se eventual falta de pagamento de imposto sobre operações financeiras entre empresas do mesmo grupo econômico, do período de 2014 e 2015. **(e) INSS -** Discute-se eventual falta de pagamento de contribuição previdenciária e contribuição do grau de incidência de incapacidade laborativa decorrente dos riscos ambientais do trabalho, no montante de R$ 2.880 (R$ 906 em 31 de dezembro de 2021). Discute-se, ainda, o montante de R$ 93.088, referentes às compensações não homologadas e multa, relativos a créditos de verbas previdenciárias de 2013 a 2022. **(f) Outros -** Discute-se multa isolada em razão de não homologação de pedido de compensação e multa por estimativa de IRPJ, CSLL, PIS e II, entre outras discussões, que perfazem o montante de R$ 19.216 (R$ 17.540 em 31 de dezembro de 2021). **Processos estaduais:** O Grupo é parte integrante de processos tributários na esfera administrativa e judicial relativos às discussões sobre ICMS. Com base na avaliação dos advogados externos, consideradas as perspectivas de êxito na discussão do mérito de cada processo, a Administração do Grupo decidiu por constituir provisão em valor suficiente para fazer frente a eventuais perdas oriundas do resultado final do julgamento dos processos. Os honorários dos advogados patrocinadores das causas foram devidamente provisionados. Além dos valores já provisionados com prognositco de perda provável, em 31 de dezembro de 2022, o Grupo possui 18,3% (15,9% em 31 de dezembro de 2021) da sua carteira de processos tributários estaduais classificados como perda possível pelos seus advogados. Tratam-se de processos para cobrança de Diferencial de Alíquota de ICMS (DIFAL), cujos débitos estão garantidos através de depósitos judiciais em ações ativas e processos de cobrança de ICMS decorrentes de autuação pelas Secretarias de Fazenda Estaduais, sendo as principais dos Estados de São Paulo, Paraíba, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Bahia, Ceará, Pernambuco, Amazonas, Maranhão, no montante de R$ 380.944 (R$ 301.585 em 31 de dezembro 2021), e que as teses de defesa se baseiam em precedentes e/ou jurisprudências favoráveis. Os processos administrativos e judiciais de maior relevância têm como objeto suposta falta de pagamento, creditamento ou aproveitamento indevido do imposto, descumprimento ou erro em obrigação acessória e transferência de saldo credor nas apurações realizadas pelo Grupo considerada como indevida pelas fazendas estaduais ou entidade fiscal estadual **Processos municipais:** O Grupo possui, ainda, processos municipais, que somam, em 31 de dezembro de 2022, o montante de R$ 4.528 (R$ 5.418 em 31 de dezembro de 2021), e estão classificados como perda possível pelos seus advogados externos. A principal discussão refere-se à cobrança de ISS pelo Município de Extrema - MG para os períodos de 2014 a 2016. **Contingências restituíveis:** Existem no contrato de aquisição entre a Companhia e a controlada Fisia, contingências trabalhistas, tributárias e cíveis classificadas como perda possível, conforme análise dos assessores jurídicos do Grupo, as quais podem ser restituíveis, caso venha a ter desembolso de caixa para esses processos. Sendo assim, nos termos do CPC 15 - Combinação de negócios, estas contingências devem ser provisionadas para fins de alocação de preço assumidas pelo Grupo em decorrência do contrato de aquisição da operação Fisia, totalizando um valor original de R$ 33.660 que será mantida até a sua resolução na empresa controlada. Essas contingências são passíveis de indenização integral do saldo por parte da Nike Inc. e, portanto, há o registro de ativo indenizatório apresentado na rubrica de "outros valores a receber" de igual valor. Em 31 de dezembro de 2022 o saldo de contingências restituíveis é de R$ 33.823 (R$ 34.633 em 31 de dezembro de 2021). Tais contingências foram mensuradas de maneira que representem o maior valor entre o montante pelo qual esse passivo seria reconhecido, considerando o disposto no Pronunciamento Técnico CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, e o montante pelo qual o passivo foi inicialmente reconhecido.

14. INVESTIMENTOS E PASSIVO A DESCOBERTO EM CONTROLADAS

14.1 Política contábil: ***(i) Combinações de negócios:*** Combinações de negócio são registradas utilizando o método de aquisição quando o conjunto de atividades e ativos adquiridos atende à definição de um negócio e o controle é transferido para o Grupo. Ao determinar se um conjunto de atividades e ativos é um negócio, o Grupo avalia se o conjunto de ativos e atividades adquiridos inclui, no mínimo, inputs e processos substantivos que juntos contribuam, significativamente, para a capacidade de gerar outputs. O Grupo tem a opção de aplicar um "teste de concentração" que permite uma avaliação simplificada se um conjunto de atividades e ativos adquiridos não é um negócio. O teste de concentração opcional é atendido se, substancialmente, todo o valor justo dos ativos brutos adquiridos estiver concentrado em um único ativo identificável ou grupo de ativos identificáveis similares. A contraprestação transferida é mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer ágio que surja na transação é testado no mínimo anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável. Ganhos em uma compra vantajosa são reconhecidos imediatamente no resultado. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio. A contraprestação transferida não inclui montantes referentes ao pagamento de relações pré-existentes. Esses montantes são geralmente reconhecidos no resultado do exercício. Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição. Se a contraprestação contingente é classificada como instrumento patrimonial, então ela não é remensurada e a liquidação é registrada dentro do patrimônio líquido. As demais contraprestações contingentes são remensuradas ao valor justo em cada data de relatório e as alterações subsequentes ao valor justo são registradas no resultado do exercício. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos para a aquisição de controladas em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. O Grupo reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Se os planos de pagamento baseado em ações detidos pelos funcionários da adquirida precisam ser substituídos (substituição de planos), todo ou parte do novo montante do plano de substituição emitido pelo adquirente é incluído na mensuração da contraprestação transferida na combinação de negócios. Essa determinação é baseada no valor de mercado do plano de substituição comparado com o valor de mercado do plano de pagamento baseado em ações da adquirida e na medida em que esse plano de substituição se refere a serviços prestados antes da combinação. ***(ii) Controladas:*** Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) nas quais o Grupo detém o controle. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle. Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (impairment) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo. ***(iii) Transações com participações de não controladores:*** O Grupo trata as transações com participações de não controladores como transações com proprietários de ativos do Grupo. Para as compras de participações de não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações de não controladores também são registrados diretamente no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial". ***(iv) Investimentos em entidades contabilizados pelo método da equivalência patrimonial:*** Coligadas são todas as entidades sobre as quais o Grupo tem influência significativa, mas não o controle, geralmente por meio de uma participação societária de 20% a 50% dos direitos de voto. Os investimentos do Grupo em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em coligadas. As coligadas são aquelas entidades nas quais o Grupo, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais. Para ser classificada como uma entidade controlada em conjunto, deve existir um acordo contratual que permite ao Grupo controle compartilhado da entidade e dá ao Grupo direito aos ativos líquidos da entidade controlada em conjunto, e não direito aos seus ativos e passivos específicos. ***(v) Transações eliminadas na consolidação:*** Saldos e transações entre partes relacionadas intergrupo, e quaisquer lucros não realizados derivados de transações intergrupo, são eliminados. Ganhos e perdas não realizados oriundos de transações com controladas, registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. ***(vi) Descrição dos principais procedimentos de consolidação -*** Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas; - Eliminação da participação no capital, nas reservas e nos lucros acumulados da empresa controlada; - Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas; e - Destaque do valor da participação dos acionistas não controladores nas Demonstrações Financeiras Consolidadas.

14.2 Composição:	**31/12/2022**	**31/12/2021**
SBF Comércio de Produtos Esportivos S.A.	2.205.672	900.154
Fisia Comércio de Produtos Esportivos Ltda.	–	1.854.009
VBLOG Logística e Transportes Ltda.	28.122	6.813
Store Engenharia e Instalações Ltda.	–	(282.606)
Pine Adm. de Bens e Participações Ltda.	–	(72.539)
Network Participações S.A.	64.450	65.723
Premier Dist. de Vest., Calç. Equiptos e Acess. Ltda.	(24.213)	–
Subtotal	**2.274.031**	**2.471.554**
Outros - Contingências Indenizáveis	–	(34.634)
Total	**2.274.031**	**2.436.920**
Composição		
Investimentos	2.298.244	2.792.065
Passivo a descoberto em controladas	(24.213)	(355.145)
Total	**2.274.031**	**2.436.920**

Apresentamos abaixo as movimentações dos investimentos em controladas:

Controladas	**Participação**	**Ativo**	**Passivo**	**Patrimônio líquido**	**Lucro intercompany**	**Investimento**	**Lucro (Prejuízo)**	**Lucro intercompany**	**Equivalência**
SBF Comércio	100%	8.209.736	5.749.177	2.460.559	(255.935)	2.204.624	40.045	(95.668)	(55.623)
VBLOG Logística	100%	107.865	85.301	22.564	5.558	28.122	6.228	15.082	21.310
Store Engenharia	100%	–	–	–	–	–	(12.734)	–	(12.734)
Pine Participações	100%	–	–	–	–	–	33.537	–	33.537
Fisia Comércio	100%	–	–	–	–	–	278.636	–	278.636
Premier	100%	1.693.023	1.717.236	(24.213)	–	(24.213)	14.789	–	14.789
Network Participações	100%	21.226	12.324	8.902	–	8.902	(16.579)	–	(16.579)
Total		**10.031.850**	**7.564.038**	**2.467.812**	**(250.377)**	**2.217.435**	**343.922**	**(80.586)**	**263.336**

Movimento	**Saldo em 01/01/2022**	**Aquisição minoritários**	**Aumento de capital**	**Outros resultados abrangentes**	**Distribuição de dividendos**	**Amortização PPA**	**Equivalência**	**Incorporação**	**Mudança de controle Fisia**	**Saldo em 31/12/2022**
SBF Comércio	900.154	–	–	18.549	–	(117)	(55.623)	–	1.342.709	2.205.672
VBLOG Logística	6.812	–	–	–	–	–	21.310	–	–	28.122
Store Engenharia	(282.606)	–	–	–	–	–	(12.734)	295.340	–	–
Pine Participações	(72.539)	–	–	–	–	–	33.537	39.002	–	–
Fisia Comércio	1.854.009	–	–	(48.172)	(442.207)	(3.212)	278.636	(295.340)	(1.343.714)	–
Premier	–	–	–	–	–	–	14.789	(39.002)	–	(24.213)
Network Participações	65.723	5.993	10.000	–	–	(687)	(16.579)	–	–	64.450
Total	**2.471.553**	**5.993**	**10.000**	**(29.623)**	**(442.207)**	**(4.016)**	**263.336**	**–**	**(1.005)**	**2.274.031**

continua →★

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001. A autenticidade pode ser conferida ao lado

ICP Brasil

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 03/03/2023

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de **Publicações Legais** no portal do **Jornal O Dia SP**. Acesse também através do link: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código D79F-683C-13D6-AA92.

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código D79F-683C-13D6-AA92.

GRUPO SBF

CENTAURO FISIA dance NWB ONEFAN X3M

GRUPO SBF S.A.

CNPJ 13.217.485/0001-11

→★ continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(Em milhares de Reais)

Controladas	Participação	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Lucro intercompany	Investimento	Lucro(Prejuízo)	Lucro intercompany	Equivalência
SBF Comércio	99,96%	5.553.448	4.493.770	1.059.678	(159.186)	900.154	80.310	(20.635)	59.652
VBLOG Logística	99,00%	75.292	58.956	16.336	(9.454)	6.813	13.911	(5.424)	8.402
Store Engenharia	100%	66.974	349.580	(282.606)	–	(282.606)	(36.399)	–	(36.399)
Pine Participações	100%	1	72.540	(72.539)	–	(72.539)	3.873	–	3.873
Fisia Comércio	100%	2.490.194	616.557	1.873.637	–	1.873.637	533.714	–	533.714
Network Participações	100%	14.091	4.608	9.483	–	9.483	623	–	623
Total		**8.200.000**	**5.596.011**	**2.603.989**	**(168.640)**	**2.434.942**	**596.032**	**(26.059)**	**569.865**

Movimento	Saldo em 01/01/2021	Aquisição	AFRC (*)	Aumento/Redução de Capital	Outros resultados abrangentes	Ajuste de preço	Amortização	Equivalência	Saldo em 31/12/2021
SBF Comércio	840.502	–	–	–	–	–	–	59.652	900.154
VBLOG Logística	(1.590)	–	–	–	–	–	–	8.402	6.813
Store Engenharia	(246.207)	–	–	–	–	–	–	(36.399)	(282.606)
Pine Participações	(76.412)	–	–	–	–	–	–	3.873	(72.539)
Fisia Comércio	1.661.527	–	(215.080)	(127.802)	4.146	3.207	(5.703)	533.714	1.854.009
Network Participações	–	63.493	–	4.000	–	–	(2.393)	623	65.723
Total	**2.177.820**	**63.493**	**(215.080)**	**(123.802)**	**4.146**	**3.207**	**(8.096)**	**569.865**	**2.471.554**

(*) AFRC - Adiantamento para futura redução de capital.

15. IMOBILIZADO - CONSOLIDADO

15.1 Política contábil: Reconhecimento e mensuração: Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando aplicável. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração. **Custos subsequentes** Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado. **Depreciação:** Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício, baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização. As vidas úteis médias estimadas do Grupo são as seguintes para o exercício corrente e comparativo:

Computadores e periféricos	5 anos
Veículos	5 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Máquinas, equipamentos e ferramentas	10 anos
Benfeitoria em imóveis de terceiros (*)	2 a 10 anos

(*) as vidas úteis destes ativos são determinadas levando em consideração a vida econômica dos itens ou o prazo do contrato de arrendamento subjacente, prevalencendo das duas a menor. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. **Impairment:** Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC - Unidade Geradora de Caixa), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou um ativo UGCs, considerados pelo Grupo como os pontos de venda (lojas físicas e e-commerce). O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata. Uma perda por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. Não houve perda por redução ao valor recuperável reconhecida. A Administração não identificou mudanças de circunstâncias, bem como evidências de que seus ativos utilizados em suas operações não são recuperáveis perante seu desempenho operacional e financeiro e, concluiu que, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, não existiam indicadores relevantes de perda na recuperação dos seus ativos. **15.2 Composição:**

	Taxa anual de depreciação (%)	Custo	Depreciação acumulada	31/12/2022	31/12/2021
Computadores e periféricos	20	208.628	(139.191)	69.437	54.401
Máquinas, equipamentos e ferramentas	10	68.839	(46.123)	22.716	17.596
Móveis e utensílios	10	272.661	(130.479)	142.182	114.803
Veículos	20	2.727	(2.727)	–	23
Benfeitorias em imóveis de terceiros	14	878.704	(559.430)	319.274	229.927
Imobilizado em andamento	(a)	18.342	–	18.342	13.362
Total		**1.449.901**	**(877.950)**	**571.951**	**430.112**

A movimentação do imobilizado, no exercício de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2022, está demonstrada no quadro a seguir:

	Saldo em 01/01/2022	Adições	Baixas	Transfefências entre rubricas	Aquisição Fitdance	Saldo em 31/12/2022
Computadores e periféricos	171.522	17.526	(468)	19.998	50	208.628
Máquinas, equipamentos e ferramentas	66.164	9.472	(376)	(6.486)	65	68.839
Móveis e utensílios	230.765	16.294	(3.426)	29.025	3	272.661
Veículos	2.727	–	–	–	–	2.727
Benfeitorias em imóveis de terceiros	747.591	48.343	(8.344)	91.114	–	878.704
Imobilizado em andamento (a)	13.362	138.631	–	(133.651)	–	18.342
Custo do imobilizado	**1.232.131**	**230.266**	**(12.614)**	**–**	**118**	**1.449.901**
Computadores e periféricos	(117.121)	(22.359)	289	–	–	(139.191)
Máquinas, equipamentos e ferramentas	(48.568)	(3.439)	5.884	–	–	(46.123)
Móveis e utensílios	(115.962)	(17.385)	2.868	–	–	(130.479)
Veículos	(2.704)	(23)		–	–	(2.727)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(517.664)	(47.620)	5.854	–	–	(559.430)
Depreciação	**(802.019)**	**(90.826)**	**14.895**	**–**	**–**	**(877.950)**
Total do imobilizado líquido	**430.112**	**139.440**	**2.281**	**–**	**118**	**571.951**

(a) O saldo de imobilizado em andamento refere-se aos projetos de lojas que estão sendo reformadas. Os saldos são transferidos para as respectivas contas contábeis a medida que as obras se encerram e as lojas são inauguradas. A movimentação do imobilizado, no exercício de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2021, está demonstrada no quadro a seguir:

	Saldo em 01/01/2021	Adições	Baixas	Transferências entre rubricas	Aquisição NWB	Saldo em 31/12/2021
Computadores e periféricos	148.328	5.855	(2.180)	18.753	766	171.522
Máquinas, equipamentos e ferramentas	67.235	803	(3.815)	1.757	184	66.164
Móveis e utensílios	198.408	935	(11.519)	42.722	219	230.765
Veículos	5.248	–	(2.521)	–	–	2.727
Benfeitorias em imóveis de terceiros	627.590	49.246	(28.976)	99.480	251	747.591
Imobilizado em andamento (a)	4.050	132.274	(841)	(122.121)	–	13.362
Custo do imobilizado	**1.050.859**	**189.113**	**(49.852)**	**40.591**	**1.420**	**1.232.131**
Computadores e periféricos	(105.873)	(12.989)	2.077	–	(336)	(117.121)
Máquinas, equipamentos e ferramentas	(47.121)	(4.679)	3.273	–	(41)	(48.568)
Móveis e utensílios	(108.071)	(17.192)	9.423	–	(122)	(115.962)
Veículos	(5.131)	(94)	2.521	–	–	(2.704)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(488.308)	(38.691)	14.028	(4.466)	(227)	(517.664)
Depreciação	**(754.504)**	**(73.645)**	**31.322**	**(4.466)**	**(726)**	**(802.019)**
Total do imobilizado líquido	**296.355**	**115.468**	**(18.530)**	**36.125**	**694**	**430.112**

16. INTANGÍVEL - CONSOLIDADO

16.1 Política contábil: Ágio: O ágio resulta da aquisição de controladas e representa o excesso da (i) contraprestação transferida; (ii) do valor da participação de não controladores na adquirida; e (iii) do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos. Caso o total da contraprestação transferida, a participação dos não controladores reconhecida e a participação mantida anteriormente medida pelo valor justo seja menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, no caso de uma compra vantajosa, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado. O ágio é testado para impairment anualmente em 31 de outubro ou quando as circunstâncias indicarem que o valor contábil pode apresentar redução ao valor recuperável. O impairment é determinado para o ágio através da avaliação do valor recuperável de cada UGC (ou grupo de UGC) a que o ágio se refere. Quando o valor recuperável da UGC for menor que seu valor contábil, é reconhecida uma perda por redução ao valor recuperável. As perdas por impairment relativas ao ágio não podem ser revertidas em períodos futuros. **Marcas direito e patente:** As marcas registradas e as licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico. As marcas registradas e as licenças adquiridas em uma combinação de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. Posteriormente, as marcas e licenças, avaliadas com vida útil definida, são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear para alocar o custo das marcas registradas e das licenças durante sua vida útil estimada de 10 a 20 anos. **Carteira de clientes:** As relações contratuais com clientes, adquiridas em uma combinação de negócios, são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. As relações contratuais com clientes têm vida útil finita e são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada usando o método linear durante a vida esperada da relação com o cliente. **Softwares:** As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares de três a cinco anos. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pelo Grupo, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do software. Outros gastos de desenvolvimento que não atendam aos critérios de capitalização são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente. Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a cinco anos. **Outros ativos intangíveis:** Os ativos intangíveis adquiridos pelo Grupo e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável. São representados pelos valores pagos na aquisição de novos pontos comerciais das lojas localizadas nos shoppings (fundo de comércio), são amortizados linearmente conforme prazo do contrato de locação. **Contrato de distribuição:** O contrato de distribuição refere-se a alocação do direito de uso relacionado ao contrato de exclusividade na distribuição dos produtos da marca "Nike, mensurados na avaliação dos valores justos dos ativos líquidos adquiridos na combinação de negócios da controlada Físia. Com esta aquisição, o Grupo celebrou uma parceria estratégica com a Nike, Inc. ("Nike") e se tornou a distribuidora exclusiva dos produtos Nike no Brasil, a operadora do canal de venda eletrônico por 10 (dez) anos e a varejista exclusiva de lojas físicas Nike, responsabilizando-se pela comercialização de produtos ao consumidor final por meio de lojas monobrand Nike. A amortização é calculada usando o método linear durante o prazo de distribuição exclusiva. **Amortização:** A amortização é reconhecida no resultado pelo método linear baseada nas vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:

	Conforme contrato
Fundo de comércio	Conforme contrato
Softwares e aplicativos	5 anos
Marcas e patentes	10 - 20 anos
Contrato de distribuição	10 anos
Carteira de clientes	10 anos
Tecnologia	10 anos

Métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja adequado.

16.2 Composição:	Taxa anual de amortização (%)	Custo	Amortização acumulada	31/12/2022	31/12/2021
Fundo de comércio	Conforme contrato	18.502	(11.201)	7.301	4.074
Software	20	504.701	(230.175)	274.526	193.115
Marcas direito e patente	10	7.425	(43)	7.382	5.743
Software em andamento	–	472	–	472	2.377
Contrato de distribuição	10	164.821	(34.338)	130.483	146.965
Carteira de clientes	10	4.024	(762)	3.262	1.975
Tecnologia	10	11.618	(2.130)	9.488	9.466
Ágio por expectativa de rentabilidade futura		54.539	–	54.539	40.115
Total		**766.102**	**(278.649)**	**487.453**	**403.830**

A movimentação do intangível, no exercício de 1º de janeiro à 31 de dezembro de 2022, está demonstrada no quadro a seguir:

	Saldo em 01/01/2022	Adições	Baixas	Transferências entre rubricas	Aquisição Fitdance	Saldo em 31/12/2022
Fundo de comércio	16.058	3.249	(2.005)	1.200	–	18.502
Software (a)	365.098	134.184	(2)	4.268	1.153	504.701
Marcas direito e patente	5.930	–	(501)	–	1.996	7.425
Software em andamento	2.377	3.563	–	(5.468)	–	472
Contrato de distribuição	164.821	–	–	–	–	164.821
Carteira de clientes	2.008	–	–	–	2.016	4.024
Tecnologia	11.618	–	–	–	–	11.618
Ágio por expectativa de rentabilidade futura	40.115	7.732	–	–	6.692	54.539
Custo do intangível	**608.025**	**148.728**	**(2.508)**	**–**	**11.857**	**766.102**
Fundo de comércio	(11.984)	(1.223)	2.006	–	–	(11.201)
Software	(171.983)	(58.196)	4	–	–	(230.175)
Marcas direito e patente	(187)	–	114	–	–	(43)
Contrato de distribuição	(17.856)	(16.482)	–	–	–	(34.338)
Carteira de clientes	(33)	(729)	–	–	–	(762)
Tecnologia	(2.152)	22	–	–	–	(2.130)
Amortização	**(204.195)**	**(76.608)**	**2.124**	**–**	**–**	**(278.649)**
Total do intangível líquido	**403.830**	**72.120**	**(384)**	**–**	**11.857**	**487.453**

(a) As adições refere-se substancialmente as migrações sistêmicas de ERP da SBF Comércio e da Físia, veja mais detalhes demonstrada na Nota 3.9. ***Composição do ágio:*** O ágio identificado nas aquisições, é alocado às Unidades Geradoras de Caixa (UGCs); Segue um resumo da alocação do ágio por nível de UGC:

NWB	46.850
Fitdance	6.692
Fisia	997
Total	**54.539**

Anualmente, o Grupo testa eventuais perdas (impairment) no ágio, o valor recuperável de uma UGC é determinado com base em cálculos do valor em uso. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas e projeções orçamentárias aprovadas pela administração. No encerramento do exercício de 31 de dezembro de 2022 e 2021 não foram identificados índicios de Impairment no ágio. A movimentação do intangível, no exercício de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2021, está demonstrada no quadro a seguir:

	Saldo em 01/01/2021	Adições	Baixas	Transferências entre rubricas	Aquisição NWB	Saldo em 31/12/2021
Fundo de comércio	16.692	–	(634)	–	–	16.058
Software	265.150	99.867	(21)	–	102	365.098
Marcas direito e patente	43	5.887	–	–	–	5.930
Software em andamento	–	2.377	–	–	–	2.377
Contrato de distribuição	166.408	(1.587)	–	–	–	164.821
Carteira de clientes	–	2.008	–	–	–	2.008
Tecnologia	–	11.618	–	–	–	11.618
Ágio por expectativa de rentabilidade futura	–	40.115	–	–	–	40.115
Custo do intangível	**448.293**	**160.285**	**(655)**	**–**	**102**	**608.025**
Fundo de comércio	(11.463)	(1.155)	634	–	–	(11.984)
Software	(129.769)	(42.152)	9	–	(71)	(171.983)
Marcas direito e patente	(43)	(144)	–	–	–	(187)
Contrato de distribuição	(1.387)	(16.469)	–	–	–	(17.856)
Carteira de clientes	–	(33)	–	–	–	(33)
Tecnologia	–	(2.152)	–	–	–	(2.152)
Amortização	**(142.662)**	**(62.105)**	**643**	**–**	**(71)**	**(204.195)**
Total do intangível líquido	**305.631**	**98.180**	**(12)**	**–**	**31**	**403.830**

A Administração concluiu que não possui evidências de que seus ativos não são recuperáveis perante seu desempenho operacional e financeiro e, concluiu que, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, não existiam indicadores relevantes de perda na recuperação dos seus ativos.

17. OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO - CONSOLIDADO

17.1 Política contábil: No início de um contrato, o Grupo avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, o Grupo utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2)/IFRS 16. ***Como arrendatário:*** No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, o Grupo aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, o Grupo optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente. O Grupo reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a da data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente amortizado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será amortizado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental do Grupo. Geralmente, o Grupo usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto. O Grupo determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte: — pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência; — pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início; — valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e — o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se o Grupo alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. É reconhecido o ajuste a valor presente para os elementos integrantes do passivo decorrentes de operações de longo prazo, ou de operações de curto prazo, quando houver efeitos relevantes, tomando-se por base a data de origem da transação. ***Pagamentos de arrendamentos variáveis:*** Certos arrendamentos de imóveis contêm cláusulas de pagamentos variáveis ligados a vendas geradas em uma loja. Para algumas lojas, até 100% dos pagamentos de arrendamentos são realizados de acordo com cláusulas de pagamentos variáveis, havendo uma vasta gama aplicável de porcentagens de vendas. Tais condições são usadas por uma diversidade de razões, inclusive minimizar a base de custos fixos para lojas recentemente estabelecidas. Os pagamentos de arrendamentos variáveis que dependem de vendas são reconhecidos no resultado no período em que ocorre a condição que dá origem a tais pagamentos. ***Opções de prorrogação e extinção:*** As opções de prorrogação e extinção estão incluídas em diversos dos arrendamentos de ativos imobilizados do Grupo. Esses termos são usados para maximizar a flexibilidade operacional em termos de gestão de contratos. A maioria das opções de prorrogação e extinção mantidas podem ser exercidas apenas pelo Grupo, e não pelo respectivo arrendador. ***Arrendamentos de ativos de baixo valor:*** O Grupo optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. O Grupo reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento. **17.2 Composição:** O Grupo possui contratos de arrendamento para os imóveis de sua sede administrativa, centros de distribuição e lojas, com prazos médios entre 5 e 25 e anos e podem ter opção de renovação.

Quantidade contratos:	
Centros de distribuição	10
Edificios administrativos	3
Veículos	55
Lojas	256
Total	**324**

As taxas de juros utilizadas para cálculo do valor do ativo e passivo de arrendamento são demonstradas abaixo:

Intervalo	Taxa mensal
1 a 3 anos	0,61%
3 a 6 anos	0,67%
6 a 10 anos	0,74%

a. Ativo de direito de uso: A movimentação do ativo de direito de uso no exercício de 1º de janeiro à 31 de dezembro de 2022, está demonstrada no quadro a seguir:

Ativo - Direito de Uso	Imóveis	Veículos	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2022	**1.298.644**	**29.198**	**1.327.842**
(+/–) Novos contratos e remensuração	287.456	–	287.456
(–) Amortização	(183.040)	(3.306)	(186.346)
(–) Baixas de contratos	–	(780)	(780)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**1.403.060**	**25.112**	**1.428.172**

A movimentação do ativo de direito de uso no exercício de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2021, está demonstrada no quadro a seguir:

Ativo - Direito de Uso	Imóveis	Veículos	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2021	**1.172.744**	**5.022**	**1.177.766**
(+) Novos contratos e remensuração	350.208	31.976	382.184
(–) Transferência para Imobilizado	(36.125)	–	(36.125)
(–) Amortização	(183.262)	(5.237)	(188.499)
(–) Baixas de contratos	(4.921)	(2.563)	(7.484)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**1.298.644**	**29.198**	**1.327.842**

b. Passivo de arrendamento: A movimentação do passivo de arrendamento no exercício de 1º de janeiro à 31 de dezembro de 2022, está demonstrada no quadro a seguir:

Passivo - arrendamento a pagar	Imóveis	Veículos	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2022	**1.460.220**	**30.441**	**1.490.661**
(+/–) Novos contratos e remensuração	287.456	–	287.456
(+) Apropriação juros incorridos	129.618	1.811	131.429
(–) Pagamentos passivo de arrendamento	(257.696)	(4.690)	(262.386)
(–) Descontos obtidos	(10.108)	–	(10.108)
(–) Baixas de contratos	–	(810)	(810)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**1.609.490**	**26.752**	**1.636.242**
Circulante	**273.477**	**4.595**	**278.072**
Não circulante	**1.336.013**	**22.157**	**1.358.170**

A movimentação do passivo de arrendamento no exercício de 1º de janeiro à 31 de dezembro de 2021, está demonstrada no quadro a seguir:

Passivo - arrendamento a pagar	Imóveis	Veículos	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2021	**1.222.012**	**4.387**	**1.226.399**
(+/–) Novos contratos e remensuração	350.208	31.976	382.184
(+) Apropriação juros incorridos	121.519	1.474	122.993
(–) Pagamentos passivo de arrendamento	(201.856)	(5.562)	(207.418)
(–) Descontos obtidos	(23.744)	(22)	(23.766)
(–) Baixas de contratos	(7.919)	(1.812)	(9.731)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**1.460.220**	**30.441**	**1.490.661**
Circulante	**188.881**	**6.680**	**195.561**
Não circulante	**1.271.339**	**23.761**	**1.295.100**

Cronograma de vencimento do passivo de arrendamento: Em 31 de dezembro de 2022, o Grupo possuía o seguinte cronograma de pagamentos mínimos de arrendamentos operacionais não canceláveis:

	Imóveis	Veículos	Total
Até 1 ano	273.477	4.595	278.072
Entre 1 e 5 anos	863.721	22.157	885.878
Mais de 5 anos	472.292	–	472.292
Grupo como arrendatário	**1.609.490**	**26.752**	**1.636.242**

Em 31 de dezembro de 2021, o Grupo possuía o seguinte cronograma de pagamentos mínimos de arrendamentos operacionais não canceláveis:

	Imóveis	Veículos	Total
Até 1 ano	188.881	6.680	195.561
Entre 1 e 5 anos	623.256	20.235	643.491
Mais de 5 anos	648.083	3.526	651.609
Grupo como arrendatário	**1.460.220**	**30.441**	**1.490.661**

Pagamentos de arrendamentos de aluguéis variáveis: No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o Grupo reconheceu o montante de R$ 80.764 (R$ 44.885 em 31 de dezembro de 2021) referente às despesas relacionadas ao pagamento de aluguéis variáveis, conforme Nota 30. **c. Outras considerações:** Em atendimento ao oficio CVM/SNC/SEP 02/2019, são apresentados os saldos comparativos do passivo de arrendamento, do direito de uso, da despesa financeira e da despesa de depreciação do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, considerando os fluxos futuros estimados de pagamento corrigidos pela inflação.

	2023	2024	2025	2026	Após 2026
Passivo de arrendamento					
Contábil - IRFS 16/CPC 02 (r2)	278.072	188.308	182.248	177.186	810.428
Fluxo com projeção de inflação	292.831	195.181	188.080	182.856	836.363
Variação	**5,31%**	**3,65%**	**3,20%**	**3,20%**	**3,20%**
Difeiro de uso líquido - saldo final					
Contábil - IRFS 16/CPC 02 (r2)	1.177.177	977.271	796.184	631.819	479.020
Fluxo com projeção de inflação	1.239.685	1.012.942	821.662	652.037	494.348
Variação	**5,31%**	**3,65%**	**3,20%**	**3,20%**	**3,20%**
Despesa financeira					
Contábil - IRFS 16/CPC 02 (r2)	128.418	112.838	96.733	81.177	233.859
Fluxo com projeção de inflação	135.237	116.957	99.828	83.775	241.343
Variação	**5,31%**	**3,65%**	**3,20%**	**3,20%**	**3,20%**
Despesa de depreciação					
Contábil - IRFS 16/CPC 02 (r2)	216.854	200.462	181.294	164.790	633.124
Fluxo com projeção de inflação	228.369	207.779	187.096	170.064	653.384
Variação	**5,31%**	**3,65%**	**3,20%**	**3,20%**	**3,20%**

18. FORNECEDORES E OPERAÇÕES DE RISCO SACADO - CONSOLIDADO

18.1 Políticas contábil: As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional do Grupo pelas taxas de câmbio nas datas das transações. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da reconversão são reconhecidas no resultado. O Grupo oferece aos seus fornecedores a opção de recebimento por meio de uma operação de risco sacado *(reverse finance operation)* por uma instituição financeira. Essa modalidade é disponibilizada com o intuito de facilitar os procedimentos administrativos para que seus fornecedores adiantem recebíveis relacionados às compras de rotina das empresas do Grupo. Nesta operação, a instituição financeira paga antecipadamente os fornecedores em troca de um desconto e, quando contratado entre a instituição financeira e o fornecedor (a decisão de aderir a esta transação é única e exclusivamente do fornecedor), o Grupo paga à instituição financeira na data de vencimento o valor nominal total da obrigação originária. Portanto, esta operação não altera significativamente os valores, natureza e tempestividade do passivo (incluindo prazos, preços e condições previamente pactuados) e não afeta o Grupo com os encargos financeiros praticados pela instituição financeira, ao realizar uma análise criteriosa de fornecedores por categoria. Não há nenhuma garantia concedida pelo Grupo. Adicionalmente, os pagamentos realizados pelo Grupo, representados por compras de bens e serviços, são diretamente relacionados às faturas dos fornecedores e não alteram seus fluxos de caixa. Dessa forma, o Grupo continua reconhecendo os fornecedores operacionais nas demonstrações dos fluxos de caixa. **18.2 Composição:** Referem-se a fornecedores relativos aos produtos de revenda, materiais de consumo e outros materiais e serviços.

	31/12/2022	31/12/2021
Fornecedores de mercadorias para revenda	1.186.330	762.843
Fornecedores de materiais de consumo	237.046	83.737
Subtotal	**1.423.376**	**846.580**
Operações de "risco sacado" (a)	138.171	67.714
Total	**1.561.547**	**914.294**

19. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES - CONSOLIDADO

19.1 Política contábil: Os empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

19.2 Composição:	31/12/2022	31/12/2021
Passivo circulante		
Capital de giro	77.232	121.485
Debêntures	191.836	77.743
Financiamento de bens	8.850	8.248
	277.918	**207.476**
Passivo não circulante		
Capital de giro	77.809	154.700
Debêntures	773.647	451.042
Financiamento de bens	4.188	10.560
	855.644	**616.302**
Total empréstimos, financiamentos e debêntures	**1.133.562**	**823.778**
Passivo circulante	**277.918**	**207.476**
Passivo não circulante	**855.644**	**616.302**
Total	**1.133.562**	**823.778**

As conciliações das movimentações patrimoniais dos passivos financeiros de 2022 estão demonstradas a seguir:

	01/01/2022	Adições	Pagamento principal	Pagamento juros	Provisão juros	Amortização custo captação	Aquisição FitDance	31/12/2022
Capital de giro	276.185	–	(122.296)	(33.679)	32.800	1.631	400	155.041
Financiamento de bens	18.808	2.536	(8.305)	(2.549)	2.548	–	–	13.038
Empréstimos e financiamentos	**294.993**	**2.536**	**(130.601)**	**(36.228)**	**35.348**	**1.631**	**400**	**168.079**
Debêntures	528.785	496.098	(76.667)	(109.648)	124.087	2.828	–	965.483
Total de empréstimos e financiamentos e debêntures	**823.778**	**498.634**	**(207.268)**	**(145.876)**	**159.435**	**4.459**	**400**	**1.133.562**

As conciliações das movimentações patrimoniais dos passivos financeiros de 2021 estão demonstradas a seguir:

	01/01/2021	Adições	Pagamento do principal	Pagamento de juros	Provisão de juros	31/12/2021
Capital de giro	365.262	–	(91.183)	(25.959)	28.065	276.185
Financiamento de bens	6.863	17.625	(5.810)	(1.232)	1.362	18.808
Empréstimos e financiamentos	**372.125**	**17.625**	**(96.993)**	**(27.191)**	**29.427**	**294.993**
Debêntures	226.762	297.211	–	(28.395)	33.207	528.785
Total de empréstimos e financiamentos e debêntures	**598.887**	**314.836**	**(96.993)**	**(55.586)**	**62.634**	**823.778**

Termos e condições dos empréstimos em aberto são os seguintes:

	Moeda	% a.a	2022 Valor original	2022 Valor contábil circulante	2022 Valor contábil não circulante	2021 Valor original	2021 Valor contábil circulante	2021 Valor contábil não circulante
Capital de giro (a)	R$	105% CDI a.a - 100% CDI + 4,29%a.a	236.619	77.232	77.809	369.334	121.485	154.700
Financiamento de bens (a)	R$	100% CDI + 4%a.a a 100% CDI +11%a.a	28.043	8.850	4.188	25.507	8.248	10.560
Empréstimos e financiamentos			**264.662**	**86.082**	**81.997**	**394.841**	**129.733**	**165.260**
Debêntures (b)	R$	100% CDI + 3,4 %a.a	1.030.000	191.836	773.647	530.000	77.743	451.042
Total de empréstimos e financiamentos e debêntures			**1.294.662**	**277.918**	**855.644**	**924.841**	**207.476**	**616.302**

Em 31 de dezembro de 2022, o Grupo possuía 75,48% (74,82% em 31 de dezembro de 2021) de sua dívida no longo prazo. O custo médio anual da dívida bancária ficou em 14,87% em 31 de dezembro de 2022 (12,66% em 31 de dezembro de 2021). (a) Os empréstimos são analisados pelo Grupo e são garantidos por alienação fiduciária dos bens. (b) Em 29 de abril de 2022, com o propósito de reforçar caixa e financiar a estratégia de crescimento, o Grupo contratou com instituição financeira a distribuição da 3º emissão de debêntures simples, não conversiveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória da Controladora, em série única, de emissão na controlada SBF Comércio, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, no valor total de R$ 500 milhões, o vencimento do contrato iniciará em abril de 2025. **Cláusulas contratuais restritivas - covenants:** A manutenção do vencimento contratual das debêntures, empréstimos e financiamentos, em seu vencimento original está condicionada ao cumprimento de cláusulas restritivas ("covenants"), as quais o Grupo vem cumprindo regularmente, inclusive na data-base destas demonstrações financeiras. Sob os termos das principais linhas de crédito, o Grupo é obrigado a cumprir com as seguintes cláusulas financeiras: **(a)** A alavancagem não deve ser superior a 2,5x (Dívida Líquida/EBITDA). **(b)** A proporção entre EBITDA e o custo de financiamento líquido (Receitas - Despesas Financeiras) não deve ser inferior a 3,5x (EBITDA/Resultado Financeiro). O Grupo cumpriu com esses covenants durante o exercício. Em 31 de dezembro de 2022, a proporção do EBITDA em relação ao custo financeiro líquido 4,1x (em 31 de dezembro de 2021 - 3,7x) e da dívida líquida em relação EBTIDA 1,0x (em 31 de dezembro de 2021 - 0,4x). **Resumo dos empréstimos e financiamentos conforme vencimento:**

	1 ano	2 anos	3 anos	+ de 3 anos	Total
Capital de giro	77.232	77.625	184	–	155.041
Financiamento de bens	8.850	3.834	354	–	13.038
Debêntures	191.836	175.043	265.797	332.807	965.483
Total de empréstimos e financiamentos e debêntures	**277.918**	**256.502**	**266.335**	**332.807**	**1.133.562**

20. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS - CONSOLIDADO

	31/12/2022	31/12/2021
PIS	45	9.829
COFINS	247	20.881
ICMS (a)	175.842	39.182
ISS	2.809	2.270
IRRF	11.485	2.701
Outros	2.256	7.834
Total	**192.684**	**82.697**

(a) A variação das obrigações tributárias de ICMS, refere-se ao fato de as controladas do Grupo SBF terem realizado, durante o ano de 2022, depósitos judiciais, em contra partida ao ICMS a recolher, nos termos do art. 166, do CTN, para a garantia das discussões em ações judiciais acerca da aplicação da anterioridade anual da Lei Complementar 190/2022.

21. IMPOSTOS PARCELADOS - CONSOLIDADO

	31/12/2022	31/12/2021
Parcelamentos de tributos Estaduais	16.855	39.589
Parcelamentos de tributos Federais	95.534	112.157
Total impostos parcelados	**112.389**	**151.746**
Passivo circulante	**47.030**	**61.056**
Passivo não circulante	**65.359**	**90.690**

continua→★

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001. A autenticidade pode ser conferida ao lado

ICP Brasil

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 03/03/2023

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal O Dia SP. Acesse também através do link: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código D79F-683C-13D6-AA92.

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código D79F-683C-13D6-AA92.

GRUPO SBF

CENTAURO FISIA dance NWB ONEFAN X3m

GRUPO SBF S.A.

CNPJ 13.217.485/0001-11

Demonstrações Financeiras 2022

continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(Em milhares de Reais)

As movimentações dos impostos parcelados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021 estão demonstradas no quadro a seguir:

Saldo em 01/01/2022	**151.746**
Adesão a parcelamento dos impostos	1.128
Juros sobre pagamento de impostos parcelados	5.133
Parcelas pagas	(45.618)
Saldo em 31/12/2022	**112.389**

No quadro abaixo estão as informações detalhadas em relação a esses parcelamentos, bem como os vencimentos das parcelas classificadas no passivo não circulante:

Estado	Circulante	Não circulante	Total geral	2023	2024	2025	2026	2027 em diante
RJ	8.095	4.145	12.240	8.095	1.803	1.763	579	–
MG/SP/Outros	3.075	1.540	4.615	3.075	1.279	254	7	–
Total Estaduais	**11.170**	**5.685**	**16.855**	**11.170**	**3.082**	**2.017**	**586**	**–**
Parcelamentos ordinários	2.655	139	2.794	2.655	24	24	24	67
Refis lei 11.941	20.534	53.438	73.972	20.534	20.534	20.534	12.370	–
Outros	12.671	6.097	18.768	12.671	6.004	18	18	57
Total Federais	**35.860**	**59.674**	**95.534**	**35.860**	**26.562**	**20.576**	**12.412**	**124**
Total Parcelamentos	**47.030**	**65.359**	**112.389**	**47.030**	**29.644**	**22.593**	**12.998**	**124**

22. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS - CONSOLIDADO

22.1 Política contábil: Obrigações de benefícios de curto prazo à empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. O Grupo não possui planos de pensão ou outras obrigações pós-aposentadoria e reconhece os custos de demissões quando está formalmente comprometida com o encerramento do vínculo empregatício de funcionários.

22.2 Composição:	31/12/2022	31/12/2021
Provisões de férias e 13º salário	66.405	54.665
Provisões para participação nos lucros	71.563	48.210
Salários a pagar	25.259	23.972
Obrigações com pessoal a pagar	1.615	3.487
Contribuições a recolher	213	285
Pensão alimentícia	135	104
Obrigações trabalhistas	**165.190**	**130.723**
INSS a recolher	18.848	20.801
FGTS a recolher	5.745	2.885
INSS retido a recolher	2.068	3.111
Obrigações previdenciárias	**26.661**	**26.797**
Total de obrigações trabalhistas e previdenciárias	**191.851**	**157.520**

23. DIVIDENDOS

23.1 Política contábil: Os dividendos mínimos obrigatórios de 25% estão demonstrados nos balanços patrimoniais como obrigações legais (provisões no passivo circulante). Os dividendos em excesso a esse mínimo, ainda não aprovados para pagamento pela assembleia de acionistas, estão demonstrados como dividendo adicional proposto no patrimônio líquido. Após a aprovação pela assembléia de acionistas, os dividendos em excesso ao mínimo são transferidos para o passivo circulante, passando a caracterizar como obrigações legais. **23.2 Composição: a) Dividendos a pagar:** Em 31 de dezembro de 2022, foram apurados R$ 33.085 de dividendos mínimos obrigatórios. Os dividendos declarados foram calculados conforme segue:

	2022	2021
Resultado do exercício	205.017	498.157
(–) Compensação de prejuízos acumulados	–	(309.750)
(–) Reserva legal - 5%	(10.251)	(9.420)
(–) Reserva incentivos fiscais	(62.426)	(64.439)
Base de cálculo para cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios	**132.340**	**114.548**
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	**33.085**	**28.637**
b) Dividendos a receber:		**Controladora**
Saldo em 31.12.2021		–
Dividendos propostos Fisia - 2021		202.924
Recebimento de dividendos Fisia		(202.924)
Dividendos intermediários Fisia - 2022		239.283
Recebimento de dividendos Fisia		(3.527)
Saldo em 31.12.2022		**235.756**

Para a demonstração dos fluxos de caixa, os dividendos recebidos de controladas estão sendo alocados no grupo de "Atividades de Investimentos".

24. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

24.1 Política contábil: As transações com partes relacionadas compreendem operações comerciais de compra, venda, locação com empresas relacionadas e com operações complementares, com os quais o Grupo mantém contratos na forma da legislação vigente. **24.2 Composição: Controladora:** Outros créditos e outras contas a pagar referem-se a conta corrente com empresas controladas, sem vencimento e atualização monetária, formado como segue: Os valores da controladora estão sendo apresentados na nota 7, contas a receber.

Ativo circulante - Outras contas a receber	31/12/2021	Incorporação	Adição	31/12/2022
Pine Adm. de Bens e Participações Ltda.	153	(153)	–	–
Store Engenharia e Instalações Ltda.	28.193	(28.193)	–	–
Fisia Com. Produtos Esportivos S.A.	–	28.346	2.139	30.485
SBF Comércio de Produtos Esportivos S.A.	–	–	–	–
Total	**28.346**	**–**	**2.139**	**30.485**
Passivo circulante - outras contas a pagar	**31/12/2021**	**Captações**	**Pagamentos**	**31/12/2022**
SBF Comércio de Produtos Esportivos S.A.	154	4	(158)	–
Total	**154**	**4**	**(158)**	**–**

Operações compra e venda de mercadorias e fretes - As controladas SBF Comércio, Premier e Fisia efetuam operações de compra e venda com intuito de otimizar a distribuição das mercadorias do centro de distribuição para as lojas em todo o Brasil. A controlada VBLOG Logística e transportes Ltda. é responsável pelo transporte destas mercadorias e também efetua transações comerciais de prestação de serviço de frete entre estas empresas do Grupo. Essa operação está suportada por um contrato assinado entre a SBF e a Vblog e a Fisia e a Vblog, cujo prazo é indeterminado e baseado em condições específicas acordadas entre as partes. **Aluguéis** - A controlada SBF Comércio efetua uma operação de sublocação para as controladas Vblog Logística e Store Engenharia do armazém localizado em Extrema-MG. O prazo do arrendamento é válido até 2033 e o valor da transação é determinado pelo valor de mercado, com base nos m2 (metros quadrados) utilizados. **Rateio administrativo** - A controlada SBF Comércio possui um contrato de compartilhamento de despesas comuns entre as controladas Premier Distribuidora, Vblog Logística, Store Engenharia, Lione Comércio de Artigos Esportivos, Fisia Comércio de Produtos e Grupo SBF S.A. Os dispositivos do contrato são revisados anualmente. Os rateios baseiam-se em despesas efetivamente incorridas de mão de obra corporativa e em critérios consistentes ao longo dos exercícios. **Serviços audiovisuais -** As controladas Network, NeoTV e FitDance possuem contrato de prestação de serviço com as empresas SBF Comércio e Fisia para desenvolvimento de atividades na área de comunicação social e utilização de plataformas digitais de ensino de dança. Os valores referente às transações descritas acima são demonstrados no quadro a seguir:

Transações eliminadas na consolidação:	Contas a receber		Contas a pagar	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Grupo SBF S.A	30.485	28.346	(1.351)	(154)
SBF Comércio de Produtos Esportivos S.A.	1.721.460	1.221.976	(1.799.607)	(1.228.021)
Premier Distrib. de Vest. Equiptos e Acess. Ltda.	1.548.635	1.059.053	(1.663.394)	(1.217.743)
Fisia Comércio de Produtos Esportivos S.A.	219.352	157.140	(68.945)	(16.720)
VBLOG Logística e Transporte Ltda.	38.565	28.731	(26.065)	(4.199)
Lione Comércio de Art. Esportivos Ltda	–	–	–	(39)
Pine Adm. de Bens e Participações Ltda.	–	–	–	(158)
Store Engenharia e Instalações Ltda.	–	–	–	(28.212)
NETWORK Participações S.A.	294	5.566	–	(90)
Neotv Prod. e Com. de Cont. Audiovisual e Serv Digitais S.A.	303	–	–	(4.931)
Fatality Tv Prod. e Com. Audiovisual e Servicos Digitais S.A.	–	–	–	(275)
Acelerados Produtora e Distribuidora Audiovisual S.A.	–	90	–	(1)
Falcao Prod. e Com. de Cont. S.A.	–	–	–	(359)
FitDance Entretenimento Ltda.	268	–	–	–
Total	**3.559.362**	**2.500.902**	**(3.559.362)**	**(2.500.902)**

(a) As principais transações eliminadas na consolidação referem-se a operações de compra e venda entre as controladas SBF, Premier e Fisia, com intuito de otimizar a distribuição das mercadorias do centro de distribuição para as lojas em todo o Brasil.

	Compras		Vendas	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
SBF Comércio de Produtos Esportivos S.A.	(2.985.059)	(2.256.251)	2.515.699	1.877.938
Premier Distrib. de Vest. Equiptos e Acess. Ltda.	(2.515.699)	(1.877.938)	2.558.730	1.903.916
Fisia Comércio de Produtos Esportivos S.A.	(720)	(12.413)	427.049	364.748
Total	**(5.501.478)**	**(4.146.602)**	**5.501.478**	**4.146.602**
	Fretes e Carretos		**Aluguéis**	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
SBF Comércio de Produtos Esportivos S.A.	(58.689)	(48.319)	69	38
VBLOG Logística e Transporte Ltda.	71.627	60.611	(723)	(26)
Store Engenharia e Instalações Ltda.	–	–	(14)	(12)
Fisia Comércio de Produtos Esportivos S.A.	(12.938)	(12.292)	668	–
Total	**–**	**–**	**–**	**–**
	Serviços audiovisual		**Rateio administrativo**	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Grupo SBF S.A.	–	–	–	(823)
SBF Comércio de Produtos Esportivos S.A.	(2.274)	(1.254)	113.117	56.363
Premier Distrib. de Vest. Equiptos e Acess. Ltda.	–	–	(565)	(10.822)
VBLOG Logística e Transporte Ltda.	–	–	(37.050)	(29.604)
Lione Comércio de Art. Esportivos Ltda.	–	–	(1)	(118)
Pine Adm. de Bens e Participações Ltda.	–	–	(1)	(9)
Store Engenharia e Instalações Ltda.	–	–	–	(102)
Fisia Comércio de Produtos Esportivos S.A.	(3.049)	–	(75.500)	(14.885)
NETWORK Participações S.A.	2.274	484	–	–
Neotv Prod. e Com. de Cont. Audiovisual e Serv Digitais S.A.	2.290	770	–	–
FitDance Entretenimento Ltda.	759	–	–	–
Total	**–**	**–**	**–**	**–**

Locação - A empresa VBF Empreendimentos Ltda. pertence ao acionista da Companhia Sebastião Vicente Bomfim Filho. Os principais imóveis locados são o armazém utilizado como Centro de Distribuição em Extrema-MG, com o período de vigência de 17 de março de 2008 a 16 de março de 2033 e o imóvel da Rua Hugo D'Antola utilizado como Centro Administrativo em São Paulo-SP, com período de vigência de 2 de junho de 2005 à 1º de dezembro de 2025. Os dois contratos possuem cláusula de renovação automática por mais 20 anos. As despesas abaixo destacadas são decorrentes do pagamento de aluguéis durante o exercício. Estas transações de locação possuem vínculo contratual com vencimento mensal no quinto dia útil. Caso ocorram pagamentos em atraso há incidência de multa mais juros de 1% ao mês somada a correção monetária baseada no índice IGPM.

Pagamento de aluguéis durante o período	31/12/2022	31/12/2021
VBLOG Logística e Transportes	38	33
Premier Distrib. de Vest. Equiptos e Acess. Ltda.	62	51
SBF Comércio	23.897	19.222
Total	**23.997**	**19.306**

Remuneração ao pessoal chave da administração

A remuneração aos Administradores é realizada por meio de salários, pró-labore mensal e bônus e estão contabilizadas na rubrica "Despesas gerais e administrativas" nas demonstrações do resultado.

	31/12/2022		31/12/2021	
	Conselho de administração	Administração executiva	Conselho de administração	Administração executiva
Salários e pró labore	9.285	8.922	7.212	7.882
Participação nos lucros e resultados	–	7.480	–	8.365
Pagamento baseado em ações	–	8.532	96	13.100
Total	**9.285**	**24.934**	**7.308**	**29.347**

25. OUTRAS CONTAS A PAGAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Provisões de marketing e comunicação	–	–	32.082	19.642
Fretes / armazenagem	–	–	51.492	52.716
Provisões benefícios a empregados	–	–	10.112	5.279
Provisões gerais	39	433	29.478	13.932
Utilidades e serviços	–	–	9.030	23.467
Obrigações com aquisição de controlada (a)	139.571	315.646	139.571	315.646
Outros	20.289	1.375	8.550	23.381
Total	**159.899**	**317.454**	**280.315**	**454.063**
Circulante	**4.077**	**301.326**	**140.744**	**437.935**
Não Circulante	**155.822**	**16.128**	**139.571**	**16.128**

(a) As obrigações com aquisição de controlada referem-se a contas a pagar relativas à aquisição da controlada Fisia no montante de R$ 139.571 (realizada em 2020) e Grupo NWB no montante de R$ 16.128 (realizada em 2021) que serão liquidadas de acordo com o previsto nos contratos de compra firmados entre as partes: **Aquisição Fisia - Contraprestação contingente:** O Grupo concordou em pagar à vendedora contraprestação contingente mediante utilização de tributos a compensar já registrados contabilmente pela adquirida antes da aquisição, durante o período de exploração do contrato de distribuição. A redução do saldo refere-se aos pagamentos efetuados a vendedora, mediante utilização de tributos a compensar. **Aquisição NWB:** Contas a pagar relativo a divida diferida com a NWB que poderá ser paga em dinheiro ou ações em 5 anos após a data da aquisição. Adicionalmente há um contas a pagar depositados em garantia, para assegurar possíveis obrigações indenizatórias dos vendedores.

26. CAPITAL SOCIAL E RESERVAS

26.1 Política contábil: A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social até o limite de 300.000.000 (trezentos milhões) de ações, por meio de deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária. Competirá ao Conselho de Administração fixar o preço de emissão e o número de ações a ser emitido, bem como o prazo e as condições de integralização. Dentro do limite do capital autorizado, o Conselho de Administração poderá ainda (i) deliberar sobre a emissão de bônus sobre subscrição; (ii) de acordo com o plano aprovado na Assembleia Geral, outorgar opção de compra de ações a administradores e empregados da Companhia ou de sociedade sob seu controle, ou a pessoas naturais que lhes prestem serviços, sem que os acionistas tenham direito de preferência na outorga ou subscrição destas ações; (iii) aprovar aumento do capital social mediante a capitalização de lucros e reservas, com ou sem bonificação em ações; e (iv) deliberar sobre a emissão de debêntures conversíveis em ações. **26.2 Composição: a. Capital social:** As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos. O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2022 era de R$ 1.830.524 dividido em 243.596.138 ações ordinárias e sem valor nominal e em 31 de dezembro de 2021 era de R$ 1.823.527 dividido em 242.998.022 ações ordinárias e sem valor nominal O controle acionário do Grupo SBF S.A, está distribuído da seguinte forma em 31 de dezembro de 2022:

	2022	
Acionista	**Quantidade**	**%**
Pacipar Participações Ltda.	95.930.259	39,38%
Nefele Investments, LLC	48.456.001	19,89%
GPCP I - Fundo de Inv. Part	1.185.014	0,49%
Outros	98.024.864	40,24%
Total	**243.596.138**	**100,00%**

Em 28 de julho de 2022, houve um aumento de R$ 6.997 do capital da Controladora mediante a emissão de 598.116 ações ordinárias, nominativas escriturais, com valor nominal, em decorrência do exercício de opções de compra de ações referentes ao 1º e 2º programa de opções de 2016 e 1º programa de opções de 2019, em virtude de tal aumento de capital, o capital social da Companhia passou de R$ 1.823.527, dividido em 242.998.022 ações para R$ 1.830.524, dividido em 243.596.138 ações. **b. Lucro por ação - consolidado:** ***Básico:*** O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria. ***Diluído:*** O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais com efeitos diluidores. A Companhia tem duas categorias de ações ordinárias potenciais com efeitos diluidores: dívida conversível e opções de compra de ações. Pressupõe-se que a dívida conversível foi convertida em ações ordinárias e que o lucro líquido é ajustado para eliminar a despesa financeira menos o efeito fiscal. Para as opções de compra de ações, é feito um cálculo para determinar a quantidade de ações que poderiam ter sido adquiridas pelo valor justo (determinado como o preço médio anual de mercado da ação da Companhia), com base no valor monetário dos direitos de subscrição vinculados às opções de compra de ações em aberto. A quantidade de ações assim calculadas conforme descrito anteriormente é comparada com a quantidade de ações em circulação, pressupondo-se o exercício das opções de compra das ações. Abaixo demonstramos o lucro por ação básico e diluído para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

Numerário básico/diluído - Controladora	2022	2021
Lucro líquido do período	205.017	498.157
Média ponderada de ações ordinárias	243.248	242.998
Resultado básico por ação - R$	**0,84**	**2,05**
Lucro líquido do período	205.017	498.157
Média ponderada de ações ordinárias	243.248	242.998
Opções exercidas não integralizadas	976	945
Aumento das ações ordinárias como resultado do plano de opção de compra de ações	9.026	10.062
Resultado diluído por ação - R$	**0,82**	**1,98**

Quando a Companhia apresenta perda líquida atribuível aos proprietários da Companhia, os prejuízos diluídos por ação ordinária são iguais aos prejuízos básicos por ação ordinária devido ao efeito antidilutivo das opções de ações em circulação. **c. Reserva legal:** A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. **d. Reserva incentivos fiscais:** O Grupo estabeleceu centros de distribuição nos Estados da Paraíba e Minas Gerais, onde foi concedido incentivos fiscais pelo governo local, que reduzem o valor dos impostos sobre venda pagos, aumentando efetivamente o valor da receita líquida reconhecida. Os incentivos também determinam que a empresa Premier não tem direito aos saldos credores sobre a compra de produtos posteriormente vendidos fora desses estados, de modo que esses valores se tornam impostos não recuperáveis e aumentam o custo das vendas. A Nota 28 destas demonstrações financeiras apresenta o impacto destes incentivos nas receitas líquidas. Esses incentivos vêm sendo contabilizados em conta redutora da rubrica de impostos incidentes sobre venda de mercadorias - ICMS e no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 somaram o montante de R$ 187.887 (R$ 116.957 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021). Os impostos não recuperáveis de ICMS, contabilizados na rubrica de custo das vendas e serviços prestados, somaram o montante de R$ 1.138 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 (R$ 2.421 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021). Devido ao lucro apurado no exercício corrente, houve a constituição desta reserva no montante de R$ 62.426 (R$ 64.439 em 31 de dezembro de 2021). Não houve a destinação integral dos incentivos gerados no exercicio de 2022, pois a controlada SBF Comércio não gerou lucro o suficiente para destinar 100% do seu lucro como reserva de incentivo. Os recursos promovidos pelos incentivos fiscais não serão distribuídos como dividendos e serão incorporados às reservas a medida da geração de lucro líquido pela Companhia. **e. Reserva estatutária:** A reserva estatutária é constituída após a constituição da reserva legal, reserva de incentivos fiscais e distribuição dos dividendos propostos pelo Conselho de Administração. A reserva estatutária tem como finalidade reforçar o capital de giro da Companhia e de suas controladas. Em 31 de dezembro de 2022 houve a constituição desta reserva no montante de R$ 99.255 (R$ 85.911 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021).

27. PAGAMENTO BASEADO EM AÇÕES - CONSOLIDADO

27.1 Política contábil: O objetivo desses "Planos" é atrair e reter executivos da Companhia e de suas sociedades controladas diretas ou indiretas, concedendo aos administradores, empregados e prestadores de serviços com os interesses dos acionistas, indicados pelo Conselho de Administração. Como a Companhia tem as suas ações listadas e negociadas em bolsa de valores, o preço de exercício será equivalente à média ponderada, por volume negociado, dos 90 (noventa) pregões imediatamente anteriores à data da outorga da opção, podendo ser atualizado monetariamente com base na variação de um índice de preços a ser determinado pelo Conselho de Administração, acrescido de juros, com base em taxa eventualmente determinada pelo Conselho de Administração. Em setembro de 2013, a Companhia instituiu o pagamento baseado em ações para os seus colaboradores, como contraprestação aos serviços prestados, remunerados por instrumentos de patrimônio líquido (opções de compra), regulados por contratos de Outorga de Opção de Compra de Ações para cada beneficiário. Em 22 de outubro de 2015, o Conselho de Administração aprovou o 1º Programa de Opção de Compra de Ações para o ano de 2015 ("Programa 2015"). Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 16 de dezembro de 2016 foi aprovado o Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia ("Programa 2016"). No dia 20 de setembro de 2019, foi aprovado o primeiro plano de compra de ações de 2019 e no dia 05 de novembro de 2019, o segundo plano de 2019 ("Programa 2019"). Em dezembro de 2016 foi aprovado, em Assembleia Geral Extraordinária, o Plano de Opção de Compra de Ações, ou "Plano 2016". Para as outorgas feitas sob este Plano, foi definido que serão compostas por 5 lotes, cada um possuindo 20% do total de opções outorgadas ao participante. A cada ano, após a data de outorga, um dos lotes se tornará exercível, estando todas as opções outorgadas disponíveis para exercício após 5 (cinco) anos da data de outorga. Além disso, é obrigatória aos participantes a utilização de não menos do que 50% (cinquenta por cento) da gratificação anual a título de bônus ou participação nos lucros, líquida de imposto de renda e outros encargos incidentes ("PLR") para exercer opções disponibilizadas sob as regras deste Plano a cada ano, sob pena de cancelamento de todas as opções vestidas até aquela data. Por fim, o prazo contratual para o exercício das opções de cada lote é de 8 anos a contar do fim do período de carência. O Primeiro Programa do Plano de 2016 ("2016 - Primeiro Programa") foi outorgado em dezembro de 2016, quando a Companhia ainda não havia aberto seu capital na bolsa de valores. O preço de exercício definido foi de R$ 4,00. O segundo programa ("2016 - Segundo Programa"), outorgado em outubro de 2019, teve seu preço de exercício definido para refletir o preço de IPO da Companhia. Também em 2019, conforme comunicado através de fato relevante ao mercado, o Conselho aprovou o Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações, "Plano 2019" I e II. Para as outorgas deste plano, o preço de exercício é definido pela média dos 90 pregões anteriores à aprovação, com deságio de 10%. Estas outorgas, por sua vez, são divididas em 4 lotes, sendo os dois primeiros correspondentes a 30% do total outorgado cada, e os dois últimos a 20% do total outorgado cada. O primeiro lote torna-se exercível após 24 meses da outorga, e a partir daí, a cada 12 meses outro lote se torna exercível. Desde a aprovação do Plano 2019, foram outorgados quatro programas: um em outubro de 2019 ("2019 - Primeiro Programa"), outro em 30 junho de 2020 ("2019 - Primeiro Programa Outorga março 2020"), o terceiro em abril de 2020 ("2019 - Segundo Programa"), a última outorga de 2020. Em 10 de novembro de 2020, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o Segundo Programa de Opção de Compra de Ações 2020 ("Segundo Programa 2020"), também do Plano 2019, que foi outorgado em 26 de fevereiro de 2021. Nesta mesma data também foi aprovado o Primeiro Programa de Opção de Compra de Ações 2020, o qual foi devidamente alterado em 11 de maio de 2021 ("Primeiro Programa 2020"). Em 23 de fevereiro de 2022, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o Primeiro Programa de Opção de Compra de Ações 2022 ("Primeiro Programa 2022"). Esse programa pertence ao Plano 2019 do pagamento baseado em ações. Também em 23 de fevereiro de 2022, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o Segundo Programa de Opções de Compra de Ações do ano de 2022 ("Segundo Programa 2022"). No qual também pertence às regras do "Plano 2019". Ressaltando que o mesmo programa teve duas outorgas, uma em 3 de março de 2022 e outra em 16 de outubro de 2022 mantendo as regras. O valor justo na data de outorga dos prêmios de pagamento baseado em ações concedidos aos empregados é reconhecido como despesas de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos prêmios. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de prêmios para o qual existe a expectativa de que as condições de serviço serão atendidas, de tal forma que o valor final reconhecido como despesa seja baseado no número de prêmios que realmente atendam às condições de serviço na data em que os direitos ao pagamento são adquiridos (*vesting date*). **27.2 Composição:** Abaixo se encontram os demonstrativos das quantidades outorgadas nos Planos organizados por ano e atualizados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, assim como um detalhamento das premissas de cada outorga realizada nesses planos.

Programa	Saldo em 01/01/2022	Outorgadas	Exercidas	Canceladas	Saldo em 31/12/2022
2016 - Primeiro programa	764.446	–	(407.604)	–	356.842
2016 - Segundo programa	1.666.086	–	(123.402)	–	1.542.684
2019 - Primeiro programa	4.293.206	–	(437.687)	(200.000)	3.655.519
2019 - Primeiro programa - outorga Março de 2020	50.000	–	(7.300)	–	42.700
2019 - Segundo programa	–	–	–	–	–
2020 - Segundo programa	330.281	–	–	–	330.281
2020 - Primeiro programa	2.550.000	–	–	–	2.550.000
2022 - Primeiro programa	–	48.000	–	–	48.000
2022 - Segundo programa - outorga Março 2022	–	300.000	–	–	300.000
2022 - Segundo programa - outorga Outubro 2022	–	200.000	–	–	200.000
Total	**9.654.019**	**548.000**	**(975.993)**	**(200.000)**	**9.026.026**

Premissas básicas para o plano:	2016 1º Programa	2016 2º Programa	2019 1º Programa	2019 2º - Outorga março de 2020	2019 2º Programa	2020 1º Programa*	2020 2º Programa	2022 1º Programa	2022 2º Programa - março 2022	2022 2º Programa - agosto 2022
Modelo de precificação	Black-Scholes	Binomial	Binomial	Binomial	Binomial	Binominal	Binominal	Binominal	Binominal	Binominal
Dividend yield	5,00%	1,31%	0,00%	1,31%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Volatilidade média anualizada esperada	23,63%	34,96%	50,24%	50,24%	76,00%	61,72%	47,08%	50,99%	63,72%	60,56%
Taxa livre de risco	11,37%	5,96%	6,19%	6,19%	6,00%	7,78%	6,00%	11,87%	11,45%	11,37%
Preço de exercicio	3,88	19,59	18,21	18,21	20,62	30,09	26,25	22,16	22,28	21,58
Preço da ação considerado	8,83	20,97	29,20	29,2	27,23	29,20	26,25	23,28	21,90	23,27
Prazo esperado do exercício	5,17 anos	5,33 anos	5,48 anos	8 anos	8 anos	4,57 anos	5 anos	1,5 anos	5,08 anos	4,62 anos
IGP-M	NA	4	4	3,50	3,70	NA	NA	NA	NA	NA
Preço da opção na data da concessão por ação	**2,05**	**11,33**	**10,55**	**14,49**	**14,18**	**11,61**	**11,61**	**29,20**	**21,90**	**21,39**

28. RECEITAS LÍQUIDAS - CONSOLIDADO

28.1 Política contábil: A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas do Grupo. O Grupo reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades do Grupo, conforme descrição a seguir. O Grupo baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda. • **Venda de mercadorias no varejo:** O Grupo opera com redes que possuem, predominantemente, estabelecimentos em shopping centers voltados a comercialização de produtos esportivos. As vendas dos produtos são reconhecidas quando o Grupo transfere o controle e a propriedade de um produto para o cliente. As vendas no varejo são, geralmente, realizadas por meio de cartão de crédito, cartão de débito ou em dinheiro. • **Venda de mercadorias no atacado:** O Grupo opera como a distribuição dos produtos da marca "NIKE" em todo Brasil. As vendas dos produtos do atacado são reconhecidas quando o Grupo transfere o controle, a propriedade e respectivos benefícios de um produto para o cliente. Isso ocorre quando o cliente esteja de acordo com o contrato de venda e os produtos são entregues no endereço do comprador ou coletados pelo cliente no centro de distribuição. Os produtos NIKE podem ser vendidos com desconto por volume. Nessas situações, as vendas são registradas líquidas dos descontos específicos por clientes. • **Venda de mercadorias por meio do e-commerce:** O Grupo opera com comércio eletrônico por meio dos sites centauro.com.br, nike.com.br e store.fitdance.com para todo mercado nacional. As vendas dos produtos esportivos são registradas quando as obrigações de desempenho mais significativas inerentes ao controle e propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, o que ocorre quando os produtos são entregues no endereço escolhido pelo comprador. • **Prestação de serviços logisticos:** O Grupo reconhece receitas com fretes por meio de serviços de logística prestados a clientes e fornecedores no segmento de varejo por meio da controlada VBLOG Logística e Transporte Ltda. A receita de serviços prestados é reconhecida no momento da prestação do serviço que na expressiva maioria dos casos, se inicia e se conclui no mesmo dia. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. • **Prestação de serviços audiovisual:** As controladas do Grupo SBF possuem também como atividade o desenvolvimento de atividades na área de comunicação social, incluindo, mas não se limitando a filmagens em geral, elaboração e edição de vídeos, produção e distribuição audiovisual na internet e comercialização de espaços publicitários. O Grupo reconhece a receita ao longo do tempo, utilizando o método de insumo para mensurar o progresso que melhor reflita o seu desempenho, portanto, as receitas são reconhecidas com base nos esforços do Grupo para a satisfação da obrigação de performance. • **Prestação de serviços de produção de filmes para publicidade :** A FitDance reconhece receitas com cursos de formação e capacitação de instrutores através do ensino da dança. A FitDance também opera com plataformas digitais de ensino de dança. Em ambas as modalidades o reconhecimento da receita se dá na prestação do serviço, sendo os pagamentos realizados por meio de cartão de crédito, boleto bancário ou PIX. As atividades de negócio da empresa também são compostas por patrocínio e projetos especiais proprietários e/ou com marcas, produção de conteúdo audiovisual para bandas e artistas, monetização em plataformas e apresentações em shows e eventos. A receita é reconhecida no momento da prestação de serviços, sendo esta, bem como o detalhamento das entregas, definidas em contrato. • **Subvenção governamental:** o Grupo realizou investimentos por meio de instalação de Centros de Distribuição nos estados de Minas Gerais e Paraíba, devido a acordos firmados com ambos os estados, mediante os quais foram concedidos incentivos fiscais. As subvenções têm o objetivo de compensar o Grupo por despesas incorridas e são reconhecidas no resultado como deduções de vendas. Os investimentos possuem como contrapartida, redução de alíquotas tributárias de ICMS nas vendas no comércio eletrônico e crédito presumido nas transações comerciais entre empresas do grupo nesses estados. A partir de 1° de julho de 2021, o Grupo efetuou a migração das operações do e-commerce da controlada Fisia (Nike.com) para a cidade de Extrema, Minas Gerais, objetivando a eficiência logística, melhoria no serviço aos clientes e captura de incentivo fiscal com o estado de Minas Gerais. Portanto, nos termos do regime especial concedido pelo estado de Minas Gerais, as operações de venda para o consumidor final pelo e-commerce são realizadas com crédito presumido de ICMS. No 4° trimestre de 2022, houve a publicação da nova versão do Regime Especial de Tributação - RET da controladora SBF Comércio, que, dentre as alterações, uma das representativas foi da prorrogação do prazo até 2032 e permanece com a sistemática de crédito presumido de ICMS.

28.2 Composição:	31/12/2022	31/12/2021
Receita operacional bruta		
Venda de mercadorias	7.811.634	6.472.751
Prestação de serviços	142.970	97.406
Impostos incidentes		
Venda de mercadorias	(1.765.399)	(1.386.376)
ICMS - Incentivo fiscal (Nota 26i)	187.887	116.957
Prestação de serviços	(17.627)	(9.712)
Devoluções		
Venda de mercadorias	(98.758)	(175.738)
Reservas e Provisões	–	(4.826)

GRUPO SBF

CENTAURO FISIA dance NWB ONEFAN X3m

GRUPO SBF S.A.

CNPJ 13.217.485/0001-11

★ continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(Em milhares de Reais)

condições estabelecidas em contrato. As premissas, os requisitos e os valores relativos ao preço de compra contingente foram estabelecidas entre as partes com base na projeção da receita bruta anual da Fitdance para os exercícios sociais a se encerrarem entre 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2026. Não há pagamentos totais mínimos associados a esse contrato.

33. COBERTURA DE SEGUROS

O Grupo SBF e suas controladas mantêm apólices de seguros contratadas junto às principais seguradoras do país, definidas por orientação de especialistas considerando a natureza e o valor de risco envolvido. Em 31 de dezembro de 2022, o Grupo SBF e suas controladas tinham cobertura de seguros de responsabilidade civil e seguro patrimonial (cobertura básica: contra incêndio, raio, explosão e demais coberturas da apólice patrimonial) e para os estoques, conforme demonstrado a seguir:

Tipo de risco	Objeto	Montante de cobertura
Veículos	Frota de veículos	R$ 500
Transportes	Transportes nacionais	R$ 13.400.000
Transportes	Transportes internacionais	US$ 300.000
Responsabilidade civil	Estabelecimentos comerciais e empregador	R$ 50.000
Responsabilidade civil	Directors & Officers	R$ 100.000
Seguro empresarial	Equipamentos e lucros cessantes	R$ 660.000

34. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 08 de fevereiro de 2023, o Supremo Tribunal Federal ("STF" ou "Supremo") concluiu o julgamento sobre a "coisa julgada" em tributos recolhidos de forma continuada, definindo que a decisão proferida em controle difuso cessa imediatamente os seus efeitos quando proferido novo julgamento, em sentido contrário, em ação direta de constitucionalidade ou em sede de repercussão geral pelo Supremo. Nesse mesmo julgamento, o STF rejeitou o pedido de modulação de efeitos da decisão, determinando o recolhimento dos valores passados, desde que respeitado o prazo de prescrição. O Grupo SBF e suas controladas avaliaram os impactos desta decisão e concluíram que não existe impacto relevante nas demonstrações financeiras e na destinação do resultado do período em decorrência de tal decisão.

Diretoria

Pedro Zemel - CEO

José Luís Salazar - CFO

Contadora

Patrícia Vieira - CRC 1SP232718/O-2

Relatório Resumido das Atividades do Comitê de Auditoria para o Exercício Social Encerrado em 31 de Dezembro de 2022

1. Histórico e Composição: O Comitê de Auditoria da Grupo SBF S.A. ("Companhia") foi criado e instalado em reunião do Conselho de Administração realizada em 15 de fevereiro de 2019 ("Comitê"). O Comitê é disciplinado pelo seu Regimento Interno, aprovado em reunião do Conselho de Administração realizada em 15 de fevereiro de 2019 e alterado em 03 de março de 2021, que disciplina o seu funcionamento, em consonância com as disposições contidas no Estatuto Social da Companhia, no Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("Regulamento do Novo Mercado") e na legislação em vigor ("Regimento Interno"). O Comitê é órgão de assessoramento vinculado ao Conselho de Administração, a quem se reporta, atuando com independência em relação à Diretoria, que, dentre suas demais atribuições, deverá avaliar as informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiros. O Comitê é composto por 3 (três) membros, sendo: (i) ao menos 1 (um) conselheiro independente da Companhia, nos termos do Regulamento do Novo Mercado; e (ii) 1 (um) membro com reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária, nos termos da regulamentação em vigor. **2. Atividades do Comitê no Exercício:** Nos termos do Regimento Interno, o Comitê de Auditoria reunir-se-á sempre que necessário e não menos que quatro vezes ao ano. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, o Comitê de Auditoria realizou reuniões para aprovação dos resultados trimestrais, que contaram com a presença de seus membros, com o objetivo de acompanhar a evolução do negócio durante o exercício social. **3. Parecer do Comitê de Auditoria:** O Comitê de Auditoria, no exercício de suas atribuições, recomenda a aprovação pelo Conselho de Administração das informações trimestrais do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2023

Membros

Luiz Alberto Quinta — Luiz Carlos Nannini — Pedro Wagner Pereira Coelho

Declaração da Diretoria sobre as Demonstrações Financeiras

Diretor Presidente, Financeiro e de RI

Em conformidade com o inciso VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009 (alterado pela Instrução CVM nº 586, de 8 de junho de 2017), a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as as demonstrações financeiras do Grupo referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, autorizando sua conclusão nesta data.

Pareceres e Declarações/Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Em conformidade com o inciso V do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009 (alterado pela Instrução CVM nº 586, de 8 de junho de 2017), a Diretoria declara que revisou e discutiu o conteúdo e opiniões expressas no relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, emitido nesta data.

Declaração da Diretoria sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Diretor Presidente, Financeiro e de RI. A Diretoria declara que concorda com o conteúdo e opinião expressos no referido relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações individuais e consolidadas do Grupo.

São Paulo, 01 de março de 2023

Pedro de Souza Zemel - Diretor Presidente
José Luís Magalhães Salazar - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores
Paula Nader - Diretora de Marketing
Ari Carmona Junior - Diretor Geral de Inovação e Tecnologia
Diego Freitas - Diretor de Logística
Melissa Guimarães - Diretora de Recursos Humanos

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

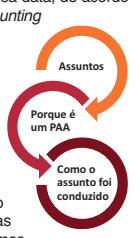
Aos Administradores e Acionistas
Grupo SBF S.A.
Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais do Grupo SBF S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo SBF S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Grupo SBF S.A. e da Grupo SBF S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

PORQUE É UM PAA	COMO O ASSUNTO FOI CONDUZIDO EM NOSSA AUDITORIA
Recuperabilidade do saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos (Notas 4(c) e 12) As controladas da Companhia possuem saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos provenientes de diferenças temporárias, prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, no valor total de R$ 841.811 mil. As projeções de resultados tributáveis futuros consideram premissas e estimativas, tais como o prazo de projeção, a taxa de crescimento da receita e ganho de margem anual, conforme divulgado na Nota 12. O valor provável de realização dos ativos fiscais diferidos reconhecidos pode variar em função da aplicação de diferentes premissas nas projeções dos resultados tributáveis futuros. Por esses motivos, consideramos este assunto como um principal assunto em nossa auditoria.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento do ambiente de controle relacionado com o processo de avaliação do valor realizável dos impostos diferidos. Com o envolvimento dos nossos especialistas em tributos, efetuamos avaliação da base fiscal que dá origem ao imposto de renda diferido. Testamos a coerência lógica e consistência aritmética do modelo preparado pela Companhia, bem como avaliamos a razoabilidade das principais premissas utilizadas para suportar as projeções de lucros tributáveis futuros. Avaliamos a adequação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras consolidadas. Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os critérios e premissas utilizados pela administração são razoáveis e as divulgações consistentes com dados e informações obtidas.
Provisão e passivos contingentes tributários (Nota 13.2 (c)) A Companhia e suas controladas são parte em diversos processos judiciais e administrativos relativos a assuntos nas áreas cíveis, trabalhistas e tributários, que surgem no curso normal de seus negócios. Relativamente às áreas tributária, em 31 de dezembro de 2022, as controladas da Companhia tinham assuntos em discussão em diversas esferas, para os quais o valor provisionado totalizava R$ 517.573 mil. A determinação do valor da provisão acima mencionada, bem como dos passivos contingentes tributários divulgados depende de julgamentos críticos da administração quanto ao prazo, prognóstico de perda e valor de liquidação. Além disso, considerando a complexidade do ambiente tributário e a relevância dos valores, qualquer mudança de prognóstico e/ou julgamento pode trazer impacto relevante nas demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas. Por esses motivos, consideramos este assunto como um principal assunto em nossa auditoria.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento do ambiente de controle relacionado ao processo de identificação, mensuração, registro e divulgação de contingências. Solicitamos e obtivemos confirmação junto aos assessores jurídicos da Companhia e suas controladas dos valores e prognósticos de perda dos processos tributários em andamento. Adicionalmente, para determinados processos tributários relevantes, e com o apoio de nossos especialistas, efetuamos análise quanto a razoabilidade dos prognósticos de perda, argumentos e/ou teses de defesa e jurisprudência aplicável. Também nos reunimos com a administração e com os encarregados pela governança para discutir e avaliar, quando aplicável, as conclusões obtidas pela Companhia para as contingências mais relevantes. Por fim, efetuamos leitura das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras consolidadas. Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração para a determinação das provisões, bem como as divulgações efetuadas, estão consistentes com as posições dos assessores jurídicos.

Outros assuntos

Auditoria das cifras do ano anterior

O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 29 de março de 2022, sem ressalvas.

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

• Avaliamos a adequação das pol ticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Conclu mos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conte do das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

• Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.•

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 2 de março de 2023

pwc

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Leandro Mauro Ardito
Contador CRC 1SP188307/O-0

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código D79F-683C-13D6-AA92.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001. A autenticidade pode ser conferida ao lado

ICP Brasil

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 03/03/2023

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal O Dia SP. Acesse também através do link: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código D79F-683C-13D6-AA92.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/D79F-683C-13D6-AA92 ou vá até o site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: D79F-683C-13D6-AA92

Hash do Documento

495BA8B848C02FE86495156957510634C5BEBFE57072522938B8D972FCE46B46

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 03/03/2023 é(são) :

- ☑ Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira (Signatário - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI) - 091.260.448-46 em 03/03/2023 02:15 UTC-03:00
  Tipo: Certificado Digital - AZ EDITORES DE JORNAIS, LIVROS, REVISTAS LTDA - 64.186.877/0001-00

CENTAURO

SBF COMÉRCIO DE PRODUTOS ESPORTIVOS S.A.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001.
A autenticidade pode ser conferida ao lado

ICP Brasil

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 03/03/2023

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de **Publicações Legais** no portal do **Jornal O Dia SP.** Acesse também através do link: **https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal**

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 257B-3599-C6A7-2B1C.

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 257B-3599-C6A7-2B1C.

CENTAURO

SBF COMÉRCIO DE PRODUTOS ESPORTIVOS S.A.

CNPJ 06.347.409/0001-65

Demonstrações Financeiras 2022

Mensagem da Administração

(Em milhares de Reais)

Iniciamos o ano de 2022 sabendo que teríamos um ano desafiador com passos importantes a serem dados. Junto a nossa controladora, o Grupo SBF, avançamos em frentes estruturantes e fundamentais como as migrações sistêmica de ERP e a inauguração de um novo hub logístico em São Paulo; e realizamos também as primeiras ações de estímulo à prática de atividade física, buscando nos aproximar e conhecer cada vez melhor os consumidores do esporte.

Acreditamos que uma série de fatores impactou o desempenho de Centauro no ano. Apesar das vendas 19% acima do que entregamos em 2021, havíamos planejado um crescimento maior para ano esperando que a cadeia global de suprimentos já estivesse normalizada e que os investimentos estruturais realizados em marketing, logística e tecnologia trariam um retorno maior no ano. Com o crescimento abaixo do planejado, além da necessidade maior de markdown que pressionou a margem bruta, também só conseguimos diluir parte dos investimentos estruturais e das despesas semi-variáveis contratadas para suportar um nível de receita mais alto do que o observado, o que acabou impactando a rentabilidade da companhia.

Em 2023, teremos um foco absoluto na rentabilidade da Centauro com um pragmatismo na projeção de receita e uma racionalização das despesas e margens. Com esse foco para o ano, acreditamos haver espaço para reduzir markdowns, investimentos em marketing, especialmente em canais de performance de menor rentabilidade, e modalidades de venda menos eficientes. Também vamos continuar avaliando o portfólio de lojas em busca de ajustes que se façam necessários para alcançar a rentabilidade desejada para o negócio. Centauro tem um potencial enorme, o ajuste da rentabilidade neste ano será fundamental para construirmos as bases para o crescimento deste negócio nos anos seguintes.

Em paralelo, continuamos trabalhando em parceria com as demais unidades de negócio do Grupo SBF para ampliar a preferência dos clientes, assim como sua recorrência de compra nos nossos canais físicos e digitais. Continuamos acreditando que aliar necessidades de negócio à prática esportiva é o que impulsiona nosso mercado endereçado. Por isso, em 2022, atuamos em ações conjuntas com players do mercado para fomentar o esporte no país, aprofundar o contato com o público das categorias mais vendidas e alcançar públicos de categorias que estão ganhando relevância como skate, dança e basquete. Atuamos em ações como o Centauro Fit Festival, evento de dança organizado pela X3M em parceria com Centauro e Fit Dance e patrocinado pela Puma; o Centauro Reveza Adidas, circuito de corrida desenvolvido pela X3M e o ASICS Movimenta by Centauro, série de treinos e corridas de rua com foco no público feminino. Além disso, junto ao Parque Ibirapuera em São Paulo, realizamos uma iniciativa combinada entre Centauro e Fisia, para proporcionar para a sociedade novos espaços para a prática esportiva com campo de futebol, quadras de areia e basquete, pista de cooper e uma nova pista de skate.

O nosso foco em 2023 será em aumentar a rentabilidade do nosso negócio porque sabemos que o resultado de hoje é o que sustenta o crescimento do futuro. Com o caminho de retomada da rentabilidade da Centauro, o potencial de geração de lucro do Grupo SBF nos deixa animados para o futuro.

Agradecemos aos nossos clientes, colaboradores, conselheiros, acionistas e a todas as milhões de pessoas que de alguma maneira se conectaram com nossa companhia e com o Grupo SBF ao longo de 2022. Seguiremos trabalhando para entregar as melhores experiências e resultados em 2023 gerando cada vez mais negócios e valor para os nossos acionistas e o esporte no Brasil.

Balanços Patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de Reais)

		Controladora		Consolidado	
Ativo	Nota	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	212.292	228.287	373.384	234.791
Contas a receber	7	2.705.920	2.029.747	3.387.419	2.029.708
Estoques	8	871.708	646.257	2.100.089	646.257
Instrumentos financeiros derivativos	9	–	–	4.169	–
Tributos a compensar	10	154.652	294.089	489.821	301.671
Imposto de renda e contribuição social a compensar	11	–	–	32.269	3
Outros ativos	15	27.841	17.147	88.039	19.038
Juros sobre capital próprio a receber	13	75.922	–	–	–
Mútuo a receber	25	226.403	–	–	–
Total do ativo circulante		**4.274.738**	**3.215.527**	**6.475.190**	**3.231.468**
Ativo não circulante					
Adiantamento para futuro aumento de capital		1.820	–	–	–
Tributos a compensar	10	91.610	54.424	136.423	54.424
Imposto de renda e contribuição social a compensar	11	77.271	70.674	77.297	70.674
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	356.892	296.006	667.335	296.006
Depósitos judiciais	14	96.434	55.041	284.479	137.597
Outros ativos	15	321	324	18.908	324
Total do realizável a longo prazo		**624.348**	**476.469**	**1.184.442**	**559.025**
Investimento	16	1.349.182	12.556	5.001	–
Imobilizado	17	412.466	391.998	548.180	391.998
Intangível	18	250.932	194.462	415.924	194.462
Direito de uso	19	1.293.390	1.260.620	1.397.320	1.260.620
Total do ativo não circulante		**3.930.318**	**2.336.105**	**3.550.867**	**2.406.105**
Total do ativo		**8.205.056**	**5.551.632**	**10.026.057**	**5.637.573**

		Controladora		Consolidado	
Passivo	Nota	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Passivo circulante					
Fornecedores	20	2.392.939	1.677.754	2.979.788	1.677.785
Fornecedores - risco sacado	20	138.171	67.714	138.171	67.714
Empréstimos e financiamentos	21	85.893	129.733	86.082	129.733
Debêntures	21	191.836	77.743	191.836	77.743
Instrumentos financeiros derivativos	9	–	–	39.612	–
Arrendamentos a pagar	19	236.942	175.959	269.173	175.959
Obrigações tributárias	22	78.244	41.190	189.405	41.202
Imposto de renda e contribuição social a recolher		–	13.929	15.839	13.929
Impostos parcelados	23	23.632	36.801	44.327	56.681
Partes Relacionadas - outras contas a pagar	25	14.175	–	47.049	–
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	24	162.158	135.911	190.543	135.911
Dividendos a pagar	13	–	–	235.756	–
Outras contas a pagar	26	48.120	37.737	116.148	38.075
Outros passivos	27	85.225	12.132	151.472	12.132
Total do passivo circulante		**3.457.335**	**2.406.603**	**4.695.201**	**2.426.864**
Passivo não circulante					
Empréstimos e financiamentos	21	81.915	165.260	81.996	165.260
Debêntures	21	773.647	451.042	773.647	451.042
Arrendamentos a pagar	19	1.252.142	1.240.143	1.334.783	1.240.143
Impostos parcelados	23	11.659	36.611	65.281	90.127
Outros passivos	27	–	–	107.251	–
Partes Relacionadas - outras contas a pagar	25	–	–	367	–
Provisão para riscos administrativos e judiciais	14	167.798	192.295	497.250	204.459
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	–	–	9.721	–
Total do passivo não circulante		**2.287.161**	**2.085.351**	**2.870.296**	**2.151.031**
Patrimônio líquido	28				
Capital social		2.229.971	854.103	2.229.971	854.103
Reservas de capital		12.700	12.700	12.700	12.700
Reservas de lucros		233.046	192.875	233.046	192.875
Ajuste de avaliação patrimonial		(15.157)	–	(15.157)	–
Patrimônio líquido atribuível aos controladores		**2.460.560**	**1.059.678**	**2.460.560**	**1.059.678**
Total do patrimônio líquido		**2.460.560**	**1.059.678**	**2.460.560**	**1.059.678**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**8.205.056**	**5.551.632**	**10.026.057**	**5.637.573**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)

		Atribuível aos acionistas controladores						
			Reservas de capital	Reservas de lucros				
	Nota	Capital social	Pagamento baseado em ações	Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2021		**854.103**	**12.700**	**25.255**	**87.310**	–	–	**979.368**
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	–	80.310	80.310
Constituição de reserva		–	–	4.016	76.294	–	(80.310)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2021		**854.103**	**12.700**	**29.271**	**163.604**	–	–	**1.059.678**
Saldos em 1º de janeiro de 2022		**854.103**	**12.700**	**29.271**	**163.604**	–	–	**1.059.678**
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	–	40.170	40.170
Outros resultados abrangentes - Hedge de fluxo de caixa		–	–	–	–	18.001	–	18.001
Constituição de reserva		–	–	2.009	38.162	–	(40.170)	1
Transferência de quotas - Físia	28	1.375.868	–	–	–	(33.158)	–	1.342.710
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**2.229.971**	**12.700**	**31.280**	**201.766**	**(15.157)**	–	**2.460.560**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro líquido do exercício		**40.170**	**80.310**	**40.170**	**80.310**
Ajustado por:					
Depreciação e amortização imobilizado e intangível	17,18	130.598	107.250	137.047	107.250
Amortização do direito de uso	19	166.065	158.407	166.640	158.407
Juros sobre empréstimos e financiamentos	32	35.294	23.515	35.294	23.515
Juros sobre debêntures	32	124.052	31.379	124.052	31.379
Juros sobre parcelamentos de tributos	32	1.068	3.722	1.068	24.880
Juros sobre pagamentos em atraso	32	656	694	656	2.720
(Perda) redução ao valor recuperável de contas a receber		(2.104)	935	(2.299)	935
Juros sobre atraso de impostos	32	10.670	21.248	10.670	28.788
Resultado de equivalência patrimonial	16	(51.879)	54.365	(280)	–
Resultado na baixa de ativo imobilizado e intangível	17,18	2.599	17.687	(2.283)	17.687
Baixa residual arrendamentos	19	–	2.726	–	2.726
Provisão para obsolescência do estoque	8	(11.981)	36.734	(20.763)	36.734
Ajuste a valor presente, líquido	32	–	(1.574)	–	(1.574)
Juros de arrendamento mercantil	32	118.931	110.151	118.931	110.151
Descontos sobre arrendamento mercantil	19	(10.093)	(23.744)	(10.093)	(23.744)
Constituição líquida de provisão para riscos administrativos e judiciais	14	18.488	40.078	19.268	16.542
Créditos tributários (IRPJ e CSLL) relativos aos indébitos tributários		–	(56.587)	–	(56.587)
Exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS		–	(39.734)	–	(39.734)
Imposto de renda e contribuição social corrente		5.720	(4.685)	5.720	(4.685)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	(60.886)	(98.685)	(59.811)	(67.844)
		517.368	**464.192**	**563.987**	**447.856**
(Aumento) redução nos ativos					
Contas a receber	7	(674.069)	1.143.613	(459.482)	1.143.652
Estoques	8	(213.470)	(55.825)	(200.147)	(55.825)
Instrumentos financeiros derivativos		–	–	(22.767)	–
Tributos a compensar, IRPJ e CSLL a compensar	10,11	113.544	209.267	154.068	209.023
Depósitos judiciais	14	(41.393)	(19.263)	(69.333)	(20.687)
Outros ativos		(10.943)	(2.271)	(12.172)	(1.418)
Aumento (redução) nos passivos					
Fornecedores	20	712.459	(1.408.229)	678.967	(1.410.224)
Fornecedores - risco sacado	20	70.457	10.877	70.457	10.877
Instrumentos financeiros derivativos		–	–	39.612	–

		Controladora		Consolidado	
	Nota	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Obrigações tributárias	22	26.384	(60.529)	(38.061)	(68.061)
Parcelamentos de tributos	23	(39.189)	(40.960)	(38.456)	(26.743)
Contingências pagas	14	(42.985)	(26.587)	(38.290)	(31.356)
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	24	26.247	62.661	25.022	62.661
Outras contas a pagar		10.383	(7.225)	(26.997)	(6.908)
Outros passivos		73.096	–	94.854	–
Variação nos ativos e passivos:		**10.521**	**(194.471)**	**157.275**	**(195.009)**
Juros pagos sobre financiamentos	32	(34.575)	(24.990)	(34.597)	(24.990)
Juros pagos sobre Debêntures	32	(109.648)	(27.144)	(109.648)	(27.144)
Juros pagos sobre arrendamento	32	(118.931)	(110.151)	(118.931)	(110.151)
Juros sobre capital próprio recebido	13	3.000	–	–	–
Imposto de renda e contribuição social pagos		(19.649)	–	1.910	–
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		**248.086**	**107.436**	**459.996**	**90.562**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos					
Adições de ativo imobilizado	17	(94.375)	(169.408)	(143.384)	(169.408)
Adições no intangível	18	(113.690)	(97.251)	(128.163)	(97.251)
Aquisição de controlada liquido do caixa recebido - FitDance	3.1	(9.636)	–	(9.636)	–
Aumento de capital em controlada		(7.000)	–	–	–
Participação em coligada - X3M	16	–	–	(4.721)	–
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		**(224.701)**	**(266.659)**	**(285.904)**	**(266.659)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Empréstimos e financiamentos tomados	21	2.536	17.626	2.373	17.626
Empréstimos, financiamentos e debêntures pagos	21	(204.279)	(93.283)	(204.386)	(93.283)
Emissão de debentures	21	496.133	297.788	496.132	297.788
Dividendos pagos	13	–	–	(32.803)	–
Mútuos a pagar - antes mudança controle		–	–	(223.580)	–
Mútuos a receber	25	(226.403)	–	–	–
Arrendamentos pagos	19	(119.722)	(66.677)	(120.651)	(66.677)
Partes relacionadas		14.175	135.363	47.416	87.470
Adiantamento para futuro aumento de capital em controlada		(1.820)	(71.044)	–	–
Caixa líquido utilizado nas (gerado pelas) atividades de financiamento		**(39.380)**	**219.773**	**(35.499)**	**242.924**
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		**(15.995)**	**60.550**	**138.593**	**66.827**
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro		228.287	167.737	234.791	167.964
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro		212.292	228.287	373.384	234.791
Transações que não afetaram caixa					
Adição ao imobilizado e intangível		2.070	1.526	3.524	1.526

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações de Resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Receitas líquidas	29	5.902.798	4.754.898	6.185.094	4.754.898
Custo das vendas e dos serviços prestados	30	(4.276.199)	(3.367.711)	(4.410.915)	(3.367.711)
Lucro bruto		**1.626.599**	**1.387.187**	**1.774.179**	**1.387.187**
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas com vendas	31	(1.235.847)	(937.948)	(1.331.598)	(937.948)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber		(2.104)	(935)	(2.299)	(935)
Despesas administrativas e gerais	31	(265.915)	(243.305)	(295.237)	(254.211)
Outras receitas operacionais liquidas		24.198	487	24.793	490
Resultado com equivalência patrimonial	16	51.879	(54.365)	280	–
Despesas operacionais, líquidas		**(1.427.789)**	**(1.236.066)**	**(1.604.061)**	**(1.192.604)**
Lucro operacional		**198.810**	**151.121**	**170.118**	**194.583**
Receitas financeiras	32	90.783	47.067	105.952	48.752
Despesas financeiras	32	(316.029)	(221.248)	(320.365)	(235.554)
Despesas financeiras, líquidas		**(225.246)**	**(174.181)**	**(214.413)**	**(186.802)**
(Prejuízo) lucro antes dos impostos		**(26.436)**	**(23.060)**	**(44.295)**	**7.781**
Imposto de renda e contribuição social - corrente	12	5.720	4.685	24.654	4.685
Imposto de renda e contribuição social - diferido	12	60.886	98.685	59.811	67.844
Lucro líquido do exercício		**40.170**	**80.310**	**40.170**	**80.310**
Acionistas controladores		40.170	80.310	40.170	80.310
Acionistas não controladores		–	–	–	–
		40.170	**80.310**	**40.170**	**80.310**
Lucro líquido por ação atribuível aos acionistas do Grupo					
Lucro básico por ação (média ponderada)				0,02	0,04
Lucro diluído por ação (média ponderada)				0,02	0,04

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Resultados Abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício	**40.170**	**80.310**	**40.170**	**80.310**
Outros resultados abrangentes				
Itens que podem ser reclassificados para o resultado				
Hedge de fluxo de caixa	18.001	–	18.001	–
Outros resultados abrangentes líquidos de impostos	**58.171**	**80.310**	**58.171**	**80.310**
Imposto de renda e contribuição social sobre hedge de fluxo de caixa	(6.120)	–	(6.120)	–
Resultado abrangente do exercício	**52.051**	**80.310**	**52.051**	**80.310**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações de Valor Adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Receitas	**7.283.726**	**5.851.853**	**7.647.244**	**5.851.853**
Receita de vendas de mercadorias, produtos e serviços	7.260.867	5.833.316	7.624.002	5.833.316
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	(2.104)	(935)	(2.299)	(935)
Outras receitas operacionais	24.963	19.472	25.541	19.472
Insumos adquiridos de terceiros	**(3.662.509)**	**(2.914.175)**	**(3.848.564)**	**(2.915.267)**
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(3.118.086)	(2.458.538)	(3.228.317)	(2.458.538)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(457.989)	(373.428)	(547.258)	(374.520)
Perda de valores ativos	(86.434)	(82.209)	(72.989)	(82.209)
Valor adicionado bruto	**3.621.217**	**2.937.678**	**3.798.680**	**2.936.586**
Depreciação e amortização	**(318.669)**	**(265.657)**	**(320.595)**	**(265.657)**
Valor adicionado liquido	**3.302.548**	**2.672.021**	**3.478.085**	**2.670.929**
Valor recebido em transferência	**142.662**	**(3.427)**	**106.106**	**52.651**
Resultado de equivalência patrimonial	51.879	(54.365)	154	–
Receitas financeiras	90.783	50.938	105.952	52.651
Valor adicionados total a distribuir	**3.445.210**	**2.668.594**	**3.584.191**	**2.723.580**
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal	**533.429**	**427.759**	**550.027**	**427.859**
Remuneração direta	341.335	284.678	351.858	284.752
Benefícios	159.837	117.034	165.112	117.055
FGTS	32.257	26.047	33.057	26.052
Impostos, taxas e contribuições	**2.402.039**	**1.824.121**	**2.503.391**	**1.861.443**
Federais	943.874	688.706	970.890	719.592
Estaduais	1.434.272	1.114.489	1.509.372	1.120.914
Municipais	23.893	20.926	23.129	20.937
Remuneração de capitais de terceiros	**469.572**	**336.404**	**490.603**	**353.968**
Despesas financeiras (juros)	182.460	181.914	190.186	195.397
Aluguéis	57.781	28.260	63.133	28.260
Outras	229.331	126.230	237.284	130.311
Remuneração de capitais próprios	**40.170**	**80.310**	**40.170**	**80.310**
Lucros retidos (lucros acumulados)	40.170	80.310	40.170	80.310

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A SBF Comércio de Produtos Esportivos S.A. ("Controladora", "Companhia" ou "SBF Comércio") é uma sociedade anônima domiciliada no Brasil com sede no Estado e cidade de São Paulo. As demonstrações financeiras da SBF Comércio de Produtos Esportivos S.A. relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022, compreendem a controladora SBF Comércio de Produtos Esportivos S.A. e sua controlada, denominadas em conjunto "SBF Comércio" ou "Companhia". Em 18 de junho de 2020, foi aprovada a transformação do tipo jurídico da Sociedade de uma sociedade empresarial limitada para uma sociedade por ações de capital fechado, passando a operar sob a nova denominação SBF Comércio de Produtos Esportivos S.A. Em 23 de dezembro de 2020, a Companhia foi registrada na Comissão de Valores Mobiliários com a categoria B. A SBF Comércio de Produtos Esportivos S.A. e suas controladas diretas e indiretas, individualmente ou em conjunto ("Companhia" ou "Consolidado") tem como principais atividades: o comércio de produtos esportivos e de lazer em geral (calçados, vestuários, entretenimento em geral, equipamentos e acessórios), oriundos do mercado nacional e internacional, produção audiovisual, assim como produção de filmes para publicidade. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 01 de março de 2023. A lista das entidades consolidadas é apresentada abaixo:

	Participação Societária Direta		
Controladas	**2022**	**2021**	**Atividade**
Lione Comércio de Art. Esportivos Ltda.	100%	99,99%	Comércio esportivo
Fitdance Entretenimento Ltda.	100%	–	Produção de filmes para publicidade
Fisia Comércio de Produtos Esportivos Ltda.	100%	–	Comércio atacadista e varejista

As principais informações sobre cada uma das empresas que compõe as informações financeiras consolidadas da Companhia estão apresentadas na Nota 16. As políticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente pelas empresas consolidadas.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1 Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC): As demonstrações financeiras individuais (Controladora) e consolidadas (Consolidado) foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). As demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela administração na sua gestão. **2.2 Base de preparação e apresentação:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção aos seguintes itens: - instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo; - instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado mensurados; A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4. ***(a) Demonstração do valor adicionado:*** A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis. **2.3 Consolidação:** A Companhia detém participações societárias diretas. As participações societárias em sociedades controladas estão avaliadas pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais da controladora. Nas demonstrações financeiras consolidadas o investimento e todos os saldos de ativos e passivos, receitas e despesas decorrentes de transações e participação do patrimônio líquido nas controladas são eliminados integralmente. Os investimentos em coligadas são mantidos pela equivalência patrimonial tanto nas demonstrações financeiras consolidadas como nas individuais da controladora. **2.4 Principais políticas contábeis:** As políticas contábeis significativas e relevantes para a compreensão da base de reconhecimento e mensuração aplicadas na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, foram incluídas nas respectivas notas explicativas a que se referem. As políticas contábeis adotadas na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 são consistentes com as utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2021. A Companhia não adotou antecipadamente qualquer pronunciamento ou interpretação que tenha sido emitido, cuja aplicação não é obrigatória. **2.5 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações:** As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2022: • Alteração ao IAS 16/CPC 27 "Ativo Imobilizado": a alteração proíbe uma entidade de deduzir do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo preparado para seu uso pretendido. Tais receitas e custos relacionados devem ser reconhecidos no resultado do exercício. • Alteração ao IAS 37/CPC25 "Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes": esclarece que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele. • Alteração ao IFRS 3/CPC 15 "Combinação de Negócios": substitui as referências da versão antiga da estrutura conceitual pela mais recente emitida em 2018. • Aprimoramentos anuais - ciclo 2018-2020: (i) IFRS 9/CPC 48 - "Instrumentos Financeiros" - esclarece quais taxas devem ser incluídas no teste de 10% para análise de baixa de passivos financeiros. (ii) IFRS 16/CPC 06 - "Arrendamentos" - alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado. (iii) IFRS 1/CPC 37 "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros" - simplifica a aplicação da referida norma por uma subsidiária que adote o IFRS pela primeira vez após a sua controladora, em relação à mensuração do montante acumulado de variações cambiais. As alterações mencionadas acima não tiveram impactos materiais para a Companhia. **2.6 Alterações de normas novas que ainda não estão em vigor:** As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2022. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC). **a) Alteração ao IAS 1 "Apresentação das Demonstrações Contábeis:** de acordo com o IAS 1 - "Presentation of financial statements", para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações financeiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço patrimonial. Em janeiro de 2020, o IASB emitiu a alteração ao IAS 1 "Classification of liabilities as current or non-current", cuja data de aplicação era para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, que determinava que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: covenants), mesmo que a mensuração contratual do covenant somente fosse requerida após a data do balanço em até doze meses. Subsequentemente, em outubro de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contém cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob covenants somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente covenants com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data. A alteração de 2022 introduz requisitos adicionais de divulgação que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreender o risco do passivo ser liquidado em até doze meses após a data do balanço. A alteração de 2022 mudou a data de aplicação da alteração de 2020. Desta forma, ambas as alterações se aplicam para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2024. **b) Alteração ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2 - Divulgação de políticas contábeis:** em fevereiro de 2021 o IASB emitiu nova alteração ao IAS 1 sobre divulgação de políticas contábeis "materiais" ao invés de políticas contábeis "significativas". As alterações definem o que é "informação de política contábil material" e explicam como identificá-las. Também esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. Para apoiar esta alteração, o IASB também alterou a "IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements" para fornecer orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023. **c) Alteração ao IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro:** a alteração emitida em fevereiro de 2021 esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023. **d) Alteração ao IAS 12 - Tributos sobre o Lucro:** a alteração emitida em maio de 2021 requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exigirá o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023. Não se espera que essas alterações tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia. **2.7 Informações por segmento:** Os segmentos operacionais são definidos como atividades comerciais que geram receitas e despesas e cujos resultados operacionais são regularmente revisados pelo principal responsável pela tomada de decisões ("CODM") da Companhia para tomar decisões sobre a alocação de recursos aos segmentos e avaliar seu desempenho. A Administração determinou que o CEO da Companhia é o CODM. O CODM recebe e analisa informações sobre os resultados operacionais da Companhia, seu desempenho, as projeções de fluxo de caixa e as decisões de investimento determinados apenas na base da Companhia. As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais é o CEO, também responsável pela tomada das decisões estratégicas da Companhia. Consequentemente, a Administração determinou que a Companhia possui apenas um segmento operacional, pois não há informação financeira individualizada disponível por segmento, e as decisões estratégicas, uso de tecnologias e estratégias de marketing para diferentes produtos e serviços ocorrem de forma centralizada. Toda a receita da Companhia é derivada de clientes localizados geograficamente no Brasil e não há concentração de vendas para clientes. Além disso, todos os ativos não circulantes da Companhia estão localizados no Brasil. Durante 2022 o segmento de serviços não se qualificou como um segmento reportável. **2.8 Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua (a "moeda funcional"). Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2.9 Transações em moeda estrangeira:** Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. Todos os outros ganhos e perdas cambiais são apresentados na demonstração do resultado como "Outros ganhos (perdas), líquidos". Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da reconversão são reconhecidas no resultado. Adicionalmente, as alterações no valor justo dos títulos monetários em moeda estrangeira, classificados como ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, são separadas entre as variações cambiais relacionadas com o custo amortizado do título e as outras variações no valor contábil do título. As variações cambiais do custo amortizado são reconhecidas no resultado, e as demais variações no valor contábil do título são reconhecidas no patrimônio.

3. PRINCIPAIS EVENTOS OCORRIDOS DURANTE O EXERCÍCIO DE 2022

3.1 Aquisição Fitdance: Em 25 de março de 2022, a SBF Comércio celebrou contrato a fim de adquirir a totalidade das ações de emissão da FitDance. Em 01 de abril de 2022, foi concluído o processo de aquisição. Diante do cumprimento de todas as condições precedentes relevantes e a SBF Comércio e a FitDance efetivaram o fechamento da Transação de compra e venda. Após o término da avaliação dos ajustes do preço em maio de 2022, concluiu-se quanto ao pagamento, perfazendo-se assim o montante final de aquisição de R$ 9.905 liquidado integralmente em caixa.

continua

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001. A autenticidade pode ser conferida ao lado

ICP Brasil

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 03/03/2023

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal O Dia SP. Acesse também através do link: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 257B-3599-C6A7-2B1C.

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 257B-3599-C6A7-2B1C.

Jornal O DIA SP

Edição Digital Certificada * sexta-feira, 3 de março de 2023

CENTAURO

SBF COMÉRCIO DE PRODUTOS ESPORTIVOS S.A.

CNPJ 06.347.409/0001-65

Demonstrações Financeiras 2022

→★ continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

A tabela a seguir resume a contraprestação paga para a Fitdance e os valores justos finais dos ativos adquiridos e passivos assumidos reconhecidos na data da aquisição:

	Valor Justo
Imobilizado	118
Marca	1.996
Carteira de cliente - Serviços	2.016
Software	1.153
Ágio por expectativa de rentabilidade futura	6.692
Demais ativos	413
Total ativo	**12.388**
Total passivo	**2.483**
Total líquido dos ativos identificáveis	**9.905**

3.2 Mudança de Controle da Fisia: Em 01 de dezembro de 2022 foi concluída a transação de mudança de controle da Fisia, que era controlada direta da Grupo SBF S.A. e passou a ser controlada pela SBF Comércio. Na transferência do controle, além do patrimônio líquido da Físia, foram transferidos para a SBF Comércio as mais valias mensuradas na combinação de negócios originalmente registrada na Grupo SBF. A transação foi efetivada por meio de cessão da totalidade das quotas da Fisia, reconhecidas como aumento de capital na SBF Comércio, mensurada a valor contábil. As mais valias transferidas correspondem a mensuração do valor justo dos ativos da Fisia, na data da aquisição do controle, reconhecidos no balanço do Grupo SBF em novembro de 2020. As mais valias representam o direito de uso relacionado ao contrato de exclusividade na distribuição dos produtos da marca "Nike", obrigação com royalties pela exploração da exclusividade do direito de distribuição da marca e passivos contingentes. A transação de mudança de controle não se caracteriza como uma combinação de negócios, pois ambas as empresas pertencem ao mesmo grupo econômico e não houve operação financeira envolvida na transferência do controle. A transferência foi mensurada com base no balanço patrimonial da Fisia levantado em 30 de novembro de 2022. Em decorrência da aquisição do controle da Fisia, a SBF Comércio, reconheceu a cessão de quotas via integralização de capital, no montante de R$ 1.340.527. Demonstramos abaixo o efeito dos ativos líquidos transferidos, assim como as mais valias líquidas de amortização:

	FISIA 30/11/2022
Ativo	
Caixa e equivalentes de caixa	17.556
Contas a receber	896.105
Estoques	1.232.625
Tributos a compensar	427.000
Imposto de renda e contribuição social a compensar	32.017
Partes relacionadas - outras contas a receber	1.143
Imposto de renda e contribuição social diferidos	297.297
Depósitos judiciais	77.546
Outros ativos	74.267
Imobilizado	88.174
Intangível	9.321
Direito de uso	104.748
Total do ativo	**3.257.799**
Passivo	
Fornecedores	618.629
Arrendamentos a pagar	115.934
Obrigações tributárias	141.958
Imposto de renda e contribuição social a recolher	29.225
Instrumentos financeiros derivativos	51.756
Impostos parcelados	188
Partes Relacionadas - outras contas a pagar	223.580
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	29.435
Dividendos a pagar	268.559
Outras contas a pagar	104.125
Outros passivos	25.828
Provisão para riscos administrativos e judiciais	282.026
Total do passivo	**1.891.243**
Patrimônio líquido	**1.366.556**
Mais valias transferidas	
Contrato de distribuição	131.856
Contingência	(29.787)
Royalties	(125.915)
Total mais valias	**(23.846)**
Transferência de quotas - Físia	**1.342.710**

3.3 Migrações sistêmicas finalizadas: Durante o exercício de 2022 a Companhia realizou migrações tecnológicas importantes, com o objetivo de continuar caminhando para uma arquitetura de software em nuvem e alinhada com as práticas mais atualizadas e modernas de gestão financeira. A primeira migração sistêmica, finalizada em junho, foi a do ERP da SBF Comércio, que migrou para a versão em *cloud* mais recente. A segunda migração realizada em agosto, foi do ERP da Fisia, que até então utilizava o ERP Global da Nike Inc e migrou para o mesmo ambiente sistêmico em *cloud* do Grupo SBF. Para a Fisia, as grandes vantagens dessa migração foram o fim do pagamento à Nike Inc dos custos do sistemas deles (pagamentos baseados no TSA, *Transition Services Agreement*) e a liberdade de adaptar o sistema à nosso modo de operar, antes o sistema era parametrizado e mantido pela própria Nike Inc. Por fim, em agosto, concluímos a migração da plataforma online da Fisia, que estava terceirizada com um parceiro, para nossa plataforma proprietária.

4. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir. ***a) Principais premissas utilizadas nos cálculos do valor em uso:*** Anualmente, a Companhia testa eventuais perdas (*impairment*) no ágio, de acordo com a política contábil apresentada na Nota 18. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas e projeções orçamentárias aprovadas pela Administração. ***b) Perda (impairment) de ativos financeiros:*** As provisões para perdas com ativos financeiros são baseadas em premissas sobre o risco de inadimplência e nas taxas de perdas esperadas. A Companhia aplica julgamento para estabelecer essas premissas e para selecionar os dados para o cálculo do impairment, com base no histórico da Companhia, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras ao final de cada exercício. Os seguintes ativos financeiros mantidos pela Companhia estão sujeitos ao modelo de perdas de crédito esperadas: • Contas a receber de clientes atacado (Nota 7); • Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; • Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Embora o caixa e equivalentes de caixa também estejam sujeitos às exigências de impairment do IFRS 9/CPC 48, a perda por impairment identificada nesses ativos foi imaterial. ***c) Imposto de renda e contribuição social diferidos:*** Os ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos incluem um saldo de R$ 667.335 relacionado a prejuízos fiscais e diferenças temporárias gerados pelas controladas da SBF Comércio. A Companhia entende que o ativo fiscal diferido é recuperável considerando as projeções de lucro tributável futuro estimado com base nos planos de negócios aprovados e nos orçamentos para as controladas. ***d) Tratamentos fiscais incertos e contingências relacionadas:*** A Companhia mantém certas discussões administrativas e judiciais com as autoridades fiscais no Brasil. Os valores mais expressivos envolvem a cobrança de ICMS pelo fato da autoridade fiscal do Estado de São Paulo não ter reconhecido o trânsito de algumas mercadorias, somados a multa majorada e juros, os quais são hoje discutidos na esfera administrativa e judicial e discussão administrativa acerca do recolhimento do IPI na venda de produtos importados. A determinação final é incerta e depende de fatores não controlados pela Companhia, como mudanças na jurisprudência e alterações nas leis e regulamentos tributários. ***e) Taxa incremental sobre o empréstimo do arrendamento:*** A Companhia não tem condições de determinar a taxa implícita de desconto a ser aplicada a seus contratos de arrendamento. Portanto, a taxa incremental sobre o empréstimo do arrendatário é utilizada para o cálculo do valor presente dos passivos de arrendamento no registro inicial do contrato. A taxa incremental sobre empréstimo do arrendatário é a taxa de juros que o arrendatário teria que pagar ao tomar recursos emprestados para a aquisição de ativo semelhante ao ativo objeto do contrato de arrendamento, por prazo semelhante e com garantia semelhante. A obtenção desta taxa envolve um elevado grau de julgamento, e deve ser função do risco de crédito do arrendatário, do prazo do contrato de arrendamento, da natureza e qualidade das garantias oferecidas e do ambiente econômico em que a transação ocorre. O processo de apuração da taxa utiliza preferencialmente informações prontamente observáveis, a partir das quais deve proceder aos ajustes necessários para se chegar à sua taxa incremental de empréstimo. ***f) Julgamentos criticos:*** As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: ***Determinação do prazo do arrendamento:*** Ao determinar o prazo do arrendamento, a administração considera todos os fatos e circunstâncias que criam um incentivo econômico para o exercício de uma opção de prorrogação ou para o não exercício da opção de rescisão. As opções de prorrogação (ou períodos após as opções de rescisão) são incluídas no prazo do arrendamento somente quando há certeza razoável de que o arrendamento será prorrogado (ou que não será rescindido). Para arrendamentos de centros de distribuição e lojas, os fatores a seguir normalmente são os mais relevantes: • Se a rescisão (ou não prorrogação) incorrer em multas significativas, é razoavelmente certo de que a Companhia irá efetuar a prorrogação (ou não irá efetuar a rescisão). • Se houver benfeitorias em imóveis de terceiros com saldo residual significativo, é razoavelmente certo de que a Companhia irá prorrogar (ou não rescindir) o arrendamento.

5. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

5.1 Política contábil: 5.1.1. Ativos financeiros: Reconhecimento inicial e mensuração: No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é mensurado ao valor justo, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão do ativo ou passivo financeiro. Subsequentemente, os ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") ou pelo valor justo por meio do resultado ("VJR"). A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócio da Companhia para a gestão destes ativos financeiros. O modelo de negócios da Companhia para gerenciar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão do recebimento de fluxos de caixa contratuais, da venda de ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são ativos financeiros "não derivativos" mantidos dentro de um modelo de negócios com o objetivo de manter ativos financeiros a fim de receber fluxos de caixa contratuais, enquanto os ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são mantidos dentro de um modelo de negócios com o objetivo de manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais e vendê-os. **Mensuração subsequente: *Ativos financeiros ao custo amortizado:*** Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a análise de redução ao valor recuperável. Ganhos ou perdas são reconhecidos na demonstração do resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros da Companhia classificados como custo amortizado, incluem os saldos do contas a receber e de outros ativos circulantes e não circulantes. ***Valor justo por meio de outros resultados abrangentes:*** Os ativos que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais e para venda dos ativos financeiros quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Mudanças no valor contábil são registradas em outros resultados abrangentes, exceto pelo reconhecimento dos ganhos ou perdas por impairment, receita com juros e ganhos e perdas cambiais, os quais são reconhecidos na demonstração do resultado. Quando o ativo financeiro é baixado, os ganhos ou perdas cumulativos que haviam sido reconhecidos em outros resultados abrangentes são reclassificados do patrimônio líquido para o resultado e reconhecidos em outros ganhos/(perdas). As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. ***Valor justo por meio do resultado:*** Os ativos que não atendem os critérios de classificação de custo amortizado ou de valor justo por meio de outros resultados abrangentes são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Eventuais ganhos ou perdas em um investimento em título de dívida que seja subsequentemente mensurado ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos no resultado e apresentados líquidos em outros ganhos/(perdas), no período em que ocorrerem. **Desreconhecimento (baixa) de instrumentos financeiros:** Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram, a Companhia transferiu os seus direitos ou riscos de receber os fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (i) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (ii) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo. Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ela avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando a Companhia não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflete os direitos e as obrigações que a Companhia manteve. Com relação aos clientes individuais, a Companhia adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 180 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. Com relação aos clientes corporativos, a Companhia faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado, dado a irrelevância das baixas efetuadas. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos do Grupo para a recuperação dos valores devidos. **Redução ao valor recuperável (Impairment) de ativos financeiros:** A Companhia apura as provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica, da Companhia na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*). A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou razoavelmente se este estiver com mais de 30 dias de atraso. A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma) ou o ativo financeiro estiver vencido há mais de 60 dias. A Companhia considera que um título de dívida tem um risco de crédito baixo quando a sua classificação de risco de crédito é equivalente à definição globalmente aceita de "grau de investimento". A Companhia considera que este seja baixo ou superior pela agência de rating de crédito Fitch Ratings. As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro. As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses). O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposto ao risco de crédito. ***Ativos financeiros com problemas de recuperação:*** A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. Em cada data de balanço, o Grupo avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: - dificuldades financeiras significativas do devedor; - quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 60 dias; - reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais; - a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou - o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras. As provisões para perdas com contas a receber de clientes de varejo (venda para consumidor final) foram avaliadas, porém não constituídas. Esta conclusão leva em consideração que a carteira de recebíveis da Companhia referente às administradoras de cartão de crédito possui baixo risco de crédito, considerando o histórico do relacionamento de tais administradoras com a Companhia (não há histórico de perdas) e *rating* de crédito das administradoras avaliado pelo mercado. **5.1.2. Passivos financeiros: Reconhecimento inicial e mensuração:** Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, e, no caso de empréstimos, financiamentos e debêntures, líquidos dos custos de transação diretamente atribuíveis. Os passivos financeiros da Companhia incluem empréstimos, financiamentos e debêntures (Nota 21), instrumentos financeiros derivativos (Nota 9), fornecedores e operações de risco sacado (Nota 20), passivo de arrendamento (Nota 19), e dividendos a pagar (Nota 13). **Mensuração subsequente:** Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias: (i) passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado; ou (ii) passivos financeiros ao custo amortizado. ***Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado:*** Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. ***Passivos financeiros ao custo amortizado:*** Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. **Desreconhecimento:** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **Compensação de instrumentos financeiros:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **5.1.3. Instrumentos financeiros derivativos:** A Companhia mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira. Derivativos embutidos são separados de seus contratos principais e registrados separadamente caso o contrato principal não seja um ativo financeiro e certos critérios sejam atingidos. Os derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são normalmente registradas no resultado. A Companhia designa certos derivativos como instrumentos de hedge para proteção da variabilidade dos fluxos de caixa associada a transações previstas altamente prováveis, resultantes de mudanças nas taxas de câmbio. No início das relações de hedge designadas, a Companhia documenta o objetivo do gerenciamento de risco e a estratégia de aquisição do instrumento de hedge. A Companhia também documenta a relação econômica entre o instrumento de hedge e o item objeto de hedge, incluindo-se há a expectativa de que mudanças nos fluxos de caixa do item objeto de hedge e do instrumento de hedge compensem-se mutuamente. ***Hedges de fluxo de caixa:*** Quando um derivativo é designado como um instrumento de hedge de fluxo de caixa, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes e apresentada na conta de reserva de hedge. A porção efetiva das mudanças no valor justo do derivativo reconhecido em outros resultados abrangentes limita-se à mudança cumulativa no valor justo do item objeto de hedge, determinada com base no valor presente, desde o início do hedge. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado. A Companhia designa apenas as variações no valor justo do elemento spot dos contratos de câmbio a termo como instrumento de hedge nas relações de hedge de fluxo de caixa. A mudança no valor justo do elemento futuro de contratos a termo de câmbio (*forward points*) é contabilizada separadamente como custo de hedge e reconhecida em uma reserva de custos de hedge no patrimônio líquido. Quando a transação objeto de hedge prevista resulta no reconhecimento subsequente de um item não financeiro, tal como estoques, o valor acumulado na reserva de hedge e o custo da reserva de hedge são incluídos diretamente no custo inicial do item não financeiro quando ele é reconhecido. Com relação às outras transações objeto de hedge, o valor acumulado na reserva de hedge e o custo da reserva de hedge são reclassificados para o resultado no mesmo período ou em períodos em que os fluxos de caixa futuros esperados que são objeto de hedge afetarem o resultado. Caso o hedge deixe de atender aos critérios de contabilização de hedge, ou o instrumento de hedge expire ou seja vendido, encerrado ou exercido, a contabilidade de hedge é descontinuada prospectivamente. Quando a contabilização dos hedges de fluxo de caixa for descontinuada, o valor que foi acumulado na reserva de hedge permanece no patrimônio líquido até que, para um instrumento de hedge de uma transação que resulte no reconhecimento de um item não financeiro, ele for incluído no custo do item não financeiro no momento do reconhecimento inicial ou, para outros hedges de fluxo de caixa, seja reclassificado para o resultado no mesmo período ou períodos à medida que os fluxos de caixa futuros esperados que são objeto de hedge afetarem o resultado. Caso os fluxos de caixa futuros que são objeto de hedge não sejam mais esperados, os valores que foram acumulados na reserva de hedge e o custo da reserva de hedge são imediatamente reclassificados para o resultado. **5.2 Gestão de riscos financeiros: 5.2.1 Fatores de risco financeiro:** Os principais fatores de risco a que a Companhia está exposta refletem aspectos estratégico-operacionais e econômico-financeiros. Os riscos estratégico-operacionais (tais como, entre outros, comportamento de demanda, concorrência e mudanças relevantes na estrutura do mercado) são endereçados pelo modelo de gestão da Companhia. Os riscos econômico-financeiros refletem, principalmente, o comportamento de variáveis macroeconômicas, como taxas de câmbio e de juros, bem como as características dos instrumentos financeiros utilizados. Esses riscos são administrados por meio de acompanhamento da alta administração que atua ativamente na gestão operacional. O quadro a seguir sumaria a natureza e a extensão dos riscos decorrentes de instrumentos financeiros e como a Companhia administra sua exposição.

Risco	Exposição	Metodologia utilizada para mensuração do impacto	Gestão
Risco de mercado - câmbio	Operações comerciais futuras Ativos e passivos financeiros em moeda estrangeira	Previsão de fluxos de caixa Análise de sensibilidade	Contratos futuros a termo
Risco de mercado - taxa de juros	Empréstimos de longo prazo com taxas variáveis	Análise de sensibilidade	*Swaps* de taxa de juros
Risco de mercado - volatilidade no preço das ações	Investimentos em valores mobiliários	Análise de sensibilidade	Diversificação da carteira
Risco de crédito	Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, instrumentos financeiros derivativos, investimentos em instrumentos de dívida e ativos de contratos	Análise de vencimento Avaliação de crédito	Diversificação das instituições financeiras Monitoramento dos limites de crédito/*ratings* Orientações de investimento em instrumentos de dívida
Risco de liquidez	Empréstimos e outros passivos	Previsões de fluxo de caixa	Linhas de crédito disponíveis

a) Riscos de mercado: Riscos de mercado refletem os riscos de que o valor justo ou fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue como resultado de mudanças em preços de mercado, incluindo risco cambial, risco de taxa de juros e outros riscos de preço. Nesse sentido, a Companhia está exposto a riscos de mercado decorrentes das atividades de seus negócios, envolvendo principalmente a possibilidade de flutuações na taxa de câmbio e mudanças nas taxas de juros. Para proteger as atuais posições do balanço patrimonial da Companhia dos riscos de mercado, os seguintes instrumentos financeiros derivativos são utilizados e compostos pelos saldos apresentados abaixo, em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

	31/12/2022	31/12/2021
Derivativos operacionais	**(35.443)**	**–**

b) Risco cambial: Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia, preponderantemente decorrente de operações de compra de produtos importados no mercado externo. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 não havia nenhum empréstimo, financiamento ou debênture em moeda estrangeira destinado a importação em aberto. A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos que foram classificados como hedge de fluxo de caixa aplicando-se a contabilização de hedge, conforme CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos financeiros. O hedge de fluxo de caixa consiste em fornecer proteção contra a variação nos fluxos de caixa atribuíveis a um risco particular associado a um ativo ou passivo reconhecido ou a uma transação prevista altamente provável e que possa afetar o resultado. A parcela efetiva das variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como hedge de fluxo de caixa é registrada como componente de "outros resultados abrangentes". Em 31 de dezembro de 2022, foi apurado saldo a ser registrado em outros resultados abrangentes no valor de R$ 15.157. O ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva, quando apurado, é imediatamente reconhecido no resultado. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 não foram apurados ganhos ou perdas decorrentes de parcela não efetiva. Os valores acumulados em "outros resultados abrangentes" são realizados na demonstração do resultado nos períodos em que o item protegido por hedge afetar o resultado (por exemplo, quando ocorrer a liquidação do item objeto de hedge).

Vencimentos	Moeda	Nacional	Valor justo	Operação	Vencimentos Estimados
De 10/01/2023 à 27/10/2023	USD	(1.664.664)	(35.443)	Pedido de importações de mercadorias	De 10/01/2023 à 27/10/2023
Total Consolidado		**(1.664.664)**	**(35.443)**		

Valor justo: No quadro abaixo apresentamos a abertura dos derivativos em aberto mantidos pela Companhia em 31 de dezembro de 2022, sendo que todos possuem a finalidade de proteção cambial para compra de mercadorias.

Derivativo	Valor Principal	Posição comprada ou vendida	Valor Justo	Prazo	Contraparte (Consolidado)
Hedge	(325.155)	Comprado	(8.452)	27/10/2023	ABC
Hedge	(361.087)	Comprado	3.874	27/10/2023	Bradesco
Hedge	(140.302)	Comprado	(629)	27/10/2023	BTG
Hedge	(187.434)	Comprado	(6.951)	27/10/2023	HSBC Brasil
Hedge	(383.243)	Comprado	(3.750)	27/10/2023	Itaú
Hedge	(122.631)	Comprado	(5.660)	27/10/2023	Safra
Hedge	(119.588)	Comprado	(2.059)	27/10/2023	Santander
Hedge	(310.604)	Comprado	(14.819)	27/10/2023	Votorantim
Hedge	5.929	Vendido	26	27/10/2023	ABC
Hedge	14.016	Vendido	(34)	27/10/2023	Bradesco
Hedge	128.332	Vendido	958	27/10/2023	BTG
Hedge	112.390	Vendido	1.464	27/10/2023	Itaú
Hedge	44.713	Vendido	589	27/10/2023	Votorantim
Total	**(1.644.664)**		**(35.443)**		

c) Risco de taxas de juros: Decorrem da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A principal fonte desse risco são os empréstimos e financiamentos, em sua maioria pós-fixados, tomados pela Companhia. As aplicações financeiras são principalmente indexadas ao CDI, reduzindo parcialmente o risco dos empréstimos. Nas informações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros, remunerados por juros da Companhia, corresponde à:

	Controladora 31/12/2022	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Aplicações financeiras	201.837	215.216	333.273	215.216
Empréstimos e financiamentos	(167.808)	(294.993)	(168.079)	(294.993)
Debêntures	(965.483)	(528.785)	(965.483)	(528.785)
Total	**(931.454)**	**(608.562)**	**(800.289)**	**(608.562)**

Análise de sensibilidade: O risco da Companhia decorre das operações com aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos atrelados ao CDI. Em 31 de dezembro de 2022 a companhia efetuou testes de sensibilidade para os cenários adversos e favoráveis dos juros (CDI). Para análise de sensibilidade, a Companhia utilizou o CDI previsto no relatório FOCUS (13,75% anual), os cenários consideram variações de 25% e 50% respectivamente do CDI.

Controladora			Aumento dos juros		Redução dos juros	
	2022	Provável	Possível (+) 25%	Remoto (+) 50%	Possível (–) -25%	Remoto (–) -50%
Aplicações financeiras	201.837	30.720	38.400	46.080	23.040	15.360
Empréstimos e financiamentos	(167.808)	(25.540)	(31.925)	(38.310)	(19.155)	(12.770)
Debêntures	(965.483)	(146.947)	(183.684)	(220.421)	(110.210)	(73.474)

Consolidado			Aumento dos juros		Redução dos juros	
	2022	Provável	Possível (+) 25%	Remoto (+) 50%	Possível (–) -25%	Remoto (–) -50%
Aplicações financeiras	333.273	50.724	63.405	76.086	38.043	25.362
Empréstimos e financiamentos	(168.078)	(25.581)	(31.976)	(38.372)	(19.186)	(12.791)
Debêntures	(965.483)	(146.947)	(183.684)	(220.421)	(110.210)	(73.474)

d) Risco de crédito: Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso, um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis originados em sua grande maioria por clientes do varejo e por aplicações financeiras. O risco de crédito da Companhia são as administradora de cartão de crédito, responsáveis por 88,67% dos recebíveis no balanço da Companhia, enquanto os recebíveis de atacado, são responsáveis por 11,33%. Todas as vendas da Companhia nas lojas ou no e-commerce são efetuadas por meio de cartão de créditos ou pagamento a vista, pix, boleto bancário, dinheiro ou cartão de débito, e as do atacado são todas via boleto registrado. A Companhia registra provisão para perda de crédito esperada (da controladora Fisia) apenas para as operações de distribuição do atacado, por entender que a carteira de recebíveis referente às administradoras de cartão de crédito contém baixo risco de crédito dessas contrapartes considerando o histórico do relacionamento com a Companhia (não há histórico de perdas) e *rating* de crédito avaliado pelo mercado. Historicamente a Companhia não tem apresentado perdas relevantes na realização do contas a receber. A tabela que fornece informações sobre a exposição ao risco de crédito e perdas de crédito esperadas de contas a receber de 31 de dezembro de 2022 e 2021 é demonstrada na Nota 7. Para as vendas que não passam pelas adquirentes, é realizada uma análise de crédito de cada cliente e a aprovação é feita caso a caso, com alçadas diferentes de acordo com o valor financeiro da venda. No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza investimentos em instituições financeiras de baixo risco, avaliadas por agências de rating ou em outras instituições que exijam investimentos como garantia para linhas de crédito. Os valores contábeis dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das informações financeiras foi:

	Controladora 31/12/2022	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Aplicações financeiras	201.837	215.216	333.273	215.216
Contas a receber	2.705.920	2.029.747	3.387.419	2.029.708
Outros ativos	27.841	17.147	86.574	19.038
Instrumentos financeiros derivativos	–	–	4.169	–
Total	**2.935.598**	**2.262.110**	**3.811.435**	**2.263.962**

Devido a característica de seu negócio a Companhia não possui níveis diferenciados de risco de crédito por região ou perfil de cliente, pois a concentração de recebíveis é por meio de cartões de crédito. ***Avaliação da perda esperada de crédito para clientes individual - Atacado:*** A Companhia utiliza uma matriz de provisões para a mensuração da perda de crédito esperada com contas a receber de clientes individuais, o que compreende um grande número de pequenos saldos. As taxas de perda são calculadas por meio do uso do método de'rolagem'com base na probabilidade de um valor a receber avançar por estágios sucessivos de inadimplência até a baixa completa. As taxas de rolagem são calculadas separadamente para exposições em diferentes segmentos com base nas seguintes características de risco de crédito comuns: região geográfica, tempo de relacionamento com o cliente e tipo de produto adquirido. As taxas de perda são baseadas na experiência real de perda de crédito verificada nos últimos sete anos. Essas taxas foram multiplicadas por fatores de escala para refletir as diferenças entre as condições econômicas durante o período em que os dados históricos foram coletados, as condições atuais e a visão da Companhia sobre as condições econômicas ao longo da vida esperada dos recebíveis (Nota 7). ***e) Risco de liquidez:*** Risco de liquidez é o risco em que a Companhia possa eventualmente encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros, que são liquidados com pagamentos à vista. A abordagem da Companhia no gerenciamento do risco de liquidez é de garantir, o pagamento de suas obrigações, motivo pelo qual tem por objetivo manter disponibilidade em caixa para cumprimento de suas obrigações de curto prazo, fazendo o possível para que sempre haja liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações vincendas, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. A Companhia mantém contratos de antecipações de recebíveis que são acionados caso seja necessário. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, A Companhia não tinha saldo de antecipação de recebíveis a amortizar junto às administradoras de cartão de crédito, por não ter necessidade de caixa imediata. A Companhia monitora também o nível esperado de entradas de caixa, proveniente das contas a receber de clientes e outros recebíveis, em conjunto com as saídas esperadas de caixa relacionadas à fornecedores e outras contas a pagar. Em 31 de dezembro de 2022, os fluxos de caixa esperados provenientes das contas a receber de clientes e outros recebíveis com vencimento dentro de dois meses era de R$ 1.110.497 (R$ 434.160 em 31 de dezembro de 2021).

	Controladora 31/12/2022	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Obrigações a curto prazo	(3.457.335)	(2.406.603)	(4.699.371)	(2.426.864)
Caixas e equivalentes	212.292	228.287	373.384	234.791
Contas a receber	2.705.920	2.029.747	3.387.419	2.029.708
Derivativos - Ativo	–	–	4.169	–
Derivativos - Passivo	–	–	(39.612)	–
Total	**(539.123)**	**(148.569)**	**(974.011)**	**(162.365)**
Patrimônio líquido	**2.460.560**	**1.059.678**	**2.460.560**	**1.059.678**
Índice de endividamento líquido	**22%**	**14%**	**40%**	**15%**

As obrigações de curto prazo representam o total do passivo circulante, líquidos dos derivativos. ***Exposição ao risco de liquidez:*** A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data das informações financeiras. Esses valores são brutos e não-descontados, e incluem pagamentos de juros contratuais e excluem o impacto dos acordos de compensação. A Companhia acredita que não terá problemas em honrar os vencimentos de curto prazo. Praticamente todos os recebíveis podem ser antecipados no momento de sua venda. Assim, todas as vendas, mesmo as parceladas, tem potencial de serem recebidas à vista, por meio de venda da carteira de recebíveis. A maioria dos empréstimos e financiamentos e debêntures estão no longo prazo, sendo que apenas 24,5% serão liquidados em curto prazo, ou seja, em até 12 meses, com custo médio aproximado de CDI + 1,47% anual.

Controladora

31 de dezembro de 2022	Valor contábil	Fluxos de caixa contratuais	2 meses ou menos	02 a 12 meses	1 a 2 anos	2 a 5 anos	Mais que 5 anos
Passivos financeiros não derivativos							
Fornecedores	2.392.939	2.392.939	536.904	1.856.035	–	–	–
Fornecedores - risco sacado	138.171	138.171	119.130	19.041	–	–	–
Empréstimos e financiamentos	167.808	192.552	4.642	99.892	87.458	560	–
Debêntures	965.483	1.299.209	29.151	281.194	275.277	534.646	178.941
Impostos parcelados	35.291	38.797	5.540	21.057	9.347	2.807	46
Arrendamentos a pagar	1.489.084	2.077.018	47.922	246.006	514.735	446.586	821.769
Outras contas a pagar	48.120	47.952	47.952	–	–	–	–
Total	**5.236.896**	**6.186.638**	**791.241**	**2.523.225**	**886.817**	**984.599**	**1.000.756**

Controladora

31 de dezembro de 2021	Valor contábil	Fluxos de caixa contratuais	2 meses ou menos	02 a 12 meses	1 a 2 anos	2 a 5 anos	Mais que 5 anos
Passivos financeiros não derivativos							
Fornecedores	1.745.468	1.745.469	734.465	1.011.004	–	–	–
Empréstimos e financiamentos	294.993	339.259	3.262	151.096	99.485	85.416	–
Debêntures	528.785	648.483	–	127.160	218.245	303.078	–
Impostos parcelados	73.412	81.881	7.485	35.338	27.100	11.882	76
Arrendamentos a pagar	1.416.102	1.941.596	41.664	216.422	491.565	422.111	769.834
Outras contas a pagar	49.869	49.869	49.869	–	–	–	–
Total	**4.108.629**	**4.806.557**	**836.745**	**1.541.020**	**836.395**	**822.487**	**769.910**

Consolidado

31 de dezembro de 2022	Valor contábil	Fluxos de caixa contratuais	2 meses ou menos	02 a 12 meses	1 a 2 anos	2 a 5 anos	Mais que 5 anos
Passivos financeiros não derivativos							
Fornecedores	2.979.788	2.979.788	1.484.621	1.495.167	–	–	–
Fornecedores - risco sacado	138.171	138.171	119.130	19.041	–	–	–
Empréstimos e financiamentos	168.078	191.804	4.592	99.423	87.229	560	–
Debêntures	965.483	1.285.633	28.662	276.862	271.200	530.472	178.437
Impostos parcelados	109.608	127.784	10.659	45.449	33.128	37.771	777
Arrendamentos a pagar	1.603.956	2.176.721	51.382	264.578	560.203	488.839	811.719
Derivativo	39.612	39.612	–	39.612	–	–	–
Outras contas a pagar	116.148	140.441	140.441	–	–	–	–
Total	**6.120.844**	**7.079.954**	**1.839.487**	**2.240.132**	**951.760**	**1.057.642**	**990.933**

Consolidado

31 de dezembro de 2021	Valor contábil	Fluxos de caixa contratuais	2 meses ou menos	02 a 12 meses	1 a 2 anos	2 a 5 anos	Mais que 5 anos
Passivos financeiros não derivativos							
Fornecedores	451.580	451.580	372.098	79.482	–	–	–
Fornecedores - risco sacado	67.714	67.714	42.690	25.024	–	–	–
Empréstimos e financiamentos	294.993	339.259	3.262	151.096	99.485	85.416	–
Debêntures	528.785	648.483	–	127.160	218.245	303.078	–
Impostos parcelados	146.808	172.839	12.387	61.690	50.560	48.040	162
Arrendamentos a pagar	1.416.102	1.941.596	41.664	216.422	491.565	422.111	769.834
Outras contas a pagar	50.207	50.207	50.207	–	–	–	–
Total	**2.956.189**	**3.671.678**	**522.308**	**660.874**	**859.855**	**858.645**	**769.996**

Os fluxos de entradas/saídas divulgados na tabela acima, representam os fluxos de caixa contratuais não descontados relacionados aos passivos financeiros que normalmente não são encerrados antes do vencimento contratual. A divulgação apresenta os montantes dos fluxos de caixa líquidos para derivativos que são liquidados em caixa com base em sua exposição líquida e fluxos de caixa bruto de entradas e saídas para os derivativos que têm liquidação simultânea bruta. **5.2.2 Gestão de capital:** Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos e debêntures de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado),

continua→★

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001. A autenticidade pode ser conferida ao lado

ICP Brasil

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 03/03/2023

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal O Dia SP. Acesse também através do link: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 257B-3599-C6A7-2B1C.

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 257B-3599-C6A7-2B1C.

CENTAURO

SBF COMÉRCIO DE PRODUTOS ESPORTIVOS S.A.

CNPJ 06.347.409/0001-65

Demonstrações Financeiras 2022

→★ continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

	Consolidado	
	31/12/2022	**31/12/2021**
Empréstimos e financiamentos	168.078	294.993
Debêntures	965.483	528.785
Caixas e equivalentes de caixa	(373.384)	(234.791)
Dívida líquida	**760.177**	**588.987**
Total do patrimônio líquido	2.460.560	1.059.678
Capital total	3.220.737	1.648.665
Índice de alavancagem financeira - %	**24%**	**36%**

A Companhia apresentava em 31 de dezembro de 2022, capital circulante líquido consolidado de R$ 1.779.989 (R$ 804.604 em 31 de dezembro de 2021), ou seja, uma variação positiva de R$ R$975.385. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresentou prejuízo antes dos impostos consolidado de R$ 44.295 (lucro de R$ 7.781 em 31 de dezembro de 2021). **5.2.3. Estimativa do valor justo:** Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (impairment) no caso de contas a receber, estejam próximos de seus valores justos. A tabela abaixo classifica os ativos e passivos contabilizados ao valor justo de acordo com o método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como segue: **Nível 1 -** Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; **Nível 2 -** Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); **Nível 3** - Inputs, para ativos ou passivos, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). ***Valor justo versus valor contábil - Consolidado:*** Para todas as operações a administração considera que o valor justo se equipara ao valor contábil, uma vez que para essas operações o valor contábil reflete o valor de liquidação naquela data. Os empréstimos, financiamentos e debêntures são mantidos atualizados monetariamente com base em taxas de juros contratadas de acordo com as condições iguais de mercado e, portanto, os saldos a pagar nas datas dos balanços aproximam-se substancialmente dos valores de mercado, mesmo aqueles classificados como "não circulantes", considerando-se a modalidade dos correspondentes financiamentos. A Companhia possui aplicações financeiras em títulos de renda fixa de curto prazo que são realizadas em instituições financeiras tradicionais e são consideradas de baixo risco. As taxas aplicadas nas operações de empréstimos, financiamentos e debêntures estão apresentadas ao longo da Nota 21. A tabela abaixo demonstra em resumo os ativos e passivos financeiros mensurados a valor justo no balanço patrimonial da Companhia, incluindo seus níveis na hierárquia do valor justo entre 31 de dezembro de 2022 e 2021:

		Consolidado 31/12/2022		
	Hierarquia de valor justo	**Valor Contábil**	**Valor justo**	**Custo amortizado**
Ativos				
Caixa e bancos (Nota 6)	Nível 2	40.111	–	40.111
Aplicações financeiras (Nota 6)	Nível 2	333.273	333.273	–
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 9)	Nível 2	4.169	–	4.169
Contas a receber (Nota 7)	Nível 2	3.387.419	–	3.387.419
Total		**3.764.972**	**333.273**	**3.431.699**
Passivos				
Empréstimos e financiamentos (Nota 21)	Nível 2	168.078	–	168.078
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 9)	Nível 2	39.612	–	39.612
Debêntures (Nota 21)	Nível 2	965.483	–	965.483
Arrendamentos (Nota 19)	Nível 2	1.603.956	–	1.603.956
Fornecedores (Nota 20)	Nível 2	2.979.788	–	2.979.788
Fornecedores - risco sacado (Nota 20)	Nível 2	138.171	–	138.171
Total		**5.895.088**	**–**	**5.895.088**

		Consolidado 31/12/2021		
	Hierarquia de valor justo	**Valor Contábil**	**Valor justo**	**Custo amortizado**
Ativos				
Caixa e bancos (Nota 6)	Nível 2	19.575	–	19.575
Aplicações financeiras (Nota 6)	Nível 2	215.540	215.540	–
Contas a receber (Nota 7)	Nível 2	2.029.708	–	2.029.708
Outros ativos (Nota 15)	Nível 2	19.038	–	19.038
Total		**2.283.861**	**215.540**	**2.068.321**
Passivos				
Empréstimos e financiamentos (Nota 21)	Nível 2	294.993	–	294.993
Debêntures (Nota 21)	Nível 2	528.785	–	528.785
Arrendamentos (Nota 19)	Nível 2	1.416.102	–	1.416.102
Fornecedores (Nota 20)	Nível 2	1.677.785	–	1.677.785
Fornecedores - risco sacado (Nota 20)	Nível 2	67.714	–	67.714
Total		**3.985.379**	**–**	**3.985.379**

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

6.1 Política contábil: Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixas e investimentos financeiros de curto prazo com vencimento original de três meses ou menos, a partir da data da contratação, os quais são prontamente conversíveis em uma quantia conhecida de caixa, sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo. As aplicações financeiras de curto prazo que são prontamente conversíveis e estão sujeitas a risco insignificante de mudança de valor são representadas por Certificados de Depósito Bancário - CDBs remunerados por taxas que variam aproximadamente em 55% para aplicações diárias (65% em aplicações diárias em 31 de dezembro 2021) da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. **6.2 Composição:**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	**31/12/2021**	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Caixa	4.816	5.919	6.281	5.919
Bancos	5.639	7.152	33.723	13.656
Aplicações financeiras	201.837	215.216	333.273	215.216
Meios de pagamento	–	–	107	–
Total	**212.292**	**228.287**	**373.384**	**234.791**

7. CONTAS A RECEBER

7.1 Política contábil: As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A Companhia mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de arrecadar fluxos de caixa contratuais e, portanto, essas contas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, deduzidas das provisões para perdas. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

7.2 Composição:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	**31/12/2021**	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Administradora de cartão de crédito (a)	976.195	796.530	1.509.515	796.530
Duplicatas a receber/atacado	8.430	11.241	192.897	11.241
Contas a receber - partes relacionadas (nota 25)	1.721.461	1.221.976	1.686.441	1.221.937
Subtotal	**2.706.086**	**2.029.747**	**3.388.853**	**2.029.708**
Provisão para perda esperada do contas a receber	(166)	–	(1.434)	–
Total	**2.705.920**	**2.029.747**	**3.387.419**	**2.029.708**

O saldo da rubrica "contas a receber" está distribuído entre as administradoras de cartões de crédito e vendas no atacado. A totalidade do saldo a receber de clientes é denominada em reais. Em 31 de dezembro de 2022, 88,67% do recebíveis da Companhia é decorrente de operações com cartão de crédito que corresponde ao montante total de R$ 1.509.515 (R$ 796.530 em 31 de dezembro de 2021). As movimentações na provisão para perda esperada são constituídas com base na perda de crédito esperada das vendas ao atacado:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	**31/12/2021**	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Saldo inicial	–	–	–	–
Constituição	(2.104)	–	(2.299)	–
Baixas	1.938	–	865	–
Saldo Final	**(166)**	**–**	**(1.434)**	**–**

A provisão para perda esperada em 31 de dezembro de 2022 está demonstrada abaixo:

	Controladora			
	Saldo contábil bruto 31/12/2022	**(%)Taxa média de perda estimada**	**Provisão para perda esperada**	**Com problemas de recuperação**
Reserva específica	142	100,00%	142	Sim
Recebíveis de atacado	8.288	0,28%	24	Não
Recebíveis de varejo	976.195	0,00%	–	Não
Total	**984.625**		**166**	

	Consolidado			
	Saldo contábil bruto 31/12/2022	**(%)Taxa média de perda estimada**	**Provisão para perda esperada**	**Com problemas de recuperação**
Reserva específica	889	100,00%	889	Sim
Recebíveis de atacado	192.008	0,28%	545	Não
Recebíveis de varejo	1.509.515	0,00%	–	Não
Total	**1.702.412**		**1.434**	

A seguir apresentamos o aging list consolidado do contas a receber Administradoras de cartões e duplicatas a receber do atacado:

Aging	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Vencidos acima de 120 dias	1.256	32
Vencidos acima de 90 dias	1.247	12
Vencidos até 90 dias	466	216
Vencidos até 60 dias	6.372	20
Vencidos até 30 dias	8.349	650
À vencer até 30 dias	755.123	270.422
À vencer de 31 a 60 dias	339.970	163.738
À vencer de 61 a 90 dias	197.960	131.555
À vencer de 91 a 120 dias	119.594	71.001
À vencer de 121 a 180 dias	153.007	90.464
À vencer acima de 181 dias	119.068	79.661
Total	**1.702.412**	**807.771**

8. ESTOQUES

8.1 Política contábil: Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderada móvel. Os custos dos estoques incluem tributos não recuperáveis, bem como os demais gastos incorridos na aquisição de estoques, adquiridos no mercado nacional ou no exterior. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados necessários para efetuar a venda. Os custos dos estoques incluem a transferência do patrimônio de quaisquer ganhos/perdas de hedge de fluxo de caixa qualificados das compras de mercadoria para revenda. A provisão para perdas nos estoques e produtos obsoletos da Companhia é constituída por meio do histórico de perdas reais no nível de loja, grupo e categoria de produtos e tempo de vida das coleções, projetada sobre a sua receita futura considerando o melhor julgamento da Administração para as controladas incluídas nas demonstrações consolidadas. Caso o potencial de perda não seja mais provável, a provisão é revertida na proporção correspondente. Os estoques estão armazenados em bom estado de conservação e segurança, com baixo risco de obsolescência no curto prazo. **8.2 Composição:** Apresentamos abaixo o saldo de estoque líquido de provisão para perdas:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	**31/12/2021**	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Mercadoria de revenda (lojas)	654.425	437.116	1.037.331	437.116
Mercadoria de revenda (Centros de distribuição)	170.657	186.731	646.116	186.731
Importação em andamento	35.307	13.941	405.053	13.941
Almoxarifado	11.319	8.469	11.589	8.469
Total	**871.708**	**646.257**	**2.100.089**	**646.257**

Movimentação de provisão para perdas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	**31/12/2021**	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Saldo inicial	**(13.336)**	**(15.793)**	**(13.336)**	**(15.793)**
Adição	(35.921)	(36.734)	(14.724)	(36.734)
Perdas efetivas nos estoques	47.902	39.191	35.487	39.191
Aquisição de controle Fisia - provisão para perdas	–	–	(16.040)	–
Saldo Final	**(1.355)**	**(13.336)**	**(8.613)**	**(13.336)**

A Companhia constituiu a provisão consolidada de R$ 14.724 no custo de revenda de mercadorias em 31 de dezembro de 2022 (R$ 36.734 em 31 de dezembro de 2021). A provisão de R$ 8.613 (R$ 13.336 em 31 de dezembro de 2021) é classificada como redutora de mercadoria para revenda tendo como base a média de perdas históricas. Em 31 de dezembro de 2022 o saldo referente a perdas efetivas é de R$ 35.487 (R$ 39.191 em 31 de dezembro de 2021).

9. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS - CONSOLIDADO

9.1 Política contábil: A contratação e operação de hedge da Companhia está baseada em sua política, aprovada pela Administração, que tem como objetivo garantir a eficácia da aplicação da política de risco corporativo e de risco cambial, nas técnicas de contabilização e uso de instrumentos financeiros de proteção (hedge). As operações com derivativos variam em decorrência do fluxo de planejamento de importações, pois são contratados em virtude da expectativa de realização das compras de mercadorias no mercado internacional. As informações sobre a exposição da Companhia a riscos de crédito e de mercado e sobre a mensuração ao valor justo estão incluídas na Nota 5. **9.2 Composição:**

	Consolidado	
	31/12/2022	**31/12/2021**
Contratos de câmbio utilizados para hedge - Ativo	4.169	–
Contratos de câmbio utilizados para hedge - Passivo	(39.612)	–
Total	**(35.443)**	**–**

Os derivativos são usados apenas para fins econômicos de hedge e não como investimentos especulativos. Entretanto, os derivativos que não se enquadram nos critérios de contabilidade de hedge são classificados como "mantidos para negociação" para fins contábeis e mensurados ao valor justo por meio do resultado. Os derivativos para negociação são classificados como ativo ou passivo circulante. O valor justo total de um derivativo de hedge é classificado como ativo ou passivo não circulante, se o período remanescente para o vencimento do item protegido por hedge for superior a 12 meses.

10. TRIBUTOS A COMPENSAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	**31/12/2021**	**31/12/2022**	**31/12/2021**
ICMS (a)	132.074	110.041	444.959	110.041
PIS (b)	15.923	42.019	29.244	42.161
COFINS (b)	73.670	192.022	130.835	194.288
IRRF	20.586	806	10.443	806
INSS	3.555	3.625	10.178	8.799
ISS	454	–	585	–
Total	**246.262**	**348.513**	**626.244**	**356.095**
Circulante	154.652	294.089	489.821	301.671
Não circulante	91.610	54.424	136.423	54.424

(a) Os créditos de ICMS são gerados substancialmente nas apurações correntes da Companhia e também por outras naturezas, decorrentes de ICMS Substituição Tributária e próprio. (b) ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS: As controladas da Companhia, ingressaram com ações judiciais em 2006 para pleitear a inconstitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS para o período de 2001 a 2017, julgadas favoráveis em 2019, momento em que reconheceu o crédito tributário de PIS e COFINS. A SBF Comércio reconheceu o montante bruto de R$ 669.363 relativos ao exercício de apuração de 2004 a 2019. A Controlada Fisia reconheceu o montante de R$318.435 relativos ao exercício de apuração de 2009 a 2017. Em 31 de dezembro de 2022 o saldo dos créditos a serem utilizados era de R$ 154.652 e a expectativa de utilização desses créditos é de até 12 meses em sua totalidade, com base na projeção das transações de compras e vendas de mercadorias.

11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A COMPENSAR - CONSOLIDADO

11.1 Política contábil: Ativos tributários correntes são mensurados ao valor esperado a ser recuperado das autoridades tributárias. As alíquotas e a legislação tributária utilizadas no cálculo dos mencionados montantes são aquelas que estão em vigor, ou substancialmente em vigor, na data do encerramento do exercício atual. No balanço patrimonial, os tributos correntes são apresentados líquidos dos valores recolhidos por antecipação ao longo do exercício. Imposto de renda e contribuição social correntes, relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, são reconhecidos no patrimônio líquido. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado. **11.2 Composição:**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	**31/12/2021**	**31/12/2022**	**31/12/2021**
IRPJ/CSLL sobre selic	77.271	70.674	77.297	70.674
IRPJ/CSLL	–	–	32.269	3
Total	**77.271**	**70.674**	**109.566**	**70.677**
Circulante	**–**	**–**	**32.269**	**3**
Não circulante	**77.271**	**70.674**	**77.297**	**70.674**

A SBF Comércio e Fisia ajuízaram ação judicial durante os anos de 2018 e 2019, para declarar inconstitucional a incidência do IRPJ e da CSLL sobre os valores atinentes à taxa Selic recebidos em razão de repetição de indébito (RI) tributário. Em 24 de setembro de 2021, o STF concluiu o julgamento do RE nº 1.063.187 (Tema 962), onde houve decisão favorável ao contribuinte. A Companhia realizou o levantamento das atualizações monetárias tributadas indevidamente para mensuração dos valores a serem reconhecidos contabilmente à luz do que estabelece o IFRIC 23/ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro registrando em suas demonstrações financeiras consolidadas um crédito de R$ 85.771, sendo R$ 79.220 de principal e R$ 6.550 de atualização monetária e R$ 34.900 relativo aos impostos diferidos decorrentes da recomposição do prejuízo fiscal referente aos exercícios em que o Grupo apurou base fiscal negativa. Os valores serão utilizados somente após o trânsito em julgado da ação.

12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

12.1 Política contábil: As despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. O encargo de Imposto de Renda e a Contribuição Social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço das entidades da Companhia que geram lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O Imposto de Renda e a Contribuição Social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Os impostos diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes dos investimentos em controladas, exceto quando o momento da reversão das diferenças temporárias seja controlado pela Companhia, e desde que seja provável que a diferença temporária não será revertida em um futuro previsível. **12.2 Composição:** O saldo de impostos diferidos tem a seguinte origem:

	Controladora					
	Ativos		Passivos		Líquido	
	2022	**2021**	**2022**	**2021**	**2022**	**2021**
Prejuízo fiscal e base negativa	150.264	150.264	–	–	150.264	150.264
Provisões gerais e contingências	60.535	60.535	–	–	60.535	60.535
Provisão para estoques	4.534	4.534	–	–	4.534	4.534
Provisão de bônus	14.593	14.593	–	–	14.593	14.593
Depreciação/Arrendamento	375.532	226.212	(258.040)	(169.605)	117.493	56.607
Ágio	71.051	71.050	(61.577)	(61.577)	9.473	9.473
Imposto de renda diferido ativo (passivo)	**676.509**	**527.188**	**(319.617)**	**(231.182)**	**356.892**	**296.006**
Montante passível de compensação	**(319.617)**	**(231.182)**	**319.617**	**231.182**	**–**	**–**
Imposto líquido (ativos) passivos	**356.892**	**296.006**	**–**	**–**	**356.892**	**296.006**

	Consolidado					
	Ativos		Passivos		Líquido	
	2022	**2021**	**2022**	**2021**	**2022**	**2021**
Prejuízo fiscal	372.373	150.264	–	–	372.373	150.264
Provisões gerais e contingências	132.895	60.535	(8.228)	–	124.667	60.535
Provisão para estoques	12.559	4.534	–	–	12.559	4.534
Provisão de bônus	14.593	14.593	–	–	14.593	14.593
Depreciação	49.486	2.029	–	–	49.486	2.029
Mais valia - Fitdance	–	–	(1.493)	–	1.493	–
Depreciação/Arrendamento	335.971	224.183	(260.015)	(169.605)	75.956	54.578
Ágio	71.050	71.050	(61.577)	(61.577)	9.473	9.473
Imposto de renda diferido ativo (passivo)	**988.927**	**527.188**	**(331.313)**	**(231.182)**	**657.614**	**296.006**
Montante passível de compensação	**(321.592)**	**(231.182)**	**(321.592)**	**231.182**	**–**	**–**
Imposto líquido (ativos) passivos	**667.335**	**296.006**	**(9.721)**	**–**	**657.614**	**296.006**

Principais premissas utilizadas nas projeções de resultados para uso do ativo fiscal diferido: As principais premissas utilizadas no cálculo da projeção de resultados são o prazo de projeção, a taxa de crescimento da receita e ganho de margem anual, conforme abaixo: ***Prazo de projeção:*** O estudo preparado pela Companhia, sujeito a sensibilização das principais premissas, indica ser provável a utilização do ativo no exercício demonstrado no quadro abaixo, dado sua experiência e capacidade de gestão, bem como visibilidade dos projetos estratégicos para a SBF Comércio. Conforme política contábil adotada, A Companhia reconhece o ativo fiscal diferido conforme a estimativa de lucros tributáveis futuros que espera-se que estejam disponíveis para que a Companhia possa utilizar seus benefícios nos próximos 9 anos. A previsão de realização dos impostos diferidos ativo está representada abaixo:

	Controladora
Ano	**31/12/2022**
2022	7.305
2023	2.253
2024	12.274
2025	26.136
2026	35.498
2027	49.847
2028	65.270
2029	87.262
2030	71.047
Total	**356.892**

A previsão de realização dos impostos diferidos ativo consolidada está representada abaixo:

	31/12/2022		
Ano	**SBF Comércio**	**Fisia**	**Consolidado**
2022	7.305	23.595	30.900
2023	2.253	38.669	40.922
2024	12.274	53.194	65.468
2025	26.136	71.454	97.590
2026	35.498	83.345	118.843
2027	49.847	40.186	90.033
2028	65.270	–	65.270
2029	87.262	–	87.262
2030	71.047	–	71.047
Total	**356.892**	**310.443**	**667.335**

Taxa de crescimento da receita: Foi utilizado uma premissa de crescimento pela inflação e PIB projetados, bem como um crescimento adicional para os anos de copa do mundo, resultando em um crescimento médio de 12,4% a.a. ***Ganho de margem:*** Foi considerado um aumento de margem líquida baseado na diluição de despesas fixas da Companhia, tanto de vendas como administrativas, resultando em um ganho médio anual de 0,33p.p. para o período. ***Análise de sensibilidade das premissas:*** O valor previsto de lucro tributável para os próximos 9 anos é suficiente para o uso do ativo fiscal diferido contábil de R$ 667.335. A Companhia efetuou teste de sensibilidade considerando a taxa máxima de desconto de 16% ao ano, a fim de demonstrar que nesse cenário a realização do ativo fiscal diferido não sofreria impacto quando comparado com a projeção e estudo técnico elaborado. ***Ativos fiscais diferidos não reconhecidos:*** Os ativos fiscais diferidos não foram reconhecidos para os seguintes itens, pois não é provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que a Companhia possa utilizar seus benefícios:

	2022					
	SBF - Controladora		Lione		Consolidado	
	Base	**Efeito tributário**	**Base**	**Efeito tributário**	**Base**	**Efeito tributário**
Prejuízos fiscais acumulados	146.763	49.899	151.327	51.451	298.090	101.351
Despesas temporárias	80.018	27.206	6.013	2.044	86.030	29.250
Total	**226.781**	**77.105**	**157.340**	**53.495**	**384.120**	**130.601**

	2021					
	SBF - Controladora		Lione		Consolidado	
	Base	**Efeito tributário**	**Base**	**Efeito tributário**	**Base**	**Efeito tributário**
Prejuízos fiscais acumulados	215.595	73.302	147.387	50.112	362.982	123.414
Despesas temporárias	–	–	1.745	593	1.745	593
Total	**215.595**	**73.302**	**149.132**	**50.705**	**364.727**	**124.007**

Movimento das diferenças temporárias: A conciliação da despesa consolidada de imposto de renda e contribuição social está descrita a seguir:

	Controladora			
	Saldo em 01/01/2022	**Reconhecidos no resultado**	**Ágio**	**Saldo em 31/12/2022**
Prejuízo fiscal e base negativa	150.264	(9.473)	9.473	150.264
Provisões gerais e contingências	60.535	–	–	60.535
Provisão para estoques	4.534	–	–	4.534
Provisão de bônus	14.593	–	–	14.593
Depreciação	56.607	60.886	–	117.493
Ágio	9.473	9.473	(9.473)	9.473
Imposto líquido ativo (passivo)	**296.006**	**60.886**	**–**	**356.892**

	Consolidado				
	Saldo em 01/01/2022	**Reconhecidos no resultado**	**Ágio**	**Aquisição de controle Fisia**	**Saldo em 31/12/2022**
Prejuízo fiscal	150.264	(9.473)	9.473	222.109	372.373
Provisões gerais e contingências	60.535	(5.344)	–	69.476	124.667
Provisão para estoques	4.534	(816)	–	8.841	12.559
Provisão de bônus	14.593	–	–	–	14.593
Depreciação	2.029	47.457	–	–	49.486
Arrendamento	54.578	18.514	–	2.864	75.956
Ágio	9.473	9.473	(9.473)	–	9.473
Mais-valia - Fitdance	–	–	(1.493)	–	(1.493)
Imposto líquido ativo (passivo)	**296.006**	**59.811**	**(1.493)**	**303.290**	**657.614**

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social está descrita a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	**31/12/2021**	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Lucro (prejuízo) antes dos impostos	(26.436)	(23.060)	(44.295)	7.781
Alíquota fiscal	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota combinada	**8.988**	**7.840**	**15.060**	**(2.646)**
Adições permanentes:				
Despesas não dedutíveis	(88.298)	(7.455)	(92.004)	(8.131)
Exclusões permanentes:				
Incentivo fiscal	54.112	38.137	56.108	38.137
Receitas não tributáveis	35.905	1.972	40.827	4.684
Outros itens:				
Efeito no resultado de equivalência patrimonial	17.745	(18.484)	43	–
Impostos diferidos não reconhecidos sobre prejuízos e diferenças temporárias	(60.061)	4.745	(63.849)	(5.290)
Efeito de impostos diferidos não reconhecidos em exercícios anteriores (b)	66.606	–	59.948	–
Juros sobre capital próprio	31.569	–	63.138	–
IR/CSLL sobre taxa selic (a)	–	73.732	–	42.891
Efeito IR sobre gratificação à administradores	–	27	–	27
PAT	–	803	(411)	803
Base isenta adicional IRPJ 10%	–	18	2	18
Outros	40	2.035	5.603	2.036
Imposto de renda e contribuição social	**66.606**	**103.370**	**84.465**	**72.529**
Imposto de renda e contribuição social corrente no resultado do exercício				
Corrente	5.720	4.685	24.654	4.685
Diferido	60.886	98.685	59.811	67.844
Alíquota efetiva	**-252%**	**-20%**	**-191%**	**60%**

a) Registro do imposto de renda e contribuição social corrente e diferido sobre os valores atinentes à taxa Selic conforme descrito em Nota 12 no montante de R$ 73.732. b) No ano de 2022, baseado em estudo técnico de projeções de lucros tributáveis futuros, a SBF Comércio contabilizou ativo fiscal diferido não reconhecido em anos anteriores relativo a prejuízo fiscal e base negativa e diferenças temporárias no montante de R$ 66.606.

13. DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

13.1 Política contábil: Dividendos: Os dividendos mínimos obrigatórios de 25% estão demonstrados nos balanços patrimoniais como obrigações legais (provisões no passivo circulante). Os dividendos em excesso a esse mínimo, ainda não aprovados para pagamento pela assembleia de acionistas, estão demonstrados como dividendo adicional proposto no patrimônio líquido. Após a aprovação pela assembleia de acionistas, os dividendos em excesso ao mínimo são transferidos para o passivo circulante, passando a caracterizar como obrigações legais. **Juros sobre capital próprio:** O juros sobre capital próprio é realizado com base na aprovação da administração da Companhia, em reunião junto ao Conselho de Administração, o qual, a distribuição a seus acionistas é calculados com base na variação da Taxa de Juros a Longo Prazo (TJLP). **a) Dividendos a pagar - Consolidado:**

Saldo em 31.12.2021	–
Dividendos propostos ao Grupo SBF - 2021	202.924
Pagamento de dividendos ao Grupo SBF	(202.924)
Dividendos intermediários ao Grupo SBF - 2022	239.283
Pagamento de dividendos ao Grupo SBF	(3.527)
Saldo em 31.12.2022	**235.756**

b) Juros sobre capital próprio - Controladora: A partir de 01 de dezembro de 2022 a Fisia passou a ser controlada pela SBF Comércio, por meio de cessão das quotas do Grupo SBF. Após a mudança de controle, a Fisia deliberou juros sobre capital próprio a pagar para sua controladora SBF Comércio com base no patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2022. O saldo a pagar está demonstrado abaixo:

	2022	**2021**
Juros sobre capital próprio	92.849	–
IRRF sobre JCP	(13.927)	–
Juros sobre capital próprio líquido	**78.922**	–
Recebimento de juros sobre capital próprio	(3.000)	–
Juros sobre capital próprio a receber	**75.922**	–

14. DEPÓSITOS JUDICIAIS E PROVISÕES PARA RISCOS ADMINISTRATIVOS E JUDICIAIS

14.1 Política contábil: As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões para reestruturação compreendem multas por rescisão de contratos de aluguel e pagamentos por rescisão de vínculo empregatício. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. **14.2 Composição: Depósitos judiciais:** As movimentações do saldo de depósitos e bloqueios judiciais durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, estão demonstradas no quadro abaixo:

	Controladora				
	Saldo em 01/01/2022	**Adições**	**Baixas**	**Reversões**	**Saldo em 31/12/2022**
Depósitos judiciais	**43.881**	38.801	–	(3.638)	**79.044**
Depósitos judiciais - Rendimentos	**7.239**	7.036	(102)	(501)	**13.672**
Bloqueio judicial - Trabalhista	**3.921**	997	(1.118)	(82)	**3.718**
Total	**55.041**	**46.834**	**(1.220)**	**(4.221)**	**96.434**

	Consolidado						
	Saldo em 01/01/2022	**Adições**	**Baixas**	**Rever-sões**	**Aquisição FitDance**	**Aquisição de controle Fisia**	**Saldo em 31/12/2022**
Depósitos judiciais	**99.990**	60.082	–	(3.643)	3	73.755	**230.187**
Depósitos judiciais - Rendimentos	**33.686**	13.644	(102)	(448)	–	3.790	**50.570**
Bloqueio judicial - Trabalhista	**3.921**	997	(1.118)	(78)	–	–	**3.722**
Total	**137.597**	**74.723**	**(1.220)**	**(4.169)**	**3**	**77.545**	**284.479**

Durante o exercício de 2022 foram realizadas ações judicias para a discussão da aplicação da anterioridade anual da Lei Complementar 190/2022, nos termos do artigo 150, III, 'b' e 'c' da CF/88. Ainda, nos termos do art. 166, do CTN, para a garantia da discussão dos valores pelo contribuinte, as controladas da Companhia, realizaram depósitos judiciais para alguns períodos e alguns Estados, conforme estratégia adotada. As movimentações do saldo de depósitos e bloqueios judiciais durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, estão demonstradas no quadro abaixo:

	Controladora				
	Saldo em 01/01/2021	**Adições**	**Baixas**	**Reversões**	**Saldo em 31/12/2021**
Depósitos judiciais	**25.733**	21.640	(341)	(3.151)	**43.881**
Depósitos judiciais - Rendimentos	**4.987**	2.534	(235)	(47)	**7.239**
Bloqueio judicial - Trabalhista	**5.058**	356	(1.247)	(246)	**3.921**
Total	**35.778**	**24.530**	**(1.823)**	**(3.444)**	**55.041**

	Consolidado				
	Saldo em 01/01/2021	**Adições**	**Baixas**	**Reversões**	**Saldo em 31/12/2021**
Depósitos judiciais	**81.846**	23.122	(1.793)	(3.185)	**99.990**
Depósitos judiciais - Rendimentos	**30.006**	6.471	(2.745)	(46)	**33.686**
Bloqueio judicial - Trabalhista	**5.058**	355	(1.246)	(246)	**3.921**
Total	**116.910**	**29.948**	**(5.784)**	**(3.477)**	**137.597**

Provisões para riscos administrativos e judiciais: As movimentações do saldo das provisões para riscos administrativos e judiciais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, estão demonstradas no quadro abaixo:

	Controladora				
	Saldo inicial em 01/01/2022	**Adições**	**Pagamentos**	**Reversões**	**Saldo final em 31/12/2022**
Cível/Consumidor (a)	**5.038**	6.096	(6.136)	(30)	**4.968**
Trabalhistas (b)	**32.365**	10.169	(8.160)	(7.099)	**27.275**
Tributário (c)	**154.892**	9.975	(28.689)	(623)	**135.555**
Total	**192.295**	**26.240**	**(42.985)**	**(7.752)**	**167.798**

	Consolidado					
	Saldo inicial em 01/01/2022	**Adições**	**Pagamentos**	**Reversões**	**Aquisição de controle Fisia**	**Saldo final em 31/12/2022**
Cível/Consumidor (a)	**5.038**	7.477	(1.829)	(508)	1.537	**11.715**
Trabalhistas (b)	**32.365**	10.169	(8.160)	(6.569)	2.085	**29.890**
Tributário (c)	**167.056**	10.375	(28.689)	(1.676)	308.579	**455.645**
Total	**204.459**	**28.021**	**(38.678)**	**(8.753)**	**312.201**	**497.250**

As adições representam novas ações provisionadas com risco de perda provável e atualizações monetárias, os pagamentos representam processos onde a Companhia perdeu ação judicial e as reversões representam processos onde houve ganho de causa para o Grupo ou quando houve alteração na classificação de risco de perda entre os períodos (mudança de risco de perda provável para risco de perda possível ou remota). As movimentações do saldo das provisões para riscos administrativos e judiciais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, estão demonstradas no quadro abaixo:

	Controladora				
	Saldo inicial em 01/01/2021	**Adições**	**Pagamentos**	**Reversões**	**Saldo final em 31/12/2021**
Cível/Consumidor (a)	**12.823**	8.673	(16.458)	–	**5.038**
Trabalhistas (b)	**32.015**	12.462	(9.484)	(2.628)	**32.365**
Tributário (c)	**133.966**	23.111	(372)	(1.813)	**154.892**
Total	**178.804**	**44.246**	**(26.314)**	**(4.441)**	**192.295**

	Consolidado				
	Saldo inicial em 01/01/2021	**Adições**	**Pagamentos**	**Reversões**	**Saldo final em 31/12/2021**
Cível/Consumidor (a)	**12.823**	8.673	(16.458)	–	**5.038**
Trabalhistas (b)	**32.015**	12.462	(4.153)	(7.959)	**32.365**
Tributário (c)	**174.435**	21.998	(10.745)	(18.632)	**167.056**
Total	**219.273**	**43.133**	**(31.356)**	**(26.591)**	**204.459**

a. Processos de natureza cível/consumidor: São processos que envolvem as relações de consumo das lojas físicas e e-commerce. Os principais objetos são atraso ou ausência de entrega de produtos, cobrança indevida, produto em falta no estoque, entre outros. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui saldo consolidado de R$ 11.715 (R$ 5.038 em 31 de dezembro de 2021) do montante discutido em sua carteira de processos de consumidor, provisionado. O montante não provisionado referente aos valores com chances de perda possível é de R$ 52.631 (R$ 36.986 em 31 de dezembro de 2021) baseado na opinião dos assessores jurídicos, considerando precedentes e/ou jurisprudências.

continua →★

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001. A autenticidade pode ser conferida ao lado

ICP Brasil

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 03/03/2023

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal O Dia SP. Acesse também através do link: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 257B-3599-C6A7-2B1C.

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 257B-3599-C6A7-2B1C.

CENTAURO

SBF COMÉRCIO DE PRODUTOS ESPORTIVOS S.A.

CNPJ 06.347.409/0001-65

Demonstrações Financeiras 2022

→★ continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

b. Processos de natureza trabalhista: Os principais objetos em discussão versam sobre pedidos que envolvem jornada, equiparação salarial, danos morais, verbas rescisórias entre outros. Em dezembro de 2022, a Companhia possui R$ 29.890 (R$ 32.365 em 31 de dezembro de 2021) do montante discutido em sua carteira de processos trabalhistas provisionado, sendo que o montante não provisionado refere-se aos valores com chances de perda possível de R$ 64.318 (R$ 59.001 em 31 de dezembro de 2021) baseado na opinião dos assessores jurídicos, considerando precedentes, e/ou jurisprudências. **c. Processos de natureza tributária:** Em 31 de dezembro de 2022, o total de débitos tributários que são classificados como perda provável, perfazem o montante de R$ 455.645 (R$ 167.056 em 31 de dezembro de 2021). Os valores mais expressivos envolvem a cobrança de ICMS pelo fato da autoridade fiscal do Estado dede São Paulo não ter reconhecido o trânsito de algumas mercadorias, somados a multa majorada e juros, os quais hoje, são discutidos na esfera administrativa e judicial. Há outras discussões que envolvem ICMS Substituição tributária e créditos de ICMS no Estado da Bahia e multa punitiva federal. A SBF realizou o pagamento do auto de infração que discutia o IPI revenda, no valor de R$ 28.318, inicialmente provisionado em dezembro de 2020, por meio da utilização de créditos de PIS/COFINS. ***Passivos contingentes:*** **Processos federais:** Os processos federais em que as empresas da Companhia figuram no polo passivo e ativo consolidados (com eventuais chances de contingência), estão classificados como perda possível no montante de R$ 401.437 (R$ 337.286 em dezembro de 2021), conforme avaliação dos advogados, diante da existência de defesa baseada em jurisprudência e doutrina.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	**31/12/2021**	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Imposto				
FGTS (a)	95.932	91.467	95.932	91.467
PIS/COFINS/IRPJ e CSLL (b)	54.966	50.718	56.504	52.201
IRPJ e CSLL (c)	110.724	97.218	110.843	97.399
PIS/COFINS (d)	2.152	1.987	26.727	1.987
IOF (e)	8.072	7.484	8.072	7.484
INSS (f)	95.627	85.121	95.968	85.121
Outros (g)	1.881	1.627	7.391	1.627
Total	**369.354**	**335.622**	**401.437**	**337.286**

Abertura dos saldos consolidados: (a) FGTS - Discute-se eventual falta de depósito do FGTS mensal e rescisório para colaboradores listados pelo Ministério do Trabalho e Emprego, do período de julho 2004 a 2017, no montante de R$ 95.932 (R$ 91.467 em 31 de dezembro de 2021). **(b) PIS/COFINS/IRPJ e CSLL** - Existe também a discussão no montante de R$ 56.505 (R$ 50.718 em 31 de dezembro de 2021) decorrentes da cobrança de IRPJ e CSLL, referente às exclusões de valores no ano-calendário de 2014 a título de incentivos fiscais dos Estados da Paraíba e Minas Gerais e cobrança por creditamento de PIS e COFINS sobre insumos considerado indevido pela RFB. Discute-se, ainda, o montante de R$ 1.539 (R$ 1.484 em 31 de dezembro de 2021) referente à multa agravada. **(c) IRPJ e CSLL -** A Companhia discute o montante de R$ 36.361 (R$ 28.728 em 31 de dezembro de 2021), sendo que os valores mais relevantes estão relacionados a eventual falta de pagamento do IRPJ e CSLL decorrentes das exclusões de valores nos anos-calendário de 2009, 2010 e 2011, a título de incentivos fiscais e dos ajustes de estoque, ocorridos nos períodos de 2009 e 2010, além de discussões referentes a compensações não homologadas, entre outros. Discute também o montante de R$ 74.482 (R$ 68.338 em 31 de dezembro de 2021), por eventual falta de pagamento de IRPJ e CSLL, decorrente de exclusões de valores da base de cálculo no ano de 2015 a título de incentivos fiscais. As demais discussões perfazem o montante de R$ 333 em 31 de dezembro de 2021. **(d) PIS/COFINS** - Discute-se o montante de R$ 26.727 (R$ 1.987 em 31 de dezembro de 2021) acerca de compensações não homologadas realizadas nos períodos entre 2008, 2012 a 2017, em razão de supostas divergências nas declarações. Ainda, em relação à operação da Companhia, diante do julgamento proferido pelo STJ no Resp 1.221.170/PR, e apoiado na opinião de seus assessores jurídicos externos, a Companhia avaliou suas despesas nos termos do conceito de relevância e essencialidade para desenvolvimento de sua atividade econômica específica e apropriou créditos de PIS e COFINS não cumulativos em relação às principais despesas no montante de R$ 33.393 em 31 de dezembro de 2022 (R$ 23.732 em 31 de dezembro de 2021) (reconhecido em outras receitas e despesas operacionais). **(e) IOF -** Discute-se eventual falta de pagamento de imposto sobre operações financeiras entre empresas do mesmo grupo econômico no montante de R$ 8.072 (R$ 7.484 em 31 de dezembro de 2021), do período de 2014 e 2015. **(f) INSS -** Discute-se eventual falta de pagamento de contribuição previdenciária e contribuição do grau de incidência de incapacidade laborativa decorrente dos riscos ambientais do trabalho, no montante de R$ 2.880 (R$ 906 em 31 de dezembro de 2021). Discute-se ainda o montante de R$ 93.088 (R$ 84.215 em 31 de dezembro de 2021), referentes à compensações não homologadas e multa, relativos a créditos de verbas previdenciárias de 2013 à 2022. **(g) Outros -** Discute-se multa isolada em razão de não homologação de pedidos de compensação, entre outras discussões, que perfazem o montante de R$ 7.391(R$ 1.627 em 31 de dezembro de 2021). ***Processos estaduais:*** A Companhia é parte integrante de processos tributários na esfera administrativa e judicial relativos às discussões sobre ICMS. Com base na avaliação e recomendação dos advogados externos, consideradas as perspectivas de êxito na discussão do mérito de cada processo, a Administração da Companhia decidiu por constituir provisão em valor suficiente para fazer frente a eventuais perdas oriundas do resultado final do julgamento dos processos. Os honorários dos advogados patrocinadores das causas foram devidamente provisionados. Além dos valores já provisionados, acima mencionados, em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui 19,4% (23,2% em 31 de dezembro de 2021) da sua carteira de processos tributários estaduais classificados como perda possível pelos seus advogados. Tratam-se de processos para cobrança de Diferencial de Alíquota de ICMS (DIFAL), cujos débitos estão garantidos através de depósitos judiciais em ações ativas e de processos de ICMS decorrentes de autuação pelas Secretarias de Fazenda Estaduais, sendo as principais dos Estados de São Paulo, Paraíba, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Bahia, Ceará, Pernambuco, Amazonas, Maranhão, no montante de R$ 359.364 (R$ 143.229 em 31 de dezembro de 2021), e que as teses de defesa se baseiam em precedentes e/ou jurisprudências favoráveis. Os processos administrativos e judiciais de maior relevância têm como objeto suposta falta de pagamento, creditamento ou aproveitamento indevido do imposto, descumprimento ou erro em obrigação acessória e transferência de saldo credor nas apurações realizadas pela Companhia, considerada como indevida pelo Fisco. ***Processos municipais:*** A Companhia possui, ainda, processos municipais, que somam, em 31 de dezembro de 2022, o montante de R$ 318 (R$ 226 em 31 de dezembro de 2021), e estão classificados como perda possível pelos seus advogados externos. A principal discussão refere-se à cobrança de ISS pelo Município de Extrema - MG para os períodos de 2014 a 2016.

15. OUTROS ATIVOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	**31/12/2021**	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Apropriações marketFee	–	–	26.979	–
Outras contas a receber	442	437	10.054	437
Despesas a apropriar	14.610	7.236	17.824	7.236
Adiantamento despachante aduaneiro	1.159	2.149	16.806	2.149
Despesas antecipadas - patrocínios	–	–	18.004	–
Prêmios de seguros a apropriar	3.942	5.220	7.993	7.111
Adiantamentos a fornecedores	6.610	–	6.622	–
Outros adiantamentos	1.399	2.429	1.200	2.429
Total	**28.162**	**17.471**	**105.482**	**19.362**

16. INVESTIMENTOS E PASSIVOS A DESCOBERTO EM CONTROLADAS

16.1 Política contábil: As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas. ***(i) Combinações de negócios:*** Combinações de negócio são registradas utilizando o método de aquisição quando o conjunto de atividades e ativos adquiridos atende à definição de um negócio e o controle é transferido para a Companhia. Ao determinar se um conjunto de atividades e ativos é um negócio, a Companhia avalia se o conjunto de ativos e atividades adquiridos inclui, no mínimo, um input e um processo substantivo que juntos contribuam, significativamente, para a capacidade de gerar output. A Companhia tem a opção de aplicar um "teste de concentração" que permite uma avaliação simplificada se um conjunto de atividades e ativos adquiridos não é um negócio. O teste de concentração opcional é atendido se, substancialmente, todo o valor justo dos ativos brutos adquiridos estiver concentrado em um único ativo identificável ou grupo de ativos identificáveis similares. A contraprestação transferida é mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer ágio que surja na transação é testado no mínimo anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável. Ganhos em uma compra vantajosa são reconhecidos imediatamente no resultado. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio. A contraprestação transferida não inclui montantes referentes ao pagamento de relações pré-existentes. Esses montantes são geralmente reconhecidos no resultado do exercício. Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição. Se a contraprestação contingente é classificada como instrumento patrimonial, então ela não é remensurada e a liquidação é registrada dentro do patrimônio líquido. As demais contraprestações contingentes são remensuradas ao valor justo em cada data de relatório e as alterações subsequentes ao valor justo são registradas no resultado do exercício. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos para a aquisição de controladas em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. A Companhia reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Se os planos de pagamento baseado em ações detidos pelos funcionários da adquirida precisam ser substituídos (substituição de planos), todo ou parte do novo montante do plano de substituição emitido pelo adquirente é incluído na mensuração da contraprestação transferida na combinação de negócios. Essa determinação é baseada no valor de mercado do plano de substituição comparado com o valor de mercado do plano de pagamento baseado em ações da adquirida e na medida em que esse plano de substituição se refere a serviços prestados antes da combinação. Durante o exercício a companhia realizou a aquisição do controle da Fisia e combinação de negócios da Fitdance, vide Nota 3.2. ***(ii) Controladas:*** Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) nas quais a Companhia detém o controle. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle. Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas da Companhia são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (impairment) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia. ***(iii) Investimentos em entidades contabilizados pelo método da equivalência patrimonial:*** Coligadas são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem influência significativa, mas não o controle, geralmente por meio de uma participação societária de 20% a 50% dos direitos de voto. Os investimentos da Companhia em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em coligadas. As coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais. Para ser classificada como uma entidade controlada em conjunto, deve existir um acordo contratual que permite à Companhia o controle compartilhado da entidade e dá à Grupo direito aos ativos líquidos da entidade controlada em conjunto, e não direito aos seus ativos e passivos específicos. ***(iv) Transações eliminadas na consolidação:*** Saldos e transações entre partes relacionadas intercompanhia, e quaisquer lucros não realizados derivados de transações intercompanhia, são eliminados. Ganhos e perdas não realizados oriundos de transações com controladas, registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. ***(v) Descrição dos principais procedimentos de consolidação:*** - Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas; - Eliminação da participação no capital, nas reservas e nos lucros acumulados da empresa controlada; - Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas; e - Destaque do valor da participação dos acionistas não controladores nas Demonstrações financeiras consolidadas.

16.2 Composição:	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Lione Comércio de Art. Esportivos Ltda.	3.055	12.556
Fitdance Entretenimento Ltda.	13.236	–
Fisia Comércio de Produtos Esportivos S.A.	1.332.891	–
Total	**1.349.182**	**12.556**

Apresentamos abaixo as movimentações dos investimentos em controladas:

				31/12/2022			
Controladas	**Participação**	**Ativo**	**Passivo**	**Patrimônio líquido**	**Investimento**	**Prejuízo**	**Equivalência**
Lione Comércio de Art. Esportivos Ltda.	100%	104.180	101.125	3.055	3.055	(9.501)	(9.501)
Fitdance Entretenimento Ltda.	100%	5.010	1.660	3.350	3.350	(3.787)	(3.787)
Fisia Comércio de Produtos Esportivos S.A.	100%	3.481.471	2.124.616	1.356.855	1.356.855	65.148	65.148
Total		**3.590.661**	**2.227.401**	**1.363.260**	**1.363.260**	**51.860**	**51.860**

Movimento	**Saldo em 01/01/2022**	**Aquisições**	**Aumento de capital**	**Outros resultados abrangentes**	**Amortização PPA**	**Juros sobre capital próprio**	**Equivalência**	**Saldo em 31/12/2022**
Lione Comércio de Art. Esportivos Ltda.	12.556	–	–	–	–	–	(9.501)	3.055
Fitdance Entretenimento Ltda.	–	9.886	7.000	–	137	–	(3.787)	13.236
Fisia Comércio de Produtos Esportivos S.A.	–	1.342.710	–	18.001	(118)	(92.850)	65.148	1.332.891
Total	**12.556**	**1.352.596**	**7.000**	**18.001**	**19**	**(92.850)**	**51.860**	**1.349.182**

				31/12/2021			
Controladas	**Participação**	**Ativo**	**Passivo**	**Patrimônio líquido**	**Investimento**	**Prejuízo**	**Equivalência**
Lione Comércio de Art. Esportivos Ltda.	100%	98.536	85.980	12.556	12.556	(54.365)	(54.365)
Total		**98.536**	**85.980**	**12.556**	**12.556**	**(54.365)**	**(54.365)**

	Movimento			
	Saldo em 01/01/2021	**Aumento de capital**	**Equivalência**	**Saldo em 31/12/2021**
Lione Comércio de Art. Esportivos Ltda.	(4.123)	71.044	(54.365)	12.556
Total	**(4.123)**	**71.044**	**(54.365)**	**12.556**

Participação em coligada - X3M Entretenimento S.A.: Em 3 de janeiro de 2022, o Grupo SBF realizou investimento, por meio da sua controlada Lione de 30% (trinta por cento) do capital social votante da X3M Entretenimento S.A., sociedade que explora, dentre outras atividades, o negócio de organização e promoção de eventos esportivos tendo como destaque os eventos "X-Terra" e "Uphill Marathon". A aquisição foi efetivada pelo valor de R$ 5 milhões, sendo que o montante foi integralmente liquidado em caixa na data do fechamento da operação.

17. IMOBILIZADO

17.1 Política contábil: Reconhecimento e mensuração: Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando aplicável. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração. **Custos subsequentes:** Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado. **Depreciação:** Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício, baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização. As vidas úteis médias estimadas do Grupo são as seguintes para o exercício corrente e comparativo:

Benfeitoria em imóveis de terceiros (*)	2-10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Máquinas, equipamentos e ferramentas	10 anos
Computadores e periféricos	5 anos
Veículos	5 anos

(*) as vidas úteis destes ativos são determinadas levando em consideração a vida econômica dos itens ou o prazo do contrato de arrendamento subjacente, prevalencendo das duas a menor. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. **Impairment:** Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC - Unidade Geradora de Caixa), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou um ativo UGCs, considerados pela Companhia como os pontos de venda (lojas físicas e e-commerce). O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata. Uma perda por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. Não houve perda por redução ao valor recuperável reconhecida. A Administração não identificou mudanças de circunstâncias, bem como evidências de que seus ativos utilizados em suas operações não são recuperáveis perante seu desempenho operacional e financeiro e, concluiu que, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, não existiam indicadores relevantes de perda na recuperação dos seus ativos.

17.2 Composição:

	Controladora				
	Taxa anual de depreciação (%)	**Custo**	**Depreciação acumulada**	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Computadores e periféricos	20	168.568	(114.877)	53.691	50.208
Máquinas, equipamentos e ferramentas	10	58.530	(42.938)	15.592	15.507
Móveis e utensílios	10	214.345	(101.723)	112.622	109.450
Veículos	20	135	(135)	–	–
Benfeitorias em imóveis de terceiros	14	729.378	(502.358)	227.020	216.833
Imobilizado em andamento	(a)	3.541	–	3.541	–
Total		**1.174.497**	**(762.031)**	**412.466**	**391.998**

	Consolidado				
	Taxa anual de depreciação (%)	**Custo**	**Depreciação acumulada**	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Computadores e periféricos	20	204.939	(138.124)	66.815	50.208
Máquinas, equipamentos e ferramentas	10	64.714	(45.868)	18.846	15.507
Móveis e utensílios	10	268.472	(130.205)	138.267	109.450
Veículos	20	135	(135)	–	–
Benfeitorias em imóveis de terceiros	14	864.862	(558.952)	305.910	216.833
Imobilizado em andamento	(a)	18.342	–	18.342	–
Total		**1.421.464**	**(873.284)**	**548.180**	**391.998**

A movimentação do imobilizado, no exercício de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2022, está demonstrada no quadro a seguir:

	Controladora				
	Saldo em 01/01/2022	**Adições**	**Baixas**	**Transferências**	**Saldo em 31/12/2022**
Computadores e periféricos	**150.084**	15.300	(469)	3.653	**168.568**
Máquinas, equipamentos e ferramentas	**56.155**	2.294	(369)	450	**58.530**
Móveis e utensílios	**197.824**	8.655	(3.425)	11.291	**214.345**
Veículos	**135**	–	–	–	**135**
Benfeitorias em imóveis de terceiros	**686.346**	21.080	(8.229)	30.181	**729.378**
Imobilizado em andamento (a)	**–**	49.116	–	(45.575)	**3.541**
Custo do imobilizado	**1.090.544**	**96.445**	**(12.492)**	**–**	**1.174.497**
.					
Computadores e periféricos	**(99.876)**	(15.316)	315	–	**(114.877)**
Máquinas, equipamentos e ferramentas	**(40.648)**	(3.146)	856	–	**(42.938)**
Móveis e utensílios	**(88.374)**	(16.217)	2.868	–	**(101.723)**
Veículos	**(135)**	–	–	–	**(135)**
Benfeitorias em imóveis de terceiros	**(469.513)**	(38.699)	5.854	–	**(502.358)**
Depreciação	**(698.546)**	**(73.378)**	**9.893**	**–**	**(762.031)**
Total do imobilizado líquido	**391.998**	**23.067**	**(2.599)**	**–**	**412.466**

	Consolidado						
	Saldo em 01/01/2022	**Adições**	**Baixas**	**Transferências**	**Aquisição Fitdance**	**Aquisição conntrole Fisia**	**Saldo em 31/12/2022**
Computadores e periféricos	**150.084**	15.655	(468)	12.616	50	27.002	**204.939**
Máquinas, equipamentos e ferramentas	**56.155**	2.423	(376)	2.580	65	3.867	**64.714**
Móveis e utensílios	**197.824**	8.706	(3.426)	25.479	3	39.886	**268.472**
Veículos	**135**	–	–	–	–	–	**135**
Benfeitorias em imóveis de terceiros	**686.346**	23.125	(8.344)	68.559	–	95.176	**864.862**
Imobilizado em andamento (a)	**–**	93.473	–	(109.234)	–	34.103	**18.342**
Custo do imobilizado	**1.090.544**	**143.382**	**(12.614)**	**–**	**118**	**200.034**	**1.421.464**
Computadores e periféricos	**(99.876)**	(15.338)	289	–	–	(23.199)	**(138.124)**
Máquinas, equipamentos e ferramentas	**(40.648)**	(8.209)	5.884	–	–	(2.895)	**(45.868)**
Móveis e utensílios	**(88.374)**	(15.928)	2.868	–	–	(28.771)	**(130.205)**
Veículos	**(135)**	–	–	–	–	–	**(135)**
Benfeitorias em imóveis de terceiros	**(469.513)**	(38.298)	5.854	–	–	(56.995)	**(558.952)**
Depreciação	**(698.546)**	**(77.773)**	**14.895**	**–**	**–**	**(111.860)**	**(873.284)**
Total do imobilizado líquido	**391.998**	**65.609**	**2.281**	**–**	**118**	**88.174**	**548.180**

A movimentação do imobilizado, no exercício de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2021, está demonstrada no quadro a seguir:

	Controladora				
	Saldo em 01/01/2021	**Adições**	**Baixas**	**Transferências**	**Saldo em 31/12/2021**
Computadores e periféricos	**130.205**	3.480	(2.180)	18.579	**150.084**
Máquinas, equipamentos e ferramentas	**58.244**	736	(3.815)	990	**56.155**
Móveis e utensílios	**166.451**	643	(10.179)	40.909	**197.824**
Veículos	**135**	–	–	–	**135**
Benfeitorias em imóveis de terceiros	**568.199**	48.404	(28.040)	97.783	**686.346**
Construções em andamento (a)	**–**	117.671	–	(117.671)	**–**
Custo do imobilizado	**923.234**	**170.934**	**(44.214)**	**40.590**	**1.090.544**
Computadores e periféricos	**(90.126)**	(11.827)	2.077	–	**(99.876)**
Máquinas, equipamentos e ferramentas	**(39.893)**	(4.028)	3.273	–	**(40.648)**
Móveis e utensílios	**(82.151)**	(14.320)	8.097	–	**(88.374)**
Veículos	**(119)**	(16)	–	–	**(135)**
Benfeitorias em imóveis de terceiros	**(443.858)**	(34.282)	13.092	(4.465)	**(469.513)**
Depreciação	**(656.147)**	**(64.473)**	**26.539**	**(4.465)**	**(698.546)**
Total do imobilizado líquido	**267.087**	**106.461**	**(17.675)**	**36.125**	**391.998**

	Consolidado				
	Saldo em 01/01/2021	**Adições**	**Baixas**	**Transferências**	**Saldo em 31/12/2021**
Computadores e periféricos	**130.205**	3.480	(2.180)	18.579	**150.084**
Máquinas, equipamentos e ferramentas	**58.244**	736	(3.815)	990	**56.155**
Móveis e utensílios	**166.451**	643	(10.179)	40.909	**197.824**
Veículos	**135**	–	–	–	**135**
Benfeitorias em imóveis de terceiros	**568.199**	48.404	(28.040)	97.783	**686.346**
Imobilizado em andamento (a)	**–**	117.671	–	(117.671)	**–**
Custo do imobilizado	**923.234**	**170.934**	**(44.214)**	**40.590**	**1.090.544**
.					
Computadores e periféricos	**(90.126)**	(11.827)	2.077	–	**(99.876)**
Máquinas, equipamentos e ferramentas	**(39.893)**	(4.028)	3.273	–	**(40.648)**
Móveis e utensílios	**(82.151)**	(14.320)	8.097	–	**(88.374)**
Veículos	**(119)**	(16)	–	–	**(135)**
Benfeitorias em imóveis de terceiros	**(443.858)**	(34.282)	13.092	(4.465)	**(469.513)**
Depreciação	**(656.147)**	**(64.473)**	**26.539**	**(4.465)**	**(698.546)**
Total do imobilizado líquido	**267.087**	**106.461**	**(17.675)**	**36.125**	**391.998**

(a) O saldo de Imobilizado em andamento refere-se aos projetos de lojas que estão sendo reformadas. Os saldos são transferidos para as respectivas contas contábeis a medida que as obras se encerram e as lojas são inauguradas.

18. INTANGÍVEL

18.1 Política contábil: Ágio: O ágio resulta da aquisição de controladas e representa o excesso da (i) contraprestação transferida; (ii) do valor da participação de não controladores na adquirida; e (iii) do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos. Caso o total da contraprestação transferida, a participação dos não controladores reconhecida e a participação mantida anteriormente medida pelo valor justo seja menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, no caso de uma compra vantajosa, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado. O ágio é testado para impairment anualmente em 31 de outubro e quando as circunstâncias indicarem que o valor contábil pode apresentar redução ao valor recuperável. O impairment é determinado para o ágio através da avaliação do valor recuperável de cada UGC (ou grupo de UGC) a que o ágio se refere. Quando o valor recuperável da UGC for menor que seu valor contábil, é reconhecida uma perda por redução ao valor recuperável. As perdas por impairment relativas ao ágio não podem ser revertidas em períodos futuros. **Marcas direito e patente:** As marcas registradas e as licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico. As marcas registradas e as licenças adquiridas em uma combinação de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. Posteriormente, as marcas e licenças, avaliadas com vida útil definida, são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear para alocar o custo das marcas registradas e das licenças durante sua vida útil estimada de 10 a 20 anos. **Relações contratuais com clientes:** As relações contratuais com clientes, adquiridas em uma combinação de negócios, são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. As relações contratuais com clientes têm vida útil finita e são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada usando o método linear durante a vida esperada da relação com o cliente. **Softwares:** As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares de três a cinco anos. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do software. Outros gastos de desenvolvimento que não atendam aos critérios de capitalização são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente. Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a cinco anos. **Contrato de distribuição:** O contrato de distribuição refere-se a alocação do direito de uso relacionado ao contrato de exclusividade na distribuição dos produtos da marca "Nike, mensurados na avaliação dos valores justos dos ativos líquidos adquiridos na combinação de negócios da controlada Física. Com esta aquisição, a Companhia celebrou uma parceria estratégica com a Nike, Inc. ("Nike") e se tornou a distribuidora exclusiva dos produtos Nike no Brasil, a operadora do canal de venda eletrônico por 10 (dez) anos e a varejista exclusiva de lojas físicas Nike, responsabilizando-se pela comercialização de produtos ao consumidor final por meio de lojas monobrand Nike. A amortização é calculada usando o método linear durante o prazo de distribuição exclusiva. **Outros ativos intangíveis:** Os ativos intangíveis adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável. São representados pelos valores pagos na aquisição de novos pontos comerciais das lojas localizadas nos shoppings (fundo de comércio), são amortizados linearmente conforme prazo do contrato de locação. A amortização é reconhecida no resultado pelo método linear baseada nas vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:

Fundo de comércio	**Conforme contrato**
Softwares e aplicativos	5 anos
Marcas direito e patente	10 - 20 anos
Contrato de distribuição	10 anos
Carteira de clientes	10 anos
Tecnologia	10 anos

Métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja adequado. **18.2 Composição:** A movimentação do intangível, no exercício de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2022, está demonstrada no quadro a seguir:

Controladora:

	Taxa anual de amortização (%)	**Custo**	**Amortização acumulada**	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Fundo de comércio	Conforme contrato	14.053	(11.127)	2.926	4.074
Software	20	468.219	(220.384)	247.835	190.388
Marcas, direitos e patentes	10	43	(43)	–	–
Software em andamento	–	171	–	171	–
		482.486	**(231.554)**	**250.932**	**194.462**

Consolidado:

	Taxa anual de amortização (%)	**Custo**	**Amortização acumulada**	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Fundo de comércio	Conforme contrato	18.502	(11.201)	7.301	4.074
Software	20	496.650	(229.380)	267.270	190.388
Marcas, direitos e patentes	10	2.039	(43)	1.996	–
Software em andamento	–	471	–	471	–
Contrato de distribuição	10	164.821	(34.338)	130.483	–
Ágio por expectativa de rentabilidade futura	–	6.689	–	6.689	–
Carteira de Clientes	–	2.016	(302)	1.714	–
		691.188	**(275.264)**	**415.924**	**194.462**

	Controladora			
	Saldo em 01/01/2022	**Adições**	**Baixas**	**Saldo em 31/12/2022**
Fundo de comércio	**16.058**	–	(2.005)	**14.053**
Software	**354.702**	113.519	(2)	**468.219**
Marcas direito e patente	**43**	–	–	**43**
Software em andamento	**–**	171	–	**171**
Custo do intangível	**370.803**	**113.690**	**(2.007)**	**482.486**
Fundo de comércio	**(11.984)**	(1.149)	2.006	**(11.127)**
Software	**(164.314)**	(56.071)	1	**(220.384)**
Marcas direito e patente	**(43)**	–	–	**(43)**
Amortização	**(176.341)**	**(57.220)**	**2.007**	**(231.554)**
Total do intangível líquido	**194.462**	**56.470**	**–**	**250.932**

	Consolidado						
	Saldo em 01/01/2022	**Adições**	**Baixas**	**Transferências**	**Aquisição FitDance**	**Aquisição controle Fisia**	**Saldo em 31/12/2022**
Fundo de comércio	**16.058**	–	(2.006)	1.200	–	3.250	**18.502**
Software	**354.702**	126.230	(2)	3.505	1.153	11.062	**496.650**
Marcas direito e patente	**43**	–	–	–	1.996	–	**2.039**
Software em andamento	**–**	1.473	–	(4.705)	–	3.703	**471**
Contrato de distribuição	**–**	–	–	–	–	164.821	**164.821**
Ágio por expectativa de rentabilidade futura	**–**	–	(3)	–	6.692	–	**6.689**
Carteira de clientes	**–**	–	–	–	2.016	–	**2.016**
Custo do intangível	**370.803**	**127.703**	**(2.011)**	**–**	**11.857**	**182.836**	**691.188**
Fundo de comércio	**(11.984)**	(1.169)	2.006	–	–	(54)	**(11.201)**
Software	**(164.314)**	(56.428)	2	–	–	(8.640)	**(229.380)**
Marcas direito e patente	**(43)**	–	–	–	–	–	**(43)**
Contrato de distribuição	**–**	(1.374)				(32.964)	**(34.338)**
Carteira de clientes	**–**	(302)	–	–	–	–	**(302)**
Amortização	**(176.341)**	**(59.273)**	**2.008**	**–**	**–**	**(41.658)**	**(275.264)**
Total do intangível líquido	**194.462**	**68.430**	**(3)**	**–**	**11.857**	**141.178**	**415.924**

A movimentação do intangível, no exercício de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2021, está demonstrada no quadro a seguir:

	Controladora				
	Saldo em 01/01/2021	**Adições**	**Baixas**	**Transferências**	**Saldo em 31/12/2021**
Fundo de comércio	**16.692**	–	(634)	–	**16.058**
Software	**257.472**	97.251	(21)	–	**354.702**
Marcas direito e patente	**43**	–	–	–	**43**
Custo do intangível	**274.207**	**97.251**	**(655)**	**–**	**370.803**
Fundo de comércio	**(11.463)**	(1.155)	634	–	**(11.984)**
Software	**(122.701)**	(41.622)	9	–	**(164.314)**
Marcas direito e patente	**(43)**	–	–	–	**(43)**
Amortização	**(134.207)**	**(42.777)**	**643**	**–**	**(176.341)**
Total do intangível líquido	**140.000**	**54.474**	**(12)**	**–**	**194.462**

	Consolidado			
	Saldo em 01/01/2021	**Adições**	**Baixas**	**Saldo em 31/12/2021**
Fundo de comércio	**16.692**	–	(634)	**16.058**
Software	**257.472**	97.251	(21)	**354.702**
Marcas direito e patente	**43**	–	–	**43**
Custo do intangível	**274.207**	**97.251**	**(655)**	**370.803**
Fundo de comércio	**(11.463)**	(1.155)	634	**(11.984)**
Software	**(122.701)**	(41.622)	9	**(164.314)**
Marcas direito e patente	**(43)**	–	–	**(43)**
Amortização	**(134.207)**	**(42.777)**	**643**	**(176.341)**
Total do intangível líquido	**140.000**	**54.474**	**(12)**	**194.462**

Saldo inicial de 1º de janeiro de 2021 foi ajustado com o objetivo de refletir a retificação de erro no ativo de direito de uso apresentada nas demonstrações financeiras anuais de 31 de dezembro de 2021. A Administração concluiu que não possui evidências de que seus ativos não são recuperáveis perante seu desempenho operacional e financeiro e, concluiu que, em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021, não existiam indicadores relevantes de perda na recuperação dos seus ativos.

19. OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO

19.1 Política contábil: No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2)/IFRS 16. ***Como arrendatário:*** No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a da data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente amortizado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será amortizado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto. A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte: - pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência; - pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início; - valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e - o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá

continua→★

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001. A autenticidade pode ser conferida ao lado

ICP Brasil

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 03/03/2023

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal O Dia SP. Acesse também através do link: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 257B-3599-C6A7-2B1C.

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 257B-3599-C6A7-2B1C.

→★ continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. É reconhecido o ajuste a valor presente para os elementos integrantes do passivo decorrentes de operações de longo prazo, ou de operações de curto prazo, quando houver efeitos relevantes, tomando-se por base a data de origem da transação. ***Pagamentos de arrendamentos variáveis:*** Certos arrendamentos de imóveis contêm cláusulas de pagamentos variáveis ligados a vendas geradas em uma loja. Para algumas lojas, até 100% dos pagamentos de arrendamentos são realizados de acordo com cláusulas de pagamentos variáveis, havendo uma vasta gama aplicável de porcentagens de vendas. Tais condições são usadas por uma diversidade de razões, inclusive minimizar a base de custos fixos para lojas recentemente estabelecidas. Os pagamentos de arrendamentos variáveis que dependem de vendas são reconhecidos no resultado no período em que ocorre a condição que dá origem a tais pagamentos. ***Opções de prorrogação e extinção:*** As opções de prorrogação e extinção estão incluídas em diversos dos arrendamentos de ativos imobilizados da Companhia. Esses termos são usados para maximizar a flexibilidade operacional em termos de gestão de contratos. A maioria das opções de prorrogação e extinção mantidas podem ser exercidas apenas pela Companhia, e não pelo respectivo arrendador. ***Arrendamentos de ativos de baixo valor:*** A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento. **19.2 Composição:** A Companhia possui contratos de arrendamento para os imóveis de sua sede administrativa, centros de distribuição e lojas, com prazos médios entre 5 e 25 anos e podem ter opção de renovação.

Quantidade contratos	Controladora	Consolidado
Centros de distribuição	6	6
Edifícios administrativos	2	3
Lojas	235	256
Total	**243**	**265**

As taxas de juros de utilizadas para cálculo do valor do ativo e passivo de arrendamento são demonstradas abaixo:

Intervalo	Taxa mensal
1 a 3 anos	0,61%
3 a 6 anos	0,67%
6 a 10 anos	0,74%

a. Ativo de direito de uso:

A movimentação do ativo de direito de uso no exercício de 1º de janeiro à 31 de dezembro de 2022, está demonstrada no quadro a seguir:

Ativo - Direito de Uso	Controladora	Consolidado
Saldo em 1º janeiro de 2022	**1.260.620**	**1.260.620**
(+/–) Novos contratos e remensuração	198.835	198.592
(–) Amortização	(166.065)	(166.640)
Aquisição de controle Fisia	–	104.748
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**1.293.390**	**1.397.320**

A movimentação do ativo de direito de uso, no exercício de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2021, está demonstrada no quadro a seguir:

Ativo - Direito de Uso	Controladora	Consolidado
Saldo em 1º janeiro de 2021	**1.162.255**	**1.162.255**
(+/–) Novos contratos e remensuração	297.817	297.817
(–) Transferência para imobilizado	(36.125)	(36.125)
(–) Amortização	(158.407)	(158.407)
(–) Baixas de contratos	(4.920)	(4.920)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**1.260.620**	**1.260.620**

b. Passivo de arrendamento:

A movimentação do passivo de arrendamento no exercício de 1º de janeiro à 31 de dezembro de 2022, está demonstrada no quadro a seguir:

Passivo - arrendamento a pagar	Controladora	Consolidado
Saldo em 1º janeiro de 2022	**1.416.102**	**1.416.102**
(+/–) Novos contratos e remensuração	198.834	198.591
(+) Apropriação juros incorridos	122.894	123.004
(–) Pagamentos passivo de arrend.	(238.653)	(239.582)
(–) Descontos obtidos	(10.093)	(10.093)
Aquisição de controle Fisia	–	115.934
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**1.489.084**	**1.603.956**
Circulante	**236.942**	**269.173**
Não circulante	**1.252.142**	**1.334.783**

A movimentação do passivo de arrendamento no exercício de 1º de janeiro à 31 de dezembro de 2021, está demonstrada no quadro a seguir:

Passivo - arrendamento a pagar	Controladora	Consolidado
Saldo em 1º janeiro de 2021	**1.210.900**	**1.210.900**
(+/–) Novos contratos e remensuração	297.817	297.817
(+) Apropriação juros incorridos	117.670	117.670
(–) Pagamentos passivo de arrendamento	(184.347)	(184.347)
(–) Descontos obtidos	(23.744)	(23.744)
(–) Baixas de contratos	(2.194)	(2.194)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**1.416.102**	**1.416.102**
Circulante	**175.959**	**175.959**
Não circulante	**1.240.143**	**1.240.143**

Cronograma de vencimento do passivo de arrendamento

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía o seguinte cronograma de pagamentos mínimos de arredamentos operacionais não canceláveis:

	Controladora	Consolidado
Até 1 ano	236.942	269.173
Entre 1 e 5 anos	643.036	862.491
Mais de 5 anos	609.106	472.292
Companhia como arrendatário	**1.489.084**	**1.603.956**

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía o seguinte cronograma de pagamentos mínimos de arredamentos operacionais não canceláveis:

	Controladora	Consolidado
Até 1 ano	175.959	175.959
Entre 1 e 5 anos	595.335	595.335
Mais de 5 anos	6.448.080	6.448.080
Companhia como arrendatário	**7.219.374**	**7.219.374**

c. Pagamentos de arrendamentos de aluguéis variáveis: No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia reconheceu o montante de R$ 69.488 (R$ 47.817 em dezembro de 2021) referente às despesas relacionadas ao pagamento de aluguéis variáveis, conforme Nota 31. **d. Outras considerações:** Em atendimento ao ofício CVM/SNC/SEP 02/2019, são apresentados os saldos comparativos do passivo de arrendamento, do direito de uso, da despesa financeira e da despesa de depreciação do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, considerando os fluxos futuros estimados de pagamento corrigidos pela inflação.

Controladora	2023	2024	2025	2026	Após 2026
Passivo de Arrendamento					
Contábil - IFRS16 CPC 06(r2)	236.942	167.198	162.217	156.697	766.030
Fluxo com projeção de inflação	249.523	173.300	167.408	161.711	790.544
Variação	**5,31%**	**3,65%**	**3,20%**	**3,20%**	**3,20%**
Direito de Uso Líquido - Saldo Final					
Contábil - IFRS16 CPC 06(r2)	1.048.231	871.590	711.489	566.718	430.292
Fluxo com projeção de inflação	1.103.892	903.403	734.257	584.853	444.061
Variação	**5,31%**	**3,65%**	**3,20%**	**3,20%**	**3,20%**
Despesa Financeira					
Contábil - IFRS16 CPC 06(r2)	115.476	101.387	87.000	73.182	214.523
Fluxo com projeção de inflação	121.607	105.088	89.784	75.523	221.387
Variação	**5,31%**	**3,65%**	**3,20%**	**3,20%**	**3,20%**
Despesa de Depreciação					
Contábil - IFRS16 CPC 06(r2)	191.311	177.058	160.540	145.026	568.321
Fluxo com projeção de inflação	201.470	183.521	165.677	149.667	586.508
Variação	**5,31%**	**3,65%**	**3,20%**	**3,20%**	**3,20%**

Consolidado	2023	2024	2025	2026	Após 2026
Passivo de Arrendamento					
Contábil - IFRS16 CPC 06(r2)	269.173	180.090	176.455	171.674	806.564
Fluxo com projeção de inflação	283.465	186.664	182.101	177.168	832.374
Variação	**5,31%**	**3,65%**	**3,20%**	**3,20%**	**3,20%**
Direito de Uso Líquido - Saldo Final					
Contábil - IFRS16 CPC 06(r2)	1.155.958	963.700	787.983	628.113	478.408
Fluxo com projeção de inflação	1.217.339	998.875	813.199	648.212	493.717
Variação	**5,31%**	**3,65%**	**3,20%**	**3,20%**	**3,20%**
Despesa Financeira					
Contábil - IFRS16 CPC 06(r2)	126.006	111.137	95.588	80.503	233.586
Fluxo com projeção de inflação	132.696	115.194	98.647	83.079	241.061
Variação	**5,31%**	**3,65%**	**3,20%**	**3,20%**	**3,20%**
Despesa de Depreciação					
Contábil - IFRS16 CPC 06(r2)	207.585	192.675	176.156	160.190	629.329
Fluxo com projeção de inflação	218.608	199.707	181.793	165.316	649.468
Variação	**5,31%**	**3,65%**	**3,20%**	**3,20%**	**3,20%**

20. FORNECEDORES E OPERAÇÕES DE RISCO SACADO - CONSOLIDADO

20.1 Política contábil: As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da reconversão são reconhecidas no resultado. A Companhia oferece aos seus fornecedores a opção de recebimento por meio de uma operação de risco sacado (*reverse finance operation*) por uma instituição financeira. Essa modalidade é disponibilizada com o intuito de facilitar os procedimentos administrativos para que seus fornecedores adiantem recebíveis relacionados às compras de rotina das empresas da Companhia. Nesta operação, a instituição financeira paga antecipadamente os fornecedores em troca de um desconto e, quando contratado entre o banco e o fornecedor (a decisão de aderir a esta transação é única e exclusivamente do fornecedor), a Companhia paga à instituição financeira na data de pagamento original o valor nominal total da obrigação originária. Portanto, esta operação não altera os valores, natureza e tempestividade do passivo (incluindo prazos, preços e condições previamente pactuados) e não afeta a Companhia com os encargos financeiros praticados pela instituição financeira, ao realizar uma análise criteriosa de fornecedores por categoria. Não há nenhuma garantia concedida pela Companhia. Adicionalmente, os pagamentos realizados pela Companhia, representados por compras de bens e serviços, são diretamente relacionados às faturas dos fornecedores e não alteram seus fluxos de caixa. Dessa forma, a Companhia continua reconhecendo os fornecedores operacionais nas demonstrações dos fluxos de caixa. **20.2 Composição:** Referem-se a fornecedores relativos aos produtos de revenda, materiais de consumo e outros materiais e serviços.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Fornecedores de mercadorias para revenda	481.797	368.125	1.182.080	368.124
Fornecedores de materiais de consumo	131.424	83.424	226.181	83.456
Fornecedores de mercadorias - Intercompany	1.779.718	1.226.205	1.571.528	1.226.205
Subtotal	**2.392.939**	**1.677.754**	**2.979.789**	**1.677.785**
Operações de "risco sacado"	138.171	67.714	138.171	67.714
Total	**2.531.110**	**1.745.468**	**3.117.960**	**1.745.499**

21. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

21.1 Política contábil: Os empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

21.2 Composição:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Passivo circulante				
Capital de giro	77.043	129.733	77.232	129.733
Debêntures	191.836	77.743	191.836	77.743
Financiamento de bens	8.850	–	8.850	–
	277.729	**207.476**	**277.918**	**207.476**
Passivo não circulante				
Capital de giro	77.727	165.260	77.808	165.260
Debêntures	773.647	451.042	773.647	451.042
Financiamento de bens	4.188	–	4.188	–
	855.562	**616.302**	**855.643**	**616.302**
	1.133.291	**823.778**	**1.133.561**	**823.778**

As movimentações patrimoniais dos passivos financeiros de 31 de dezembro de 2022 estão demonstradas a seguir:

Controladora	01/01/2022	Adições	Pagamento do principal	Pagamento de juros	Provisão de juros	Amortização custo captação	31/12/2022
Capital de giro	**276.185**	–	(122.135)	(33.657)	32.746	1.631	**154.770**
Financiamento de bens	**18.808**	2.536	(8.305)	(2.549)	2.548	–	**13.038**
Empréstimos e financiamentos	**294.993**	**2.536**	**(130.440)**	**(36.206)**	**35.294**	**1.631**	**167.808**
Debêntures	**528.785**	496.133	(76.667)	(109.648)	124.052	2.828	**965.483**
Total	**823.778**	**498.669**	**(207.107)**	**(145.854)**	**159.346**	**4.459**	**1.133.291**

	01/01/2022	Adições	Pagamento do principal	Pagamento de juros	Provisão de juros	Amortização custo captação	Aquisição Fitdance	31/12/2022
Capital de giro	**276.185**	–	(122.296)	(33.679)	32.799	1.631	400	**155.040**
Financiamento de bens	**18.808**	2.536	(8.305)	(2.549)	2.548	–	–	**13.038**
Empréstimos e financiamentos	**294.993**	**2.536**	**(130.601)**	**(36.228)**	**35.347**	**1.631**	**400**	**168.078**
Debêntures	**528.785**	496.132	(76.667)	(109.648)	124.053	2.828	–	**965.483**
Total	**823.778**	**498.668**	**(207.268)**	**(145.876)**	**159.400**	**4.459**	**400**	**1.133.561**

As conciliações das movimentações patrimoniais dos passivos financeiros de 31 de dezembro de 2021 estão demonstradas a seguir:

Controladora	01/01/2021	Adições	Pagamento do principal	Pagamento de juros	Provisão de juros	31/12/2021
Capital de Giro	**365.262**	–	(91.183)	(23.756)	25.862	**276.185**
Financiamento de bens	**6.863**	17.626	(5.810)	(1.234)	1.363	**18.808**
Empréstimos e financiamentos	**372.125**	**17.626**	**(96.993)**	**(24.990)**	**27.225**	**294.993**
Debêntures	**226.762**	297.211	–	(27.144)	31.956	**528.785**
Total	**598.887**	**314.837**	**(96.993)**	**(52.134)**	**59.181**	**823.778**

Consolidado	01/01/2021	Adições	Pagamento do principal	Pagamento de juros	Provisão de juros	31/12/2021
Capital de Giro	**365.262**	–	(91.183)	(23.756)	25.862	**276.185**
Financiamento de bens	**6.863**	17.626	(5.810)	(1.234)	1.363	**18.808**
Empréstimos e financiamentos	**372.125**	**17.626**	**(96.993)**	**(24.990)**	**27.225**	**294.993**
Debêntures	**226.762**	297.211	–	(27.144)	31.956	**528.785**
Total	**598.887**	**314.837**	**(96.993)**	**(52.134)**	**59.181**	**823.778**

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia possuía 75,48% (74,81% em 31 de dezembro de 2021) de sua dívida no longo prazo. O custo médio anual da dívida bancária ficou em CDI + 1,47%a.a. em 2022 (12,66% em 31 de dezembro de 2021). **Novos empréstimos/Debêntures:** Em 29 de abril de 2022, com o propósito de reforçar caixa e financiar a estratégia de crescimento, a Companhia contratou com instituição financeira a distribuição da 3º emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória da Controladora, em série única, de emissão na SBF Comércio, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, no valor total de R$ 500 milhões o vencimento do contrato iniciará em abril de 2025. Termos e condições dos empréstimos, financiamentos e debêntures em aberto são os seguintes:

Controladora 2022	Moeda	%	Valor original	Valor contábil circulante	Valor contábil não circulante
Capital de giro (a)	R$	105% CDI anual - 100% CDI + 3,8% anual	236.019	77.043	77.727
Financiamento de bens (b)	R$	100% CDI + 4% anual a 100% CDI +11% anual	28.043	8.850	4.188
Empréstimos e financiamentos			**264.062**	**85.893**	**81.915**
Debêntures	R$	100% CDI + 3,4 % anual	1.030.000	191.836	773.647
Total de empréstimos e financiamentos			**1.294.062**	**277.729**	**855.562**

2022	Moeda	%	Valor original	Valor contábil circulante	Valor contábil não circulante
Capital de giro (a)	R$	105% CDI anual - 100% CDI + 3,8% anual	236.619	77.232	77.808
Financiamento de Bens (b)	R$	100% CDI + 4% anual a 100% CDI +11% anual	28.043	8.850	4.188
Empréstimos e financiamentos			**264.662**	**86.082**	**81.996**
Debênture	R$	100% CDI + 3,4 % anual	1.030.000	191.836	773.647
Total de empréstimos e Financiamentos			**1.294.662**	**277.918**	**855.643**

(a) Os empréstimos são analisados pela Companhia e são garantidos por alienação fiduciária dos bens. (b) Em 29 de abril de 2022, com o propósito de reforçar caixa e financiar a estratégia de crescimento, a Companhia contratou com instituição financeira a distribuição da 3º emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória da Controladora, em série única, de emissão da SBF Comércio, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, no valor total de R$ 500 milhões, o vencimento do contrato iniciará em abril de 2025. **Cláusulas contratuais restritivas - covenants:** A manutenção do vencimento contratual das debêntures, empréstimos e financiamentos, em seu vencimento original está condicionada ao cumprimento de cláusulas restritivas ("*covenants*"), as quais a Companhia vem cumprindo regularmente, inclusive na data-base destas informações financeiras. Sob os termos das principais linhas de crédito, a Companhia é obrigado a cumprir com as seguintes cláusulas financeiras: (a) A alavancagem não deve ser superior a 2,5x (Dívida Líquida/EBITDA). (b) A proporção entre EBITDA e o custo de financiamento líquido (Receitas - Despesas financeiras) não deve ser inferior a 3,5x (EBITDA/ Resultado Financeiro). A Companhia cumpriu com esses covenants durante o exercício. Em 31 de dezembro de 2022, a proporção do EBITDA em relação ao custo financeiro líquido 4,1x (em 31 de dezembro de 2021 - 3,7x) e da dívida líquida em relação EBTIDA 1,0x (em 31 de dezembro de 2021 - 0,4x). **Resumo dos empréstimos, financiamentos e debêntures conforme vencimento:**

Controladora	1 ano	2 anos	3 anos	+ de 3 anos	Total
Capital de giro	77.043	77.542	185	–	154.770
Financiamento de Bens	8.850	3.829	359	–	13.038
Empréstimos e financiamentos	**85.893**	**81.371**	**544**	**–**	**167.808**
Debêntures	191.836	175.043	265.797	332.807	965.483
Total	**277.729**	**256.414**	**266.341**	**332.807**	**1.133.291**

Consolidado	1 ano	2 anos	3 anos	+ de 3 anos	Total
Capital de giro	77.232	77.624	184	–	155.040
Financiamento de Bens	8.850	3.834	354	–	13.038
Empréstimos e financiamentos	**86.082**	**81.458**	**538**	**–**	**168.078**
Debêntures	191.836	175.043	265.797	332.807	965.483
Total	**277.918**	**256.501**	**266.335**	**332.807**	**1.133.561**

22. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
PIS	9.787	5.388	11.140	5.400
COFINS	–	12	31	12
ICMS (a)	66.305	29.741	174.026	29.741
ISS	1.051	1.778	2.094	1.778
IRRF	183	1.275	784	1.275
IPI	–	325	221	325
Outros	918	2.671	1.109	2.671
Total	**78.244**	**41.190**	**189.405**	**41.202**

(a) A variação das obrigações tributárias de ICMS, refere-se ao fato de as controladas do Grupo SBF terem realizado, durante o ano de 2022, depósitos judiciais, em contra partida ao ICMS a recolher, nos termos do art. 166, do CTN, para a garantia das discussões em ações judiciais acerca da aplicação da anterioridade anual da Lei Complementar 190/2022.

23. IMPOSTOS PARCELADOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Parcelamentos de tributos Estaduais	16.405	37.325	16.621	37.775
Parcelamentos de tributos Federais	18.886	36.087	92.987	109.033
Total impostos parcelados	**35.291**	**73.412**	**109.608**	**146.808**
Passivo circulante	**23.632**	**36.801**	**44.327**	**56.681**
Passivo não circulante	**11.659**	**36.611**	**65.281**	**90.127**

As movimentações dos impostos parcelados consolidado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021 estão demonstradas no quadro a seguir:

	2022	2021
Saldo em 01/01/2021	**146.808**	**148.671**
Adesão dos impostos Estaduais	1.192	21.156
Adesão dos impostos Federais	131	–
Juros sobre pagamento de impostos parcelados	5.130	24.880
Parcelas pagas	(43.653)	(47.899)
Saldo em 31/12/2021	**109.608**	**146.808**

24. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS

24.1 Política contábil: Obrigações de benefícios de curto prazo à empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. A Companhia não possui planos de pensão ou outras obrigações pós-aposentadoria e reconhece os custos de demissões quando está formalmente comprometida com o encerramento do vínculo empregatício de funcionários.

24.2 Composição:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Provisões de férias e 13º salário	58.413	47.957	66.040	47.957
Provisões para participação nos lucros	56.296	41.568	71.563	41.568
Salários a pagar	22.581	21.805	24.792	21.805
Obrigações com pessoal a pagar	1.450	394	1.557	394
Contribuições a recolher	149	268	212	268
Pensão alimentícia	109	76	133	76
Obrigações trabalhistas	**138.998**	**112.068**	**164.297**	**112.068**
INSS a recolher	16.898	18.397	18.683	18.397
FGTS a recolher	5.157	2.418	5.726	2.418
INSS retido a recolher	1.105	3.028	1.837	3.028
Obrigações previdenciárias	**23.160**	**23.843**	**26.246**	**23.843**
Total de Obrigações	**162.158**	**135.911**	**190.543**	**135.911**

25. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

25.1 Política contábil: As transações com partes relacionadas compreendem operações comerciais de compra, venda, locação com empresas relacionadas e com operações complementares, com os quais a Companhia mantém contratos na forma da legislação vigente. **25.2 Composição: Controladora:** Outros créditos e outras contas a pagar referem-se a conta corrente entre empresas controladas, sem vencimento e atualização monetária, formado como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Passivo circulante - Contas a pagar				
Grupo SBF S.A.	–	–	30.485	–
VBLOG Logística e Transportes Ltda.	14.175	–	16.564	–
Fitdance Entretenimento Ltda.	–	–	367	–
Total	**14.175**	**–**	**47.416**	**–**

Transações comerciais: A SBF Comércio realiza operações com as empresas pertencentes ao mesmo Grupo econômico, sendo: **Operações compra e venda de mercadorias -** As empresas SBF Comércio e Premier efetuam operações de compra e venda entre si, com intuito de otimizar a distribuição das mercadorias do centro de distribuição para as lojas em todo o Brasil. A Companhia aplica a margem com valor de mercado na operação de venda. Em relação ao valor apresentado abaixo com a rubrica de custo de mercadoria vendida, a mesma inclui o custo das vendas, bem como a margem recebida na venda da contraparte. **Operações de frete -** A empresa Vblog Logística é responsável pelo transporte destas mercadorias e, também, efetua transações comerciais de prestação de serviço de frete para as demais empresas do Grupo. Esta operação está suportada por um contrato assinado entre a SBF Comércio e a Vblog, cujo prazo é indeterminado e baseado em condições específicas acordadas entre as partes. **Serviços audiovisuais -** A controlada FitDance possui contrato de prestação de serviço com as empresas SBF Comércio e Fisia para desenvolvimento de atividades na área de comunicação social e utilização de plataformas digitais de ensino de dança. Os resultados gerados nas demonstrações de resultado da Companhia entre as empresas do mesmo grupo econômico estão demonstrados abaixo:

Transações comerciais	31/12/2022	31/12/2021
Venda de mercadorias - Premier Distribuidora	2.581.558	1.877.939
Custo de mercadoria vendida - Premier Distribuidora	(2.412.150)	(1.872.440)
Fretes e logística - VBLOG logistica	(74.947)	(42.783)
Total	**94.461**	**(37.284)**

Serviços audio visual	31/12/2022	31/12/2021
SBF Comércio de Produtos Esportivos S.A.	2.849	613
Fisia Comércio de Produtos Esportivos S.A.	(729)	–
NETWORK Participações S.A.	(2.029)	(13)
Neotv Prod. e Com. de Cont. Audiovisual e Serv. Digitais S.A.	(850)	(600)
FitDance Entretenimento Ltda.	759	–
Total	**–**	**–**

Compras de mercadorias - A Companhia também efetua operações de compra com a empresa Fisia Comércio. Estas transações seguem o padrão de abastecimento do mercado atacado dos produtos NIKE, sem distinção das demais empresas do mercado brasileiro. **Aluguéis -** A SBF Comércio efetua uma operação de sublocação para as empresas Vblog Logística e Store Engenharia, do armazém localizado em Extrema - MG. O prazo do arrendamento é válido até 2033 e o valor da transação é determinado pelo valor de mercado, com base nos m2 (metros quadrados) utilizados. **Rateio administrativo -** A empresa SBF Comércio possui um contrato de compartilhamento de despesas comuns entre as empresas Premier Distribuidora, Vblog Logística, Lione Comércio de Artigos Esportivos, Fisia Comércio de Produtos e Grupo SBF S.A. Os dispositivos do contrato são revisados anualmente. Os rateios baseiam-se em despesas efetivamente incorridas de mão de obra corporativa e em critérios consistentes ao longo do exercícios. Os valores de contas a receber da Nota 7 e fornecedores da Nota 20, referente às operações descritas acima, estão discriminados no quadro a seguir:

	31/12/2022	31/12/2021
Contas a receber		
Premier Distr. de Vest. Equiptos e Acess. Ltda.	1.660.271	1.214.758
Vblog Logística e Transportes Ltda.	26.059	4.170
Store Engenharia e Instalações Ltda.	–	19
Pacipar Participações Ltda.	–	(2)
Pine Administração de Bens e Participações Ltda.	–	4
Grupo SBF S.A.	–	154
Lione Comércio de Art. Esportivos Ltda.	–	39
Fisia Comércio de Produtos Esportivos S.A.	35.019	2.774
Network Participações S.A.	112	60
Total	**1.721.461**	**1.221.976**
Fornecedores		
Premier Distr. de Vest. Equiptos e Acess. Ltda.	1.551.508	1.062.935
Fisia Comércio de Produtos Esportivos S.A.	208.190	149.403
Vblog Logística e Transportes Ltda.	20.020	13.867
Total	**1.779.718**	**1.226.205**

Locação - A empresa VBF Empreendimentos pertence ao acionista da Companhia Sebastião Vicente Bomfim Filho. Os principais imóveis locados são o armazém utilizado como Centro de Distribuição em Extrema - MG, com período de vigência de 17 de março de 2008 a 16 de março de 2033 e o imóvel da Rua Hugo D'Antola utilizado como Centro Administrativo em São Paulo - SP, com período de vigência de 2 de junho de 2005 a 1º de junho de 2025. Os dois contratos possuem cláusula de renovação automática por mais 20 anos. As despesas abaixo destacadas são decorrentes do pagamento de aluguéis durante o exercício. Estas transações de locação possuem vínculo contratual com vencimento mensal no quinto dia útil. Caso ocorram pagamentos em atraso há incidência de multa mais juros de 10% ao mês somada a correção monetária baseada no índice IGPM. O montante reconhecido decorrente desta operação de locação foi de R$ 23.897 (de R$ 13.608 em 31 dezembro de 2021). **Transações eliminadas na consolidação:**

	31/12/2022	31/12/2021
Ativo circulante - Contas a receber		
SBF Comércio de Produtos Esportivos S.A.	35.019	39
FitDance Entretenimento Ltda.	268	–
Fisia Comércio de Produtos Esportivos S.A.	209.243	–
Total	**244.530**	**39**

	31/12/2022	31/12/2021
Passivo circulante - Contas a pagar		
SBF Comércio de Produtos Esportivos S.A.	208.190	–
FitDance Entretenimento Ltda.	–	39
Fisia Comércio de Produtos Esportivos S.A.	36.072	–
FitDance Entretenimento Ltda.	268	–
Total	**244.530**	**39**

a. Remuneração ao pessoal-chave da Administração: A remuneração aos Administradores é realizada através de salários, pró-labore mensal e bônus e estão contabilizadas na rubrica "Despesas gerais e administrativas" nas demonstrações do resultado.

	31/12/2022		31/12/2021	
	Conselho de administração	Administração executiva	Conselho de administração	Administração executiva
Salários e pró labore	–	6.536	7.212	6.613
Participação nos lucros	–	5.342	–	8.090
Total	**–**	**11.878**	**7.212**	**14.703**

b. Mútuo a receber - Controladora: Os mútuos a receber referem-se as transações de empréstimos com empresa relacionada Fisia, com os quais a Companhia mantem contratos na forma da legislação vigente.

Saldo em 31/12/2021	**–**
Captação de mútuos	275.800
Juros	6.103
Pagamentos	(55.500)
Saldo em 31/12/2022	**226.403**

Os mútuos entre as empresas relacionadas são remunerados a 100% do CDI, com o vencimento em fevereiro de 2023, podendo ser renovado, de comum acordo entre as mesmas. Havendo atraso no recebimento dos direitos citados, incidirão multa de 2%, e correção monetária, devidamente calculados até a data do efetivo pagamento. Não há eventuais garantias dadas ou recebidas nessa transação e a líquidação será realizada integralmente por meio de caixa. Não há expectativa para provisão para créditos de liquidação duvidosa relacionada com o montante dos saldos existentes.

26. OUTRAS CONTAS A PAGAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Provisões de marketing e comunicação	14.225	11.058	32.082	11.058
Fretes/armazenagem	10.341	8.045	51.492	8.045
Provisões benefícios a empregados	9.059	4.638	10.528	4.638
Utilidades e serviços	3.719	6.376	9.039	6.376
Provisões gerais	9.034	6.557	11.269	6.896
Outras Obrigações	1.742	1.063	1.738	1.062
Total	**48.120**	**37.737**	**116.148**	**38.075**

27. OUTROS PASSIVOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Patrocínios e Royalties	–	–	134.685	–
Adiantamento de Clientes	61.838	1.069	93.998	1.069
Cartão Presente	20.085	11.063	20.457	11.063
Receita Diferida	–	–	171	–
Outros Passivos	3.302	–	9.412	–
Total	**85.225**	**12.132**	**258.723**	**12.132**

28. CAPITAL SOCIAL E RESERVAS

28.1 Política contábil: A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social até o limite de 300.000.000 (trezentos milhões) de ações, por meio de deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária. Competirá ao Conselho de Administração fixar o preço de emissão e o número de ações a ser emitido, bem como o prazo e as condições de integralização. Dentro do limite do capital autorizado, o Conselho de Administração poderá ainda (i) deliberar sobre a emissão de bônus sobre subscrição; (ii) de acordo com o plano aprovado na Assembleia Geral, outorgar opção de compra de ações a administradores e empregados da Companhia ou de sociedade sob seu controle, ou a pessoas naturais que lhes prestem serviços, sem que os acionistas tenham direito de preferência na outorga ou subscrição destas ações; (iii) aprovar aumento do capital social mediante a capitalização de lucros e reservas, com ou sem bonificação em ações; e (iv) deliberar sobre a emissão de debêntures conversíveis em ações. **28.2 Composição: a. Capital social:** As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos. O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2022 era de R$ 2.229.971 dividido em 2.194.630.161 ações ordinárias sem valor nominal e em dezembro de 2021 era R$ 854.103 dividido em 2.054.103.161 ações ordinárias sem valor nominal. O controle acionário da Companhia, está distribuído da seguinte forma em 31 de dezembro de 2022:

	2022	
Acionista	Quantidade	%
Grupo SBF S.A.	2.194.630.161	100%
Total	**2.194.630.161**	**100%**

b. Lucro por ação - Consolidado: *Básico:* O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria. ***Diluído:*** O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais com efeitos diluidores. A Companhia tem duas categorias de ações ordinárias potenciais com efeitos diluidores: dívida conversível e opções de compra de ações. Pressupõe-se que a dívida conversível foi convertida em ações ordinárias e que o lucro líquido é ajustado para eliminar a despesa financeira menos o efeito fiscal. Para as opções de compra de ações, é feito um cálculo para determinar a quantidade de ações que poderiam ter sido adquiridas pelo valor justo (determinado como o preço médio anual de mercado da ação da Companhia), com base no valor monetário dos direitos de subscrição vinculados às opções de compra de ações em aberto. A quantidade de ações assim calculadas conforme descrito anteriormente é comparada com a quantidade de ações em circulação, pressupondo-se o exercício das opções de compra das ações. Abaixo demonstramos o lucro por ação básico e diluído para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

	2022	2021
Numerário básico/diluído - Controladora		
Lucro líquido do exercício	40.170	80.310
Média ponderada de ações	2.105.909	2.054.103
Resultado básico por ação - R$	**0,02**	**0,04**
Lucro líquido do exercício	40.170	80.310
Média ponderada de ações	2.105.909	2.054.103
Opções exercidas não integralizadas	**0,02**	**0,04**

Quando a Companhia apresenta perda líquida atribuível aos proprietários da Companhia, os lucros diluídos por ação ordinária são iguais aos prejuízos básicos por ação ordinária devido ao efeito antidilutivo das opções de ações em circulação. **c. Reserva legal:** A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. **d. Reserva incentivos fiscais:** A Companhia estabeleceu centros de distribuição nos Estados da Paraíba e Minas Gerais, onde foram concedidos incentivos fiscais pelos governos locais que reduzem o valor dos impostos sobre venda pagos, aumentando efetivamente o valor da receita líquida reconhecida. Esses incentivos vêm sendo contabilizados em conta redutora da rubrica de impostos incidentes sobre venda de mercadorias - ICMS e no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 somaram o montante de R$ 165.023 (R$ 112.169 no execício de 31 de dezembro de 2021). Devido ao lucro apurado no exercício corrente, houve a constituição desta reserva no montante de R$ 38.162.

29. RECEITAS LÍQUIDAS

29.1 Política contábil: A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas do Grupo. A receita operacional é reconhecida quando (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens forem transferidos para o comprador, (ii) for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia, (iii) os custos associados e a possível devolução de mercadorias puderem ser estimados de maneira confiável, (iv) não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, (v) o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. A receita é medida líquida de devoluções, descontos comerciais e bonificações. **Venda de mercadorias:** A Companhia opera com redes que possuem, predominantemente, estabelecimentos em shopping centers voltados a comercialização de produtos esportivos, bem como vendas na forma de atacado originária do centro de distribuição de produtos esportivos para Companhias do mesmo grupo econômico. As vendas dos produtos são reconhecidas quando a Companhia transfere o controle, a propriedade e respectivos benefícios de um produto para

continua→★

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001. A autenticidade pode ser conferida ao lado

ICP Brasil

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 03/03/2023

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal O Dia SP. Acesse também através do link: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 257B-3599-C6A7-2B1C.

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 257B-3599-C6A7-2B1C.

CENTAURO

SBF COMÉRCIO DE PRODUTOS ESPORTIVOS S.A.

CNPJ 06.347.409/0001-65

→ continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

o cliente. As vendas no varejo são, geralmente, realizadas por meio de cartão de crédito, cartão de débito ou em dinheiro. **Venda de mercadorias por meio do e-commerce:** A Companhia opera com comércio eletrônico por meio do site centauro.com.br, nike.com.br e store.fitdance.com, para todo mercado nacional. As vendas dos produtos esportivos são registradas quando as obrigações de desempenho mais significativas inerentes ao controle e propriedade dos bens forem transferidas para o comprador, o que ocorre quando os produtos são entregues no endereço escolhido pelo comprador. **Prestação de serviços logisticos:** A Companhia reconhece receitas com fretes por meio de serviços de logística prestados a clientes e fornecedores no segmento de varejo por meio da empresa do mesmo grupo, a VBLOG Logística e Transporte Ltda. A receita de serviços prestados é reconhecida no momento da prestação do serviço que na expressiva maioria dos casos, se inicia e se conclui no mesmo dia. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. **Serviços prestados:** A Companhia reconhece receitas com intermediação de vendas de produtos de parceiros por meio de sua plataforma digital, operação denominada marketplace. A receita de serviços prestados é reconhecida no momento da prestação do serviço que, na expressiva maioria dos casos, se inicia e conclui no mesmo dia. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. **Prestação de serviços de produção de filmes para publicidade:** Na empresa FitDance, o reconhecimento das receitas ocorrem a realização dos com cursos de formação e capacitação de instrutores através do ensino da dança. A FitDance também opera com plataformas digitais de ensino de dança. Em ambas as modalidades o reconhecimento da receita se dá na prestação do serviço, sendo realizadas por meio de cartão de crédito, boleto bancário ou PIX. As atividades de negócio da empresa também são compostas por patrocínio e projetos especiais proprietários e/ou com marcas, produção de conteúdo audiovisual para bandas e artistas, monetização em plataformas e apresentações em shows e eventos. A receita é reconhecida no momento da prestação de serviços, sendo esta, bem como o detalhamento das entregas, definidas em contrato. **Subvenção governamental:** A Companhia realizou investimentos por meio de instalação de Centros de Distribuição nos estados de Minas Gerais e Paraíba, devido a acordos firmados com ambos os estados, mediante os quais foram concedidos incentivos fiscais. As subvenções têm o objetivo de compensar a Companhia por despesas incorridas e são reconhecidas no resultado como deduções de vendas. Os investimentos possuem como contrapartida, redução de alíquotas tributárias de ICMS nas vendas no comércio eletrônico e crédito presumido nas transações comerciais entre empresas da Companhia nesses estados. A partir de 1º de julho de 2021, a Companhia efetuou a migração das operações do e-commerce da controlada Fisia (Nike.com) para a cidade de Extrema, Minas Gerais, objetivando a eficiência logística, melhoria no serviço aos clientes e captura de incentivo fiscal com o estado de Minas Gerais. Portanto, nos termos do regime especial concedido pelo estado de Minas Gerais, as operações de venda para o consumidor final pelo e-commerce são realizadas com crédito presumido de ICMS. No 4º trimestre de 2022, houve a publicação da nova versão do Regime Especial de Tributação - RET da controladora SBF Comércio, com mesmo número, e-PTA-RE nº 45.000003011-16, que, dentre as alterações, uma das representativas foi da prorrogação do prazo até 2032 e permanece com a sistemática de crédito presumido de ICMS.

29.2 Composição:

	Controladora					
	31/12/2022			31/12/2021		
	Varejo	Atacado	Total	Varejo	Atacado	Total
Receita operacional bruta						
Venda de mercadorias	4.187.397	3.042.153	7.229.550	3.552.599	2.271.250	5.823.849
Prestação de serviços	56.885	–	56.885	26.302	42	26.344
Impostos incidentes						
Venda de mercadorias	(981.844)	(529.441)	(1.511.285)	(794.960)	(393.310)	(1.188.270)
ICMS - Incentivo Fiscal (i)	159.152	–	159.152	112.169	–	112.169
Prestação de serviços	(6.591)	–	(6.591)	(2.314)	(3)	(2.317)
Devoluções						
Venda de mercadorias	(24.913)	–	(24.913)	(16.877)	–	(16.877)
Abatimento dos serviços	–	–	–	–	–	–
Receita líquida de vendas	**3.390.086**	**2.512.712**	**5.902.798**	**2.876.919**	**1.877.979**	**4.754.898**

	Consolidado					
	31/12/2022			31/12/2021		
	Varejo	Atacado	Total	Varejo	Atacado	Total
Receita operacional bruta						
Venda de mercadorias	4.590.092	3.007.993	7.598.085	3.552.599	2.271.250	5.823.849
Prestação de serviços	59.484	–	59.484	26.302	42	26.344
Impostos incidentes						
Venda de mercadorias	(1.074.879)	(522.415)	(1.597.294)	(794.960)	(393.310)	(1.188.270)
ICMS - Incentivo Fiscal (i)	165.023	–	165.023	112.169	–	112.169
Prestação de serviços	(6.591)		(6.591)	(2.314)	(3)	(2.317)
Devoluções						
Venda de mercadorias	(33.613)	–	(33.613)	(16.877)	–	(16.877)
Abatimento dos serviços	–	–	–	–	–	–
Receita líquida de vendas	**3.699.516**	**2.485.578**	**6.185.094**	**2.876.919**	**1.877.979**	**4.754.898**

(i) Veja Nota 28.d sobre os incentivos fiscais da Companhia.

Receita do mercado de atacado: As vendas em atacado são destinadas à empresa Premier Distribuidora, e referem-se à operações de venda entre as empresas da controladora Grupo SBF S.A., conforme Nota 16.

Receita do mercado de varejo e e-commerce: A receita bruta de mercadorias do mercado de varejo (lojas físicas), atacado e e-commerce está apresentada abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Varejo (lojas físicas)	2.903.628	2.474.086	2.359.764	2.474.086
Atacado	3.042.153	2.271.250	3.007.993	–
E-Commerce	1.283.769	1.078.513	2.230.328	1.078.513
Receita Bruta	**7.229.550**	**5.823.849**	**7.598.085**	**3.552.599**

Região Geográfica

Em termos de região geográfica, as vendas da Companhia estão substancialmente concentradas na região Sudeste do país, por concentrar a maior quantidade de lojas e também por ser a região com maior densidade demográfica. A seguir, apresentamos nossa receita bruta com venda de mercadorias, por região.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Sudeste	2.200.285	2.149.463	2.491.446	2.149.463
Nordeste	770.274	593.934	799.000	593.934
Sul	643.588	414.645	697.419	414.645
Centro - Oeste	362.126	253.936	387.186	253.936
Norte	211.124	140.621	215.041	140.621
Receita bruta de vendas	**4.187.397**	**3.552.599**	**4.590.092**	**3.552.599**

Sazonalidade trimestral da receita líquida: O segmento de varejo apresenta forte sazonalidade, principalmente devido às datas comemorativas como o dia dos pais, no terceiro trimestre, e a Black Friday e o natal no 4º trimestre. No caso da Comércio, a tabela abaixo ilustra a sazonalidade trimestral da receita líquida no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
1º Trimestre	678.666	465.986	678.666	465.986
2º Trimestre	763.088	619.666	764.894	619.666
3º Trimestre	855.145	761.982	857.546	761.982
4º Trimestre	1.093.187	1.029.285	1.398.410	1.029.285
Receita líquida de vendas	**3.390.086**	**2.876.919**	**3.699.516**	**2.876.919**

30. CUSTO DAS VENDAS E DOS SERVIÇOS PRESTADOS

30.1 Política contábil: Os custos com fretes incorridos nas operações realizadas entre o centro de distribuição e as lojas são reconhecidos como custo das vendas e dos serviços prestados. **30.2 Composição:**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Custo da revenda de mercadorias	(1.790.981)	(1.454.924)	(1.922.780)	(1.454.924)
Custo da revenda - atacado	(2.412.150)	(1.872.440)	(2.412.150)	(1.872.440)
Custo de fretes e logística	(73.068)	(40.347)	(75.985)	(40.347)
Total	**(4.276.199)**	**(3.367.711)**	**(4.410.915)**	**(3.367.711)**

O custo das vendas para empresa Premier Distribuidora é separado na rubrica de "Custos de revenda - atacado", e se referem às operações de venda entre as empresas controladas pelo Grupo SBF S.A., conforme Nota 25.

31. DESPESAS POR NATUREZA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Pessoal	(514.126)	(387.135)	(523.479)	(387.135)
Depreciação e amortização	(72.799)	(68.809)	(74.044)	(68.809)
Amortização do direito de uso	(145.529)	(126.130)	(145.922)	(126.130)
Publicidade e propaganda	(144.227)	(97.899)	(193.118)	(97.899)
Utilidades e serviços	(127.345)	(88.776)	(135.992)	(88.776)
Serviços de terceiros	(53.712)	(59.702)	(66.125)	(59.702)
Comissão de cartão	(66.270)	(51.526)	(72.383)	(51.526)
Ocupação	(62.358)	(39.928)	(65.438)	(39.928)
(–) Descontos sobre arrendamentos	8.436	23.610	8.436	23.610
Contencioso	5.349	4.195	6.008	4.195
Outras despesas	(63.266)	(45.848)	(69.541)	(45.848)
Total das despesas com vendas	**(1.235.847)**	**(937.948)**	**(1.331.598)**	**(937.948)**
	Controladora		**Consolidado**	
	31/12/2022	**31/12/2021**	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Pessoal	(93.278)	(90.414)	(102.390)	(90.532)
Depreciação e amortização	(59.318)	(36.028)	(59.423)	(36.029)
Amortização do direito de uso	(19.914)	(21.352)	(19.914)	(21.352)
Publicidade e propaganda	(11.688)	(994)	(13.457)	(994)
Utilidades e serviços	(39.757)	(36.548)	(44.442)	(43.126)
Serviços de terceiros	(43.260)	(31.836)	(49.039)	(33.255)
Ocupação	(1.990)	(7.889)	(4.049)	(7.889)
(–) Descontos sobre arrendamentos	1.657	134	1.657	134
Contencioso	18.606	(9.344)	14.106	1.721
Outras despesas	(16.973)	(9.034)	(18.286)	(22.889)
Total das despesas administrativas	**(265.915)**	**(243.305)**	**(295.237)**	**(254.211)**

32. RESULTADO FINANCEIRO

32.1 Política contábil: A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. As receitas financeiras abrangem substancialmente as receitas de rendimentos de aplicações financeiras, ajuste a valor presente sobre contas a receber e descontos obtidos. A receita de juros de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado é incluída nos ganhos/(perdas) líquidos de valor justo com esses ativos. A receita de juros de ativos financeiros ao custo amortizado e ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes calculada utilizando o método da taxa de juros efetiva é reconhecida na demonstração do resultado como parte da receita financeira de juros. As despesas financeiras abrangem substancialmente as despesas com juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures, despesas com juros gerados pela venda de recebíveis (contas a receber - operadoras de cartão de crédito), juros sobre impostos parcelados, juros de arrendamento e atualizações monetárias de provisões para contencioso. É reconhecido o ajuste a valor presente para os elementos integrantes do passivo decorrentes de operações de longo prazo, ou de operações de curto prazo, quando houver efeitos relevantes, tomando-se por base a data de origem da transação. **32.2 Composição:** Receitas e despesas são reconhecidas no resultado através do método de juros efetivos.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Ajuste a valor presente (AVP)	–	3.293	–	3.293
Atualização monetária de impostos	49.709	25.603	50.741	25.666
Atualização monetária de depósitos judiciais	6.593	6.889	14.088	11.025
Variação cambial ativa	768	(409)	6.971	(409)
Receitas de aplicações financeiras	25.451	6.711	25.770	6.707
Descontos obtidos	43	16	43	16
Juros sobre operações de mútuo	6.103	–	6.103	–
Juros e multas recebidos	5	–	159	–
Outras	2.111	4.964	2.077	2.454
Receitas financeiras	**90.783**	**47.067**	**105.952**	**48.752**
	31/12/2022	**31/12/2021**	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Juros sobre contencioso	(3.146)	(8.342)	(4.725)	8.899
Juros de arrendamento mercantil	(118.931)	(110.151)	(119.042)	(110.151)
Juros sobre empréstimos	(35.294)	(23.515)	(35.348)	(23.515)
Ajuste a valor presente (AVP)	–	(1.719)	–	(1.719)
Juros sobre desconto de duplicatas	(177)	(20)	(419)	(20)
Juros sobre atraso de impostos	(10.670)	(21.248)	(10.671)	(28.788)
Tarifas e taxas bancárias	(5.061)	(5.676)	(3.957)	(6.499)
Juros sobre parcelamentos de tributos	(1.068)	(3.722)	(4.779)	(24.880)
Variação cambial passiva	(2.108)	(3.037)	358	(3.037)
Juros sobre pagamentos em atraso	(656)	(694)	(689)	(2.720)
Juros sobre debêntures	(124.052)	(31.379)	(124.053)	(31.379)
Juros sobre capital próprio	(8.589)	–	(8.589)	–
Juros sobre contratos de mútuos	–	–	(2.016)	–
Outras despesas financeiras	(5.416)	(11.428)	(5.415)	(11.428)
Impostos sobre operações financeiras	(861)	(317)	(1.020)	(317)
Despesas financeiras	**(316.029)**	**(221.248)**	**(320.365)**	**(235.554)**

33. COMPROMISSOS

A Companhia possui compromissos firmados na aquisição da FitDance relativo a acordo para pagamento contingente a sócios vendedores, classificado pela Companhiao como remuneração para serviços pós-combinação em conformidade com o CPC - 15 Combinação de negócios. Tal contraprestação é composta por parcelas de *Earn-Out* e parcela de *Outperform*, desde que, sejam atingidas certas métricas e outras condições estabelecidas em contrato. As premissas, os requisitos e os valores relativos ao preço de compra contingente foram estabelecidas entre as partes com base na projeção da receita bruta anual da Fitdance para os exercícios sociais a se encerrarem entre 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2026. Não há pagamentos totais mínimos associados a esse contrato.

34. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia mantém apólices de seguros contratados junto às principais seguradoras do país, definidas por orientação de especialistas considerando a natureza e o valor de risco envolvido. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia tinha cobertura de seguros de responsabilidade civil e seguro patrimonial (cobertura básica: contra incêndio, raio, explosão e demais coberturas da apólice patrimonial) e para os estoques, conforme demonstrado a seguir:

Tipo de risco	Objeto	Montante de cobertura
Transportes	Transportes nacionais	R$ 13.370.058
Transportes	Transportes internacionais	US$ 300.000
Responsabilidade civil	Estabelecimentos comerciais e empregador	R$ 50.000
Responsabilidade cível	Directors & Officers	R$ 100.000
Seguro empresarial	Equipamentos e lucros cessantes	R$ 660.000

35. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 08 de fevereiro de 2023, o Supremo Tribunal Federal ("STF" ou "Supremo") concluiu o julgamento sobre a "coisa julgada" em tributos recolhidos de forma continuada, definindo que a decisão proferida em controle difuso cessa imediatamente os seus efeitos quando proferido novo julgamento, em sentido contrário, em ação direta de constitucionalidade ou em sede de repercussão geral pelo Supremo. Nesse mesmo julgamento, o STF rejeitou o pedido de modulação de efeitos da decisão, determinando o recolhimento dos valores passados, desde que respeitado o prazo de prescrição. A Companhia e suas controladas avaliaram os impactos desta decisão e concluíram que não existe impacto relevante nas demonstrações financeiras e na destinação do resultado do período em decorrência de tal decisão.

Diretoria

Pedro Zemel - CEO **José Luís Salazar -** CFO

Contadora

Ana Mota - CRC 1SP328009/O-1

Declaração da Diretoria sobre as Demonstrações Financeiras

Diretor Presidente, Financeiro e de RI

Em conformidade com o inciso VI do artigo 25 da Instrução CVM Nº 480, de 7 de dezembro de 2009 (alterado pela Instrução CVM nº 586, de 8 de setembro de 2017), a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, autorizando sua conclusão nesta data.

Pareceres e Declarações/Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Em conformidade com o inciso V do artigo 25 da Instrução CVM Nº 480, de 7 de dezembro de 2009 (alterado pela Instrução CVM nº 586, de 8 de setembro de 2017), a Diretoria declara que revisou e discutiu o conteúdo e opiniões expressas no relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, emitido nesta data.

Declaração da Diretoria sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Diretor Presidente, Financeiro e de RI. A Diretoria declara que concorda com o conteúdo e opinião expressos no referido relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações individuais e consolidadas da Companhia.

São Paulo, 01 de março de 2023

Pedro de Souza Zemel - Diretor Presidente
José Luís Magalhães Salazar - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores
Paula Nader - Diretora de Marketing
Ari Carmona Junior - Diretor Geral de Inovação e Tecnologia
Diego Freitas - Diretor de Logística
Melissa Guimarães - Diretora de Recursos Humanos

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
SBF Comércio de Produtos Esportivos S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais do SBF Comércio de Produtos Esportivos S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas do SBF Comércio de Produtos Esportivos S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do SBF Comércio de Produtos Esportivos S.A. e da SBF Comércio de Produtos Esportivos S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

PORQUE É UM PAA	COMO O ASSUNTO FOI CONDUZIDO EM NOSSA AUDITORIA
Recuperabilidade do saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos (Notas 4(c) e 12)	
A Companhia e sua controlada Fisia Comércio de Produtos Esportivos S.A. possuem saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos provenientes de diferenças temporárias, prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, no valor total de R$ 667.335 mil. As projeções de resultados tributáveis futuros consideram premissas e estimativas, tais como o prazo de projeção, a taxa de crescimento da receita e ganho de margem anual, conforme divulgado na Nota 12. O valor provável de realização dos ativos fiscais diferidos reconhecidos pode variar em função da aplicação de diferentes premissas nas projeções dos resultados tributáveis futuros. Por esses motivos, consideramos este assunto como um principal assunto em nossa auditoria.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento do ambiente de controle relacionado com o processo de avaliação do valor realizável dos impostos diferidos. Com o envolvimento dos nossos especialistas em tributos, efetuamos avaliação da base fiscal que dá origem ao imposto de renda diferido. Testamos a coerência lógica e consistência aritmética do modelo preparado pela Companhia, bem como avaliamos a razoabilidade das principais premissas utilizadas para suportar as projeções de lucros tributáveis futuros. Avaliamos a adequação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras consolidadas. Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os critérios e premissas utilizados pela administração são razoáveis e as divulgações consistentes com dados e informações obtidas.

PORQUE É UM PAA	COMO O ASSUNTO FOI CONDUZIDO EM NOSSA AUDITORIA
Provisão e passivos contingentes tributários (Nota 14.2 (c))	
A Companhia e suas controladas são parte em diversos processos judiciais e administrativos relativos a assuntos nas áreas cíveis, trabalhistas e tributários, que surgem no curso normal de seus negócios. Relativamente às áreas tributárias, em 31 de dezembro de 2022, as controladas da Companhia tinham assuntos em discussão em diversas esferas, para os quais o valor provisionado totalizava R$ 455.645 mil. A determinação do valor da provisão acima mencionada, bem como dos passivos contingentes tributários divulgados depende de julgamentos críticos da administração quanto ao prazo, prognóstico de perda e valor de liquidação. Além disso, considerando a complexidade do ambiente tributário e a relevância dos valores, qualquer mudança de prognóstico e/ou julgamento pode trazer impacto relevante nas demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas. Por esses motivos, consideramos este assunto como um principal assunto em nossa auditoria.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento do ambiente de controle relacionado ao processo de identificação, mensuração, registro e divulgação de contingências. Solicitamos e obtivemos confirmação junto aos assessores jurídicos da Companhia e suas controladas dos valores e prognósticos de perda dos processos tributários em andamento. Adicionalmente, para determinados processos tributários relevantes, e com o apoio de nossos especialistas, efetuamos análise quanto a razoabilidade dos prognósticos de perda, argumentos e/ou teses de defesa e jurisprudência aplicável. Também nos reunimos com a administração e com os encarregados pela governança para discutir e avaliar, quando aplicável, as conclusões obtidas pela Companhia para as contingências mais relevantes. Por fim, efetuamos leitura das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras consolidadas. Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração para a determinação das provisões, bem como as divulgações efetuadas, estão consistentes com as posições dos assessores jurídicos.

Outros assuntos

Auditoria das cifras do ano anterior

O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 29 de março de 2022, sem ressalvas.

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluírmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

• Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 2 de março de 2023

pwc
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Leandro Mauro Ardito
Contador - CRC 1SP188307/O-0

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001. A autenticidade pode ser conferida ao lado

ICP Brasil

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 03/03/2023

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de **Publicações Legais** no portal do **Jornal O Dia SP.** Acesse também através do link: **https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal**

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 257B-3599-C6A7-2B1C.

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 257B-3599-C6A7-2B1C.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/257B-3599-C6A7-2B1C ou vá até o site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 257B-3599-C6A7-2B1C

Hash do Documento

AFCCB3D50FEADF0EB59DBC5F080544234BCACB9D83042270954F227A373CAF0C

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 03/03/2023 é(são) :

- ☑ Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira (Signatário - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI) - 091.260.448-46 em 03/03/2023 02:16 UTC-03:00
  Tipo: Certificado Digital - AZ EDITORES DE JORNAIS, LIVROS, REVISTAS LTDA - 64.186.877/0001-00

FISIA | DISTRIBUIDORA OFICIAL NO BRASIL

FISIA COMÉRCIO DE PRODUTOS ESPORTIVOS S.A.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 9FAC-0379-506A-6077.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001.
A autenticidade pode ser conferida ao lado

ICP Brasil

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 03/03/2023

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de **Publicações Legais** no portal do **Jornal O Dia SP.** Acesse também através do link: **https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal**

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 9FAC-0379-506A-6077.

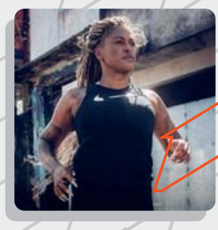
Jornal O DIA SP

Edição Digital Certificada * sexta-feira, 3 de março de 2023

FISIA | DISTRIBUIDORA OFICIAL NO BRASIL

FISIA COMÉRCIO DE PRODUTOS ESPORTIVOS S.A.

CNPJ 59.546.515/0001-34



Demonstrações Financeiras 2022

Balanços Patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 *(Em milhares de Reais)*

Ativo	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	159.867	244.468
Contas a receber	7	933.117	640.822
Estoques	8	1.220.554	616.453
Instrumentos financeiros derivativos	9	4.169	29.259
Tributos a compensar	10	341.148	280.826
Imposto de renda e contribuição social a compensar	11	32.269	604
Outros ativos		56.897	60.874
Total do ativo circulante		**2.748.021**	**1.873.306**
Ativo não circulante			
Tributos a compensar	10	43.321	218.526
Imposto de renda e contribuição social a compensar	11	26	29.184
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	310.443	264.327
Depósitos judiciais	13	98.844	4.305
Outros ativos		18.589	30.205
Total do realizável a longo prazo		**471.223**	**546.547**
Imobilizado	14	135.246	34.556
Intangível	15	23.051	2.378
Direito de uso	16	103.930	38.024
Total do ativo não circulante		**733.450**	**621.505**
Total do ativo		**3.481.471**	**2.494.811**

Passivo	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Passivo circulante			
Fornecedores	17	830.702	408.794
Instrumentos financeiros derivativos	9	39.612	4.617
Arrendamentos a pagar	16	32.230	12.922
Obrigações tributárias	18	125.014	35.525
Imposto de renda e contribuição social a recolher		15.633	26.116
Impostos parcelados		54	–
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	19	28.162	20.971
Dividendos a pagar	22	235.756	–
Juros sobre capital próprio a pagar	22	75.922	–
Outras contas a pagar	21	100.896	78.023
Outros passivos	23	48.721	–
Mútuo a pagar	20	226.403	–
Total do passivo circulante		**1.759.105**	**586.968**
Passivo não circulante			
Arrendamentos a pagar	16	82.640	31.197
Impostos parcelados		130	–
Provisão para riscos administrativos e judiciais	13	282.741	3.005
Total do passivo não circulante		**365.511**	**34.202**
Patrimônio líquido	24		
Capital social		1.168.847	1.679.937
Adiantamento para futuro redução de capital		–	(215.080)
Lucros acumulados		–	185.699
Reserva de lucros		202.494	4.788
Ajuste de avaliação patrimonial		(14.486)	15.373
Dividendos propostos		–	202.924
Total do patrimônio líquido		**1.356.855**	**1.873.641**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**3.481.471**	**2.494.811**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações de Resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Receitas líquidas	25	3.206.217	2.536.924
Custo das vendas e dos serviços prestados	26	(1.903.299)	(1.619.934)
Lucro bruto		**1.302.918**	**916.990**
Despesas operacionais			
Despesas com vendas	27	(786.125)	(567.869)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	7	367	109
Despesas administrativas e gerais	27	(145.399)	(68.942)
Outras receitas		10.265	2
Lucro operacional		**382.026**	**280.290**
Receitas financeiras	28	159.186	134.090
Despesas financeiras	28	(104.642)	(105.812)
Receitas financeiras líquidas		**54.544**	**28.278**
Lucro antes dos impostos		**436.570**	**308.568**
Imposto de renda e contribuição social - corrente	12	(106.110)	(49.325)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	12	13.323	274.470
Lucro líquido do exercício		**343.783**	**533.713**
Lucro líquido por ação atribuível aos acionistas da Companhia			
Lucro básico por ação (média ponderada)		0,23	0,31
Lucro diluído por ação (média ponderada)		0,23	0,31

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações de Resultados Abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 *(Em milhares de Reais)*

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício	**343.783**	**533.714**
Outros resultados abrangentes		
Itens que podem ser reclassificados para o resultado		
Hedge de fluxo de caixa	(29.859)	3.793
Outros resultados abrangentes líquidos de impostos	**313.924**	**537.507**
Imposto de renda e contribuição social sobre hedge de fluxo de caixa	10.152	(1.290)
Resultado abrangente do exercício	**324.076**	**536.218**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	Capital social	Adiantamento para futura redução de capital	Reservas de lucro: Reserva legal	Reservas de lucro: Reserva de incentivos fiscais	Reservas de lucro: Reserva estatutária	Outros resultados abrangentes	Dividendos propostos	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Em 1º de janeiro de 2021		**1.807.738**	**–**	**–**	**–**	**–**	**11.580**	**–**	**(140.303)**	**1.679.015**
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	–		–	533.714	533.714
Outros resultados abrangentes - Hedge de fluxo de caixa		–	–	–	–	–	3.793	–	–	3.793
Redução de capital	24	(127.801)	–	–	–	–	–	–	–	(127.801)
Adiantamento para futura redução de capital		–	(215.080)	–	–	–	–	–	–	(215.080)
Constituição de reservas		–	–	–	4.788	–	–	–	(4.788)	–
Dividendos propostos		–	–	–	–	–	–	202.924	(202.924)	–
Saldo em 31 de dezembro de 2021		**1.679.937**	**(215.080)**	**–**	**4.788**	**–**	**15.373**	**202.924**	**185.699**	**1.873.641**
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	–	–	–	343.783	343.783
Outros resultados abrangentes - Hedge de fluxo de caixa		–	–	–	–	–	(29.859)	–	–	(29.859)
Redução de capital	24	–	215.080	–	–	–	–	–	–	215.080
Incorporação Store	3.1	(296.010)	–	–	–	–	–		356	(295.654)
Adiantamento para futura redução de capital		(215.080)	–	–	–	–	–	–	–	(215.080)
Constituição de reservas		–	–	17.189	24.263	156.254	–	–	(197.706)	–
Dividendos pagos	22	–	–	–	–	–	–	(202.924)	–	(202.924)
Distribuição de dividendos	22	–	–	–	–	–	–	–	(239.283)	(239.283)
Distribuição juros sobre capital próprio		–	–	–	–	–	–	–	(92.849)	(92.849)
Em 31 de dezembro de 2022		**1.168.847**	**–**	**17.189**	**29.051**	**156.254**	**(14.486)**	**–**	**–**	**1.356.855**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		**343.783**	**533.714**
Ajustado por:			
Depreciação e amortização imobilizado e intangível	14, 15	11.897	15.839
Amortização do direito de uso	16	12.553	9.819
Juros sobre pagamentos em atrasos	27	5	
Perda (reversão) por redução ao valor recuperável de contas a receber	7	367	109
Juros sobre atraso de impostos	28	6	106
Juros sobre mútuos	20	6.103	–
Custo residual na baixa de ativo imobilizado e intangível	14, 15	(728)	847
Baixa residual arrendamentos	16	–	363
Provisão para obsolescência do estoque	8	11.029	442
Juros sobre arrendamento mercantil	16	6.267	3.851
Constituição líquida de provisão para riscos administrativos e judiciais	13	(52.303)	(429)
Despesas com variações cambiais		–	56
Créditos tributários (IRPJ e CSLL) relativos aos indébitos tributários		–	(29.184)
Imposto de renda e contribuição social corrente	12	106.110	49.325
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	(13.323)	(274.470)
		431.766	**310.388**
Variações em:			
(Aumento) redução nos ativos			
Contas a receber	7	(292.514)	(121.175)
Estoques	8	(615.130)	(164.820)
Instrumentos financeiros derivativos	9	54.949	(9.325)
Tributos a compensar	10	112.421	61.845
Imposto de renda e contribuição social a compensar	11	–	(29.788)
Depósitos judiciais	13	(94.533)	(1.386)
Outras contas a receber		18.673	(48.943)
Aumento (redução) nos passivos			
Fornecedores	17	421.895	307.176
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	19	7.191	(603)
Instrumentos financeiros derivativos	9	34.995	–
Impostos parcelados		(45)	(10.692)
Obrigações tributárias, Imposto de renda e contribuição social a recolher	18	75.556	53.308
Outras contas a pagar	21	22.873	(1.265)
Outros passivos		21.107	–
Contingências pagas	13	(930)	–
Variação nos ativos e passivos:		**(233.492)**	**34.332**
Juros pagos sobre arrendamento	16	(6.267)	(3.851)
Imposto de renda e contribuição social pagos	12	(147.216)	(70.005)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		**44.791**	**270.864**
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Aquisições de imobilizado	14	(111.239)	(15.182)
Aquisições de intangível	15	(21.293)	(2.372)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		**(132.532)**	**(17.554)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Captação de mútuos	20	275.800	–
Mútuos pagos	20	(55.500)	–
Redução de capital		–	(127.801)
Adiantamento para futura redução de capital		–	(215.080)
Pagamento de arrendamento mercantil	16	(7.709)	(10.552)
Dividendos pagos	22	(206.451)	–
Juros sobre capital próprio pagos		(3.000)	–
Caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades de financiamento		**3.140**	**(353.433)**
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa		**(84.601)**	**(100.123)**
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro		**244.468**	**344.591**
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro		**159.867**	**244.468**
Transações que não afetaram caixa			
Derivativos		(29.859)	3.793
Imobilizado		1.454	–

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações de Valor Adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 *(Em milhares de Reais)*

	31/12/2022	31/12/2021
Receitas	**4.112.617**	**3.231.888**
Receita de vendas de mercadorias, produtos e serviços	4.100.015	3.230.546
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	367	(431)
Outras receitas	12.235	1.773
Insumos adquiridos de terceiros	**(3.094.210)**	**(2.465.609)**
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(2.405.565)	(2.026.125)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(700.605)	(432.707)
Perda de valores ativos	11.960	(6.777)
Valor adicionado bruto	**1.018.407**	**766.279**
Depreciação e amortização	(24.567)	(25.672)
Valor adicionado líquido produzido	**993.840**	**740.607**
Valor recebido em transferência	**159.186**	**133.986**
Resultado de equivalência patrimonial	–	–
Receitas financeiras	159.186	133.986
Outras receitas operacionais	–	–
Valor adicionado total a distribuir	**1.153.026**	**874.593**
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal	**141.003**	**87.386**
Remuneração direta	94.036	61.665
Benefícios	40.011	18.769
FGTS	6.956	6.952
Impostos, taxas e contribuições	**512.043**	**64.404**
Federais	258.230	(131.000)
Estaduais	251.358	193.294
Municipais	2.455	2.110
Impostos diferidos	–	–
Remuneração de capitais de terceiros	**156.197**	**189.090**
Despesas financeiras (juros)	(10.715)	5.008
Aluguéis	26.637	20.481
Outras	140.275	163.601
Remuneração de capital próprio	**343.783**	**533.713**
Lucros retidos (prejuízos acumulados)	343.783	533.713

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(Em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Fisia Comércio de Produtos Esportivos S.A. ("Fisia" ou "Companhia") é uma sociedade anônima domiciliada no Brasil com sede no Estado e Cidade de São Paulo. Em 01 de dezembro de 2022, a Companhia decidiu a transformação do tipo jurídico de uma sociedade empresarial limitada para uma sociedade por ações de capital fechado, passando a operar sob a nova denominação Fisia Comércio de Produtos Esportivos S.A. A Companhia tem como objeto social e atividade preponderante, o comércio, a distribuição e a importação de qualquer tipo de calçado, vestuário, malas, acessórios e equipamentos esportivos, bem como qualquer outro item de moda esportiva ou informal, todos da marca "Nike". Os produtos comercializados pela Fisia são adquiridos majoritariamente de empresas localizadas no exterior, as quais possuem contratos com a Nike Inc. Consequentemente, os saldos das rubricas de estoques, custo dos produtos vendidos e fornecedores estrangeiros são impactados diretamente pela política de preços da empresa estrangeira, bem como pelos efeitos decorrentes das variações na cotação do dólar dos Estados Unidos da América, principal moeda de referência nessas transações de compras. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 01 de março de 2023.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1 Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC): As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)). As demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. **2.2 Base de preparação e apresentação:** As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas com base no custo histórico, com exceção aos seguintes itens: - instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo; - instrumentos financeiros não derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4. **(a) Demonstração do valor adicionado:** A Companhia elaborou a DVA de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis. **2.3 Principais políticas contábeis:** As políticas contábeis significativas e relevantes para a compreensão da base de reconhecimento e mensuração aplicadas na preparação das demonstrações financeiras da Companhia, foram incluídas nas respectivas notas explicativas a que se referem. As políticas contábeis adotadas na preparação das demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 são consistentes com as utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021. A Companhia não adotou antecipadamente qualquer pronunciamento ou interpretação que tenha sido emitido, cuja aplicação não é obrigatória. **2.4 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações:** As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2022: • Alteração ao IAS 16/CPC 27 "Ativo Imobilizado": a alteração proíbe uma entidade de deduzir do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo preparado para seu uso pretendido. Tais receitas e custos relacionados devem ser reconhecidos no resultado do exercício. • Alteração ao IAS 37/CPC25 "Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes": esclarece que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele. • Alteração ao IFRS 3/CPC 15 "Combinação de Negócios": substituí as referências da versão antiga da estrutura conceitual pela mais recente emitida em 2018. • Aprimoramentos anuais - ciclo 2018-2020: (i) IFRS 9/CPC 48 - "Instrumentos Financeiros" - esclarece quais taxas devem ser incluídas no teste de 10% para análise de baixa de passivos financeiros. (ii) IFRS 16/CPC 06 - "Arrendamentos" - alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado. (iii) IFRS 1/CPC 37 "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros" - simplifica a aplicação da referida norma por uma subsidiária que adote o IFRS pela primeira vez após a sua controladora, em relação à mensuração do montante acumulado de variações cambiais. As alterações mencionadas acima não tiveram impactos materiais para a Companhia. **2.5 Alterações de normas novas que ainda não estão em vigor:** As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2022. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC). **a) Alteração ao IAS 1 "Apresentação das Demonstrações Contábeis:** de acordo com o IAS 1 - "Presentation of financial statements", para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações financeiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço patrimonial. Em janeiro de 2020, o IASB emitiu a alteração ao IAS 1 "Classification of liabilities as current or non-current", cuja data de aplicação era para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, que determinava que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: covenants), mesmo que a mensuração contratual do covenant somente fosse requerida após a data do balanço em até doze meses. Subsequentemente, em outubro de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contém cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob covenants somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente covenants com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data. A alteração de 2022 introduz requisitos adicionais de divulgação que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreender o risco do passivo ser liquidado em até doze meses após a data do balanço. A alteração de 2022 mudou a data de aplicação da alteração de 2020. Desta forma, ambas as alterações se aplicam para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2024. **b) Alteração ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2 - Divulgação de políticas contábeis:** em fevereiro de 2021 o IASB emitiu nova alteração ao IAS 1 sobre divulgação de políticas contábeis "materiais" ao invés de políticas contábeis "significativas". As alterações definem o que é "informação de política contábil material" e explicam como identificá-las. Também esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. Para apoiar esta alteração, o IASB também alterou a "IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements" para fornecer orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023. **c) Alteração ao IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro:** a alteração emitida em fevereiro de 2021 esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023. **d) Alteração ao IAS 12 - Tributos sobre o Lucro:** a alteração emitida em maio de 2021 requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exigirá o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023. Não se espera que essas alterações tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia. **2.6 Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua (a "moeda funcional"). Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2.7 Transações em moeda estrangeira:** Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da reconversão são reconhecidas no resultado. Adicionalmente, as alterações no valor justo dos títulos monetários em moeda estrangeira, classificados como ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, são separadas entre as variações cambiais relacionadas com o custo amortizado do título e as outras variações no valor contábil do título. As variações cambiais do custo amortizado são reconhecidas no resultado, e as demais variações no valor contábil do título são reconhecidas no patrimônio.

3. PRINCIPAIS EVENTOS OCORRIDOS DURANTE O EXERCÍCIO DE 2022

3.1 Incorporação Store Engenharia e Instalações Ltda.: Em 23 de setembro de 2022, a Companhia concluiu nos termos do protocolo a incorporação da Store Engenharia e Instalações Ltda. A incorporação foi avaliada a valor contábil na data-base de 30 de agosto de 2022, com o acervo líquido demonstrado abaixo:

	30/09/2022 Store
Ativo	
Caixa e equivalentes de caixa	66
Contas a receber	148
Tributos a compensar	45
Outras contas a receber	3.080
Imposto de renda e contribuição social diferidos	63.394
Depósitos judiciais	6
Total ativo	**66.739**
Passivo	
Fornecedores	8
Impostos parcelados	229
Partes Relacionadas - outras contas a pagar	29.543
Provisões para riscos administrativos e judiciais	332.969
Total passivo	**362.749**
Total líquido do acervo líquido	**(296.010)**

O acervo líquido por conta dos efeitos da incorporação foi integralizado como uma redução de capital na Fisia no valor de R$ 296.010. **3.2 Mudança controlador Fisia:** Em 01 de dezembro de 2022 foi concluida a transação de mudança de controle da Fisia, que era controlada direta da Grupo SBF e passou a ser controlada pela SBF Comércio. A transação foi efetivada por meio de cessão da totalidade das quotas da Fisia registradas no Grupo SBF para a SBF Comércio, mensurada a valor contábil e sua conclusão não gerou qualquer tipo de ônus para o Grupo SBF. A transferência do controle foi mensurada com base no balanço patrimonial da Fisia levantado em 30 de novembro de 2022. **3.3 Migrações sistêmicas finalizadas:** Durante o exercício de 2022 a Companhia realizou migrações tecnológicas importantes, com o objetivo de continuar caminhando para uma arquitetura de software em nuvem e alinhada com as práticas mais atualizadas e modernas de gestão financeira. A primeira migração sistêmica, finalizada em agosto, foi do ERP da Fisia, que até então utilizava o ERP Global da Nike Inc. e migrou para o mesmo ambiente sistêmico em cloud do Grupo SBF. Para a Fisia, as grandes vantagens dessa migração foram o fim do pagamento à Nike Inc. dos custos do sistemas deles (pagamentos baseados no TSA, Transition Services Agreement) e a liberdade de adaptar o sistema a nosso modo de operar, antes o sistema era parametrizado e mantido pela própria Nike Inc. Por fim, em agosto, concluímos a migração da plataforma online da Fisia, que estava terceirizada com um parceiro, para nossa plataforma proprietária.

4. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir. **a) Perda (impairment) de ativos financeiros:** As provisões para perdas com ativos financeiros são baseadas em premissas sobre o risco de inadimplência e nas taxas de perdas esperadas. A Companhia aplica julgamento para estabelecer essas premissas e para selecionar os dados para o cálculo do impairment, com base no histórico da Comapanhia, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras ao final de cada exercício. Os seguintes ativos financeiros mantidos pelo Grupo estão sujeitos ao modelo de perdas de crédito esperadas: • Contas a receber de clientes atacado (Nota 7); • Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; • Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Embora o caixa e equivalentes de caixa também estejam sujeitos às exigências de impairment do IFRS 9/CPC 48, a perda por impairment identificada nesses ativos foi imaterial. **b) Imposto de renda e contribuição social diferidos:** Os ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos incluem um saldo de R$ 310.443 relacionado a prejuízos fiscais e diferenças temporárias gerados pela Companhia. A Companhia entende que o ativo fiscal diferido é recuperável considerando as projeções de lucro tributável futuro estimado com base nos planos de negócios aprovados. **c) Tratamentos fiscais incertos e contingências relacionadas:** A Companhia mantém certas discussões administrativas e judiciais com as autoridades fiscais no Brasil. Os valores mais expressivos envolvem a cobrança de ICMS pelo fato da autoridade fiscal do Estado de São Paulo não ter reconhecido o trânsito de algumas mercadorias, somados a multa majorada e juros, os quais são hoje discutidos na esfera administrativa. A determinação final é incerta e depende de fatores não controlados pela Companhia, como mudanças na jurisprudência e alterações nas leis e regulamentos tributários. **d) Taxa incremental sobre o empréstimo do arrendamento:** A Companhia não tem condições de determinar a taxa implícita de desconto a ser aplicada a seus contratos de arrendamento. Portanto, a taxa incremental sobre o empréstimo do arrendatário é utilizada para o cálculo do valor presente dos passivos de arrendamento no registro inicial do contrato. A taxa incremental sobre empréstimo do arrendatário é a taxa de juros que o arrendatário teria que pagar ao tomar recursos emprestados para a aquisição de ativo semelhante ao ativo objeto do contrato de arrendamento, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. A obtenção desta taxa envolve um elevado grau de julgamento, e deve ser função do risco de crédito do arrendatário, do prazo do contrato de arrendamento, da natureza e qualidade das garantias oferecidas e do ambiente econômico em que a transação ocorre. O processo de apuração da taxa utiliza preferencialmente informações prontamente observáveis, a partir das quais deve proceder aos ajustes necessários para se chegar à sua taxa incremental de empréstimo. **e) Julgamentos críticos:** As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: **Determinação do prazo do arrendamento:** Ao determinar o prazo do arrendamento, a administração considera todos os fatos e circunstâncias que criam um incentivo econômico para o exercício de uma opção de prorrogação ou para o não exercício da opção de rescisão. As opções de prorrogação (ou períodos após as opções de rescisão) são incluídas no prazo do arrendamento somente quando há certeza razoável de que o arrendamento será prorrogado (ou que não será rescindido). Para arrendamentos de centros de distribuição e lojas, os fatores a seguir normalmente são os mais relevantes: • Se a rescisão (ou não prorrogação) incorrer em multas significativas, é razoavelmente certo de que a Companhia irá efetuar a prorrogação (ou não irá efetuar a rescisão). • Se houver benfeitorias em imóveis de terceiros com saldo residual significativo, é razoavelmente certo de que a Companhia irá prorrogar (ou não rescindir) o arrendamento.

5. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

5.1 Política contábil: 5.1.1 Ativos financeiros: Reconhecimento inicial e mensuração: No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é mensurado ao valor justo, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão do ativo ou passivo financeiro. Subsequente, os ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") ou pelo valor justo por meio do resultado ("VJR"). A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócio da Companhia para a gestão destes ativos financeiros. O modelo de negócios da Companhia para gerenciar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão do recebimento de fluxos de caixa contratuais, da venda de ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são ativos financeiros "não derivativos" mantidos dentro de um modelo de negócios com o objetivo de manter ativos financeiros a fim de receber fluxos de caixa contratuais, enquanto os ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são mantidos dentro de um modelo de negócios com o objetivo de manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais e vendê-los. **Mensuração subsequente:** ***Ativos financeiros ao custo amortizado:*** Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos à análise de redução ao valor recuperável. Ganhos ou perdas são reconhecidos na demonstração do resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros da Companhia classificados como custo amortizado, incluem os saldos do contas a receber e de outros ativos circulantes e não circulantes. ***Valor justo por meio de outros resultados abrangentes:*** os ativos que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais e para venda dos ativos financeiros quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Mudanças no valor contábil são registradas em outros resultados abrangentes, exceto pelo reconhecimento dos ganhos ou perdas por impairment, receita com juros e ganhos e perdas cambiais, os quais são reconhecidos na demonstração do resultado. Quando o ativo financeiro é baixado, os ganhos ou perdas cumulativos que haviam sido reconhecidos em outros resultados abrangentes são reclassificados do patrimônio líquido para o resultado e reconhecidos em outros ganhos/(perdas). As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. ***Valor justo por meio do resultado:*** Os ativos que não atendem os critérios de classificação de custo amortizado ou de valor justo por meio de outros resultados abrangentes são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Eventuais ganhos ou perdas em um investimento em título de dívida que seja subsequentemente mensurado ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos no resultado e apresentados líquidos em outros ganhos/(perdas), no período em que ocorrerem. **Desreconhecimento (baixa) de instrumentos financeiros:** Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram, a Companhia transferiu os seus direitos ou riscos de receber os fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (i) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (ii) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo. Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ela avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando a Companhia não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflete os direitos e as obrigações que a Companhia manteve. Com relação aos clientes individuais, a Companhia adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 180 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. Com relação aos clientes corporativos, a Companhia faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado, dado a irrelevância das baixas efetuadas. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos. **Redução ao valor recuperável (Impairment) de ativos financeiros:** A Companhia apura as provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica, da Companhia na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*). A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou razoavelmente se este estiver com mais de 30 dias de atraso. A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma) ou o ativo financeiro estiver vencido há mais de 60 dias. A Companhia considera que um título de dívida tem um risco de crédito baixo quando a sua classificação de risco de crédito é equivalente à definição globalmente aceita de "grau de investimento". A Companhia considera que este seja baixo ou superior pela agência de rating de crédito Fitch Ratings. As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro. As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses). O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito. ***Ativos financeiros com problemas de recuperação:*** A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado

continua →

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001. A autenticidade pode ser conferida ao lado

ICP Brasil

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 03/03/2023

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal O Dia SP. Acesse também através do link: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

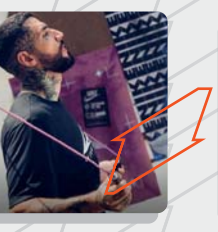
Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 9FAC-0379-506A-6077.

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 9FAC-0379-506A-6077.

FISIA | DISTRIBUIDORA OFICIAL NO BRASIL

FISIA COMÉRCIO DE PRODUTOS ESPORTIVOS S.A.

CNPJ 59.546.515/0001-34



Demonstrações Financeiras 2022

→★ continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(Em milhares de Reais)

e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: - dificuldades financeiras significativas do devedor; - quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 60 dias; - reestruturação de um valor devido à Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais; - a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou - o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras. As provisões para perdas com contas a receber de clientes de varejo (venda para consumidor final) foram avaliadas, porém não constituídas. Esta conclusão leva em consideração que a carteira de recebíveis da Companhia referente às administradoras de cartão de crédito possui baixo risco de crédito, considerando o histórico do relacionamento de tais administradoras com a Companhia (não há histórico de perdas) e rating de crédito das administradoras avaliado pelo mercado. **5.1.2 Passivos financeiros: Reconhecimento inicial e mensuração:** Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, e, no caso de empréstimos, financiamentos e debêntures, líquidos dos custos de transação diretamente atribuíveis. Os passivos financeiros da Companhia incluem instrumentos financeiros derivativos (Nota 9), fornecedores (Nota 17), passivo de arrendamento (Nota 16), e dividendos a pagar (Nota 22). **Mensuração subsequente:** Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias: (i) passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado; ou (ii) passivos financeiros ao custo amortizado. ***Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado:*** Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. ***Passivos financeiros ao custo amortizado:*** Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. **Desreconhecimento:** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **Compensação de instrumentos financeiros:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **5.1.3 Instrumentos financeiros derivativos:** A Companhia mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira. Derivativos embutidos são separados de seus contratos principais e registrados separadamente caso o contrato principal não seja um ativo financeiro e certos critérios sejam atingidos. Os derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são normalmente registradas no resultado. A Companhia designa certos derivativos como instrumentos de *hedge* para proteção da variabilidade dos fluxos de caixa associada a transações previstas altamente prováveis, resultantes de mudanças nas taxas de câmbio. No início das relações de *hedge* designadas, a Companhia documenta o objetivo do gerenciamento de risco e a estratégia de aquisição do instrumento de *hedge*. A Companhia também documenta a relação econômica entre o instrumento de *hedge* e o item objeto de *hedge*, incluindo se há a expectativa de que mudanças nos fluxos de caixa do item objeto de *hedge* e do instrumento de *hedge* compensem-se mutuamente. ***Hedges de fluxo de caixa:*** Quando um derivativo é designado como um instrumento de *hedge* de fluxo de caixa, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes e apresentada na conta de reserva de *hedge*. A porção efetiva das mudanças no valor justo do derivativo reconhecido em outros resultados abrangentes limita-se à mudança cumulativa no valor justo do item objeto de *hedge*, determinada com base no valor presente, desde o início do *hedge*. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado. A Companhia designa apenas as variações no valor justo do elemento spot dos contratos de câmbio a termo como instrumento de *hedge* nas relações de *hedge* de fluxo de caixa. A mudança no valor justo do elemento futuro de contratos a termo de câmbio (forward points) é contabilizada separadamente como custo de *hedge* e reconhecida em uma reserva de custos de *hedge* no patrimônio líquido. Quando a transação objeto de *hedge* prevista resulta no reconhecimento subsequente de um item não financeiro, tal como estoques, o valor acumulado na reserva de *hedge* e o custo da reserva de *hedge* são incluídos diretamente no custo inicial do item não financeiro quando ele é reconhecido. Com relação às outras transações objeto de *hedge*, o valor acumulado no mesmo período na reserva de *hedge* e o custo da reserva de *hedge* são reclassificados para o resultado no mesmo período ou em períodos em que os fluxos de caixa futuros esperados que são objeto de *hedge* afetarem o resultado. Caso o *hedge* deixe de atender aos critérios de contabilização de *hedge*, ou o instrumento de *hedge* expire ou seja vendido, encerrado ou exercido, a contabilidade de *hedge* é descontinuada prospectivamente. Quando a contabilização dos *hedge*s de fluxo de caixa for descontinuada, o valor que foi acumulado na reserva de *hedge* permanece no patrimônio líquido até que, para um instrumento de *hedge* de uma transação que resulte no reconhecimento de um item não financeiro, ele for incluído no custo do item não financeiro no momento do reconhecimento inicial ou, para outros *hedge*s de fluxo de caixa, seja reclassificado para o resultado no mesmo período ou períodos à medida que os fluxos de caixa futuros esperados que são objeto de *hedge* afetarem o resultado. Caso os fluxos de caixa futuros que são objeto de *hedge* não sejam mais esperados, os valores que foram acumulados na reserva de *hedge* e o custo da reserva de *hedge* são imediatamente reclassificados para o resultado. **5.2 Gestão de risco financeiro: 5.2.1 Fatores de risco financeiro:** Os principais fatores de risco a que a Companhia está exposta refletem aspectos estratégico operacionais e econômico financeiros. Os riscos estratégico operacionais (tais como, entre outros, comportamento de demanda, concorrência e mudanças relevantes na estrutura do mercado) são endereçados pelo modelo de gestão da Companhia. Os riscos econômicos financeiros refletem, principalmente, o comportamento de variáveis macroeconômicas, como taxas de câmbio e de juros, bem como as características dos instrumentos financeiros utilizados. Esses riscos são administrados por meio de acompanhamento da alta administração que atua ativamente na gestão operacional. O quadro a seguir sumaria a natureza e a extensão dos riscos decorrentes de instrumentos financeiros e como o Grupo administra sua exposição:

Risco	Exposição	Metodologia utilizada para mensuração do impacto	Gestão
Risco de mercado - câmbio	Operações comerciais futuras Ativos e passivos financeiros em moeda estrangeira	Previsão de fluxos de caixa Análise de sensibilidade	Contratos futuros a termo
Risco de mercado - taxa de juros	Empréstimos de longo prazo com taxas variáveis	Análise de sensibilidade	*Swaps* de taxa de juros
Risco de mercado - volatilidade no preço das ações	Investimentos em valores mobiliários	Análise de sensibilidade	Diversificação da carteira
Risco de crédito	Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, instrumentos financeiros derivativos, investimentos em instrumentos de dívida e ativos de contratos	Análise de vencimento Avaliação de crédito	Diversificação das instituições financeiras Monitoramento dos limites de crédito/ *ratings.* Orientações de investimento em instrumentos de dívida
Risco de liquidez	Empréstimos e outros passivos	Previsões de fluxo de caixa	Linhas de crédito disponíveis

a) Riscos de mercado: Riscos de mercado refletem os riscos de que o valor justo ou fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue como resultado de mudanças em preços de mercado, incluindo risco cambial, risco de taxa de juros e outros riscos de preço. Nesse sentido, a Companhia está exposta a riscos de mercado decorrentes das atividades de seus negócios, envolvendo principalmente a possibilidade de flutuações na taxa de câmbio e mudanças nas taxas de juros. Para proteger as atuais posições do balanço patrimonial da Companhia dos riscos de mercado, os seguintes instrumentos financeiros derivativos são utilizados e compostos pelos saldos apresentados abaixo, em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

	31/12/2022	31/12/2021
Derivativos operacionais	(35.443)	24.642

b) Risco cambial: Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia preponderantemente decorrente de operações de compra de produtos importados no mercado externo. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, não havia nenhum empréstimo em moeda estrangeira destinado à importação em aberto. A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos que foram classificados como *hedge* de fluxo de caixa aplicando-se a contabilização de *hedge*, conforme CPC 48 - Instrumentos financeiros. O *hedge* de fluxo de caixa consiste em fornecer proteção contra a variação nos fluxos de caixa atribuíveis a um risco particular associado a um ativo ou passivo reconhecido ou a uma transação prevista altamente provável e que possa afetar o resultado. A parcela efetiva das variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como *hedge* de fluxo de caixa é registrada como componente de "outros resultados abrangentes". Em 31 de dezembro de 2022, foi apurado saldo a ser registrado em outros resultados abrangentes no valor de R$ 29.859. O ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva, quando apurado, é imediatamente reconhecido no resultado. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 não foram apurados ganhos ou perdas decorrentes de parcela não efetiva. Os valores acumulados em "outros resultados abrangentes" são realizados na demonstração do resultado nos períodos em que o item protegido por *hedge* afetar o resultado (por exemplo, quando ocorrer a liquidação do item objeto de *hedge*).

Instrumento de *hedge*				Objeto de *hedge*	
Vencimentos	Moeda	Nocional	Valor justo	Operação	Vencimentos estimados
De 10/01/2023 a 27/10/2023	USD	(1.664.665)	(35.443)	Pedido de Importações de mercadorias	De 10/01/2023 a 27/10/2023
Total		(1.664.665)	(35.443)		

Valor justo: No quadro abaixo apresentamos a abertura dos derivativos em aberto da Companhia em 31 de dezembro de 2022, sendo que todos possuem a finalidade de proteção cambial para compra de mercadorias:

Derivativo	Valor nocional	Posição comprada ou vendida	Valor Justo	Prazo	Contraparte
Hedge	(325.155)	Comprado	(8.452)	27/10/2023	ABC
Hedge	(361.087)	Comprado	3.874	27/10/2023	Bradesco
Hedge	(140.302)	Comprado	(629)	27/10/2023	BTG
Hedge	(187.434)	Comprado	(6.951)	27/10/2023	HSBC Brasil
Hedge	(383.243)	Comprado	(3.750)	27/10/2023	Itaú
Hedge	(122.631)	Comprado	(5.660)	27/10/2023	Safra
Hedge	(119.588)	Comprado	(2.059)	27/10/2023	Santander
Hedge	(310.604)	Comprado	(14.819)	27/10/2023	Votorantim
Hedge	5.929	Vendido	26	27/10/2023	ABC
Hedge	14.016	Vendido	(34)	27/10/2023	Bradesco
Hedge	128.332	Vendido	958	27/10/2023	BTG
Hedge	112.390	Vendido	1.464	27/10/2023	Itaú
Hedge	44.712	Vendido	589	27/10/2023	Votorantim
Total	(1.644.665)		(35.443)		

c) Risco de taxas de juros: Decorrem da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A principal fonte desse risco são os empréstimos e financiamentos, em sua maioria pós-fixados, tomados pela Companhia. Nas demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia corresponde a:

	31/12/2022	31/12/2021
Aplicações financeiras	130.597	183.523
Total	**130.597**	**183.523**

Análise de sensibilidade: O risco da Companhia decorre das operações com aplicações financeiras atreladas ao CDI. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia efetuou testes de sensibilidade para os cenários adversos e favoráveis dos juros (CDI). Para a análise de sensibilidade, a Companhia utilizou o CDI previsto no relatório FOCUS (13,75% anual). Os cenários consideram variações de 25% e de 50% respectivamente do CDI.

			Aumento dos juros		Redução dos juros	
	31/12/2022	Provável	Possível (+) 25%	Remoto (+) 50%	Possível (–) -25%	Remoto (–) -50%
Aplicações financeiras	130.597	10.670	13.338	16.005	8.003	5.335

d) Risco de crédito: Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso, um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis originados em sua grande maioria por clientes do varejo e por aplicações financeiras. O risco de crédito da Companhia são as adquirentes de cartão de crédito, e clientes do atacado, sendo as administradoras responsáveis por 77,5% dos recebíveis no balanço da Companhia, enquanto os recebíveis de atacado, são responsáveis por 22,5%. Todas as vendas da Companhia nas lojas ou no e-commerce são efetuadas por meio de cartão de créditos ou pagamento a vista, via boleto bancário, dinheiro ou cartão de débito, e as do atacado são todas via boleto registrado. A Companhia registra provisão para perda do valor recuperável de ativos financeiros somente para o atacado, por entender que a carteira de recebíveis referente às administradoras de cartão de crédito contém baixo risco de crédito dessas contrapartes considerando o histórico do relacionamento com a Companhia (não há risco de perda) e *rating* de crédito avaliado pelo mercado. Historicamente, a Companhia não tem apresentado perdas na realização do contas a receber. A tabela que fornece informações sobre a exposição ao risco de crédito e perdas de crédito esperadas de contas a receber de 31 de dezembro de 2022 e 2021 é demonstrada na Nota 7. Para as vendas que não passam pelas adquirentes, é realizada uma análise de crédito de cada cliente e a aprovação é feita caso a caso, com alçadas diferentes de acordo com o valor financeiro da venda. No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza investimentos em instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de *rating* ou em outras instituições que exijam investimentos como garantia para linhas de crédito. Os valores contábeis dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	31/12/2022	31/12/2021
Aplicações financeiras	130.597	183.523
Contas a receber	933.117	640.822
Instrumentos financeiros derivativos	4.169	29.259
Total	**1.067.883**	**853.604**

Devido à característica de seu negócio, a Companhia não possui níveis diferenciados de risco de crédito por região, perfil de cliente, pois a concentração de recebíveis é por meio de cartões de crédito. ***Avaliação da perda esperada de crédito para clientes individual:*** A Companhia utiliza uma matriz de provisões para a mensuração da perda de crédito esperada com contas a receber de clientes individuais, o que compreende um grande número de pequenos saldos. As taxas de perda são calculadas por meio do uso do método de 'rolagem' com base na probabilidade de um valor a receber avançar por estágios sucessivos de inadimplência até a baixa completa. As taxas de rolagem são calculadas separadamente para exposições em diferentes segmentos com base nas seguintes características de risco de crédito comuns: região geográfica, tempo de relacionamento com o cliente e tipo de produto adquirido. As taxas de perda são baseadas na experiência real de perda de crédito verificada em exercícios anteriores. Essas taxas foram multiplicadas por fatores de escala para refletir as diferenças entre as condições econômicas durante o período em que os dados históricos foram coletados, às condições atuais e a visão da Companhia sobre as condições econômicas ao longo da vida esperada dos recebíveis (Nota 7). **e) Risco de liquidez:** Risco de liquidez é o risco em que a Companhia possa eventualmente encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista. A abordagem da Companhia no gerenciamento do risco de liquidez é de garantir, o pagamento de suas obrigações, motivo pelo qual tem por objetivo manter disponibilidade em caixa para cumprimento de suas obrigações de curto prazo, fazendo o possível para que sempre haja liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações vincendas, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. A Companhia mantém contratos de antecipações de recebíveis que são acionados caso seja necessário. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia não tinha saldo de antecipação de recebíveis a amortizar junto às administradoras de cartão de crédito, por não ter necessidade de caixa imediata. A Companhia monitora também o nível esperado de entradas de caixa proveniente do contas a receber de clientes e outros recebíveis em conjunto com as saídas esperadas de caixa relacionadas a fornecedores e outras contas a pagar. Em 31 de dezembro de 2022, os fluxos de caixa esperados provenientes das contas a receber de clientes e outros recebíveis com vencimento dentro de dois meses era de R$ 473.899 (R$ 520.783 em dezembro de 2021).

	31/12/2022	31/12/2021
Obrigações a curto prazo	(1.723.662)	(789.893)
Caixas e equivalentes	159.867	244.468
Derivativos	(35.443)	24.642
Total	**(1.599.238)**	**(520.783)**
Patrimônio líquido	1.356.855	1.873.641
Índice de endividamento líquido	**118%**	**28%**

As obrigações de curto prazo representam o total do passivo circulante, líquidos dos derivativos. ***Exposição ao risco de liquidez:*** A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data das demonstrações financeiras. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamentos de juros contratuais e excluem o impacto dos acordos de compensação. A Companhia acredita que não terá problemas em honrar os vencimentos de curto prazo. Praticamente todos os recebíveis podem ser antecipados no momento de sua venda. Assim, todas as vendas, mesmo as parceladas, tem potencial de serem recebidas a vista por meio de venda da carteira de recebíveis. Os pagamentos a fornecedores, por sua vez, têm vencimentos que chegam a 150 dias após o recebimento em nosso centro de distribuição e, historicamente, temos conseguido aumentar esses prazos devido a nossa relevância para os fornecedores. Assim, a Companhia utiliza os recursos das vendas do exercício para quitar as compras feitas no período anterior, garantindo assim equilíbrio financeiro para quitar os vencimentos de curto prazo.

		Passivos financeiros não derivativos					
31 de dezembro de 2022	Valor contábil	Fluxos de caixa contratuais	2 meses ou menos	02 a 12 meses	1 a 2 anos	2 a 5 anos	Mais que 5 anos
Fornecedores	830.702	830.702	564.992	265.710	–	–	–
Arrendamentos a pagar	114.870	183.754	3.460	18.573	45.468	42.254	73.999
Outras contas a pagar	100.896	100.896	100.986	–	–	–	–
Instrumentos financeiros derivativos	39.612	39.612	–	39.612	–	–	–
Total	**1.086.080**	**1.154.964**	**669.348**	**323.895**	**45.468**	**42.254**	**73.999**

		Passivos financeiros não derivativos					
31 de dezembro de 2021	Valor contábil	Fluxos de caixa contratuais	2 meses ou menos	02 a 12 meses	1 a 2 anos	2 a 5 anos	Mais que 5 anos
Fornecedores	408.794	408.794	258.166	150.628	–	–	–
Arrendamentos a pagar	44.119	49.185	2.265	9.713	18.665	14.800	3.742
Outras contas a pagar	78.023	78.023	78.023	–	–	–	–
Instrumentos financeiros derivativos	4.617	4.617	–	4.617	–	–	–
Total	**535.553**	**540.619**	**338.454**	**164.958**	**18.665**	**14.800**	**3.742**

Os fluxos de entradas/saídas, divulgados na tabela acima, representam os fluxos de caixa contratuais não descontados relacionados aos passivos financeiros que normalmente não são encerrados antes do vencimento contratual. A divulgação apresenta os montantes dos fluxos de caixa líquidos para derivativos que são liquidados em caixa com base em sua exposição líquida e fluxos de caixa bruto de entradas e saídas para os derivativos que têm liquidação simultânea bruta. **5.2.2 Estimativa do valor justo:** Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*) no caso de contas a receber, estejam próximos de seus valores justos. A tabela abaixo classifica os ativos e passivos contabilizados ao valor justo de acordo com o método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como segue: • **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos. • **Nível 2** - *Inputs*, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). • **Nível 3** - *Inputs*, para ativos ou passivos, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis). ***Valor justo versus valor contábil:*** Para todas as operações a administração considera que o valor justo se equipara ao valor contábil, uma vez que para essas operações o valor contábil reflete o valor de liquidação naquela data. Os empréstimos e financiamentos são mantidos atualizados monetariamente com base em taxas de juros contratadas de acordo com as condições iguais de mercado e, portanto, os saldos a pagar nas datas dos balanços aproximam-se substancialmente dos valores de mercado, mesmo aqueles classificados como não circulantes, considerando-se a modalidade dos correspondentes financiamentos. A Companhia possui aplicações financeiras em títulos de renda fixa de curto prazo que são realizadas em instituições financeiras tradicionais e são consideradas de baixo risco. A tabela abaixo demonstra em resumo os ativos e passivos financeiros mensurados a valor justo no balanço patrimonial da Companhia, incluindo seus níveis na hierárquia do valor justo entre 31 de dezembro de 2022 e 2021:

	Hierarquia de	31/12/2022		
Ativos	valor justo	Valor Contábil	VJR	Custo amortizado
Caixas e bancos (Nota 6)	Nível 2	29.270	–	29.270
Aplicações financeiras (Nota 6)	Nível 2	130.597	130.597	–
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 9)	Nível 2	4.169	4.169	–
Contas a receber (Nota 7)	Nível 2	933.117	–	933.117
Total		**1.097.153**	**134.766**	**962.387**
Passivos				
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 9)	Nível 2	39.612	39.612	–
Arrendamentos (Nota 16)	Nível 2	32.230	–	32.230
Fornecedores (Nota 17)	Nível 2	830.702	–	830.702
Outras contas a pagar (Nota 21)	Nível 2	100.896	–	100.896
Total		**1.003.440**	**39.612**	**963.828**

	Hierarquia de	31/12/2021		
Ativos	valor justo	Valor Contábil	VJR	Custo amortizado
Caixas e bancos (Nota 6)	Nível 2	60.945	–	60.945
Aplicações financeiras (Nota 6)	Nível 2	183.523	183.523	–
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 9)	Nível 2	29.259	29.259	–
Contas a receber (Nota 7)	Nível 2	640.822	–	640.822
Total		**914.549**	**212.782**	**701.767**
Passivos				
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 9)	Nível 2	4.617	4.617	–
Arrendamentos (Nota 16)	Nível 2	–	–	–
Fornecedores (Nota 17)	Nível 2	408.794	–	408.794
Outras contas a pagar (Nota 21)	Nível 2	78.023	–	78.023
Total		**491.434**	**4.617**	**486.817**

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

6.1 Política contábil: Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo. As aplicações financeiras de curto prazo que são prontamente conversíveis e estão sujeitas a risco insignificante de mudança de valor são representadas por Certificados de Depósito Bancário - CDBs remunerados por taxas que variam aproximadamente em 50% para aplicações diárias (71,10% em aplicações diárias em 31 de dezembro 2021) da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

6.2 Composição:	31/12/2022	31/12/2021
Caixa	1.466	–
Bancos	27.804	60.945
Aplicações financeiras	130.597	183.523
Total	**159.867**	**244.468**

7. CONTAS A RECEBER

7.1 Política contábil: As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A Companhia mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de arrecadar fluxos de caixa contratuais e, portanto, essas contas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, deduzidas das provisões para perdas. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. **7.2 Composição:** As movimentações na provisão para perda esperada são constituídas com base na perda de crédito esperada das vendas ao atacado:

	31/12/2022	31/12/2021
Administradora de cartão de crédito	577.892	348.092
Duplicatas a receber	137.143	137.962
Subtotal	**715.035**	**486.054**
Contas a receber - partes relacionadas (nota 20)	219.352	157.140
Provisão para perda esperada do contas a receber	(1.270)	(2.372)
Total	**933.117**	**640.822**

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	(2.372)	(2.481)
Constituição	367	109
Reversão	29	–
Perda efetiva	706	–
Saldo Final	**(1.270)**	**(2.372)**

O saldo da rubrica "contas a receber" está distribuído entre as administradoras de cartões de crédito e vendas no atacado. A totalidade do saldo a receber de clientes é denominada em reais. Em 31 de dezembro de 2022, 81,65% do recebíveis da Companhia é decorrente de operações com cartão de crédito que corresponde ao montante de R$ 610.147 (R$ 348.092 em 31 de dezembro de 2021). A provisão para perda esperada em 31 de dezembro de 2022 está demonstrada abaixo:

	Saldo contábil bruto 31/12/2022	(%)Taxa média de perda estimada	Provisão para perda esperada	Com problemas de recuperação
Reserva específica	946	100,00%	946	Sim
Recebíveis de atacado	136.197	0,31%	324	Não
Recebíveis de varejo	577.892	0,00%	–	Não
Total	**715.035**		**1.270**	

A seguir apresentamos o *aging list:*

Aging	31/12/2022	31/12/2021
Vencidos acima de 120 dias	992	31
Vencidos acima de 90 dias	1.228	809
Vencidos até 90 dias	462	849
Vencidos até 60 dias	6.134	415
Vencidos até 30 dias	7.013	229
A vencer até 30 dias	331.981	114.282
A vencer de 31 a 60 dias	141.918	73.406
A vencer de 61 a 90 dias	71.674	136.721
A vencer de 91 a 120 dias	42.928	67.298
A vencer de 121 a 180 dias	58.365	52.828
A vencer acima de 181 dias	52.340	39.186
Total	**715.035**	**486.054**

8. ESTOQUES

8.1 Política contábil: Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderada móvel. Os custos dos estoques incluem tributos não recuperáveis, bem como os demais gastos incorridos na aquisição de estoques, adquiridos no mercado nacional ou no exterior. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados necessários para efetuar a venda. Os custos dos estoques incluem a transferência do patrimônio de quaisquer ganhos/perdas de *hedge* de fluxo de caixa qualificados das compras de mercadoria para revenda. A provisão para perdas nos estoques e produtos obsoletos da Companhia é constituída por meio do histórico de perdas reais no nível de loja, grupo e categoria de produtos e tempo de vida das coleções, projetada sobre a sua receita futura considerando o melhor julgamento da Administração. Se o potencial de perda não seja mais provável, a provisão é revertida na proporção correspondente. Os estoques estão armazenados em bom estado de conservação e segurança, com baixo risco de obsolescência no curto prazo. **8.2 Composição:** Apresentamos abaixo o saldo de estoque líquido de provisão:

	31/12/2022	31/12/2021
Mercadoria de revenda (lojas)	335.497	442.161
Mercadoria de revenda (Centros de distribuição)	515.040	22.018
Importação em andamento	369.747	152.274
Almoxarifado	270	–
Total	**1.220.554**	**616.453**

Movimentação de provisão de perdas:

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	**(6.183)**	**(14.442)**
Adição	(11.029)	442
Reversão da provisão	9.954	7.817
Saldo final	**(7.258)**	**(6.183)**

A Companhia constituiu a provisão de R$ 11.029 no custo de revenda de mercadorias em 31 de dezembro de 2022 (R$ 442 em 31 de dezembro de 2021). A provisão de R$ 7.258 (R$ 6.183 em 31 de dezembro de 2021) é classificada como redutora de mercadoria para revenda tendo como base a média de perdas históricas. Em 31 de dezembro de 2022 o saldo referente a perdas efetivas é de R$ 9.954 (R$ 7.817 em 31 de dezembro de 2021).

9. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

9.1 Política contábil: A contratação e operação de *hedge* da Companhia está baseada em sua política, aprovada pela Administração, que tem como objetivo garantir a eficácia da aplicação da política de risco corporativo e de risco cambial, nas técnicas de contabilização e uso de instrumentos financeiros de proteção *(hedge).* As operações com derivativos variam em decorrência do fluxo de planejamento de importações, pois são contratados em virtude da expectativa de realização das compras de mercadorias no mercado internacional. As informações sobre a exposição da Companhia a riscos de crédito e de mercado e sobre a mensuração ao valor justo estão incluídas na Nota 5.

9.2 Composição:	31/12/2022	31/12/2021
Contratos de câmbio utilizados para *hedge* - Ativo	4.169	29.259
Contratos de câmbio utilizados para *hedge* - Passivo	(39.612)	(4.617)
Derivativos	**(35.443)**	**24.642**

Os derivativos são usados apenas para fins econômicos de *hedge* e não como investimentos especulativos. Entretanto, os derivativos que não se enquadram nos critérios de contabilidade de *hedge* são classificados como "mantidos para negociação" para fins contábeis e mensurados ao valor justo por meio do resultado. Os derivativos para negociação são classificados como ativo ou passivo circulante. O valor justo total de um derivativo de *hedge* é classificado como ativo ou passivo não circulante, se o período remanescente para o vencimento do item protegido por *hedge* for superior a 12 meses.

10. TRIBUTOS A COMPENSAR

	31/12/2022	31/12/2021
ICMS (a)	312.242	218.526
PIS (b)	12.556	48.948
COFINS (b)	54.442	220.589
IRRF	3.784	2.495
INSS	1.101	8.794
Outros	344	–
Total	**384.469**	**499.352**
Circulante	**341.148**	**280.826**
Não circulante	**43.321**	**218.526**

(a) Os créditos de ICMS são gerados substancialmente nas apurações correntes e também por outras naturezas, decorrentes de ICMS Substituição Tributária e próprio decorrentes da Portaria CAT 17, Portaria CAT 158 e Portaria CAT 42 entre outros.

(b) ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS: A Companhia constituiu créditos tributários decorrente do Mandado de Segurança nº 0023325-27.2014.4.03.6100, distribuído em 2014, onde a Fisia pleiteou a exclusão do ICMS da base de cálculo de PIS e COFINS, dos 5 anos anteriores à data da propositura da ação. Já houve o trânsito em julgado do processo em 06/06/2019, o qual foi favorável a Fisia e foi base para o reconhecimento dos créditos.

11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A COMPENSAR

11.1 Política contábil: Ativos tributários correntes são mensurados ao valor esperado a ser recuperado das autoridades tributárias. As alíquotas e a legislação tributária utilizadas no cálculo dos mencionados montantes são aquelas que estão em vigor, ou substancialmente em vigor, na data do encerramento do exercício atual. No balanço patrimonial, os tributos correntes são apresentados líquidos dos valores recolhidos por antecipação ao longo do exercício. Imposto de renda e contribuição social correntes, relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, são reconhecidos no patrimônio líquido. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

11.2 Composição:	31/12/2022	31/12/2021
IRPJ/CSLL s/Selic	32.269	29.184
IRPJ/CSLL	26	604
Total	**32.295**	**29.788**
Circulante	**32.269**	**604**
Não circulante	**26**	**29.184**

a) A Companhia ajuizou ação judicial durante os anos de 2018 e 2019, para declarar inconstitucional a incidência do IRPJ e da CSLL sobre os valores atinentes à taxa Selic recebidos em razão de repetição de indébito (RI) tributário e em 24 de setembro de 2021, o STF concluiu o julgamento do RE nº 1.063.187 (Tema 962), houve decisão favoravelmente ao contribuinte. A Companhia realizou o levantamento das atualizações monetárias tributadas indevidamente para mensuração dos valores a serem reconhecidos contabilmente à luz do que estabelece o IFRIC 23/ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro registrando em suas demonstrações financeiras um crédito de R$ 29.184, sendo R$ 26.731 de principal e R$ 2.453 de atualização monetária e R$ 12.677 relativo aos impostos diferidos decorrentes da recomposição do prejuízo fiscal referente aos exercícios em que a Companhia apurou base fiscal negativa. Os valores serão utilizados somente após o trânsito em julgado da ação.

12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

12.1 Política contábil: As despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. O encargo de Imposto de Renda e a Contribuição Social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço da Companhia que geram lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O Imposto de Renda e a Contribuição Social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Os impostos diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias, desde que seja provável que a diferença temporária não será revertida em um futuro previsível.

12.2 Composição: O saldo de impostos diferidos tem a seguinte origem:

	2022	2021
Prejuízo fiscal e base negativa	222.109	254.312
Provisões gerais e contingências	(5.305)	(1.995)
Provisões gerais e contingências - Incorporação	66.130	–
Provisão para estoques	22.797	4.375
Depreciação	(872)	6.828
Provisão de bônus	5.191	–
Créditos tributários (Exclusão ICMS na base do PIS/COFINS)	393	807
Imposto de renda diferido ativo	**310.443**	**264.327**

Principais premissas utilizadas nas projeções de resultados para uso do ativo fiscal diferido: As principais premissas utilizadas no cálculo da projeção de resultados são o prazo de projeção, a taxa de crescimento da receita e ganho de margem anual, conforme abaixo. **Prazo de projeção:** O estudo preparado pela Companhia, sujeito a sensibilização das principais premissas, indica ser provável a utilização do ativo no exercício demonstrado no quadro abaixo, dado sua experiência e capacidade de gestão, bem como visibilidade dos projetos estratégicos para a Companhia. Conforme política contábil adotada, a Companhia reconhece o ativo fiscal diferido conforme a estimativa de lucros tributáveis futuros que se espera que estejam disponíveis para que a Companhia possa utilizar seus benefícios nos próximos 6 anos. A previsão de realização dos impostos diferidos ativo está representada abaixo:

Ano	31/12/2022
2023	23.595
2024	38.669
2025	53.194
2026	71.454
2027	83.345
2031	40.186
Total	**310.443**

Taxa de crescimento da receita: Foi utilizado uma premissa de crescimento pela inflação e PIB projetados, resultando em um crescimento médio anual de 16,6 %. **Ganho de margem:** Foi considerado um aumento de margem baseado na diluição de despesas fixas da Companhia, tanto de vendas como administrativas, resultando em um ganho anual de 0,33 p.p. para o período. **Análise de sensibilidade das premissas:** O valor previsto de lucro tributável para os próximos 6 anos é suficiente para o uso do ativo fiscal diferido contábil de R$ 310.443. A Companhia efetuou teste de sensibilidade considerando à taxa máxima de desconto de 16% ao ano, a fim de demonstrar que nesse cenário a realização do ativo fiscal diferido não sofreria impacto quando comparado com a projeção e estudo técnico elaborado. **Movimento das diferenças temporárias:** A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social está descrita a seguir:

Movimentação reconhecido	Saldo em 31/12/2021	Reconhecidos no resultado	Outros	Utilização imposto corrente	Saldo em 31/12/2022
Prejuízo fiscal e base negativa	254.312	1.156	–	(33.359)	222.109
Provisões gerais e contingências	(1.995)	(3.310)	–	–	(5.305)
Provisões gerais e contingência - Incorporação	–	63.394	2.736	–	66.130
Provisão para estoques	4.375	18.422	–	–	22.797
Depreciação	6.828	(7.700)	–	–	(872)
Provisão de bônus	–	5.191	–	–	5.191
Créditos tributários (Exclusão ICMS na base do PIS/COFINS)	807	(807)	–	–	–
Provisão para devedores duvidosos	–	393	–	–	393
Imposto líquido ativo	**264.327**	**76.739**	**2.736**	**(33.359)**	**310.443**

continua →★

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001. A autenticidade pode ser conferida ao lado

ICP Brasil

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 03/03/2023

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal O Dia SP. Acesse também através do link: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

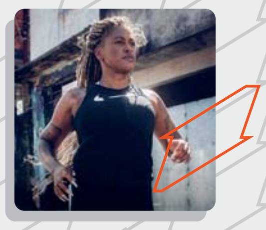
Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 9FAC-0379-506A-6077.

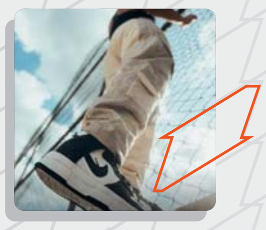
Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 9FAC-0379-506A-6077.

FISIA DISTRIBUIDORA OFICIAL NO BRASIL

FISIA COMÉRCIO DE PRODUTOS ESPORTIVOS S.A.

CNPJ 59.546.515/0001-34





Demonstrações Financeiras 2022

→★ continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(Em milhares de Reais)

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social está descrita a seguir:

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro antes dos impostos	436.570	308.568
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota combinada	(148.434)	(104.913)
Adições permanentes:		
Despesas não dedutíveis	(9.121)	(11.248)
Exclusões permanentes:		
Incentivo Fiscal	9.770	1.628
Receitas não tributáveis	14.657	1.935
Outros itens:		
Efeito de impostos diferidos não reconhecidos em exercícios anteriores (a)	–	267.614
Juros sobre capital próprio	31.569	–
Utilização de prejuízo fiscal para abatimento do imposto corrente		–
(Diferidos não reconhecidos em exercícios anteriores) (a)	6.316	27.533
IR/CSLL sobre taxa Selic (b)	–	40.618
PAT	2.288	1.955
Base Isenta Adicional IRPJ 10%	24	–
Outros	144	23
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício e de períodos anteriores	**(92.787)**	**225.145**
Corrente	(106.110)	(49.325)
Diferido	13.323	274.470
Alíquota efetiva	**-21%**	**73%**

(a) No ano de 2021, baseada em estudo técnico de projeções de lucros tributáveis futuros, a Companhia contabilizou ativo fiscal diferido não reconhecido em anos anteriores relativo a prejuízo fiscal e base negativa e diferenças temporárias no montante de R$ 295.147.
(b) Registro do imposto de renda e contribuição social corrente e diferido sobre os valores atinentes à taxa Selic no montante de R$40.618 em 31 de dezembro de 2021.

13. DEPÓSITOS JUDICIAIS E PROVISÕES PARA RISCOS ADMINISTRATIVOS E JUDICIAIS

13.1 Política contábil: As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada *(constructive obligation)* como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões para reestruturação compreendem multas por rescisão de contratos de aluguel e pagamentos por rescisão de vínculo empregatício. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. **13.2 Composição: Depósitos judiciais:** As movimentações do saldo de depósitos e bloqueios judiciais durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 estão demonstradas no quadro abaixo:

	Saldo em 01/01/2022	Adições	Reversões	Saldo em 31/12/2022
Depósitos judiciais	3.740	91.264	(3)	95.001
Depósitos judiciais - Rendimentos	–	3.843	–	3.843
Bloqueio judicial - Trabalhista	565	–	(565)	–
Total	**4.305**	**95.107**	**(568)**	**98.844**

Durante o exercício de 2022 foram realizadas ações judiciais para a discussão da aplicação da anterioridade anual da Lei Complementar 190/2022, nos termos do artigo 150, III, 'b' e 'c' da CF/88. Ainda, nos termos do art. 166, do CTN, para a garantia da discussão dos valores pelo contribuinte, realizaram depósitos judiciais para alguns períodos e alguns Estados, conforme estratégia adotada pela Companhia.

As movimentações do saldo de depósitos judiciais durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 estão demonstradas no quadro abaixo:

	Saldo em 01/01/2021	Adições	Reversões	Saldo em 31/12/2021
Cível	1.034	1.551	(626)	1.959
Trabalhista	104	461	–	565
Tributário	1.781	–	–	1.781
Total	**2.919**	**2.012**	**(626)**	**4.305**

Provisões para riscos administrativos e judiciais: As movimentações do saldo das provisões para contencioso para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 estão demonstradas no quadro abaixo:

	Provisão para contencioso					
	Saldo em 01/01/2022	Adições	Baixas	Reversões	Incorporação Store	Saldo em 31/12/2022
Cível/Consumidor	663	2.407	(1.379)	–	–	1.691
Trabalhistas	2.342	513	(553)	(218)	–	2.084
Tributário	–	4.049	(947)	(59.054)	334.918	278.966
Total	**3.005**	**6.969**	**(2.879)**	**(59.272)**	**334.918**	**282.741**

As adições representam novas ações provisionadas com risco de perda provável e atualizações monetárias, os pagamentos representam processos onde a Companhia perdeu ação judicial e as reversões representam processos onde houve ganho de causa para a Companhia ou quando houve alteração na classificação de risco de perda entre os períodos (mudança de risco de perda provável para risco de perda possível ou remota). As movimentações das provisões para risco administrativo e judicial para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 estão demonstradas no quadro abaixo:

	Provisão para risco administrativo e judicial				
	Saldo em 01/01/2021	Adições	Baixas	Reversões	Saldo em 31/12/2021
Cível/Consumidor	764	–	(101)	–	663
Trabalhista	3.935	2.261	(1.164)	(2.690)	2.342
Tributário	–	–	–	–	–
Total	**4.699**	**2.261**	**(1.265)**	**(2.690)**	**3.005**

Passivos contingentes: Processos de natureza tributária: Em 31 de dezembro de 2022, o total de débitos tributários, que são classificados como perda provável, perfaz o montante de R$ 278.966 (R$ 0 em 31 de dezembro de 2021). Essa variação refere-se à incorporação da empresa Store Engenharia, conforme mencionado na Nota 3.1. Os valores mais expressivos envolvem a cobrança de ICMS pelo fato do Fisco de São Paulo não ter reconhecido o trânsito de algumas mercadorias, somados a multa majorada e juros, os quais são hoje discutidos na esfera administrativa e judicial. Houve a reversão de um dos casos de ICMS discutidos em São Paulo, no valor de R$ 59.054 diante do êxito obtido na ação judicial perante o STJ no que toca à discussão de decadência. **Processos federais:** Os processos federais em que a Companhia figura no polo passivo estão classificados como perda possível no montante de R$ 30.426 (R$ 27.745 em dezembro de 2021), conforme avaliação dos assessores jurídicos da Companhia, diante da existência de defesa baseada em jurisprudência e doutrinal.

Tributo	31/12/2022	31/12/2021
PIS/COFINS (a)	24.575	22.394
INSS (b)	341	295
Outros (c)	5.510	5.056
Total	**30.426**	**27.745**

(a) PIS/COFINS - Discute-se o montante de R$ 24.575 (R$ 22.394 em dezembro de 2021), acerca de compensações não homologadas realizadas entre 2012 e 2017, em razão de supostas divergências nas declarações da Companhia. **(b) INSS -** Discute-se eventual falta de pagamento de contribuições ao RAT, decorrentes de divergências em guia de Recolhimento do FGTS e de Informações à Previdência Social, no montante de R$ 341. **(c) Outros -** Discute-se multa isolada em razão de não homologação de pedido de compensação e multa por estimativa de IRPJ, CSLL, PIS COFINS e II, multas relacionadas a Antidumping, CIDE, multa por atraso de entrega de declarações, entre outras discussões, que perfazem o montante de R$ 5.510 (R$ 5.056 em dezembro de 2021). **Processos estaduais:** A Companhia é parte integrante de processos tributários na esfera administrativa e judicial relativos às discussões sobre ICMS. Com base na avaliação dos advogados externos, consideradas as perspectivas de êxito na discussão do mérito de cada processo, a Administração da Companhia decidiu por constituir provisão em valor suficiente para fazer frente a eventuais perdas oriundas do resultado final do julgamento dos processos. Os honorários dos advogados patrocinadores das causas foram devidamente provisionados. Em dezembro de 2022, a Companhia possui 17% (100% em dezembro de 2021) da sua carteira de processos tributários estaduais classificados como perda possível pelos seus advogados. Tratam-se de processos de ICMS decorrentes de autuação pelas Secretarias de Fazenda Estaduais, sendo as principais dos Estados de São Paulo, Bahia, Goiás, Minas Gerais, Pernambuco e Rio de Janeiro, no montante de R$ 200.760 (R$ 98.943 em dezembro de 2021), e que as teses de defesa se baseiam em precedentes e/ou jurisprudências favoráveis. Os processos administrativos e judiciais de maior relevância têm como objeto suposta falta de pagamento, creditamento ou aproveitamento indevido do imposto, descumprimento ou erro em obrigação acessória e transferência de saldo credor nas apurações realizadas pela Companhia considerada como indevida pelo fisco. **Processos de natureza trabalhista:** Em dezembro de 2022, a Companhia possui R$ 6.385 (em R$5.842 dezembro de 2021) de processos trabalhistas classificados como perda possível pelos seus advogados. Tratam-se de demandas ajuizadas por prestadores de serviços e/ou ex-colaboradores, pleiteando diferenças de verbas rescisórias, jornada de trabalho, entre outros. **Processos de natureza cível/consumidor:** Em dezembro de 2022, a Companhia possui R$ 4.063 de processos cíveis classificados como perda possível pelos seus advogados (não havia processos cíveis com probabilidade de perda estimada como possível em dezembro de 2021).

14. IMOBILIZADO

14.1 Política contábil: Reconhecimento e mensuração: Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável *(impairment)* acumuladas, quando aplicável. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração. **Custos subsequentes:** Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado. **Depreciação:** Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício, baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização. As vidas úteis estimadas são as seguintes para o exercício corrente e comparativo:

Benfeitoria em imóveis de terceiros (*)	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Máquinas, equipamentos	10 anos
Computadores e periféricos	5 anos

(*) as vidas úteis destes ativos são determinadas levando em consideração a vida econômica dos itens ou o prazo do contrato de arrendamento subjacente, prevalecendo das duas a menor. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. ***Impairment:*** Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC - Unidade Geradora de Caixa), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou um ativo UGCs, considerados pela Companhia como os pontos de venda (lojas físicas e e-commerce). O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma para o rata. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. Não houve perda por redução ao valor recuperável reconhecida. A Administração não identificou mudanças de circunstâncias, bem como evidências de que seus ativos utilizados em suas operações não são recuperáveis perante seu desempenho operacional e financeiro e, concluiu que, em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021, não existiam indicadores relevantes de perda na recuperação dos seus ativos.

14.2 Composição:	Taxa anual de depreciação (%)	Custo	Depreciação acumulada	31/12/2022	31/12/2021
Computadores e periféricos	33	35.969	(23.172)	12.797	1.961
Máquinas, equipamentos e ferramentas	13	6.000	(2.873)	3.127	1.924
Móveis e utensílios	20	54.110	(28.480)	25.630	4.980
Benfeitorias em imóveis de terceiros	14	134.651	(56.593)	78.058	11.486
Imobilizado e andamento	(a)	15.634	–	15.634	14.205
Total		**246.364**	**(111.118)**	**135.246**	**34.556**

A movimentação do imobilizado, no exercício de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2022, está demonstrada no quadro a seguir:

	Saldo inicial 01/01/2022	Adições	Baixas	Transferências entre rubricas	Saldo final 31/12/2022
Computadores e periféricos	**18.628**	39	–	17.302	**35.969**
Máquinas, equipamentos e ferramentas	**9.753**	3	–	(3.756)	**6.000**
Móveis e utensílios	**32.417**	441	–	21.252	**54.110**
Benfeitorias em imóveis de terceiros	**59.404**	2.185	(114)	73.176	**134.651**
Imobilizado e andamento	**15.037**	108.571	–	(107.974)	**15.634**
Custo do imobilizado	**135.239**	**111.239**	**(114)**	**–**	**246.364**
Computadores e periféricos	**(16.666)**	(6.506)	–	–	**(23.172)**
Máquinas, equipamentos e ferramentas	**(7.829)**	4.956	–	–	**(2.873)**
Móveis e utensílios	**(27.437)**	(1.043)	–	–	**(28.480)**
Benfeitorias em imóveis de terceiros	**(48.751)**	(7.842)	–	–	**(56.593)**
Depreciação	**(100.683)**	**(10.435)**	**–**	**–**	**(111.118)**
Total do imobilizado líquido	**34.556**	**100.804**	**(114)**	**–**	**135.246**

A movimentação do imobilizado, no exercício de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2021, está demonstrada no quadro a seguir:

	Saldo inicial 01/01/2021	Adições	Baixas	Transferências entre rubricas	Saldo final 31/12/2021
Computadores e periféricos	**18.003**	458	–	167	**18.628**
Máquinas, equipamentos e ferramentas	**8.951**	35	–	767	**9.753**
Móveis e utensílios	**31.944**	–	(1.340)	1.813	**32.417**
Benfeitorias em imóveis de terceiros	**59.384**	94	(1.769)	1.695	**59.404**
Imobilizado e andamento (a)	**4.884**	14.595	–	(4.442)	**15.037**
Custo do imobilizado	**123.166**	**15.182**	**(3.109)**	**–**	**135.239**
Computadores e periféricos	**(15.641)**	(1.025)	–	–	**(16.666)**
Máquinas, equipamentos e ferramentas	**(7.195)**	(634)	–	–	**(7.829)**
Móveis e utensílios	**(25.909)**	(2.854)	1.326	–	**(27.437)**
Benfeitorias em imóveis de terceiros	**(45.283)**	(4.404)	936	–	**(48.751)**
Depreciação	**(94.028)**	**(8.917)**	**2.262**	**–**	**(100.683)**
Total do imobilizado líquido	**29.138**	**6.265**	**(847)**	**–**	**34.556**

(a) Benfeitorias compreendem, principalmente, as obras civis realizadas nas lojas alugadas pela Companhia e no escritório da matriz em São Paulo que a Companhia mantém. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada.

15. INTANGÍVEL

15.1 Política contábil: Relações contratuais com clientes: As relações contratuais com clientes, adquiridas em uma combinação de negócios, são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. As relações contratuais com clientes têm vida útil finita e são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada usando o método linear durante a vida esperada da relação com o cliente. **Softwares:** As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares de três a cinco anos. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do software. Outros gastos de desenvolvimento que não atendam aos critérios de capitalização são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente. Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a cinco anos. **Outros ativos intangíveis:** Os ativos intangíveis adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável. São representados pelos valores pagos na aquisição de novos pontos comerciais das lojas localizadas nos shoppings (fundo de comércio), são amortizados linearmente conforme prazo do contrato de locação. A amortização é reconhecida no resultado pelo método linear baseada nas vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:

Fundo de comércio	Conforme contrato
Softwares e aplicativos	5 anos

Métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja adequado.

15.2 Composição:	Taxa anual de amortização (%)	Custo	Amortização acumulada	31/12/2022	31/12/2021
Fundo de comércio	Conforme contrato	4.450	(75)	4.375	–
Software	20	27.277	(8.902)	18.375	834
Software em andamento	–	301	–	301	1.544
Total	–	**32.028**	**(8.977)**	**23.051**	**2.378**

A movimentação do intangível, no exercício de 1º de janeiro à 31 de dezembro de 2022, está demonstrada no quadro a seguir:

	Saldo em 01/01/2022	Adições	Baixas	Transferência entre rubricas	Saldo em 31/12/2022
Fundo de comércio	**–**	3.250		1.200	**4.450**
Software	**8.350**	14.659	–	4.268	**27.277**
Software em andamento	**2.385**	3.384	–	(5.468)	**301**
Custo do intangível	**10.735**	**21.293**	**–**	**–**	**32.028**
Fundo de comércio	**–**	(75)	–	–	**(75)**
Software	**(8.357)**	(1.387)	842	–	**(8.902)**
Amortização	**(8.357)**	**(1.462)**	**842**	**–**	**(8.977)**
Total do intangível, líquido	**2.378**	**19.831**	**842**	**–**	**23.051**

A movimentação do intangível, no exercício de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2021, está demonstrada no quadro a seguir:

	Saldo em 01/01/2021(*)	Adições	Transferência entre rubricas	Saldo final 31/12/2021
Software	**7.517**	–	833	**8.350**
Software em andamento	**846**	2.372	(833)	**2.385**
Custo do intangível	**8.363**	**2.372**	**–**	**10.735**
Software	**(7.861)**	(496)	–	**(8.357)**
Amortização	**(7.861)**	**(496)**	**–**	**(8.357)**
Total do intangível, líquido	**502**	**1.876**	**–**	**2.378**

(*) Saldo de marcas baixado, pela ausência do direito de exploração pela Fisia. A Administração concluiu que não possui evidências de que seus ativos não são recuperáveis perante seu desempenho operacional e financeiro e, concluiu que, em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021, não existiam indicadores relevantes de perda na recuperação dos seus ativos.

16. OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO

16.1 Política contábil: No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2)/IFRS 16. **Como arrendatário:** No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a da data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente amortizado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será amortizado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto. A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte: - pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência; - pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início; - valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e - o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. É reconhecido o ajuste a valor presente para os elementos integrantes do passivo decorrentes de operações de longo prazo, ou de operações de curto prazo, quando houver efeitos relevantes, tomando-se por base a data de origem da transação. **Pagamentos de arrendamentos variáveis:** Certos arrendamentos de imóveis contêm cláusulas de pagamentos variáveis ligados a vendas geradas em uma loja. Para algumas lojas, até 100% dos pagamentos de arrendamentos são realizados de acordo com cláusulas de pagamentos variáveis, havendo uma vasta gama aplicável de porcentagens de vendas. Tais condições são usadas por uma diversidade de razões, inclusive minimizar a base de custos fixos para lojas recentemente estabelecidas. Os pagamentos de arrendamentos variáveis que dependem de vendas são reconhecidos no resultado no período em que ocorre a condição que dá origem a tais pagamentos. **Opções de prorrogação e extinção:** As opções de prorrogação e extinção estão incluídas em diversos dos arrendamentos de ativos imobilizados da Companhia. Esses termos são usados para maximizar a flexibilidade operacional em termos de gestão de contratos. A maioria das opções de prorrogação e extinção mantidas podem ser exercidas apenas pela Companhia, e não pelo respectivo arrendador. **Arrendamentos de ativos de baixo valor:** A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento. **16.2 Composição:** A Companhia possui contratos de arrendamento para os imóveis de sua sede administrativa, centros de distribuição e lojas, com prazos médios entre 05 e 25 anos e podem ter opção de renovação.

Edifícios administrativos	1
Lojas	21
Total	**22**

As taxas de juros utilizadas para cálculo do valor do ativo e passivo de arrendamento são demonstradas abaixo:

Intervalo	**Taxa mensal**
1 a 3 anos	0,61%
3 a 6 anos	0,67%
6 a 10 anos	0,74%

a. Ativo de direito de uso: A movimentação do ativo de direito de uso no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, está demonstrada no quadro a seguir:

Saldo em 01/01/2022	**38.024**
(+/–) Novos contratos e Remensuração	78.459
(–) Amortização	(12.553)
Saldo em 31/12/2022	**103.930**

A movimentação do ativo de direito de uso no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, está demonstrada no quadro a seguir:

Saldo em 01/01/2021	**11.686**
(+/–) Novos contratos e Remensuração	42.583
(–) Amortização	(16.245)
Saldo em 31/12/2021	**38.024**

b. Passivo de arrendamento: A movimentação do passivo de arrendamento no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, está demonstrada no quadro a seguir:

Saldo em 01/01/2022	**44.120**
(+/–) Novos contratos e Remensuração	78.459
Apropriação Juros incorridos	6.267
(–) Pagamentos passivo de arrend. - CP	(13.976)
Saldo em 31/12/2022	**114.870**
Circulante	**32.230**
Não circulante	**82.640**

A movimentação do passivo de arrendamento no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, está demonstrada no quadro a seguir:

Saldo em 01/01/2021	**11.725**
(+/–) Novos contratos e Remensuração	42.584
Apropriação Juros incorridos	3.851
(–) Pagamentos passivo de arrendamento	(14.403)
(–) Baixas de contratos	363
Saldo em 31/12/2021	**44.120**
Circulante	**12.923**
Não circulante	**31.197**

c. Cronograma de vencimento do passivo de arrendamento: Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía o seguinte cronograma de pagamentos mínimos de arrendamentos operacionais não canceláveis:

	Total
Até 1 ano	32.230
Entre 1 e 5 anos	56.014
Mais de 5 anos	26.626
FISIA como arrendatário	**114.870**

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía o seguinte cronograma de pagamentos mínimos de arrendamentos operacionais não canceláveis:

	Total
Até 1 ano	12.922
Entre 1 e 5 anos	28.811
Mais de 5 anos	2.387
FISIA como arrendatário	**44.120**

d. Pagamentos de arrendamentos de aluguéis variáveis: No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia reconheceu o montante de R$ 26.047 (R$ 20.481 em 31 de dezembro de 2021) referente às despesas relacionadas ao pagamento de aluguéis variáveis, conforme Nota 26. **e. Outras considerações:** Em atendimento ao ofício CVM/SNC/SEP 02/2019, são apresentados os saldos comparativos do passivo de arrendamento, do direito de uso, da despesa financeira e da despesa de depreciação do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, considerando os fluxos futuros estimados de pagamento corrigidos pela inflação.

	2023	2024	2025	2026	Após 2026
Passivo de arrendamento					
Contábil - IRFS 16/CPC 02 (r2)	32.230	12.893	14.237	14.978	40.533
Fluxo com projeção de inflação	33.942	13.363	14.693	15.457	41.830
Variação	**5,31%**	**3,65%**	**3,20%**	**3,20%**	**3,20%**
Difeiro de uso líquido - saldo final					
Contábil - IRFS 16/CPC 02 (r2)	107.726	92.110	76.494	61.395	48.116
Fluxo com projeção de inflação	113.447	95.472	78.942	63.359	49.655
Variação	**5,31%**	**3,65%**	**3,20%**	**3,20%**	**3,20%**
Despesa financeira					
Contábil - IRFS 16/CPC 02 (r2)	10.530	9.750	8.588	7.321	19.063
Fluxo com projeção de inflação	11.089	10.106	8.862	7.555	19.673
Variação	**5,31%**	**3,65%**	**3,20%**	**3,20%**	**3,20%**
Despesa de depreciação					
Contábil - IRFS 16/CPC 02 (r2)	16.274	15.616	15.616	15.164	61.008
Fluxo com projeção de inflação	17.138	16.186	16.116	15.649	62.960
Variação	**5,31%**	**3,65%**	**3,20%**	**3,20%**	**3,20%**

17. FORNECEDORES

17.1 Política contábil: As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio nas datas das transações. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da reconversão são reconhecidas no resultado. **17.2 Composição:** Referem-se a fornecedores relativos aos produtos de revenda, materiais de consumo e outros materiais e serviços.

	31/12/2022	31/12/2021
Fornecedores de mercadorias para revenda	699.935	408.794
Fornecedores de materiais de consumo	94.694	–
Subtotal	**794.630**	**408.794**
Fornecedores - Intercompany	36.072	–
Subtotal	**36.072**	**–**
Total	**830.702**	**408.794**

18. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	31/12/2022	31/12/2021
PIS	–	4.423
COFINS	–	20.430
ICMS (a)	107.727	8.076
ISS	1.037	120
IRRF	15.522	1.354
IPI	221	727
Outros	507	395
Total	**125.014**	**35.525**

(a) A variação das obrigações tributárias de ICMS, refere-se ao fato de as controladas do Grupo SBF terem realizado, durante o ano de 2022, depósitos judiciais, em contra partida ao ICMS a recolher, nos termos do art. 166, do CTN, para a garantia das discussões em ações judiciais acerca da aplicação da anterioridade anual da Lei Complementar 190/2022.

19. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS

19.1 Política contábil: Obrigações de benefícios de curto prazo à empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo mon-tante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. A Companhia não possui planos de pensão ou outras obrigações pós-aposentadoria e reconhece os custos de demissões quando está formalmente comprometida com o encerramento do vínculo empregatício de funcionários.

19.2 Composição:	31/12/2022	31/12/2021
Provisões de férias e 13º salário	7.486	6.628
Provisões para participação nos lucros	15.267	6.642
Salários a pagar	2.159	1.836
Obrigações com pessoal a pagar	107	3.072
Contribuições a recolher	63	12
Pensão alimentícia	23	29
Obrigações trabalhistas	**25.105**	**18.219**
INSS a recolher	1.763	2.290
FGTS a recolher	562	462
INSS retido a recolher	732	–
Obrigações previdenciárias	**3.057**	**2.752**
Total de obrigações	**28.162**	**20.971**

20. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

20.1 Política contábil: As transações com partes relacionadas compreendem operações comerciais de compra, venda, locação com empresas relacionadas e com operações complementares, com os quais a Companhia mantém contratos na forma da legislação vigente.
20.2 Composição: Os valores das operações descritas acima estão descriminados no quadro a seguir:

	Contas a receber	
	2022	2021
SBF Comércio de Produtos Esportivos S.A.	218.154	157.140
Grupo SBF S.A.	1.198	–
Total	**219.352**	**157.140**
	Contas a pagar	
	2022	2021
VBLOG Logística e Transporte Ltda.	2.914	1.187
SBF Comércio de Produtos Esportivos S.A.	36.072	–
GRUPO SBF S.A.	30.485	–
Total	**69.471**	**1.187**
	Vendas líquidas	
	2022	2021
SBF Comércio de Produtos Esportivos S.A.	556.360	636.193
Total	**556.360**	**636.193**
	Custos com mercadorias vendidas	
	2022	2021
VBLOG Logística e Transporte Ltda.	315.891	286.047
Total	**315.891**	**286.047**
	Custos com fretes	
	2022	2021
VBLOG Logística e Transporte Ltda.	14.821	12.413
Total	**14.821**	**12.413**

a. Remuneração ao pessoal-chave da administração: A remuneração aos Administradores é realizada por meio de salários, pró-labore mensal e bônus e estão contabilizadas na rubrica "Despesas gerais e administrativas" nas demonstrações do resultado.

	Remuneração	
	2022	2021
Salário, férias e 13º salário	3.363	3.992
Participação nos lucros	2.785	–
Total	**6.148**	**3.992**

b. Mútuos a pagar: Os mútuos a pagar referem-se as transações de empréstimos com empresa relacionada SBF Comércio, com os quais a Companhia mantem contratos na forma da legislação vigente.

Saldo em 31/12/2021	**–**
Captação de mútuos	275.800
Juros	6.103
Pagamentos	(55.500)
Saldo em 31/12/2022	**226.403**

Os mútuos entre as empresas relacionadas são remunerados a 100% do CDI, com o vencimento em fevereiro de 2023, podendo ser renovado, de comum acordo entre as mesmas. Havendo atraso no pagamento das obrigações citadas, incidirão multa de 2%, e correção monetária, devidamente calculados até a data do efetivo pagamento. Não há eventuais garantias dadas ou recebidas nessa transação e a liquidação será realizada integralmente por meio de caixa. Não há expectativa para provisão para créditos de liquidação duvidosa relacionada com o montante dos saldos existentes.

21. OUTRAS CONTAS A PAGAR

	31/12/2022	31/12/2021
Provisões de marketing e comunicação	17.857	8.584
Provisões logística	41.151	44.671
Provisões benefícios a empregados	1.469	641
Utilidades e serviços	5.311	17.091
Provisões gerais	2.235	7036
Partes relacionadas	32.873	–
Total	**100.896**	**78.023**

22. DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

22.1 Política contábil: Os dividendos mínimos obrigatórios de 0,1% estão demonstrados nos balanços patrimoniais como obrigações legais (provisões no passivo circulante). Os dividendos em excesso a esse mínimo, ainda não aprovados para pagamento pela assembleia de acionistas, estão demonstrados como dividendo adicional proposto no patrimônio líquido. Após a aprovação pela assembleia de acionistas, os dividendos em excesso ao mínimo são transferidos para o passivo circulante, passando a caracterizar como obrigações legais. **22.2 Composição: a) Dividendos a pagar:**

Saldo em 31.12.2021	–
Dividendos propostos - 2021	202.924
Dividendos pagos	(202.924)
Dividendos intermediários ao Grupo SBF - 2022	239.283
Pagamento de dividendos ao Grupo SBF	(3.527)
Saldo em 31.12.2022	**235.756**

b) Juros sobre capital próprio: A partir de 01 de dezembro de 2022 a Fisia passou a ser controlada pela SBF Comércio, por meio de cessão da totalidade das quotas da Fisia registradas no Grupo SBF

continua→★

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001. A autenticidade pode ser conferida ao lado

ICP Brasil

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 03/03/2023

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal O Dia SP. Acesse também através do link: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 9FAC-0379-506A-6077.

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 9FAC-0379-506A-6077.

FISIA | DISTRIBUIDORA OFICIAL NO BRASIL

Demonstrações Financeiras 2022

FISIA COMÉRCIO DE PRODUTOS ESPORTIVOS S.A.

CNPJ 59.546.515/0001-34

continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(Em milhares de Reais)

para a SBF Comércio. Após a mudança de controle, a Fisia deliberou juros sobre capital próprio a pagar para sua controladora SBF Comércio com base no patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2022. O saldo a pagar está demonstrado abaixo:

	2022
Juros sobre capital próprio	92.849
IRRF sobre JCP	(13.927)
Juros sobre capital próprio líquido	**78.922**
Pagamento de juros sobre capital próprio	(3.000)
Juros sobre capital próprio a pagar	**75.922**

23. OUTROS PASSIVOS

	31/12/2022	31/12/2021
Adiantamento de clientes	31.536	–
Outras obrigações	11.195	–
Patrocínio e royalties	5.990	–
Total	**48.721**	**–**

24. CAPITAL SOCIAL E RESERVAS

24.1 Política contábil: A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social até o limite de R$ 300.000 (trezentos milhões) de ações, por meio de deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária. Competirá ao Conselho de Administração fixar o preço de emissão e o número de ações a ser emitido, bem como o prazo e as condições de integralização. Dentro do limite do capital autorizado, o Conselho de Administração poderá ainda (i) deliberar sobre a emissão de bônus sobre subscrição; (ii) de acordo com o plano aprovado na Assembleia Geral, outorgar opção de compra de ações a administradores e empregados da Companhia ou de sociedade sob seu controle, ou a pessoas naturais que lhes prestem serviços, sem que os acionistas tenham direito de preferência na outorga ou subscrição destas ações; (iii) aprovar aumento do capital social mediante a capitalização de lucros e reservas, com ou sem bonificação em ações; e (iv) deliberar sobre a emissão de debêntures conversíveis em ações. **24.2 Composição: a. Capital social:** Em 31 de dezembro de 2021, o capital social da Companhia era compreendido por 1.679.937 quotas de R$ 1,00 cada uma. Em 31 de dezembro de 2022, o capital social da Companhia era compreendido por 1.168.847.027 quotas de R$ 1,00 cada uma. **(a) Reserva legal:** A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. **(b) Reserva estatutária:** A reserva estatutária foi constituída através da destinação dos lucros acumulados da Físia, desde sua constituição até 30 de novembro de 2022, quando mudou seu tipo societário de Ltda. (não possui obrigação de destinação de lucro) para S.A. **(c) Reserva incentivos fiscais:** A Companhia estabeleceu centros de distribuição nos Estado de Minas Gerais, onde foi concedido incentivos fiscais pelo governo local, que reduzem o valor dos impostos sobre venda pagos, aumentando efetivamente o valor da receita líquida reconhecida. Esses incentivos vêm sendo contabilizados em conta redutora da rubrica de impostos incidentes sobre venda de mercadorias - ICMS e no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 somaram o montante de R$ 29.051 (R$ 4.788 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021). Devido ao lucro apurado no período corrente, houve a constituição desta reserva no montante de R$ 24.263. Os recursos promovidos pelos incentivos fiscais não serão distribuídos como dividendos e serão incorporados às reservas a medida da geração de lucro líquido pela Companhia. (**d) Lucro por ação: Básico:** O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria. **Diluído:** O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais com efeitos diluidores. A Companhia tem duas categorias de ações ordinárias potenciais com efeitos diluidores: dívida conversível e opções de compra de ações. Pressupõe-se que a dívida conversível foi convertida em ações ordinárias e que o lucro líquido é ajustado para eliminar a despesa financeira menos o efeito fiscal. Para as opções de compra de ações, é feito um cálculo para determinar a quantidade de ações que poderiam ter sido adquiridas pelo valor justo (determinado como o preço médio anual de mercado da ação da Companhia), com base no valor monetário dos direitos de subscrição vinculados às opções de compra de ações em aberto. A quantidade de ações assim calculadas conforme descrito anteriormente é comparada com a quantidade de ações em circulação, pressupondo-se o exercício das opções de compra das ações. Abaixo demonstramos o lucro por ação básico e diluído para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

	2022	2021
Numerário básico/diluído		
Lucro líquido do exercício	343.783	533.713
Média ponderada de ações	1.515.485	1.748.915
Resultado básico por ação - R$	**0,23**	**0,31**
Lucro líquido do exercício	343.783	533.713
Média ponderada de ações ordinárias	1.515.485	1.748.915
Resultado diluído por ação - R$	**0,23**	**0,31**

Quando a Companhia apresenta perda líquida atribuível aos proprietários da Companhia, os prejuízos diluídos por ação ordinária são iguais aos prejuízos básicos por ação ordinária devido ao efeito antidilutivo das opções de ações em circulação.

25. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS

25.1 Política contábil: A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda. • **Venda de mercadorias no atacado:** a Companhia opera como a distribuição dos produtos da marca "NIKE" em todo Brasil. As vendas dos produtos do atacado são reconhecidas quando a Companhia transfere o controle e a propriedade de um produto para o cliente, isso ocorre quando os produtos são entregues no endereço do comprador ou coletados no centro de distribuição e o cliente esteja de acordo com o contrato de venda. Os produtos da NIKE são frequentemente vendidos com desconto por volume, os clientes têm o direito de devolver os produtos com defeitos no mercado atacadista, as vendas são registradas liquidas dos descontos específicos por clientes e das devoluções estimadas na época da venda. • **Venda de mercadorias no varejo:** a Companhia opera com uma cadeia de pontos de varejo para a comercialização de calçados, vestuários, acessórios e equipamentos. As vendas dos produtos são reconhecidas quando a Empresa vende um produto e transfere o controle e a propriedade dos bens para o cliente. As vendas no varejo são, geralmente, realizadas por meio de cartão de crédito, cartão de débito, pix ou em dinheiro. • **Venda de mercadorias por meio do e-commerce:** a Companhia opera com comércio eletrônico por meio do site nike.com.br, para todo mercado nacional. As vendas dos produtos esportivos são registradas quando os riscos e benefícios mais significativos inerentes ao controle e a propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, o que ocorre quando os produtos são entregues no endereço escolhido pelo comprador. **Subvenção governamental:** A partir de 1° de julho de 2021, a Companhia efetuou a migração das operações do e-commerce da controlada Fisia (Nike.com) para a cidade de Extrema, Minas Gerais, objetivando a eficiência logística, melhoria no serviço aos clientes e captura de incentivo fiscal com o estado de Minas Gerais. Portanto, nos termos do regime especial concedido pelo estado de Minas Gerais, as operações de venda para o consumidor final pelo e-commerce são realizadas com crédito presumido de ICMS. As subvenções têm o objetivo de compensar a Companhia por despesas incorridas e são reconhecidas no resultado como deduções de vendas. Os investimentos possuem como contrapartida, redução de alíquotas tributárias de ICMS nas vendas no comércio eletrônico e crédito presumido nas transações comerciais nesses estados.

25.2 Composição:

	31/12/2022			31/12/2021		
	Varejo	Atacado	Total	Varejo	Atacado	Total
Receita operacional bruta						
Venda de mercadorias	2.178.499	1.984.004	4.162.503	673.460	2.756.150	3.429.610
Impostos incidentes						
Venda de mercadorias	(518.685)	(392.805)	(911.490)	(344.314)	(366.681)	(710.995)
ICMS - Incentivo Fiscal	29.051	–	29.051		4.788	4.788
Devoluções						
Venda de mercadorias	(27.788)	(46.059)	(73.847)	(135.434)	(38.387)	(173.821)
Abatimento dos serviços	–	–	–	(4.902)	(7.756)	(12.658)
Receita líquida de vendas	**1.661.077**	**1.545.140**	**3.206.217**	**188.810**	**2.348.114**	**2.536.924**

Região Geográfica: Em termos de região geográfica, as vendas da Companhia estão substancialmente concentradas na região Sudeste do país, por concentrar a maior quantidade de lojas e também por ser a região com maior densidade demográfica. A seguir, apresentamos nossa receita bruta com venda de mercadorias, por região.

	31/12/2022	31/12/2021
Sudeste	3.086.417	2.630.543
Sul	525.429	371.146
Nordeste	287.466	237.054
Centro - Oeste	214.584	162.942
Norte	48.607	27.924
Total	**4.162.503**	**3.429.609**

Sazonalidade trimestral da receita líquida: O segmento de varejo apresenta forte sazonalidade, principalmente devido às datas comemorativas como o dia dos pais, no terceiro trimestre, e a Black Friday e o natal no 4º trimestre. No caso da Companhia, a tabela abaixo ilustra a sazonalidade trimestral da receita líquida no exercício encerrado em 31 de dezembro.

	31/12/2022
1º Trimestre	734.497
2º Trimestre	783.552
3º Trimestre	719.236
4º Trimestre	968.932
Receita líquida de vendas	**3.206.217**

26. CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS

26.1 Política contábil: Os custos com fretes incorridos nas operações realizadas entre o centro de distribuição e as lojas são reconhecidos como custo das vendas e dos serviços prestados.

26.2 Composição:	31/12/2022	31/12/2021
Custo da revenda de mercadorias	(1.903.033)	(1.519.579)
Custo de fretes e logística	(266)	(93.578)
Outros Custos	–	(6.777)
Total	**(1.903.299)**	**(1.619.934)**

27. DESPESAS POR NATUREZA

	31/12/2022	31/12/2021
Pessoal	(85.829)	(84.790)
Amortização de direito de uso	(10.530)	(6.624)
Depreciação e amortização	(9.356)	(7.808)
Utilidades e serviços	(42.468)	(49.070)
Ocupação	(24.421)	(20.158)
Comissão de cartão	(23.941)	(22.602)
Contencioso	30.659	(23)
Publicidade e propaganda	(328.540)	(144.996)
Serviços de terceiros	(238.976)	(179.791)
Outras despesas	(52.723)	(52.007)
Total das despesas com vendas	**(786.125)**	**(567.869)**

	31/12/2022	31/12/2021
Pessoal	(77.504)	(17.773)
Amortização de direito de uso	(1.413)	(9.621)
Depreciação e amortização	(2.658)	(1.619)
Utilidades e serviços	(22.003)	(2.228)
Ocupação	(1.624)	(323)
Contencioso	(210)	647
Publicidade e propaganda	(4.314)	(12)
Serviços de terceiros	(32.131)	(36.244)
Outras despesas	(3.542)	(1.769)
Total das despesas administrativas	(145.399)	(68.942)
Total das despesas administrativas	**(104.925)**	**(68.942)**

28. RESULTADO FINANCEIRO

28.1 Política contábil: A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. As receitas financeiras abrangem substancialmente as receitas de rendimentos de aplicações financeiras, ajuste a valor presente sobre contas a receber e descontos obtidos. A receita de juros de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado é incluída nos ganhos/(perdas) líquidos de valor justo com esses ativos. A receita de juros de ativos financeiros ao custo amortizado e ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes calculada utilizando o método da taxa de juros efetiva é reconhecida na demonstração do resultado como parte da receita financeira de juros. As despesas financeiras abrangem substancialmente as despesas com juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures, despesas com juros gerados pela venda de recebíveis (contas a receber - operadoras de cartão de crédito), juros sobre impostos parcelados, juros de arrendamento e atualizações monetárias de provisões para contencioso. É reconhecido o ajuste a valor presente para os elementos integrantes do passivo decorrentes de operações de longo prazo, ou de operações de curto prazo, quando houver efeitos relevantes, tomando-se por base a data de origem da transação.

28.2 Composição: Receitas e despesas são reconhecidas no resultado através do método de juros efetivos.

	31/12/2022	31/12/2021
Atualização monetária de impostos	–	16.684
Atualização monetária de depósitos judiciais	3.606	–
Variação cambial ativa	133.566	100.509
Receitas de aplicações financeiras	9.629	6.852
Descontos obtidos	19	–
Juros e multas recebidos	1.392	831
Resultado de derivativos *hedge* realizados	–	9.214
Outras receitas financeiras	10.974	–
Receitas financeiras	**159.186**	**134.090**

	31/12/2022	31/12/2021
Juros sobre contencioso	23.384	–
Juros de arrendamento mercantil	(6.267)	(3.850)
Juros sobre empréstimos	–	(1.158)
Juros sobre desconto de duplicatas	(289)	–
Juros sobre atraso de impostos	(6)	(106)
Tarifas e taxas bancárias	(1.468)	(113)
Variação cambial passiva	(111.913)	(100.565)
Juros sobre pagamentos em atraso	(5)	–
Juros sobre partes relacionadas - mútuos	(6.103)	–
Resultado de derivativos *hedge* não realizados	–	(20)
Impostos sobre operações financeiras	(1.975)	–
Despesas financeiras	**(104.642)**	**(105.812)**
Resultado financeiro, líquido	**54.544**	**28.278**

29. COBERTURA DE SEGUROS

O Companhia mantém apólices de seguros contratados junto às principais seguradoras do país, definidas por orientação de especialistas considerando a natureza e o valor de risco envolvido. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia tinha cobertura de seguros de responsabilidade civil e seguro patrimonial (cobertura básica: contra incêndio, raio, explosão e demais coberturas da apólice patrimonial) e para os estoques, conforme demonstrado a seguir:

Tipo de risco	Objeto	Montante de cobertura
Veículos	Transportes nacionais	R$ 2.941.413
Transportes	Transportes internacionais	US$ 285.000
Responsabilidade civil	Estabelecimentos comerciais e empregador	R$ 16.600
Seguro empresarial	Equipamentos e lucros cessantes	R$ 219.350

30. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 08 de fevereiro de 2023, o Supremo Tribunal Federal ("STF" ou "Supremo") concluiu o julgamento sobre a "coisa julgada" em tributos recolhidos de forma continuada, definindo que a decisão proferida em controle difuso cessa imediatamente os seus efeitos quando proferido novo julgamento, em sentido contrário, em ação direta de constitucionalidade ou em sede de repercussão geral pelo Supremo. Nesse mesmo julgamento, o STF rejeitou o pedido de modulação de efeitos da decisão, determinando o recolhimento dos valores passados, desde que respeitado o prazo de prescrição. A Companhia avaliou os impactos desta decisão e concluiu que não existe impacto relevante nas demonstrações financeiras e na destinação do resultado do período em decorrência de tal decisão.

Diretoria

Pedro Zemel - CEO

José Luís Salazar - CFO

Contadora

Patrícia Vieira - CRC 1SP232718/O-2

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas

Fisia Comércio de Produtos Esportivos S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Fisia Comércio de Produtos Esportivos S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fisia Comércio de Produtos Esportivos S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria das cifras do ano anterior

O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 29 de março de 2022, sem ressalvas.

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins das práticas contábeis adotadas no Brasil, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

• Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria considerando essas investidas e, consequentemente, pela opinião de auditoria da Companhia.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 2 de março de 2023

pwc

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Rodrigo Lobenwein Marcatti
Contador - CRC 1MG091301/O-2

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 9FAC-0379-506A-6077.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001. A autenticidade pode ser conferida ao lado

ICP Brasil

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 03/03/2023

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de **Publicações Legais** no portal do **Jornal O Dia SP.** Acesse também através do link: **https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal**

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 9FAC-0379-506A-6077.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/9FAC-0379-506A-6077 ou vá até o site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 9FAC-0379-506A-6077

Hash do Documento

DFDAA67ECE1DA187C6A3F7040A45E88581E433ED684765F2782AE9473ABC2A13

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 03/03/2023 é(são) :

- Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira (Signatário - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI) - 091.260.448-46 em 03/03/2023 02:17 UTC-03:00
  Tipo: Certificado Digital - AZ EDITORES DE JORNAIS, LIVROS, REVISTAS LTDA - 64.186.877/0001-00

GESTORA DE INTELIGÊNCIA DE CRÉDITO S.A.

C.N.P.J. 28.042.871/0001-97

Balanços patrimoniais em 31 de dezembrode 2022 e 2021 (Em milhares de Reais - R$)

Ativo	Nota	31/12/2022	31/12/2021	**Passivo e patrimônio líquido**	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Circulante				**Circulante**			
Caixa e equivalentes de caixa	3	320.391	92.447	Fornecedores	10	30.148	33.473
Contas a Receber	4	21.710	20.937	Obrigações trabalhistas, férias e encargos sociais	11	23.165	15.956
Impostos a recuperar		32.826	10.421	Obrigações tributárias	12	6.282	5.056
Despesas antecipadas	6	5.089	8.536	Instrumentos financeiros derivativos	5	6.072	7.030
Instrumentos financeiros derivativos	5	30	-	Empréstimos Bancários	13	74.840	5.056
Outros		594	785	Debentures a pagar	14	183.663	10.102
				Arrendamento a pagar	16	5.011	7.170
				Passivo financeiro a pagar	17	94.385	85.771
				Outras contas a pagar	18	9.972	5.944
Total do ativo circulante		**380.640**	**133.126**	**Total do passivo circulante**		**433.538**	**175.558**
Não circulante				**Não circulante**			
Despesas antecipadas	6	1.306	1.556	Debentures a pagar	14	82.996	249.792
Outros créditos		13	2	Arrendamento a pagar	16	21.887	4.223
Ativo fiscal diferido	7	183.002	142.390	Passivo financeiro a pagar	17	394.944	470.885
Imobilizado	8	49.849	41.769	Instrumentos financeiros derivativos		5	35.748
Intangível	9	873.138	899.131	Fornecedores	10	8.777	12.265
				Empréstimos Bancários	13	133.060	199.563
Total do ativo não circulante		**1.107.308**	**1.084.848**	**Total do passivo não circulante**		**677.412**	**936.728**
				Patrimônio líquido			
				Capital social - subscrito	20a	677.542	394.028
				Custo de Transação na emissão de Ações	20b	(21.846)	-
				Bônus de Subscrição	20a	84.000	-
				Prejuízos acumulados		(362.698)	(288.340)
				Total do patrimônio líquido		**376.998**	**105.688**
Total do ativo		**1.487.948**	**1.217.974**	**Total do passivo e patrimônio líquido**		**1.487.948**	**1.217.974**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais - R$)

	Nota	Capital social	Custos de Transação	Bônus de Subscrição	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2021	19	**351.028**	**-**	**-**	**(216.801)**	**134.227**
Aumento de capital	21	43.000	-	-	-	43.000
Resultado do exercício		-	-	-	(71.539)	(71.539)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	19	**394.028**	**-**	**-**	**(288.340)**	**105.688**
Mutações do período		(43.000)	-	-	71.539	28.539
Saldos em 01 de janeiro de 2022	19	**394.028**	**-**	**-**	**(288.340)**	**105.688**
Aumento de capital	20	283.514	-	-	-	283.514
Custo de Transação na emissão de Ações	20b	-	(21.846)	-	-	(21.846)
Bônus de Subscrição	20a	-	-	84.000	-	84.000
Resultado do exercício		-	-	-	(74.358)	(74.358)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	19	**677.542**	**(21.846)**	**84.000**	**(362.698)**	**376.998**
Mutações do período		**(283.514)**	**21.846**	**(84.000)**	**74.358**	**271.310**

Demonstrações dos resultados Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais, exceto os saldos de resultado por ação)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Receita líquida de serviços	21	233.953	186.734
Custo dos Serviços Prestados	22	(117.464)	(116.132)
Lucro bruto		**116.489**	**70.602**
Despesas e receitas operacionais			
Gerais e administrativas	22	(34.389)	(29.760)
Com pessoal	22	(74.990)	(45.961)
Depreciação e amortização	22	(5.181)	(5.569)
Despesas com publicidade, marketing e propaganda	22	(3.389)	(2.668)
Outras despesas e receitas operacionais	23	15.450	-
Resultado operacional antes do resultado financeiro		**13.990**	**(13.356)**
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	24	59.791	37.029
Despesas financeiras	24	(188.751)	(130.909)
Resultado financeiro líquido		**(128.960)**	**(93.880)**
Resultado operacional antes do IRPJ e CSLL		**(114.970)**	**(107.236)**
Imposto de renda e contribuição social - diferido	7	40.612	35.697
Prejuízo líquido do exercício		**(74.358)**	**(71.539)**
Resultado por ação		**(1,16873)**	**(1,40551)**

Demonstrações dos resultados abrangentes Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais – R$)

	31/12/2022	31/12/2021
Prejuízo líquido do exercício	**(74.358)**	**(71.539)**
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente	**(74.358)**	**(71.539)**

Demonstrações dos fluxos de caixa método indireto Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais - R$)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(114.970)	(107.236)
Ajustes para reconciliar o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:			
Provisão para contingências cíveis	15	521	(551)
Depreciação e amortização	8 e 9	38.186	58.505
Operação com instrumentos financeiros derivativos - MtM	5	34.760	(5.787)
Bônus a pagar		4.663	3.794
Juros pagos sobre debêntures	14	29.600	11.768
Juros incorridos sobre debêntures	14	(36.941)	(17.681)
Juros pagos sobre empréstimos	13	29.698	11.397
Juros incorridos sobre empréstimos	13	(32.815)	(14.236)
Juros pagos sobre arrendamento	16	929	1.180
Juros e variação cambial sobre passivo financeiro de fornecedores	17	22.262	68.030
		(24.107)	**9.184**
Variação nos ativos e passivos operacionais:			
Clientes	4	(773)	(14.220)
Despesas antecipadas	6	3.696	(4.622)
Impostos a recuperar		(22.405)	(4.370)
Outros ativos		180	(537)
Fornecedores	10	(6.814)	(8.028)
Obrigações trabalhistas, férias e encargos sociais	11	2.546	(4.408)
Obrigações tributárias	12	1.226	(791)
Arrendamento a pagar	16	17.294	321
Outras contas a pagar	18	3.508	4.593
Caixa líquido utilizado pelas atividades operacionais		**(25.650)**	**(22.878)**
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisições de imobilizado	8	(3.936)	(6.621)
Aquisições de intangível	9	(16.337)	(24.054)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		**(20.273)**	**(30.675)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Variação nos passivos de financiamentos:			
Custo de Transação Relacionados Debêntures	14	14.107	11.958
Pagamento de Arrendamento	16	(2.719)	(7.683)
Pagamento de Passivo Financeiro de fornecedores	17	(89.589)	(72.593)
Custo de Transação Relacionados a Empréstimos	13	6.398	5.842
Aumento de Capital		283.514	43.000
Custo de Transação na emissão de Ações	20b	(21.845)	-
Bônus de Subscrição	20a	84.000	-
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento		**273.866**	**(19.476)**
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		**227.944**	**(73.029)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		92.447	165.477
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		320.391	92.447
		227.944	**(73.029)**

Notas explicativas às demonstrações financeiras da Gestora de Inteligência de Crédito S.A.

1 Contexto operacional A Gestora de Inteligência de Crédito S.A. ("Quod" ou "Sociedade"), constituída na forma de sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, com sede na Alameda Araguaia, 2.104 - 8º andar, cidade de Barueri, foi fundada em 14 de junho de 2017, pelos acionistas Banco do Brasil, Caixa Participações, Banco Bradesco, Banco Itaú e Banco Santander, e passou a atuar com a marca Quod desde junho de 2018. Em 2019, a Sociedade deu continuidade à construção de sua plataforma de operação e desenvolvimento de seus produtos, iniciando ainda suas atividades comerciais, tendo assinado os primeiros contratos globais de serviço e realizando diversas provas de conceito com clientes. Em junho de 2020, a Sociedade passou a operar de forma plena sua plataforma de dados, produtos de score e relatório de crédito. A Sociedade avalia constantemente alternativas para equilibrar seus ativos e passivos de curto prazo. Como resultado, a Sociedade contratou no 1º Semestre de 2022, operações de capital de giro e realizou a postergação da amortização de suas debentures, conforme apresentado na nota 14 – Debêntures a pagar. Em 04 de outubro de 2022, de acordo com a deliberação da Assembleia Geral Extraordinária, a Sociedade emitiu um Bônus de Subscrição em favor de um novo investidor, a LexisNexis Risk Solutions, fornecedora global de soluções de avaliação de risco e Compliance, que conferiu ao seu titular o direito de subscrever novas ações ordinárias e preferenciais nominativas e sem valor nominal da Sociedade. O Bônus de Subscrição emitido no valor de R$ 84.000, foi integralmente pago nesta data pelo novo investidor. Em 20 de dezembro de 2022, a Sociedade recebeu um ingresso de capital do novo investidor LexisNexis Risk Solutions no valor de R$ 283.513. Os recursos foram integralmente integralizados pela LexisNexis Risk Solutions na mesma data, mediante exercício de Bônus de Subscrição de sua titularidade. Com o aumento do capital social e a evolução de seu plano de negócios, a Sociedade vem aumentando suas receitas de forma recorrente ao longo dos exercícios, melhorando seu resultado operacional e diminuindo suas necessidades de caixa, a alavancagem da Sociedade e melhorando também seu resultado financeiro que consequentemente viabilizará o atingimento de lucro líquido. Para 2023, a Companhia planeja realizar operações de gerenciamento de dívida, alongando o prazo de suas dívidas bancárias. Nesse sentido, em 13 de fevereiro de 2023, foi aprovado pelo Conselho de Administração da Sociedade, a contratação de Notas Comerciais no valor de R$80.000, com prazo de 3 anos, que serão utilizadas para o pré-pagamento das Debentures, reduzindo a dívida da Companhia e alongando seu prazo. A Companhia pretende realizar novas operações ao longo de 2023, sempre com o intuito de alongar e otimizar suas dívidas. **A Sociedade é uma gestora de bases de dados, tendo as seguintes atividades como objeto social:** (i) Coleta, o armazenamento, a avaliação, o monitoramento e o gerenciamento de dados financeiros e não financeiros de pessoas naturais e jurídicas; (ii) Organização, a análise, o desenvolvimento, a criação e a comercialização de informações e soluções para apoiar decisões e gerenciamento de risco de crédito e de negócios; (iii) Desenvolvimento e comercialização de relatórios de crédito, de escalas e métricas (score) de risco de crédito, de risco de identidade e de fraude, e de atributos de risco de crédito e de fraude; (iv) Classificação e análise de risco; (v) Prestação de serviços acessórios à análise de carteira de crédito e à recuperação de obrigações vencidas e não honradas; (vi) Prestação de serviços em geral para suporte a atividade creditícia e de proteção ao crédito, incluindo consultoria, desenvolvimento de sistemas, projetos, elaboração e venda de pesquisas; (vii) Desenvolvimento e exploração comercial relacionados a prestação de serviços de informação, marketing e tecnologia em geral, com base no banco de dados, no know-how e na capacidade de distribuição da Sociedade; (viii) Serviços de suporte ao consumidor em relação a crédito e fraude, incluindo educação financeira; (ix) Instrução, treinamento e capacitação técnica para terceiros nas atividades desenvolvidas pela Sociedade, inclusive para análise de crédito e prevenção a fraudes; (x) Desenvolvimento, implementação e comercialização de modelos estatísticos; (xi) Prestação de serviços na área de processamento de dados para terceiros; (xii) Assessoria, consultoria e suporte técnico em informática, inclusive instalação, configuração e manutenção de programas de computação e bancos de dados, bem como portais, provedores de internet e demais serviços de informação na internet; (xiii) Desenvolvimento, aplicação e oferta de tecnologias de segurança em operações e transações, por meios eletrônicos ou não; (xiv) Criação, desenvolvimento, cessão, licença, sublicença e distribuição de sistemas de processamento de dados e de software; (xv) Prática de outras atividades necessárias e pertinentes para a realização de seu objeto social; e (xvi) Participação em outras sociedades, como acionista ou quotista, no Brasil ou no exterior. **2 Principais práticas contábeis 1.1 Declaração de conformidade** As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com os Pronunciamentos Contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), interpretações e orientações técnicas que são aplicadas consistentemente pela Sociedade. **2.2 Base de preparação** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. As demonstrações financeiras da Sociedade foram aprovadas para divulgação pelo Conselho de Administração em 24 de fevereiro de 2023. **2.3 Moeda funcional e de apresentação** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Sociedade são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Sociedade atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais - R$, que é a moeda funcional da Sociedade e, também, a moeda de apresentação destas demonstrações financeiras. **2.4 Estimativas contábeis** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, os passivos, as receitas e as despesas da Sociedade, bem como a divulgação de informações sobre os dados de suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se às perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa do contas a receber, à vida útil dos bens do imobilizado e intangível, à realização do imposto de renda e da contribuição social diferidas e ao "impairment" sobre o intangível. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às probabilidades inerentes ao processo de estimativa. A Sociedade tem como política efetuar a revisão de suas estimativas, no fechamento das demonstrações financeiras intermediárias e anuais. **2.5 Caixa e equivalentes de caixa** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com carência original de três meses ou menos e com risco insignificante de mudança de valor, mantidos para utilização nos compromissos de curto prazo. **2.6 Instrumentos financeiros Classificação e mensuração** As práticas contábeis adotadas pela Sociedade permitem que os instrumentos financeiros sejam classificados sob as seguintes categorias: (i) instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado; (ii) instrumentos de dívida mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA – instrumentos de dívida); (iii) instrumentos patrimoniais mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA – instrumentos patrimoniais); e (iv) instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado (VJR). A classificação depende da origem dos instrumentos ou da finalidade para a qual os instrumentos financeiros são adquiridos. A classificação dos instrumentos financeiros é efetuada no reconhecimento inicial da operação. No quadro abaixo, demonstramos a classificação de seus ativos e passivos financeiros, a partir dos requisitos do CPC 48:

Ativo / Passivo Financeiro	Classificação
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo por meio do resultado
Contas a Receber	Custo amortizado
Instrumentos Financeiros Derivativos	Valor justo por meio do resultado
Empréstimos Bancários	Custo amortizado
Fornecedores	Custo amortizado
Passivo Financeiro a pagar	Custo amortizado
Debêntures a pagar	Custo amortizado

Instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: (i) é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. **Instrumentos financeiros mensurados ao VJR** Todos os ativos e passivos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos e passivos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Sociedade pode designar de forma irrevogável um ativo ou passivo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria. **2.6.1 Contas a Receber de Clientes** São ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado, representados pelos valores nominais dos títulos a receber de clientes por venda de produtos e serviços de soluções de análise de risco de crédito, prevenção a fraude, compliance e cobrança para seus clientes. Perdas Esperadas para Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD A Sociedade elaborou a sua política para reconhecimento de perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa e reconheceu provisão para perdas esperadas de créditos sobre os recebíveis de acordo com as diretrizes do CPC 48 - Instrumentos Financeiros. A Sociedade aplicou o modelo simplificado para o cálculo da sua provisão de perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa. Dentre outras informações foi considerado a matriz a seguir para cálculo da provisão de perdas esperadas:

	Títulos a vencer	Títulos vencidos				
		entre 1 e 30 dias	entre 31 e 60 dias	entre 61 e 90 dias	entre 91 e 180 dias	acima de 180 dias
Percentual de Perdas	0,48%	1,96%	10,02%	21,15%	48,17%	100%

Os títulos de clientes que apresentam acordo de pagamento com reconhecimento da dívida e formalização do acordo, bem como títulos de clientes que não apresentam riscos de créditos não são considerados na base de cálculo. Caso o acordo não seja cumprido parcial ou totalmente, o título volta a ser considerado na base de cálculo para provisão. **2.7 Imobilizado** O imobilizado está demonstrado ao valor de custo, deduzido de depreciação e perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A depreciação inicia-se quando os ativos estão prontos para o uso pretendido. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no fim do exercício, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado. **2.8 Intangível** O intangível inclui gastos com aquisição e elaboração de sistemas de computação para a formação e implementação de plataformas e bases de dados e dos produtos que serão ofertados pela Sociedade. Dessa maneira, tais gastos são capitalizados em consonância com os pronunciamentos contábeis aplicáveis, conforme descrito abaixo. Quando aplicável, de acordo com o CPC 04 - Ativo intangível, os ativos são amortizados pelo método que reflita o padrão no qual se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela mesma, às taxas anuais mencionadas na nota explicativa nº 9, que levam em consideração a vida útil desses ativos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e os produtos de softwares identificáveis e exclusivos, controlados pela Sociedade, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos: É tecnicamente viável concluir o software/projeto para que esteja disponível para uso ou venda; A Sociedade pretende concluir o software/projeto e usá-lo ou vendê-lo; O software/projeto pode ser vendido ou usado; O software/projeto gerará benefícios econômicos futuros prováveis, que podem ser demonstrados; • Recursos técnicos e financeiros e outros recursos adequados estão disponíveis para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o software/projeto; • O gasto atribuível ao software/projeto durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança; • Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software/projeto, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de software/projeto e uma parcela adequada das despesas diretas relevantes; e • Os custos com desenvolvimento que não atendem a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesas não são reconhecidos como ativo em exercício subsequente. O valor amortizável do respectivo ativo intangível com vida útil definida é apropriado de forma sistemática ao longo da sua vida útil estimada, cujo método de amortização reflete o padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros pela Sociedade. Assim os ativos intangíveis podem ser amortizados pelo método linear ou não linear, conforme taxas descritas na nota explicativa nº 9. **2.9 Redução ao valor recuperável de ativos intangíveis** No fim do exercício, a Sociedade revisa o valor contábil de seus ativos intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Para tanto, a Sociedade identifica os grupos de ativos que possuem entradas de caixa independentes (UGC's – Unidade Geradoras de Caixa) e avalia seu valor em uso. O valor em uso é mensurado a partir das previsões de fluxos de caixa, descontados pelo custo médio de capital ponderado da Sociedade, durante a vida útil da UGC em questão. A Sociedade compara o valor em uso das UGCs com a soma dos valores contábeis dos ativos que a compõem. Se o montante recuperável de um ativo calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. Nos exercícios de 2022 e 2021 a Sociedade não registrou perdas por redução ao valor recuperável de ativos. **2.10 Fornecedores** As contas a pagar a fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios. **2.11 Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais** As provisões para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais são reconhecidas de acordo com o Pronunciamento Contábil **Técnico CPC 25**, que trata de Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. Para os processos diagnosticados com riscos possíveis a Sociedade divulga em Nota Explicativa e para os processos diagnosticados com o risco remoto a Sociedade faz o acompanhamento. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no fim de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. **2.12 Imposto de renda e contribuição social** A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos. A provisão para imposto de renda foi constituída com base na legislação fiscal vigente à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R$ 240 (R$ 20 por mês). A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais negativas correspondentes usadas na apuração do lucro tributável. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias e prejuízo fiscal e base negativa de IRPJ e CSLL, apenas quando for provável que a Sociedade apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. **2.13 Receita de contratos com Clientes** A Sociedade gera receita principalmente pela venda de soluções de análise de risco de crédito, prevenção a fraude, compliance e cobrança para seus clientes. A mensuração da receita ocorre com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Sociedade reconhece a receita conforme o CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, no momento em que transfere o controle dos serviços ao cliente e através da análise e aplicação das 5 etapas que deverão ser seguidas até o reconhecimento contábil de uma receita: etapa 1 – Identificar o(s) contrato(s) com um cliente; etapa 2 – Identificar as obrigações de performance; etapa 3 – Determinar o preço da transação por obrigação de performance; etapa 4 – Alocar o preço de transação às obrigações de performance no contrato; e etapa 5 – Reconhecimento da Receita conforme o cumprimento das obrigações de performance. As informações sobre a natureza dos contratos e a época do cumprimento de obrigações de performance em contratos com clientes estão descritas abaixo: **(1) Pacotes pré-pagos:** essa modalidade de pacotes permite a contratação dos produtos por um determinado período (mensal, trimestral, semestral ou anual). Os clientes contratam um limite de utilização mensal não cumulativo e pago antecipadamente. Esse modelo de negócio atende principalmente os clientes de pequeno e médio porte. **(2) Oferta customizada com franquia:** essa modalidade permite a contratação mensal de um ou mais dos produtos dentro do portfólio. Os clientes contratam uma franquia de valor mensal e a utilização dos produtos é apurada e precificada de maneira unitária. Em caso de utilização inferior ao valor de contrato, será cobrada a franquia estabelecida. Em caso de utilização acima da franquia, é cobrado o valor excedente. **(3) Oferta customizada sem franquia:** essa modalidade permite a contratação mensal de um ou mais dos produtos dentro do portfólio com preço unitário preestabelecido. Os clientes não possuem uma franquia de valor mensal e a utilização dos produtos é apurada e precificada de acordo com o contrato. **(4) Oferta customizada com consumo ilimitado:** essa modalidade permite a contratação mensal de um ou mais dos produtos dentro do portfólio com consumo ilimitado a um preço fixo predeterminado. Esse modelo de negócio atende principalmente os clientes estratégicos. **(5) Success Fee:** essa modalidade de serviço é baseada em um percentual de retorno preestabelecido e apurado mensalmente. Esse modelo de negócio é utilizado apenas em determinadas linhas de produtos. O reconhecimento da receita ocorre à medida que o cliente tem acesso aos produtos e serviços de acordo com o contrato. **(1) Pacotes pré-pagos:** nessa modalidade a receita é reconhecida no ato da prestação de serviço. **(2) Oferta customizada com franquia:** nessa modalidade a receita é reconhecida mensalmente com base nos valores apurados pela Sociedade. **(3) Oferta customizada sem franquia:** nessa modalidade a receita é reconhecida mensalmente com base nos valores apurados pela Sociedade. **(4) Oferta customizada com consumo ilimitado:** nessa modalidade a receita é reconhecida mensalmente com base nos valores preestabelecidos em contrato. **(5) Success Fee:** nessa modalidade a receita é reconhecida mensalmente com base nos valores apurados pela Sociedade, quando não há mais variabilidade em relação ao seu valor **2.14 Custos** A Sociedade apura e reconhece os custos principalmente sobre venda de soluções de análise de risco de crédito, prevenção a fraude, compliance e cobrança para seus clientes. Os principais custos apurados e reconhecidos são: **(1) Sustentação e suporte** à **plataformas:** São custos fixos relacionados a sustentação, manutenção do ambiente cloud e suporte à plataforma tecnológica; **(2) Base de dados:** São custos fixos relacionados à aquisição, estruturação e processamento de base de dados. **(3) Comunicação:** São custos variáveis relacionados com os envios de carta, disparos de sms, telefonemas e disparos de e-mail para comunicação ao consumidor; **(4) Atendimento ao cliente:** São custos variáveis relacionados a atendimento ao cliente e ao consumidor; **(5) Revenda de produtos:** São custos variáveis relacionados à revenda de produtos de parceiros aos nossos clientes; **(6) Custos de Pessoal:** São custos variáveis relacionados a remuneração, benefícios e encargos sociais dos colaboradores diretamente ligados à prestação de serviços aos nossos clientes. Esses colaboradores são profissionais pertencentes e/ou alocados nas áreas de Tecnologia da Informação (T.I) e Dados e Analytics; **(7) Depreciação e Amortização:** São custos relacionados a depreciação dos equipamentos de informática e processamento de dados, bem como os custos relacionados a amortização da plataforma tecnológica que são essenciais e diretamente ligados à prestação de serviços aos nossos clientes. 1.15 Normas e interpretações ainda não efetivas Algumas novas normas e revisões são efetivas para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2022. A Sociedade analisou e não adotou essas normas na preparação dessas demonstrações financeiras. **• Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32/IAS 12) -** As alterações limitam o escopo da isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias - por exemplo, arrendamentos e passivos de custos de desmontagem. As alterações aplicam-se aos períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2023. Para arrendamentos e passivos de custos de desmontagem, os ativos e passivos fiscais diferidos associados precisarão ser reconhecidos desde o início do período comparativo mais antigo apresentado, com qualquer efeito cumulativo reconhecido como um ajuste no lucro acumulado ou outros componentes do patrimônio naquela data. Para todas as outras transações, as alterações se aplicam a transações que ocorrem após o início do período mais antigo apresentado. A Sociedade vai avaliar os possíveis impactos de aplicação da alteração da referida norma em suas demonstrações financeiras. **• Alterações ao CPC 26: Classificação de passivos como circulante ou não circulante** - Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: a) O que significa um direito de postergar a liquidação; b) Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório; c) Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação; d) Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio, os termos de um passivo não afetariam sua classificação. As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. No entanto, o IASB propôs posteriormente novas alterações ao IAS 1 e o adiamento da data de vigência das alterações de 2020 para períodos anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2024. A Sociedade vai avaliar os possíveis impactos de aplicação da alteração na referida norma, mas não espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras. **• Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis** - Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8, norma correlata ao CPC 23, no qual introduz a definição de 'estimativa contábeis'. As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis. As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e serão aplicadas para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. Adoção antecipada é permitida se divulgada. A Sociedade vai avaliar os possíveis impactos de aplicação da alteração na referida norma, mas não espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras. **• Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis** - Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1, norma correlata ao CPC 26 (R1) e IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias de como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis. As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 com adoção antecipada permitida. Já que as alterações ao Practice Statement 2 fornece guias não obrigatórios na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária. A Sociedade vai avaliar os possíveis impactos de aplicação da alteração da referida norma na divulgação de suas políticas contábeis. **• IFRS 17 (CPC 50) - Contratos de Seguro** - A nova norma estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro e substitui a IFRS 4 (CPC 11) - Contratos de Seguro. As alterações da nova norma são aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023. Essas alterações não apresentam impacto sobre as demonstrações financeiras da Sociedade. **3 Caixa e equivalentes de caixa** O caixa e equivalentes de caixa representados na demonstração do fluxo de caixa estão compostos da seguinte forma:

	Taxa média ponderada a.a. 2022	Taxa média ponderada a.a. 2021	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e bancos			5.992	14
Certificados de Depósito Bancário - CDB	104,2 do DI	102,8 do DI	314.399	92.433
Total			**320.391**	**92.447**

Representam aplicações remuneradas às taxas descritas acima, sem o risco de mudança significativa do valor e com liquidez imediata, mantidas em instituições financeiras de primeira linha.

4 Clientes

As contas a receber são representadas pelos valores nominais dos títulos a receber de clientes por venda de produtos e serviços de soluções de análise de risco de crédito, prevenção a fraude, compliance e cobrança para seus clientes.

	31/12/2022	31/12/2021
Clientes – a vencer	21.365	18.667
Clientes – vencidos	743	2.443
Perdas Esperadas para Créditos de Liquidação Duvidosa	(398)	(173)
Total	**21.710**	**20.937**

O saldo de contas a receber de clientes está apresentado substancialmente por títulos de prestação de serviços para clientes pessoa jurídica com vencimento entre 30 e 60 dias, sendo 59% com partes relacionadas, não elegíveis na composição da base de provisão de perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa. A sociedade aplicou o modelo simplificado para o cálculo da sua provisão de perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa do exercício. **A composição do saldo de contas a receber em 31 de dezembro de 2022:**

Aging List dos títulos	Taxa média de Perda Esperada	Saldo em 31/12/2022	Saldo em 31/12/2021	Provisão para Perda Esperada em 31/12/2022	Provisão para Perda Esperada em 31/12/2021
A vencer	0,48%	21.365	18.667	-	-
Vencidos de 01 a 30 dias	1,96%	164	1.863	1	1
Vencidos de 31 a 60 dias	10,02%	174	162	1	8
Vencidos de 61 a 90 dias	21,15%	5	164	1	32
Vencidos de 91 a 180 dias	48,17%	9	215	4	104
Vencidos a mais de 180 dias	100,00%	391	39	391	28
Total		**22.108**	**21.110**	**398**	**173**

Aging List dos títulos	Taxa média de Perda Esperada	Provisão para Perda Esperada em 31/12/2021	Constituição de Provisões	Reversões	Provisão para Perda Esperada em 31/12/2022
A vencer	0,48%	-	4	(4)	-
Vencidos de 01 a 30 dias	1,96%	1	8	(7)	1
Vencidos de 31 a 60 dias	10,02%	8	33	(39)	1
Vencidos de 61 a 90 dias	21,15%	32	54	(85)	1
Vencidos de 91 a 180 dias	48,17%	104	479	(580)	4
Vencidos a mais de 180 dias	100,00%	28	3.409	(3.046)	391
Total		**173**	**3.986**	**(3.761)**	**398**

5 Instrumentos Financeiros O valor justo estimado de ativos e passivos financeiros da Sociedade foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando a liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Sociedade não efetua aplicações de caráter especulativo, seja em derivativos, seja em outro ativo. Os ativos e passivos financeiros da Sociedade são (i) caixa e equivalentes de caixa, (ii) instrumentos financeiros derivativos, (iii) contas a receber (iv) empréstimos bancários, (v) fornecedores, (vi) passivo financeiro a pagar e (vii) debêntures a pagar. A Sociedade implantou Política de Aplicações Financeiras estabelecendo as diretrizes para gestão do risco de crédito e liquidez do seu portfólio de aplicações financeiras, incluindo a definição de limites por contraparte e de carência máxima permitida. O valor justo dos ativos e passivos financeiros, quando aplicável, foi determinado utilizando-se taxas de juros correntes disponíveis para operações remanescentes, com condições e vencimentos similares. A evidenciação para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo requer a divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (Nível 1). Informações além dos preços cotados incluídas no Nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) **(Nível 2).** Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (Nível 3). A tabela a seguir apresenta o valor justo/contábil dos ativos e passivos da Sociedade em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

	Nível 1		Nível 2		Nível 3	
Ativo:	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Classificados a valor justo pelo resultado						
CDB	-	-	314.399	92.433	-	-
Instrumentos financeiros derivativos - ativo	-	-	30	-	-	-
Passivo:						
Classificados a valor justo pelo resultado						
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	41.820	7.030	-	-
Classificados ao custo amortizado						
Empréstimos bancários	-	-	207.900	204.619	-	-
Passivo financeiro fornecedores	-	-	489.329	556.656	-	-
Passivo financeiro arrendamento	-	-	26.898	11.393	-	-
Debêntures	-	-	266.659	259.894	-	-

As metodologias utilizadas para a estimativa do valor justo estão definidas abaixo:

• Certificado de depósito bancários - CDB: Para as aplicações em CDB, o valor justo é apurado a partir dos valores atualizados da taxa de juros de DI disponibilizada ao mercado através de órgãos oficiais (B3 S.A – Brasil, Bolsa, Balcão, BACEN). **• Instrumentos financeiros derivativos**: Seus fluxos de caixa futuros são descontados a valor presente com base em curvas de rentabilidade, traçadas principalmente com base nos preços de troca de derivativos na B3, essas curvas de rentabilidade podem ser utilizadas para obter o valor justo dos derivativos. **• Empréstimos bancários:** O valor justo foi calculado pelos pagamentos previstos de principal e, quando aplicável, juros até o vencimento com as taxas previstas em contrato **• Passivos financeiros**: Para o passivo financeiro de fornecedores o valor justo é apurado a partir dos valores atualizados pelo IPCA e CPI, disponibilizados ao mercado através de órgãos oficiais (IBGE e BLS - Bureau of Labor Statistics). Já para o passivo financeiro de arrendamento o valor justo é apurado com base nos fluxos de caixa projetados, descontados a taxa média dos contratos de 7% ao ano. **• Debentures:** O valor justo é apurado a partir dos valores atualizados da taxa de juros de DI disponibilizada ao mercado através de órgãos oficiais (Cetip, BACEN, etc), acrescidos de sobretaxa de 2,70% ao ano. **5.1 Instrumentos Financeiros Derivativos** Em 2020, a Sociedade contratou Instrumento Financeiro - Swap junto ao Banco Safra, com o objetivo de se proteger de oscilações relacionadas à variação cambial do fluxo de pagamentos em moeda estrangeira associado ao contrato com seu parceiro tecnológico. O Swap protege o fluxo de pagamentos de janeiro de 2021 a novembro de 2027. A ponta ativa do swap incorre em variação cambial do dólar ao passo que a aponta passiva incorre juros equivalentes a DI -1,04%. Em 2022 a Sociedade contratou operações de instrumentos derivativos para proteção cambial de seus pagamentos em dólar previstos para o exercício de 2022, através da compra de Non Deliverable Forwards – NDF's (termo de dólar). Os termos possuíam vencimentos entre janeiro e dezembro de 2022, com taxas contratadas entre R$ 5,4984 e R$ 5,6440, taxa de fechamento em 31 de janeiro de 2022 de R$ 5,3574. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 esses instrumentos financeiros derivativos estavam representados conforme abaixo, respectivamente:

	2022 Valor de Referência (milhares de USD)	2022 MtM	2021 Valor de Referência (milhares de USD)	2021 MtM
Operações de Swap	**27.879**	**(41.820)**	**32.891**	**(6.827)**
Variação Cambial vs Taxa Flutuante em R$ (DI -1,04%)	27.879	(41.820)	32.891	(6.827)
Operações de NDF	**4.553**	**30**	**2.469**	**(203)**
Termo de Dólar	4.553	30	2.469	(203)
Total	**32.432**	**(41.790)**	**35.360**	**(7.030)**

6 Despesas antecipadas O saldo de despesas antecipadas em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, no montante de R$ 6.395 e R$ 10.092, respectivamente, conforme relacionado abaixo:

	31/12/2022	31/12/2021
Suportes de informática (a)	3.616	3.375
Subscrição de software (b)	2.559	2.080
Seguros (c)	220	243
Outras despesas antecipadas (d)	-	4.394
Total	**6.395**	**10.092**
Curto prazo	5.089	8.536
Longo prazo	1.306	1.556

(a) Refere-se a despesa de suporte a equipamentos de informática; **(b)** Refere-se a despesas na contratação de serviços de uso de software utilizados nas atividades da Sociedade. **(c)** Refere-se a despesas de seguro patrimonial, seguro dos data centers, direitos & obrigações (D&O), seguro garantia e seguro fiança. **(d)** Refere-se a despesas na contratação de serviços de consultorias. **7 Imposto de renda e contribuição social – Diferido** A Sociedade reconheceu ativo fiscal diferido sobre o saldo negativo proveniente dos prejuízos reconhecidos em 2022 e 2021. Com base em estimativas de lucros tributáveis futuros, a Sociedade considera provável sua utilização contra tais prejuízos no prazo de 7 anos.

	31/12/2022	31/12/2021
Ativo fiscal diferido (Resultado):		
Imposto de renda diferido	29.646	26.055
Contribuição social diferida	10.966	9.641
Total	**40.612**	**35.696**

O quadro a seguir apresenta o detalhamento da composição do ativo fiscal diferido:

	31/12/2022	31/12/2021
Prejuízo Fiscal e Base Negativa:		
Prejuízo fiscal - IR	469.831	393.572
Base negativa de CSLL	487.466	407.947
Adições e (Exclusões):		
Total das Adições	94.541	62.757
Total das Exclusões	(30.798)	(41.339)
Bases de Cálculo		
Base de Cálculo de IRPJ	533.574	414.989
Base de Cálculo de CSLL	551.209	429.365
Ativo Fiscal Diferido:		
Imposto de Renda Diferido	133.393	103.747
Contribuição Social Diferida	49.609	38.643
Total	**183.002**	**142.390**

Para o cálculo do valor presente do ativo fiscal diferido foi utilizada a taxa de captação. Em 31 de dezembro de 2022, o valor presente é representado pelo montante de R$ 81.098. **A tabela a seguir apresenta o Aging de realização do ativo fiscal diferido:**

	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
Utilização do diferido (período)	209	11.695	24.673	32.891	38.869	41.778	32.887
Utilização do diferido (acumulado)	209	11.904	36.577	69.468	108.337	150.115	183.002

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001. A autenticidade pode ser conferida ao lado

ICP Brasil

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 03/03/2023

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de **Publicações Legais** no portal do **Jornal O Dia SP.** Acesse também através do link: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 0EB9-4D7D-863D-AB50.

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 0EB9-4D7D-863D-AB50.

GESTORA DE INTELIGÊNCIA DE CRÉDITO S.A. - **C.N.P.J.** 28.042.871/0001-97

% Utilização	0%	7%	20%	38%	59%	82%	100%
Valor Presente do AFD	166	7.946	14.363	16.404	16.609	15.295	10.315

8 Imobilizado

	Taxa média anual - %	31/12/2022 Custo	Depreciação	Líquido	31/12/2021 Líquido
Equipamentos de informática (a)	20	49.644	(28.885)	20.759	28.447
Benfeitorias (b)	11 a 13	4.630	(2.366)	2.264	2.753
Telefonia	20	443	(443)	-	66
Móveis e utensílios	10	833	(357)	476	546
Direito de uso - imóveis e equipamentos (c)	.13 a 33	29.986	(4.258)	25.728	9.957
Imobilizado em Andamento		622	-	622	-
Total		**86.158**	**(36.309)**	**49.849**	**41.769**

As movimentações do imobilizado são as seguintes:

	Taxa média anual - %	Saldos em 31 de dezembro de 2021	Aquisições	Depreciações	Saldos em 31 de dezembro de 2022
Equipamentos de informática (a)	20	28.447	2.141	(9.829)	20.759
Benfeitorias (b)	11 a 13	2.753	63	(552)	2.264
Telefonia	20	66	-	(66)	-
Móveis e utensílios	10	546	12	(82)	476
Direito de uso - imóveis e equipamentos (c)	13 a 33	9.957	1.098	14.673	25.728
Imobilizado em Andamento		-	622	-	622
Total		**41.769**	**3.936**	**4.144**	**49.849**

Refere-se a equipamentos de informática, primordialmente servidores da plataforma de dados da Sociedade. Benfeitorias: Refere-se a benfeitorias em imóveis de terceiros e está sendo depreciado conforme exercício firmado no contrato de aluguel. Refere-se aos direitos de uso de imóveis da sede e equipamentos dos data centers da Sociedade. Em outubro de 2022 a Sociedade em negociação com o seu fornecedor antecipou a renovação do contrato e efetuou a extenção do contrato por mais 5 anos, essa operação gerou a reversão e recálculo do arrendamento que culminou na movimentação positiva da depreciação do direito de uso.

9 Intangível

	Taxa média anual de amortização - %	31/12/2022 Custo	Amortização	Líquido	31/12/2021 Líquido
Plataforma de dados (a)	1 a 7	817.890	(31.580)	786.310	801.452
Software e licenciamento de software (b)	20	5.525	(2.241)	3.284	3.893
Produtos (c)	9 a 10	80.222	(18.879)	61.343	69.049
Base de dados (d)	48	87.656	(65.455)	22.201	24.737
Total		**991.293**	**(118.155)**	**873.138**	**899.131**

As movimentações do intangível são as seguintes:

	Saldos em 31 de dezembro de 2021	Aquisição	Amortização	Saldos em 31 de dezembro de 2022
Plataforma de dados (a)	801.452	-	(15.143)	786.310
Software e licenciamento de software (b)	3.893	541	(1.150)	3.284
Produtos (c)	69.049	-	(7.705)	61.343
Base de dados (d)	24.737	15.796	(18.332)	22.201
Total	**899.131**	**16.337**	**(42.330)**	**873.138**

(a) Refere-se a investimentos em desenvolvimento das plataformas de dados da Quod. No ativo em questão aplicou-se um método de amortização não linear, tendo taxas crescentes ao longo de sua vida útil, variando de 1-7% ao ano. O referido método reflete o padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros pela Sociedade. (b) Refere-se a softwares e licenças de software de terceiros utilizados no desenvolvimento da plataforma de dados da Quod, para prestação de novos serviços e produtos, bem como a implantação de plataformas de atendimento a clientes e de sistemas de gestão. Refere-se a gastos com desenvolvimento ou aquisição de novos produtos. Refere-se a gastos realizados para formação de base de dados da Sociedade. **10 Fornecedores** O saldo de fornecedores em 31 de dezembro de 2022 e 2021, no montante de R$ 38.925 e R$ 45.738, respectivamente, refere-se à aquisição de bens, manutenção de software, hardware e consultorias diversas, etc.

	31/12/2022	31/12/2021
Lexis Nexis Risk Solutions	(20.559)	(20.520)
Equinix do Brasil Soluções de Tecnologia em Informática Ltda	(500)	(577)
Outros fornecedores	(17.866)	(24.641)
Total	**(38.925)**	**(45.738)**
Circulante	(30.148)	(33.473)
Não Circulante	(8.777)	(12.265)

11 Obrigações trabalhistas, férias e encargos sociais

	31/12/2022	31/12/2021
Obrigações sociais e trabalhistas	(17.160)	(12.061)
Provisão para férias e encargos sobre férias	(6.005)	(3.895)
Total	**(23.165)**	**(15.956)**

12 Obrigações tributárias

	31/12/2022	31/12/2021
Impostos federais (PIS, COFINS, IRRF, CIDE, CSRF)	(5.504)	(4.501)
Imposto Municipal (ISS)	(774)	(550)
INSS	(4)	(5)
Total	**(6.282)**	**(5.056)**

13 Empréstimos Bancários a pagar Em 29 de setembro de 2020, a Sociedade contratou empréstimos na modalidade de Cédula de Crédito Bancária (CCB) junto aos bancos Bradesco, Santander e Safra, no montante total de R$ 200.000, sendo R$ 66.667 junto a cada instituição financeira. As CCB's possuem prazo total de 5 anos, com pagamento de juros semestral e amortização anual, em três parcelas iguais, a partir do final do 3º ano. A remuneração dos empréstimos é equivalente a DI + 2,70% ao ano. Os contratos não possuem covenants financeiros.

Em 31 de dezembro de 2022, os saldos de empréstimos a pagar eram compostos conforme abaixo:

	Saldos em 31 de dezembro de 2021	Apropriações	Juros pagos	Saldos em 31 de dezembro de 2022
Empréstimos Bancários a pagar	(200.000)	-	-	(200.000)
Juros sobre Emprestimos Bancários	(5.220)	(32.815)	29.698	(8.337)
Custos de transação a apropriar	601	(164)	-	437
Total	**(204.619)**	**(32.979)**	**29.698**	**(207.900)**
Circulante	(5.056)			(74.840)
Não Circulante	(199.563)			(133.060)

14 Debêntures a pagar Em agosto de 2019, ocorreu a 1ª Emissão de Debêntures simples, não conversíveis em ações, para distribuição pública com esforços restritos da Sociedade. O valor total da emissão foi de R$ 250.000, com remuneração equivalente a DI+0,60% ao ano, pagas semestralmente. A escritura das debêntures previa a observância pela Sociedade do índice financeiro de Dívida Líquida / EBITDA igual ou inferior a 3,0, devendo a primeira apuração ser realizada com base nas informações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Caso a Sociedade não cumprisse o respectivo índice em uma determinada apuração, deveria ser convocada uma Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre a não declaração de vencimento antecipado das Debêntures. Em 24 de setembro de 2020, foi aprovado pela Assembleia Geral de Debenturistas da 1ª Emissão de Debentures da Sociedade o 2º Aditivo à Escritura, prevendo novas condições de limite de endividamento da Sociedade, bem como a alteração da remuneração das debentures para DI + 2,70% ao ano. O aditivo alterou ainda a necessidade de observância pela Sociedade do índice financeiro de Dívida Líquida/ EBITDA igual ou inferior a 3,0. Tal índice passa a ser observado somente nos casos em que a Sociedade contrate dívida que resulte em endividamento total igual ou superior a R$ 600.000. Em 06 de julho de 2022, foi aprovada pela Assembleia Geral de Debenturistas a postergação da amortização, conforme originalmente prevista no Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures, de 22 de julho de 2022 para a nova data de 22 de abril de 2023. Ainda nesta data, foi deliberado o pagamento do prêmio no montante equivalente a 0,35% (trinta e cinco centésimos por cento) calculado sobre o saldo devedor das Debêntures no dia do pagamento do prêmio, realizado aos Debenturistas no dia 08 de julho de 2022. Em 31 de dezembro de 2022, os saldos de Debêntures a pagar eram compostos conforme abaixo:

	Saldos em 31 de dezembro de 2021	Apropriações	Prêmio	Juros pagos	Saldos em 31 de dezembro de 2022
Debentures a pagar	(250.000)	(223)	931	-	(249.292)
Juros sobre Debêntures	(10.233)	(36.942)	-	29.600	(17.575)
Custos de transação a apropriar	339	(131)	-	-	208
Total	**(259.894)**	**(37.296)**	**931**	**29.600**	**(266.659)**

15 Provisões para Contingências No encerramento do exercício, a Sociedade era parte envolvida em processos judiciais cíveis no valor de R$ 1.391 (R$ 3.567 em 31 de dezembro de 2021) classificados como "possíveis". Com base nas avaliações dos especialistas jurídicos da Sociedade, o risco de perda dos processos cíveis classificados como "prováveis" era de R$ 229 em 31 de dezembro de 2022 (R$ 750 em 31 de dezembro de 2021).

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a movimentação dos saldos das Provisões de Contingências eram compostos conforme abaixo:

	31/12/2021	Adições	Baixas	31/12/2022
Provisão para Contingências Cíveis	(750)	(50)	571	(229)
Total	**(750)**	**(50)**	**571**	**(229)**
	31/12/2020	**Adições**	**Baixas**	**31/12/2021**
Provisão para Contingências Cíveis	(199)	(693)	142	(750)
Total	**(199)**	**(693)**	**142**	**(750)**

16 Arrendamentos a pagar

Em 31 de dezembro de 2022, os valores do ativo de direito de uso e o passivo de arrendamento a pagar são de R$ 25.728 (em 2021 era R$ 9.957) e R$ 26.898 (em 2021 era R$ 11.393), respectivamente.

Movimentação dos direitos de uso

	Saldos em 31/12/2021	Baixa 2022	Reajuste 2022	Depreciação	Saldos em 31/12/2022
Data-center	5.940	(5.940)	23.176	(1.160)	22.016
Imóveis	4.017	-	542	(847)	3.712
Total	**9.957**	**(5.940)**	**23.718**	**(2.007)**	**25.728**

Movimentação dos arrendamentos a pagar

	Saldos em 31/12/2021	Baixa 2022	Reajuste 2022	Juros	Pagamentos	Saldos em 31/12/2022
Data-center	6.423	(6.423)	23.176	397	(1.375)	22.198
Imóveis	4.970	-	542	532	(1.344)	4.700
Total	**11.393**	**(6.423)**	**23.718**	**929**	**(2.719)**	**26.898**

Cronograma de vencimento de arrendamentos a pagar de longo prazo

Periodo	**Valor**
2024-2025	6.878
2025-2026	6.878
2026-2027	6.878
2027	4.469
Total	**25.103**
Juros estimados do período de 2024 a 2027	(3.217)

O valor presente dos arrendamentos a pagar foi calculado com base nos fluxos de caixa projetados, descontados a taxa média dos contratos de 7% ao ano. **17 Passivo Financeiro a pagar** Em 30 de junho de 2020, a Administração iniciou sua operação com os ativos Plataforma de Dados Quod e Produtos Relatório e Score de Crédito que encontravam-se nas condições necessárias para operar da forma pretendida pela Sociedade. Como na data de início de uso desses ativos ainda havia liquidações previstas, a mensuração do custo remanescente desses ativos foi realizada com base no valor presente das contraprestações futuras ainda não liquidadas. O registro do valor presente dos ativos em questão foi realizado em contrapartida a um passivo financeiro, uma vez que com a entrega dos ativos da forma pretendida pela Administração, a Sociedade passa a não ter o direito incondicional de evitar a entrega de caixa para liquidar sua obrigação contratual. O passivo financeiro é atualizado anualmente pela inflação brasileira e americana, sendo a última contraprestação prevista para setembro de 2027. **Em 31 de dezembro de 2022, os saldos dos Passivos Financeiros a pagar eram compostos conforme abaixo:**

	Saldos em 31 de dezembro de 2021	Apropriações	Pagamentos	Variação Cambial	Variação Monetária	Saldos em 31 de dezembro de 2022
Passivo Financeiro de Fornecedores a pagar	571.548	-	(89.589)	(12.234)	29.959	499.684
Juros sobre Passivo Financeiro de Fornecedores	(14.892)	4.537	-	-	-	(10.355)
Total	**556.656**	**4.537**	**(89.589)**	**(12.234)**	**29.959**	**489.329**
Circulante	85.771					94.385
Não Circulante	470.885					394.944
	Saldos em 31 de dezembro de 2020	**Apropriações**	**Pagamentos**	**Variação Cambial**	**Variação Monetária**	**Saldos em 31 de dezembro de 2021**
Passivo Financeiro de Fornecedores a pagar	581.348	-	(72.593)	40.171	22.622	571.548
Juros sobre Passivo Financeiro de Fornecedores	(20.129)	5.237	-	-	-	(14.892)
Total	**561.219**	**5.237**	**(72.593)**	**40.171**	**22.622**	**556.656**
Circulante	64.862					85.771
Não Circulante	496.357					470.885

18 Outras Contas a Pagar

	Nota Explicativa	31/12/2022	31/12/2021
Adiantamento de clientes		(1.707)	(2.224)
Devolução de Clientes		(30)	-
Provisão para Contingências Cíveis	15	(229)	(750)
Provisão de Fornecedores		(8.006)	(2.970)
Total		**(9.972)**	**(5.944)**

19 Partes relacionadas

No curso habitual das atividades e em condições de mercado, são mantidas pela Sociedade e seus acionistas operações com partes relacionadas, tais como aplicações financeiras, contas a pagar, despesas com benefícios, entre outros. A Sociedade, na realização de seus negócios e na contratação de serviços, realiza cotações e pesquisas de mercado tendo por critério a busca pelas melhores condições técnicas e de preços. Ainda, a natureza das atividades da Sociedade faz com que ela celebre contratos com diversos Bancos, sendo alguns desses seus acionistas diretos ou indiretos. Os quadros a seguir incluem os saldos patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021 da Sociedade, discriminados por modalidade de contrato, acionista, bem como as correspondentes receitas e despesas relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

	Balanço Patrimonial			
	31/12/2022		31/12/2021	
Empresas	**Ativo**	**Passivo**	**Ativo**	**Passivo**
Banco do Brasil S.A (a) e (e)	12.720	-	6.401	-
Banco Bradesco S.A (a), (d) e (e)	4.609	76.852	9.321	64.925
Banco Santander (Brasil) S.A (a), (d) e (e)	294.093	78.854	79.259	64.931
Banco Itaú Unibanco S.A (a), (e)	-	-	1	-
Banco Digio S.A (e)	1.461	-	-	-
Banco Losango S.A - Banco Multiplo (e)	210	-	-	-
Next Tecnologia e Serviços Digitais S.A. (e)	23	-	-	-
Ativos S.A. Securitizadora de Creditos Financeiros (e)	20	-	-	-
XS5 Administradora de Consorcios S.A. (e)	18	-	-	-
Atual Serv de Recup de Creditos e Meios Digitais S.A (e)	13	-	-	-
Banco Bradescard S.A. (e)	6	-	-	-
Banco Bradesco Financiamentos S.A. (e)	3	-	-	-
XS3 Seguros S.A. (e)	2	-	-	-
Lexis Nexis Risk Solutions FL Inc (f)	-	493.637	-	-
Lexisnexis Serviços de Analise de Risco (f)	-	6.840	-	-
Total	**313.178**	**656.183**	**94.982**	**129.856**

	Demonstração de Resultado			
	31/12/2022		31/12/2021	
Empresas	**Receitas Financeiras**	**Despesas**	**Receitas Financeiras**	**Despesas**
Banco do Brasil S.A (b)	-	1.389	-	1.284
Banco Bradesco S.A (b)	307	57	155	47
Banco Santander (Brasil) S.A (b)	5.992	-	2.644	-
Banco Itaú Unibanco S.A (b)	-	1	-	-
Alelo S.A (c)	-	6	-	1
Stelo S.A (b)	-	14	-	21
Brasilprev Seguros e Previdência S.A (c)	-	2.416	-	1.306
Bradesco Saude S.A (c)	-	4.108	-	3.132
Total	**6.299**	**7.991**	**2.799**	**5.791**

(a) Refere-se a transações de caixa e equivalentes de caixa com partes relacionadas. Refere-se a receitas de aplicações financeiras, despesas financeiras, comissionamento de coordenação sobre emissão de debêntures e despesa de gateway. Refere-se a transações de compra de benefícios a funcionários, taxas de serviços sobre vale transporte e vale combustível, assistência médica e plano de previdência privada. Refere-se a empréstimo bancário com partes relacionadas. Refere-se a transações de contas a receber com as partes relacionadas. Refere-se a transações de contas a pagar e passivo financeiro referentes ao mês de dezembro de 2022 com partes relacionadas. **Receita operacional** No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Sociedade auferiu receita bruta no montante de R$ 221.874 (em 2021 foi R$ 199.980) referente a prestação de serviços de informações de crédito para partes relacionadas. **Remuneração dos Administradores** Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, foram pagos e provisionados aos administradores benefícios de curto e longo prazo (salários, assistência médica, participação nos lucros e bônus), contabilizados na rubrica "Despesas com pessoal". Anualmente, a Sociedade aprova em assembleia o valor global da remuneração dos Administradores, conforme determinação do seu Estatuto Social. O saldo de Remuneração dos Administradores em 31 de dezembro de 2022 e 2021, no montante de R$ 11.691 e R$ 9.997, respectivamente, conforme relacionado abaixo:

	31/12/2022	31/12/2021
Remuneração fixa anual	7.260	5.801
Remuneração variável	4.431	4.196
Total	**11.691**	**9.997**

20 Patrimônio líquido - Capital social Em 04 de outubro de 2022, a Sociedade emitiu de acordo com a deliberação da Assembleia Geral Extraordinária um Bônus de Subscrição em favor da LexisNexis Risk Solutions, fornecedora global de soluções de avaliação de risco e Compliance, que conferiu ao seu titular o direito de subscrever novas ações ordinárias e preferenciais nominativas e sem valor nominal da Sociedade. O Bônus de Subscrição emitido no valor de R$ 84.000 foi integralmente pago nesta data pelo novo investidor. Em 20 de dezembro de 2022, foi aprovado o aumento de capital de R$ 283.514, subscrito e integralizado nesta data pelo novo acionista Lexisnexis Serviços de Análise de Risco Ltda., totalizando o capital da Sociedade em R$ 677.542, mediante a emissão de 10.179.730 de ações ordinárias e 2.544.933 de ações preferenciais. Em 31 de dezembro de 2022, o capital social é representado por 50.898.650 ações ordinárias (em 2021 era 43.247.325) e 12.724.663 preferenciais (em 2021 era 25.449.325), nos montantes de R$ 542.034 (em 2021 era R$ 197.014) e R$ 135.508 (em 2021 era R$ 197.015), respectivamente. **A composição do capital social da Sociedade é a seguinte e está representada em reais:**

	31/12/2022			31/12/2021		
Acionistas	**Capital Social**	**Qtde de Ações ON e PN**	**%**	**Capital Social**	**Qtde de Ações ON e PN**	**%**
Banco Bradesco S.A.	82.825	10.699.036	17%	79.245	10.699.036	21%
Banco do Brasil S.A.	81.893	10.578.523	17%	79.143	10.578.523	21%
Banco Santander (Brasil) S.A.	76.635	9.899.291	16%	78.569	9.899.291	19%
Caixa Participações S.A.	75.284	9.724.824	15%	78.421	9.724.824	19%
Itaú Unibanco S.A.	77.391	9.996.976	16%	78.651	9.996.976	20%
Lexisnexis Serviços de Análise de Risco Ltda	283.514	12.724.663	20%	-	-	-
Total	**677.542**	**63.623.313**	**100%**	**394.028**	**50.898.650**	**100%**

Custo de transação na emissão de ações Em dezembro de 2022 a Sociedade reconheceu como custos de transação na emissão de ações o montante de R$ 21.846 referente a gastos de Prestaçao de Serviços de Advogados e Consultorias diretamente ligados ao processo de entrada de um novo investidor. Esse procedimento esta de acordo com as diretrizes do Pronunciamento Técnico CPC-08 (R1) – Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários. **21 Receitas liquidas de serviços** A Sociedade gera receita principalmente pela venda de soluções de análise de risco de crédito, prevenção a fraude, compliance e cobrança para seus clientes. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os saldos de receita de contratos com clientes eram compostos conforme abaixo:

	31/12/2022	31/12/2021
Receita de Contratos com Clientes		
Receita bruta de serviços	270.175	215.711
Cancelamentos de faturamentos	(7.084)	(5.408)
Impostos sobre serviços - PIS, COFINS e ISSQN	(29.138)	(23.569)
Total	**233.953**	**186.734**

A seguir apresenta-se a desagregação da receita de contratos com clientes, por principais produtos e serviços e o tempo de reconhecimento de receita.

	31/12/2022	31/12/2021
Principais Produtos e Serviços		
Soluções de Análise de Risco de Crédito	193.805	164.450
Soluções de Prevenção a Fraude	32.666	15.680
Soluções de Compliance	2.418	2.091
Soluções de Cobrança	5.064	4.513
Total	**233.953**	**186.734**
Tempo de Reconhecimento de Receita		
Produtos e serviços transferidos em momento específico no tempo	7.645	445
Produtos e serviços transferidos em momento ao longo do tempo	226.308	186.289
Total	**233.953**	**186.734**

22 Custos, despesas gerais e administrativas por natureza Abaixo apresentamos os saldos de custos, despesas com vendas, gerais e administrativas conforme classificado na composição dos resultados dos exercícios de 31 de dezembro de 2022 e 2021, respectivamente:

	31/12/2022	31/12/2021
Custo dos serviços prestados	(117.464)	(116.132)
Despesas Gerais e administrativas	(34.389)	(29.760)
Despesas com pessoal	(74.990)	(45.961)
Depreciação e amortização	(5.181)	(5.569)
Despesas com publicidade, marketing e propaganda	(3.389)	(2.668)
	(235.413)	**(200.090)**

	31/12/2022	31/12/2021
Custos dos Serviços Prestados		
Sustentação e suporte a plataforma	(25.433)	(26.790)
Base de dados	(10.457)	(9.924)
Comunicação	(857)	(700)
Atendimento ao cliente	(15.424)	(13.040)
Custo com pessoal	(16.220)	(13.062)
Depreciação e amortização	(49.073)	(52.616)
Despesas com pessoal e Administrativas		
Pessoal	(74.990)	(45.961)
Publicidade, marketing e propaganda	(3.389)	(2.668)
Material consumo, escritório e outros	(3.218)	(3.670)
Viagem, locomoção e diárias	(235)	(52)
Despesas comerciais	(171)	-
Despesas Gerais		
Depreciação & amortização	(5.181)	(5.569)
Prestação de serviços	(23.646)	(19.333)
Impostos e taxas	(6.532)	(5.900)
Manutenção	(1)	(25)
Prediais & ocupações	(586)	(780)
	(235.413)	**(200.090)**

23 Outras Despesas e Receitas Operacionais Em 2022 a Sociedade efetuou um processo de autodenúncia junto à Prefeitura de Barueri para recolhimento de impostos sobre serviços (ISS) incidentes nas operações de Importação de Software, para adequar o processo às decisões na legislação atual. Este processo culminou no montante de R$ 2.863, referente ao período de 2017 a 2021. Adicionalmente, a Sociedade concluiu um levantamento para ampliar a tomada de créditos de Pis e Confins sobre os Insumos da sua operação, que resultou no montante de R$ 18.313, referente ao período de 2017 a 2022. **A tabela a seguir apresenta os saldos de outras receitas e despesas em 31 de dezembro de 2022:**

	31/12/2022
Outras Receitas	(18.313)
Outras Despesas	2.863
Total	**(15.450)**

24 Resultado Financeiro

	31/12/2022	31/12/2021
Receitas financeiras:		
Descontos obtidos	112	242
Rendimentos sobre aplicações	6.608	3.219
Variação cambial (a)	52.800	28.090
Ajuste líquido de Instrumentos Financeiros Derivativos (b)	241	5.478
Variação de valor justo de Instrumentos Financeiros Derivativos (c)	30	-
	59.791	**37.029**
Despesas financeiras:		
Descontos Concedidos	-	(281)
Juros sobre debentures e arrendamentos	(71.126)	(33.487)
Variação cambial (a)	(33.243)	(42.509)
Ajuste líquido de Instrumentos Financeiros Derivativos (b)	(8.669)	-
Variação de valor justo de instrumentos financeiros derivativos (c)	(39.326)	(5.286)
Atualização monetária e ajuste a valor presente (d)	(34.369)	(48.850)
Taxas e outras despesas (e)	(2.018)	(496)
	(188.751)	**(130.909)**

(a) Referem-se basicamente à variação cambial ativa e passiva sobre passivo financeiro reconhecido em junho/2020 quando do início das operações com a nossa plataforma tecnológica; Referem-se aos ajustes ativos e passivos das operações com instrumentos financeiros derivativos (**NDF e SWAP**) ; Referem-se às variações de valor justo de instrumentos financeiros derivativos (**NDF e SWAP**) por marcação a mercado (**MtM - Market to Market**) que sofreram impactos relevantes em decorrência da alta do dólar no período; Referem-se à atualização monetária passiva e o ajuste a valor presente sobre passivo financeiro reconhecido em junho/2020 quando do início das operações com a nossa plataforma tecnológica. Refere-se a comissões e corretagens, despesas de IOF, e PIS e COFINS sobre outras receitas. **25 Benefícios a funcionários Previdência Complementar** A Sociedade oferece a seus funcionários benefícios de complementação de aposentadoria, implementados a partir de outubro de 2017. O plano de aposentadoria é o Plano Gerador de Benefícios Livres - PGBL (contribuição definida), sendo utilizado o regime financeiro de capitalização no cálculo das reservas, tendo incorrido nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, em despesas de contribuições no montante de R$ 703 e R$ 128, respectivamente, contabilizadas na rubrica "Despesa com pessoal". **Outros benefícios** Além do benefício de previdência complementar, a Sociedade oferece aos seus funcionários outros benefícios, dentre os quais: assistência médica e odontológica, seguro de vida e vales refeição/ alimentação/combustível, cujo montante dessas despesas, totalizou R$ 7.107 e R$ 4.470 nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 respectivamente, contabilizadas na rubrica "Despesa com pessoal". **26 Cobertura de seguros** A Sociedade possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, buscando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Sociedade possuía apólices de seguro conforme descrito abaixo: (a) Seguro Patrimonial referente ao ativo imobilizado, imóvel sede com indenização máxima prevista de R$ 20.000 (R$20.000 em 2021); (b) Seguros dos Data Centers localizados em São Paulo e no Rio de Janeiro com indenizações máximas previstas de R$ 24.000 e R$ 18.000 (R$ 24.000 e R$ 18.000 em 2021), respectivamente; (c) Direitos & Obrigações – Responsabilidade civil dos diretores com indenização máxima de R$ 30.000 (R$ 30.000 em 2021); (d) Erros & Omissões – Responsabilidade civil parte empresa com indenização máxima de R$ 3.000 (em 2021 não possuía); (e) Responsabilidade Civil Geral – Responsabilidade civil com terceiros com indenização máxima de R$ 5.000 (em 2021 não possuía); (f) Riscos Cibernéticos – Responsabilidade civil contra perdas financeiras decorrentes de ataques virtuais ou vazamento de dados com indenização máxima de R$ 5.000 (em 2021 não possuía); (g) Seguro garantia relacionados a contratos com clientes com indenização máxima de R$ 18.000 (R$ 18.000 em 2021); (h) Seguro fiança com indenização máxima de R$ 3.000 (R$ 3.000 em 2021). **27 Outros assuntos** Gerenciamento de riscos: A Sociedade possui um modelo de gestão de risco ERM (**Enterprise Risk Management**) com avaliação, detalhamento e classificação do seu universo de riscos, levando em consideração o nível de impacto (baixo, médio ou alto) e o nível de probabilidade (improvável, dificilmente, ocasionalmente, possivelmente, definitivamente) do risco, chegando assim a uma matriz de risco da Sociedade. Para cada risco identificado, são mapeados o impacto (financeiro, operacional ou de imagem) e o nível de monitoramento, considerando a existência de controles e de planos de ação e/ou mitigação. A partir desse mapeamento de risco é feito um acompanhamento mais detalhado dos riscos altos e dos riscos médios parcialmente monitorados ou não monitorados (aqueles com controles e planos de ação em desenvolvimento mas não finalizados). Os riscos são ainda classificados de acordo com o grupo de aplicabilidade (Finanças, TI, Pessoas, Estratégia, Comercial, Dados, etc.) e com a sua natureza de origem (Financeiro, Estratégico, Operacional, de Imagem, Tecnológico). Dessa maneira, o modelo de acompanhamento de riscos é gerenciado continuamente pela Sociedade, e revisado com o Comitê de Controle e Riscos do Conselho de Administração bimestralmente. Com relação a aplicações financeiras, a Sociedade implantou Política de Aplicações Financeiras estabelecendo as diretrizes para gestão conservadora do risco de crédito e liquidez do seu portfólio de aplicações, incluindo a definição de limites por contraparte e de carência máxima permitida. Seguindo as definições dessa Política, a Sociedade utiliza instrumentos de baixo risco, como títulos de renda fixa com liquidez imediata, tendo como contraparte bancos de primeira linha. A tabela a seguir apresenta os vencimentos contratuais e valor futuro de passivos financeiros em 31 de dezembro de 2022 e 2021, respectivamente. Os valores são brutos e não-descontados, e incluem valores de juros contratuais incorridos até a data de encerramento do exercício. Para os saldos em dólar a Sociedade utilizou o dólar cupom limpo de R$ 5,2915 e a taxa DI de 13,65% a.a., vigentes em 31 de dezembro de 2022. (em 2021, PTAX venda R$ 5,5779 e a taxa DI 9,15% a.a.).

31 de dezembro de 2022		Fluxos de Caixa Futuro			
	Valor Contábil	**Total**	**Até 1 ano**	**1-2 Anos**	**2-5 anos**
Passivos Financeiros					
Instrumentos Financeiros Derivativos	41.819	41.832	6.042	7.463	28.327
Empréstimos Bancários	207.900	257.917	99.847	84.261	73.810
Passivo Financeiro de Fornecedores	489.329	574.833	100.077	109.313	365.443
Debêntures	266.659	297.597	202.386	95.211	-
Total	**1.005.707**	**1.172.179**	**408.352**	**296.248**	**467.580**
31 de dezembro de 2021		**Fluxos de Caixa Futuro**			
	Valor Contábil	**Total**	**Até 1 ano**	**1-2 Anos**	**2-5 anos**
Passivos Financeiros					
Instrumentos Financeiros Derivativos	7.030	7.031	693	612	5.726
Empréstimos Bancários	199.563	282.153	26.902	92.442	162.809
Passivo Financeiro de Fornecedores	556.656	664.330	89.497	100.077	474.756
Debêntures	259.894	317.213	113.864	107.734	95.615
Total	**1.023.144**	**1.270.727**	**230.956**	**300.865**	**738.905**

Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos financeiros com risco cambial Uma valorização (desvalorização) razoavelmente possível do dólar frente ao real ao longo dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, teriam afetado a mensuração dos instrumentos financeiros derivativos e pagamentos a fornecedores atrelados à variação cambial e, consequentemente, afetado o resultado antes dos impostos pelos montantes demonstrados abaixo. A análise considera que todas as outras variáveis, especialmente as taxas de juros, permanecem constantes.

	Resultado do Exercício	
	Valorização	**Desvalorização**
31 de dezembro de 2022		
Variação de 10% (BRL/USD)	25.053	(25.053)
31 de dezembro de 2021		
Variação de 10% (BRL/USD)	21.268	(21.268)

Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos com taxa de juros pós-fixadas Uma alteração de 100 pontos base nas taxas de juros DI, ao longo dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, teria aumentado e reduzido o resultado do exercício pelos montantes demonstrados na tabela abaixo. A análise considera que todas as outras variáveis permaneceriam constantes.

	Resultado do Exercício	
	100 pb Aumento	**100 pb Diminuição**
31 de dezembro de 2022		
Aplicações Financeiras	718	(718)
Ponta Passiva Swap	130	(131)
Debêntures	18.784	16.689
Total	**19.632**	**15.840**
31 de dezembro de 2021		
Aplicações Financeiras	907	(907)
Ponta Passiva Swap	347	(348)
Debêntures	11.326	9.134
Total	**12.581**	**7.879**

28 Eventos subsequentes Em 09 de janeiro de 2023, a Sociedade recepcionou um auto de infração da Receita Federal referente a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – CIDE com o valor total de R$ 3.796. A Sociedade apresentou a defesa junto aos seus advogados que apresentou a classificação de risco como possível. Em 13 de fevereiro de 2023, o Conselho de Administração aprovou a realização de emissão de Nota Comercial no valor de R$ 80.000, com juros remunueratórios equivalentes à taxa CDI + 1,75% ao ano e prazo de 3 anos. A emissão tem por objetivo o gerenciamento de dívidas da Sociedade. Em 23 de feveriro de 2023, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE"), a rerratificação da deliberação tomada na AGE de 20 de dezembro de 2022, na qual foi aprovado, dentro do capital autorizado, o aumento de capital social da Sociedade no montante de R$ 283.514 (duzentos e oitenta e três milhões, quinhentos e quatorze mil), sujeito ao ajuste descrito na AGE de 20.12 ("Ajuste"). Tendo o valor do Ajuste sido definido entre os acionistas e a Sociedade, os acionistas decidiram retificar o valor do aumento de capital, passando como resultado a constar um valor de aumento de capital de R$ 307.623 (trezentos e sete milhões, seiscentos e vinte e três mil). Desse modo, como resultado do Ajuste, o capital social da Sociedade esta aumentado para R$ 701.651 (setecentos e um milhões, seiscentos e cinquenta e um mil).

DIRETORIA

Luciano Evangelista Pereira - Contador - CRC: 1SP 223.121/O-6

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e ao Conselho de Administração da
Gestora de Inteligência de Crédito S.A. ("Sociedade" ou "QUOD")
Barueri - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Gestora de Inteligência de Crédito S.A. ("Sociedade" ou "QUOD"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Gestora de Inteligência de Crédito S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria.

Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2023

KPMG

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP014428/O-6

Guilherme Zuppo Ventura Diaz
Contador CRC 1SP294326/O-3

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001. A autenticidade pode ser conferida ao lado

ICP Brasil

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 03/03/2023

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal O Dia SP. Acesse também através do link: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 0EB9-4D7D-863D-AB50.

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 0EB9-4D7D-863D-AB50.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/0EB9-4D7D-863D-AB50 ou vá até o site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 0EB9-4D7D-863D-AB50

Hash do Documento

3C2A6ADE4C026FF574933476D93ECD93719325D24B3978C4BEA3421E84DC5E6A

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 03/03/2023 é(são) :

- [x] Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira (Signatário - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI) - 091.260.448-46 em 03/03/2023 02:17 UTC-03:00
  Tipo: Certificado Digital - AZ EDITORES DE JORNAIS, LIVROS, REVISTAS LTDA - 64.186.877/0001-00

Jornal O DIA SP

PUBLICAÇÕES LEGAIS - 24

Edição Digital Certificada * sexta-feira, 3 de março de 2023

Ticket Serviços S.A.

CNPJ nº 47.866.934/0001-74

Demonstrações Financeiras para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2022 e de 2021 (Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

Balanços Patrimoniais Levantados	Nota explicativa	2022	2021
Ativo/Circulante		**3.340.041**	**2.886.323**
Caixa e equivalentes de caixa	5	787.475	205.813
Aplicações financeiras	6	655.000	715.000
Contas a receber de clientes	7	1.738.871	1.667.004
Impostos a recuperar	8	57.993	37.901
Despesas antecipadas		15.187	9.129
Derivativos a receber	26.g	–	192.518
Partes relacionadas	10	14.637	9.100
Outras contas a receber		70.878	49.858
Não Circulante		**969.311**	**936.849**
Realizável a longo prazo:			
Depósitos judiciais	18.b	38.194	35.773
Empréstimo mútuo		1.273	1.073
Imobilizado	11	16.144	15.370
Intangível	12	892.397	868.729
Direito de uso de bens arrendados	13	21.303	15.904
Total do Ativo		**4.309.352**	**3.823.172**

Demonstrações do Resultado Abrangente	Nota explicativa	2022	2021
Lucro Líquido do Exercício		285.739	262.891
Outros resultados abrangentes		**(21.841)**	**(107.854)**
Itens que poderão ser reclassificados para o resultado - hedge de fluxo de caixa	26.g	(35.717)	(168.052)
IR diferido sobre itens que poderão ser reclassificados para o resultado - hedge de fluxo de caixa	26.g	12.144	57.138
Itens que poderão ser reclassificados para o resultado - benefícios a empregados	19	2.624	4.636
IR diferido sobre itens que poderão ser reclassificados para o resultado - benefícios a empregados	19	(892)	(1.576)
Resultado Abrangente do Exercício		**263.898**	**155.037**

Balanços Patrimoniais Levantados	Nota explicativa	2022	2021
Circulante/Passivo e Patrimônio Líquido		**3.052.142**	**2.765.042**
Fornecedores		43.576	28.385
Afiliados a pagar	14	2.125.189	1.747.715
Reembolsos a efetuar	15	696.471	818.408
Obrigações trabalhistas	16	49.519	40.395
Obrigações tributárias	17	18.590	17.439
IR e CS a recolher	9	42.685	13.076
Partes relacionadas	10	4.834	5.076
Dividendos obrigatórios	21.d	–	62.437
Contas a pagar de aquisição de empresa	20	–	1.408
Arrendamento a pagar	13	6.998	4.018
Outras contas a pagar		64.280	26.685
Não Circulante		**109.331**	**174.149**
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	18	57.377	57.725
Provisão para benefícios aos funcionários	19	15.551	16.700
IR e CS diferidos	9	13.493	82.427
Contas a pagar de aquisição de empresa	20	3.568	3.176
Derivativos a Pagar	26.g	2.384	–
Arrendamento a pagar LP	13	16.958	14.121
Patrimônio Líquido		**1.147.879**	**883.981**
Capital social	21.a	478.705	478.705
Reservas de capital		17.905	17.905
Reservas de lucros		672.927	387.188
Outros resultado abrangentes	21.e	(21.658)	183
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		**4.309.352**	**3.823.172**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

	Nota explicativa	Capital social	Reserva de capital	Reserva de Lucros: Legal	Reserva de Lucros: Outras Reservas	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2020		**478.705**	**17.905**	**34.716**	**366.132**	**108.037**	**–**	**1.005.495**
Dividendos distribuídos de período anterior		–	–	–	(201.132)	–	–	(201.132)
Itens que poderão ser reclassificados para o resultado - hedge de fluxo de caixa líquido de impostos	21.e	–	–	–	–	(110.914)	–	(110.914)
Itens que poderão ser reclassificados para o resultado - benefícios a empregados líquido de impostos	19	–	–	–	(12.983)	3.060	–	(9.923)
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	–	262.891	262.891
Reserva legal	21.b	–	–	13.145	–	–	(13.145)	–
Dividendos mínimos obrigatórios	21.d			–	–	–	(62.436)	(62.436)
Constituição de outras reservas	21.c	–	–	–	187.310	–	(187.310)	–
Saldos em 31 de Dezembro de 2021		**478.705**	**17.905**	**47.861**	**339.327**	**183**	**–**	**883.981**
Itens que poderão ser reclassificados para o resultado - hedge de fluxo de caixa líquido de impostos	21.e	–	–	–	–	(23.573)	–	(23.573)
Itens que poderão ser reclassificados para o resultado - benefícios a empregados líquido de impostos	19	–	–	–	–	1.732	–	1.732
Lucro líquido do exercício		–	–		–	–	285.739	285.739
Reserva legal	21.b	–	–	14.287	–	–	(14.287)	–
Dividendos mínimos obrigatórios	21.d	–	–	–	–	–	–	–
Constituição de outras reservas	21.c	–	–	–	271.452	–	(271.452)	–
Saldos em 31 de Dezembro de 2022		**478.705**	**17.905**	**62.148**	**610.779**	**(21.658)**	**–**	**1.147.879**

Demonstrações do Resultado	Nota explicativa	2022	2021
Receita Operacional Líquida	22	858.280	756.500
Custo dos serviços prestados	23	(165.794)	(152.457)
Lucro Operacional Bruto		**692.486**	**604.043**
Despesas Operacionais			
Comerciais	23	(18.111)	(11.420)
Com pessoal	23	(199.204)	(163.216)
Assessoria e representação	23	(66.018)	(62.416)
Depreciação e amortização	23	(66.802)	(67.405)
Outras despesas gerais e administrativas	23	(68.597)	(65.892)
Outras despesas/receitas operacionais, líquidas	23	29.596	11.482
Equivalência Patrimonial		–	32
Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro		**303.350**	**245.208**
Resultado Financeiro			
Receitas financeiras	24	218.595	222.029
Despesas financeiras	24	(110.715)	(79.105)
Lucro antes do IR e da CS		**411.230**	**388.132**
IR e CS			
Correntes	9	(183.172)	(75.351)
Diferidos	9	57.681	(49.890)
Lucro Líquido do Exercício		**285.739**	**262.891**
Média Ponderada de Ações		34.684	34.684
Lucro Líquido do Exercício por Lote de Mil Ações do Capital Social - R$	25	8,24	7,58

Demonstrações dos Fluxos de Caixa	Nota explicativa	2022	2021
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais			
Lucro líquido do exercício		285.739	262.891
Reconciliação do lucro líquido do exercício com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciação e amortização	11, 12 e 13	66.802	67.405
Juros sobre operações de arrendamento mercantil	13	2.153	1.845
Ganho/perda na baixa/venda de imobilizado e intangível	12	1.976	17.183
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	18	(348)	1.822
Provisão para benefícios aos funcionários		(1.149)	998
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7	19.461	(6.714)
IR e CS diferidos	9	(57.681)	49.890
Equivalência patrimonial		–	(32)
		316.953	**395.288**
(Aumento) redução nos ativos:			
Aplicações Financeiras		60.000	–
Contas a receber de clientes		(91.328)	(237.317)
Instrumentos financeiros derivativos		156.801	(66.816)
Impostos a recuperar		(20.092)	(22.705)
Outras contas a receber		(21.020)	(8.878)
Despesas antecipadas		(6.058)	1.544
Outros créditos com partes relacionadas		(5.537)	(1.826)
Depósitos judiciais		(2.421)	(1.224)
Aumento (redução) nos passivos:			
Fornecedores		15.191	15.726
Afiliados a pagar		377.474	166.138
Reembolsos a efetuar		(121.937)	189.719
Obrigações trabalhistas		9.124	7.070
Obrigações tributárias		1.151	3.310
IR e CS a recolher	9.a	127.854	73.459
Outras contas a pagar com partes relacionadas		(243)	787
Operação com instrumentos derivativos		2.384	–
Contas a pagar de aquisição de empresa		(1.017)	(64.159)
Outras contas a pagar		37.595	(3.008)
Caixa gerado pelas atividades operacionais		**834.874**	**447.108**
Juros recebidos		(199)	67
IR e CS pagos		(98.245)	(82.249)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		**736.430**	**364.926**
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento			
Empréstimos líquidos concedidos		–	(133)
Aquisições ativo imobilizado e intangível		(84.959)	(80.551)
Recebimento na alienação de imobilizado e intangível		–	16.926
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		**(84.959)**	**(63.758)**
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento			
Amortizações dos financiamentos e arrendamentos mercantis (IFRS 16)	13	(7.373)	(5.628)
Pagamento de dividendos	21.d	(62.436)	(201.132)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		**(69.809)**	**(206.760)**
Aumento do Caixa e Equivalentes de Caixa		**581.662**	**94.408**
Caixa e Equivalentes de Caixa			
Saldo inicial		205.813	108.854
Caixa incorporado		–	2.551
Saldo final		787.475	205.813
Aumento do Caixa e Equivalentes de Caixa		**581.662**	**94.408**

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

1. Contexto Operacional: A Ticket Serviços S.A. ("Companhia"), sociedade anônima de capital fechado, tem por objeto social principal a instituição de arranjos de pagamento próprios, sendo responsável por desenvolver as regras e os procedimentos que disciplinam a prestação de serviços de pagamento ao público; a prestação de serviços de administração, por conta própria ou de terceiros, de sistemas e/ou convênios de qualquer natureza, especialmente os relativos às atividades de refeições-convênio, alimentação-convênio, convênio-farmácia, vale-transporte e cartão de crédito, entre outros, por meio de vales ou cartões; participação como sócia ou acionista em empreendimentos comerciais ou negócios; e a prestação de serviços relacionados e auxiliares aos meios de pagamentos. A Companhia possui sua matriz localizada na Avenida Dra. Ruth Cardoso, 7815, 3º e 6º andares, Torre II, Pinheiros, na cidade de São Paulo, e seu portfólio é composto pelos produtos: Ticket Refeição, Ticket Alimentação, Ticket Transporte, Ticket Cultura e Ticket Saúde. **1.1. Reestruturação societária:** Em reunião de sócios realizada em 1 de novembro de 2021, foi aprovada a incorporação da controlada Cooper Ticket Administradora de Convênios Ltda. A incorporação do acervo líquido não resultou em aumento de capital uma vez que a Companhia era a única sócia dessa controlada. Após detida análise da conjuntura atual e da situação das empresas, a administração resolveu propor incorporação da Incorporada pela Incorporadora, por acreditar que a operação propiciará substancial economia de despesas administrativas e simplificação do sistema administrativo. O Patrimônio Líquido das empresas incorporadas na data-base 30 de setembro de 2021 está suportado por laudo de avaliação a valor contábil, datado de 20 de outubro de 2021. De acordo com os termos do instrumento de protocolo e justificação de incorporação, as variações patrimoniais ocorridas a partir de 30 de setembro de 2021 foram reconhecidas na Companhia. **2. Base de Elaboração das Demonstrações Financeiras e Resumo das Principais Práticas Contábeis: 2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as interpretações e as orientações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. **2.2. Base de elaboração das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos no fim de cada período de relatório, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir: O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração. Além disso, para fins de preparação de relatórios financeiros, as mensurações do valor justo são classificadas nas categorias de níveis 1, 2 ou 3, descritas a seguir, com base no grau em que as informações para as mensurações do valor justo são observáveis e na importância das informações para a mensuração do valor justo em sua totalidade: • Informações de Nível 1 são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a Companhia pode ter acesso na data de mensuração. • Informações de Nível 2 são informações, que não possuem os preços cotados incluídos no Nível 1, observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente. • Informações de Nível 3 são informações não observáveis para o ativo ou passivo. Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 27 de fevereiro de 2023. **2.3. Novos pronunciamentos e alterações de pronunciamentos técnicos:** No exercício de 2021, a Companhia adotou o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados em correlação às Normas Internacionais de Contabilidade - IAS 19. Os efeitos dessa aplicação encontram-se apresentados na nota explicativa nº 19. Alterações na IAS 1 e declaração da Prática de IFRS 2 - Apresentação das Demonstrações Contábeis - Requer que apenas as informações sobre políticas contábeis materiais sejam divulgadas, eliminando divulgações de informações que dupliquem ou sumarizem os requerimentos das normas IFRS. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2023 e não trazem impactos financeiros para a Companhia. Alterações da IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Erros - Inclui a definição de estimativas contábeis: valores monetários sujeitos às incertezas em sua mensuração. São exemplos de estimativas contábeis a perda de crédito esperada e o valor justo de um ativo ou passivo. Esta alteração é efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2023, e não trazem impactos para a Companhia. Alterações na IAS 12 - Impostos sobre a Renda - Esclarece que a isenção para contabilização de impostos diferidos decorrentes de diferenças temporárias geradas no reconhecimento inicial de ativos ou passivos não se aplicam às operações de arrendamentos. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2023, e não trazem impactos para a Companhia. Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia. **3. Principais Políticas Contábeis:** As principais práticas contábeis adotadas foram as seguintes: **a) Resultado das operações:** Apurado em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios. **b) Reconhecimento das receitas:** As receitas são reconhecidas da seguinte maneira: (i) No momento da efetiva prestação de serviços: **1.** Receita de cliente: são tarifas recebidas de empresas clientes na venda de "vouchers", cartões pré-pagos e de todos os valores relativos faturados aos clientes. **2.** Receita de afiliados: correspondem às tarifas cobradas dos estabelecimentos, essas receitas são referentes aos valores já utilizados pelos usuários dos cartões na rede credenciada e são reconhecidas na receita no momento da transação. (ii) Quando o valor da receita puder ser mensurado com confiabilidade. (iii) Quando for provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a Companhia. (iv) Quando as despesas incorridas com a transação, bem como as despesas para concluí-la, puderem ser mensuradas com confiabilidade. **c) Moeda funcional e de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando o real (R$), que foi designado como moeda funcional, por ser a moeda do ambiente econômico no qual a Companhia atua, e também a moeda de apresentação das demonstrações financeiras. **d) Instrumentos financeiros:** Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo são reconhecidos imediatamente no resultado. A Companhia classifica seus instrumentos financeiros, em função da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos e é determinada no reconhecimento inicial, seguindo as classificações estipuladas pelo CPC 48: (i) Custo amortizado; (ii) Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (PL); e (iii) Valor justo por meio do resultado. **Instrumentos financeiros derivativos e operações de *"hedge"*:** Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que um contrato de derivativo é celebrado e, posteriormente, são atualizados pelo seu valor justo. As alterações no valor justo são registradas na demonstração do resultado, exceto quando o derivativo é considerado *"hedge"* contábil de fluxo de caixa. A Companhia pode contratar instrumentos financeiros derivativos, a fim de proteger a Companhia de flutuações nas taxas de juros com a contratação de instrumentos de *"swaps"*. **e) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras:** Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras, com vencimentos ou resgates até no máximo 90 dias a partir da data da aplicação e sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras são registradas pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos no fim de cada exercício, que não excedem o seu valor justo ou de realização. **f) Contas a receber de clientes e provisão para créditos de liquidação duvidosa:** As contas a receber de clientes são registradas e mantidas no balanço patrimonial pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos e deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa, a qual é constituída considerando uma análise do risco de realização sobre os títulos vencidos e de acordo com os critérios de perda esperada estipulado pelo CPC 48, para atender às prováveis perdas na realização desses ativos, conforme demonstrado na nota explicativa nº 7 Contas a Receber. **g) Imobilizado:** Registrado ao custo de aquisição, deduzido das depreciações calculadas pelo método linear. A vida útil mencionada na nota explicativa nº 11 leva em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens. A vida útil estimada e o método de depreciação são revisados no fim de cada exercício, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. **h) Intangível:** Representado, principalmente, por ágio e gastos com software, os valores estão demonstrados ao custo, e os softwares que possuem vida útil definida são amortizados em cinco anos, enquanto os ativos de vida útil indefinida são testados anualmente quanto à sua recuperação. **i) Redução ao valor recuperável dos ativos, exceto ágio:** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas, se houver, são classificadas como "Outras despesas operacionais". Não houve a necessidade de constituição de provisão para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021. **j) Imposto de renda e contribuição social:** A provisão para IR foi constituída à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente e para a CS à alíquota de 9% sobre o lucro tributável. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no fim de cada exercício, e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado para que reflita o montante que se espera ser recuperado. **k) Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:** As provisões para riscos são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, formalizada ou não formalizada, como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser mensurado com confiabilidade suficiente. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, usando a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo. As provisões são atualizadas duas vezes ao ano pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos assessores legais externos da Companhia. Os fundamentos e a natureza da provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão descritos na nota explicativa nº 18. **l) Dividendos obrigatórios:** A proposta de distribuição de dividendos que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica "Dividendos obrigatórios", por ser considerada uma obrigação estatutária da Companhia, a menos que indicado de outra forma pelos acionistas da Companhia. **m) Reembolsos a efetuar:** Compreendem o saldo dos benefícios creditados em cartões e "vouchers" colocados em circulação e ainda não apresentados pelos estabelecimentos comerciais credenciados para reembolso. **n) Benefícios a funcionários:** Compreende o saldo referente ao benefício de pós-emprego correspondente à extensão de plano médico, com elegibilidade a ex-funcionários da Ticket, de acordo com a Lei 9.656/98, e observado os procedimentos estabelecidos no CPC 33. **o) Afiliados a pagar:** Registrados os valores devidos à rede credenciada de estabelecimentos comerciais, relativos aos cartões e "vouchers" apresentados para reembolso, sendo o pagamento realizado conforme o prazo contratual. **p) Direito de uso de bens arrendados e Arrendamento a pagar:** Os ativos de direito de uso da Companhia referem-se a contratos de arrendamento de ativos de imóvel na qual a Companhia está localizada, veículos e equipamentos. A Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento, e reconhece o direito de uso e o passivo de arrendamento. Deste modo, os ativos e passivos de acordo com o CPC 06 (R2) são mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento devido durante o prazo razoavelmente certo do arrendamento. Os ativos de direito de uso são representados na rubrica de arrendamento mercantil, e os passivos são apresentados na rubrica de arrendamentos a pagar no balanço patrimonial, ambos mencionados na nota explicativa nº 13. Após a mensuração inicial, os valores dos ativos registrados como direito de uso estão sendo atualizados utilizando-se o método de custo, assim é mensalmente deduzida qualquer amortização acumulada, de acordo com critérios do CPC 27 - Ativo Imobilizado na amortização do ativo de direito de uso e corrigido por qualquer remensuração do passivo de arrendamento, quando aplicável. O passivo de arrendamento inicialmente registrado é atualizado aumentando mensalmente o valor do passivo da parcela de juros de cada contrato de arrendamento e reduzindo o valor dos pagamentos mensais do arrendamento e corrigido de qualquer remensuração de arrendamento, quando aplicável. **4. Principais Fontes de Julgamento e Estimativas:** Na aplicação das práticas contábeis descritas na nota explicativa nº 3, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos que não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no exercício em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas esse exercício, ou também em exercícios posteriores, se a revisão afetar tanto o exercício presente como exercícios futuros. **a)** Provisão para créditos de liquidação duvidosa é registrada conforme norma CPC 48. A carteira é segmentada conforme seu nível de risco e as provisões levam em conta a probabilidade de perda de cada cliente, o histórico de perda incorrida no segmento e a perda esperada com base em estudos macroeconômicos correlacionados ao modelo. A análise de risco considera o valor total da exposição no momento da perda e leva em consideração fatores mitigadores de risco, como garantias e seguro de crédito. **b) IR e CS diferidos:** A Companhia reconhece ativos e passivos diferidos com base nas diferenças entre o valor contábil apresentado nas demonstrações financeiras e a base tributária dos ativos e passivos utilizando as alíquotas em vigor. A Administração da Companhia revisa regularmente os impostos diferidos ativos e passivos em termos de possibilidade de recuperação, considerando o lucro histórico gerado e o lucro tributável futuro projetado, de acordo com um estudo de viabilidade técnica. **c) Vida útil dos bens do imobilizado e intangível:** Conforme descrito nas notas explicativas nº 11 e nº 12, a Administração da Companhia revisa a vida útil estimada dos bens do imobilizado e intangível anualmente no fim de cada exercício. Durante o exercício corrente, a Companhia revisitou a análise periódica do prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado e intangível, requerida pela interpretação técnica ICPC 10 - Esclarecimento sobre o Pronunciamento Técnico CPC 27 - Ativo Imobilizado. Desta forma, em atendimento aos normativos relacionados, os eventos identificados foram reconhecidos no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021 conforme mencionado nas notas explicativas nº 11 e 12. **Ágio:** Classificado como intangível com vida útil indefinida, não sendo amortizado contabilmente. Para fins de teste de redução ao valor recuperável, o ágio é alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia (ou grupos de unidades geradoras de caixa) que irão beneficiar-se das sinergias da combinação. As unidades geradoras de caixa às quais o ágio foi alocado são submetidas anualmente a teste de redução ao valor recuperável ou, com maior frequência, quando houver indicação de que uma unidade poderá apresentar redução ao valor recuperável. Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que o valor contábil, a perda por redução ao valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade e, posteriormente, aos outros ativos da unidade, proporcionalmente ao valor contábil de cada um de seus ativos. Qualquer perda por redução ao valor recuperável de ágio é reconhecida diretamente no resultado do exercício. A perda por redução ao valor recuperável não é revertida em períodos subsequentes. Quando da alienação da correspondente unidade geradora de caixa, o valor atribuível de ágio é incluído na apuração do lucro ou prejuízo da alienação. **d) Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:** A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos, como descrito na nota explicativa nº 18. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e que possam ser estimadas com confiabilidade suficiente. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores legais externos. A Administração da Companhia acredita que a provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas está corretamente apresentada nas demonstrações financeiras. **e) *"hedge"*:** Os *hedges* para risco nas variações das taxas de juros são contabilizados como *hedge* contábil de fluxo de caixa ou de valor justo. No início da relação de *"hedge"*, a Companhia documenta a relação entre o instrumento de *"hedge"* e o item objeto de *"hedge"* com seus objetivos na gestão de riscos e sua estratégia para assumir variadas operações de *"hedge"*. Adicionalmente, no início do *"hedge"* e de maneira continuada, a Companhia documenta se o instrumento de *"hedge"* usado em uma relação de *"hedge"* é altamente efetivo na compensação das mudanças de valor justo ou fluxo de caixa do item objeto de *"hedge"*, atribuível ao risco sujeito a *"hedge"*. A nota explicativa nº 26 traz mais detalhes sobre o valor justo dos instrumentos derivativos utilizados para fins de *"hedge"*. ***"hedge"* contábil de fluxo de caixa:** A parte efetiva das mudanças no valor justo dos derivativos que for designada e qualificada como *"hedge"* contábil de fluxo de caixa é reconhecida em "Outros resultados abrangentes" e acumulada na rubrica "Outros resultados abrangentes" líquido dos efeitos tributários. Os ganhos ou as perdas relacionadas à parte inefetiva são reconhecidos imediatamente no resultado do exercício. Os valores anteriormente reconhecidos em "Outros resultados abrangentes" e acumulados no patrimônio líquido são reclassificados para o resultado no exercício em que o item objeto de *"hedge"* afeta o resultado, na mesma rubrica da demonstração do resultado em que tal item é reconhecido. Entretanto, quando uma transação prevista objeto de *"hedge"* resulta no reconhecimento de um ativo ou passivo não financeiro, os ganhos e as perdas anteriormente reconhecidos em "Outros resultados abrangentes" e acumulados no patrimônio são transferidos para a mensuração inicial do custo desse ativo ou passivo. A contabilização de *"hedge"* é descontinuada quando a Companhia cancela a relação de *"hedge"*, o instrumento de *"hedge"* vence ou é vendido, rescindido ou executado, ou não se qualifica mais como contabilização de *"hedge"*. Quaisquer ganhos ou perdas reconhecidas em "Outros resultados abrangentes" e acumulados no patrimônio líquido naquela data permanecem no patrimônio e são reconhecidos quando a transação prevista for finalmente reconhecida no resultado. Quando não se espera mais que a transação prevista ocorra, os ganhos ou as perdas acumulados e diferidos no patrimônio líquido são reconhecidos imediatamente no resultado.

5. Caixa e Equivalentes de Caixa:	2022	2021
Caixa e bancos	5.900	10.575
Equivalentes de caixa (*)	781.575	195.238
Total	787.475	205.813

(*) Em 31 de dezembro de 2022, os equivalentes de caixa estão representados por Certificados de Depósitos Bancários - CDBs com liquidez imediata ou carência de 30 a 90 dias, remunerados por taxas que variam entre 75% e 116% (99% e 115% em 2021) do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI").

6. Aplicações Financeiras:

	Classificação	2022 Valor de Mercado/contábil	2021 Valor de Mercado/contábil
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (PL)			
CDBs pós-fixados	Nível 2	655.000	715.000
Total		655.000	715.000

Em 31 de dezembro de 2022, as aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários ("CDBs") , remunerados por taxas que variam entre 75% e 116% (99% e 115% em 2021) do CDI, estes vinculados às operações de *hedge.*

7. Contas a Receber:	2022	2021
Clientes privados	1.881.621	1.728.075
Clientes públicos	126.255	138.782
Outras contas a receber:		
Demais contas a receber	30.287	20.431
Avisos de créditos (*)	(143.933)	(84.386)
Subtotal	1.894.230	1.802.902
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(155.359)	(135.898)
Total	1.738.871	1.667.004

(*) Representam valores a devolver para clientes em decorrência de reversão de crédito por pagamentos realizados indevidamente ou a maior pelos seus clientes. O saldo da rubrica "Contas a receber de clientes" por idade de vencimento é como segue:

	2022	2021
A vencer	1.582.969	1.612.193
Vencidos:		
Até 30 dias	127.144	64.885
De 31 a 60 dias	8.452	8.358
De 61 a 90 dias	2.325	3.640
De 91 a 120 dias	4.070	828
De 121 a 180 dias	3.349	411
Acima de 180 dias	165.921	112.587
Total	1.894.230	1.802.902

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está assim representada:

	2022	2021
Saldo no início do exercício	135.898	142.522
Adições	49.595	11.008
Reversões	(30.134)	(17.632)
Saldo no fim do exercício	155.359	135.898

A despesa com a constituição e a receita com a reversão da provisão para créditos de liquidação duvidosa são apresentadas na rubrica "Outras despesas gerais e administrativas", na demonstração do resultado. A Companhia fechou contrato com a Coface do Brasil Seguros de Crédito S.A. (Euler Hermes Seguros de Crédito S.A. em 2020) englobando a apólice de seguro de créditos e prestação de serviços de monitoramento e cobrança de créditos. A apólice foi renovada em 1º de outubro de 2021 com vigência até 30 de setembro de 2023 e prevê cobertura sobre carteira de faturamento estimada em R$6.720.000 (R$6.000.000 em 2021), com limite de garantia de apólice de R$134.000 (R$134.400 em 2021).

8. Impostos a Recuperar:	2022	2021
IR Retido na Fonte ("IRRF") sobre serviços	5.438	4.967
IRRF sobre aplicações financeiras	17.574	5.428
Impostos federais	31.301	24.187
Outros	3.680	3.319
Total	57.993	37.901

9. Imposto de Renda e Contribuição Social: a) Correntes: A reconciliação do IR e da CS é como segue:

	2022	2021
Lucro antes do IR e da CS	411.230	388.132
IR e CS à alíquota de 34%	(139.818)	(131.965)
Diferenças permanentes:		
Inovação tecnológica - Medida Provisória nº 11.196/05 - incentivos fiscais	5.886	4.115
Outras diferenças permanentes	8.441	2.609
IR e CS - após adições e exclusões	(125.491)	(125.241)
Correntes	(183.172)	(75.351)
Diferidos	57.681	(49.890)
Despesa com IR e CS	(125.491)	(125.241)
Alíquota efetiva (%)	31%	32%

IR e a CS a recolher

	2022	2021
IR e CS devidos	183.172	75.351
Antecipações efetuadas	(140.487)	(62.275)
IR e CS a recolher	42.685	13.076

b) Diferidos: Os valores de IR e CS diferidos, registrados nas demonstrações financeiras, são provenientes de diferenças temporárias. Os créditos e débitos estão mantidos no ativo e passivo não circulantes, considerando a expectativa de realização com base em projeções de geração de lucros tributáveis. Os valores são demonstrados a seguir:

	2021	Movimentação	2022
Provisões a realizar	594	3.930	4.524
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	8.591	(825)	7.766
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	9.281	6.617	15.898
Provisões para perdas de depósitos judiciais de Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	3.451	134	3.585
Provisões para bônus	664	(42)	622
Provisões de intermediação	2.179	1.261	3.440
Provisões para benefícios a funcionários	5.765	(454)	5.311
Provisões diversas	1.368	(229)	1.139
Total de crédito tributário de IR e CS - Ativo	31.893	10.392	42.285

	2021	Movimentação	2022
Provisão sobre o ágio amortizado para fins fiscais	(48.864)	(7.725)	(56.589)
Provisão para (ganho) sobre operações de *"swap"*	(65.456)	66.267	811
Total de crédito tributário de IR e CS - Passivo	(114.320)	58.542	(55.778)
Total de crédito tributário de IR e CS - Ativo + Passivo	(82.427)	68.934	(13.493)

c) Expectativa de realização dos créditos tributários: A Administração avaliou a realização dos créditos tributários, conforme plano de negócios, e a expectativa é que o benefício seja inteiramente consumido, conforme demonstrado a seguir:

Ano	31.12.2022 Ativos diferidos	31.12.2021 Ativos diferidos
2022	–	5.749
2023	13.745	621
2024	1.509	2.171
2025	2.545	2.020
2026	2.226	1.131
2027	22.260	20.201
Total	42.285	31.893

Em 31 de dezembro 2022, o valor presente líquido dos ativos fiscais diferidos estimados é de R$38.242, calculados considerando a taxa média de mercado.

10. Partes Relacionadas:	2022	2021
Ativo circulante		
Partes relacionadas:		
Ticket Soluções HDFGT S.A. (c)	8.754	6.643
Repom S.A. (c)	1.187	708
Ticket Gestão em Manutenção EZC S.A. (c)	773	537
Edenred Soluções de Pagamento Hyla S.A.	3.046	391
Embratec Tecnologia HEQ Ltda.	168	78
Freto Soluções e Tecnologia S.A.	337	101
Edenred Brasil Participações S.A.	372	407
Levo Log Transportes HES Ltda.	–	235
Total do ativo circulante	14.637	9.100
Passivo circulante		
Partes relacionadas:		
Edenred Soluções de Pagamento Hyla S.A. (d)	2.813	3.375
Ticket Soluções HDFGT S.A. (d)	723	1.031
Edenred Brasil Participações S.A.	224	633
Edenred Serviços Empresariais Ltda.	4	–
Embratec Tecnologia HEQ Ltda.	1.015	–
Ticket Gestão em Manutenção EZC S.A.	30	–
Repom S.A.	25	37
Total do passivo circulante	4.834	5.076

As transações nas demonstrações de resultado com partes relacionadas estão demonstradas a seguir:

	Receita dos serviços prestados 2022	Receita dos serviços prestados 2021	Custo de contratação de serviços 2022	Custo de contratação de serviços 2021
Edenred Soluções de Pagamento Hyla S.A. (b)	4.898	9.272	1.558	3.506
Ticket Soluções HDFGT S.A. (a)	1.226	11.170	2.826	852
Repom S.A. (a)	5.849	6.699	–	–
Ticket Gestão em Manutenção EZC S.A.	321	2.277	–	–
Embratec Tecnologia HEQ Ltda.	1	–	1.728	–
TicketSeg Corretora de Seguros S.A.	–	–	21	248
Total	12.295	29.418	6.133	4.606

(a) Refere-se à contratação de serviços de emissão e impressão dos "vouchers". (b) Refere-se à contratação de intermediação de serviços. (c) Refere-se substancialmente a repasse de despesas compartilhadas e contratação de serviços. (d) Refere-se substancialmente a valores a pagar de incentivo comercial. A Companhia pagou aos seus administradores, em salários e remuneração variável, o montante de R$5.875 em 2022 (R$1.822 em 2021).

11. Imobilizado:

	Vida útil em anos	2022 Custo	2022 Depreciação acumulada	2022 Saldo residual	2021 Custo	2021 Depreciação acumulada	2021 Saldo residual
Terrenos	–	2.384	–	2.384	2.504	–	2.504
Máquinas e equipamentos	10	11	(11)	–	11	(10)	1
Móveis e utensílios	10	1.359	(727)	632	1.151	(593)	558
Instalações e benfeitorias	10	3.205	(1.197)	2.008	2.864	(909)	1.955
Equipamentos de informática	5	19.000	(8.695)	10.305	15.425	(5.963)	9.462
Equipamentos de telecomunicações	10	1.265	(450)	815	1.302	(412)	890
Total		27.224	(11.080)	16.144	23.257	(7.887)	15.370

A movimentação do ativo imobilizado é como segue:

	2020	Adições	Transferências	2021	Adições	Transferências	2022
Custo:							
Terrenos	1.800	704	–	2.504	–	(120)	2.384
Máquinas e equipamentos	11	–	–	11	–	–	11
Móveis e utensílios	1.164	–	(13)	1.151	208	–	1.359
Instalações e benfeitorias	2.864	–	–	2.864	341	–	3.205
Equipamentos de informática	12.371	3.053	1	15.425	3.677	(102)	19.000
Equipamentos de telecomunicações	1.162	140	–	1.302	8	(45)	1.265
Total	**19.372**	**3.897**	**(12)**	**23.257**	**4.234**	**(267)**	**27.224**
Depreciação acumulada:							
Máquinas e equipamentos	(8)	(1)	(1)	(10)	(1)	–	(11)
Móveis e utensílios	(469)	(122)	(2)	(593)	(134)	–	(727)
Instalações e benfeitorias	(622)	(263)	(24)	(909)	(288)	–	(1.197)
Equipamentos de informática	(3.919)	(1.898)	(146)	(5.963)	(2.744)	12	(8.695)
Equipamentos de telecomunicações	(295)	(110)	(7)	(412)	(120)	82	(450)
Total	(5.313)	(2.394)	(180)	(7.887)	(3.287)	94	(11.080)
Valor líquido	14.059	1.503	(192)	15.370	947	(173)	16.144

Durante os exercícios de 2022 e 2021 não houve baixa de ativos imobilizados na Companhia.

12. Intangível:

	Taxa anual de amortização %	2022 Custo	2022 Amortização acumulada	2022 Saldo residual	2021 Custo	2021 Amortização acumulada	2021 Saldo residual
Software	14 a 20	338.887	(92.813)	246.074	281.344	(88.964)	192.380
Marcas e Patentes	–	5	–	5	5	–	5
Ágio - Comprocard Cartões de Benefícios Ltda. (a)	–	56.991	–	56.991	56.991	–	56.991
Ágio - Bônus Brasil - Serviços de Alimentos Ltda. (b)	–	7.179	–	7.179	7.179	–	7.179
Carteira - Bônus Brasil - Serviços de Alimentos Ltda. (b)	6,66	13.000	(8.202)	4.798	13.000	(7.274)	5.726
Ágio - Eco Benefício (c)	–	67.741	–	67.741	67.741	–	67.741
Ágio - R&I Adm. Cartões Ltda. (d)	–	8.696	–	8.696	8.696	–	8.696
Carteira - R&I Adm. Cartões Ltda. (d)	6,66	10.759	(4.782)	5.977	10.759	(4.064)	6.695
Intangível Itaú (e)	5,88	420.000	(82.353)	337.647	420.000	(57.647)	362.353
Ágio - Cooper Ticket (f)	–	110.697	–	110.697	110.697	–	110.697
Carteira - Cooper Ticket (f)	6,66	54.279	(8.443)	45.836	54.279	(4.825)	49.454
Carteira - Easy (g)	6,45	857	(101)	756	858	(46)	812
Total		1.089.091	(196.694)	892.397	1.031.549	(162.820)	868.729

(a) Em 3 de maio de 2012, a Companhia adquiriu 100% das cotas de capital da empresa Comprocard Cartões de Benefícios Ltda. O preço dessa aquisição foi de R$57.000 e o ágio apurado foi de R$56.991. Conforme definido no contrato de compra e venda, a Companhia poderá requerer o reembolso pelos vendedores de eventuais perdas incorridas pela Comprocard Cartões de Benefícios Ltda. em riscos tributários, cíveis ou trabalhistas, cujos fatos geradores antecedem à data da aquisição. Não foram identificados riscos na data da aquisição nem, consequentemente, passivos assumidos do negócio. (b) Em janeiro de 2014, a Companhia adquiriu a carteira de clientes da Bônus Brasil - Serviços de Alimentos Ltda. O preço dessa aquisição foi de R$20.179. A Companhia realizou um laudo de avaliação do "Purchase Price Allocation - PPA" e avaliou a carteira de clientes no montante de R$13.000, amortizada em 15 anos. O valor restante do preço de aquisição R$7.179, representando as sinergias futuras esperadas, foi alocado para ágio. (c) Em maio de 2016, a Companhia adquiriu as operações de administração de benefícios sociais ("Eco Benefício") da Ticket Log. O valor pago foi de R$67.743, sendo o acervo líquido incorporado de R$2 e o ágio dessa aquisição de R$67.741. A Companhia preparou o laudo de avalição do PPA final e foi alocado o valor total como ágio. (d) Em abril de 2016, a Companhia adquiriu 99,99% da empresa R&I Administração de Cartões Ltda., geradora de emissão de benefícios sociais. O preço de aquisição foi de R$19.950. Em 2017, a Companhia realizou um laudo de avaliação do PPA e avaliou a carteira de clientes no montante de R$10.759, amortizada em 15 anos. O valor restante do preço foi alocado em R$5.985, representando as sinergias futuras esperadas, foi alocado para ágio. (e) Em 30 de agosto de 2019, o Itaú realizou um investimento minoritário de 11% na Companhia no valor total de R$ 444.226, conforme mencionado na nota explicativa nº 1.1., por meio de aumento de capital em caixa no valor de R$ 24.226 e por intangível no valor de R$420.000 relativo ao direito de exclusividade de distribuição dos produtos Ticket Restaurante, Ticket Alimentação, Ticket Cultura e Ticket Transporte, à base de clientes pessoas jurídicas do Itaú, sendo os valores justo da participação de 11% na Companhia e do intangível calculados pela empresa de avaliação econômica Duff & Phelps. (f) Em 01 de setembro de 2020, a Companhia adquiriu a Companhia Cooper Ticket Administradora de Convênios Ltda. O valor pago nessa aquisição foi de R$ 165.000. Em 2021, a Companhia realizou o laudo de avaliação do "Purchase Price Allocation - PPA" e o ágio da aquisição avaliado foi de R$110.697 e a carteira de clientes avaliada no montante de R$54.279, amortizada em 15 anos. (g) Em 05 de março de 2021, a Companhia adquiriu a carteira de clientes da Easy Soluções Serviços e Assessorias Ltda. pela qual pagou a importância de R$858. Em 18 de maio de 2021, a Companhia realizou contratação de empresa especializada para elaboração do Memorando do Valor Útil Residual de Carteira Adquira - "VUR" e o resultado de vida útil, baseado no desgaste da receita do segmento da Ticket foi de 15,5 anos.

A movimentação do ativo intangível é como segue:	2022	2021
Saldo no início do exercício	868.729	886.732
Adições	83.521	81.433
Amortização	(57.877)	(60.740)
Transferências	–	(4.587)
Baixas (*)	(1.976)	(34.109)
Saldo no fim do exercício	892.397	868.729

As baixas dos exercícios estão assim representadas:	2022	2021
Custo	(24.594)	(44.659)
Amortizações	22.619	10.550
Total	(1.976)	(34.109)

(*) Os testes de recuperação são realizados anualmente, no levantamento do balanço ou na existência de indicadores de perdas, conforme descrito na

continua→★

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001. A autenticidade pode ser conferida ao lado

ICP Brasil

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 03/03/2023

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal O Dia SP. Acesse também através do link: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 5D1F-0811-5E89-684A.

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 5D1F-0811-5E89-684A.

continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras da Ticket Serviços S.A.

nota explicativa nº 3. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 houve baixa no valor total de R$1.976 (R$34.109 em 2021), sendo que R$0 (R$16.926 em 2021) se referem a itens alienados para o qual houve entrada de caixa, e os outros R$1.976 (R$17.183) remanescentes referem-se a baixa por não recuperabilidade que impactou o resultado do exercício. **13. Arrendamento Mercantil:** Esses contratos de arrendamento de ativos imobiliários têm uma duração de mais de um ano e possuem opção de renovação. Além disso, esses contratos são geralmente indexados a índices de inflação, que variam de acordo com o arrendador. A taxa de juros para cálculo do desconto a valor presente varia de 12,11% a 14,35% ao ano (3,01% a 12,11% ao ano em 2021). Os valores de ativos de arrendamento em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 estão demonstrados abaixo:

	2022			2021		
	Custo	Amortização acumulada	Saldo residual	Custo	Amortização acumulada	Saldo residual
Direito de uso - imóveis	35.835	(23.124)	12.711	34.598	(20.007)	14.591
Direito de uso - veículos	3.788	(919)	2.869	4.741	(3.428)	1.313
Direito de uso - equipamentos	6.775	(1.052)	5.723	–	–	–
Total	46.398	(25.095)	21.303	39.339	(23.435)	15.904

A movimentação do ativo de arrendamento é como segue: Como política do Grupo Edenred, a Companhia reconhece o direito de uso e o passivo de arrendamento na data de início do contrato. O direito de uso, no reconhecimento inicial, é mensurado ao seu valor de custo e posteriormente ao seu valor de custo ajustado menos a depreciação acumulada, perdas por *impairment*, ajustes do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é subsequente acrescido do custo dos juros incorridos e reduzidos pelos pagamentos das contraprestações de arrendamento pagas. O passivo de arrendamento também pode ser alterado quando há alterações em indexadores de inflação do contrato, alterações nas taxas contratuais, mudanças em opções de compras ou na expectativa da administração de exercer ou não opções de saída ou renovação de contrato.

A movimentação do passivo de arrendamento é como segue:	2020	Adições	Baixas	2021	Adições	Baixas	2022
Custo:							
Direito de uso - imóveis	35.634	3.925	(4.961)	34.598	1.237	–	35.835
Direito de uso - veículos	3.388	1.518	(165)	4.741	3.240	(4.193)	3.788
Direito de uso - equipamentos	–	–	–	–	6.825	(50)	6.775
Total	39.022	5.443	(5.126)	39.339	11.302	(4.243)	46.398
Amortização acumulada:							
Direito de uso - imóveis	(17.007)	(3.000)	–	(20.007)	(3.117)	–	(23.124)
Direito de uso - veículos	(2.322)	(1.271)	165	(3.428)	(1.467)	3.976	(919)
Direito de uso - equipamentos	–	–	–	–	(1.054)	2	(1.052)
Total	(19.329)	(4.271)	165	(23.435)	(5.638)	3.978	(25.095)
Valor líquido	19.693	1.172	(4.961)	15.904	5.664	(265)	21.303

	2021	Adições	Baixas	Pagamentos	Despesa Financeira	Transferências	2022
Custo:							
Arrendamentos a pagar - Curto Prazo	4.018	3.813	(249)	(7.339)	2.164	4.591	6.998
Arrendamentos a pagar - Longo Prazo	14.121	7.462	(34)	–	–	(4.591)	16.958
Total	18.139	11.275	(283)	(7.339)	2.164	–	23.956

	2020	Adições	Baixas	Pagamentos	Despesa financeira	Transferências	2021
Custo:							
Arrendamentos a pagar - Curto Prazo	3.656	1.924	(830)	(5.625)	1.922	2.971	4.018
Arrendamentos a pagar - Longo Prazo	17.784	3.518	(4.210)	–	–	(2.971)	14.121
Total	21.440	5.442	(5.040)	(5.625)	1.922	–	18.139

14. Afiliados a Pagar: Nessa rubrica estão registrados os valores devidos à rede credenciada de estabelecimentos comerciais, relativos aos cartões e "vouchers" apresentados para reembolso, cujo pagamento será realizado conforme prazo contratual. O saldo da Companhia em 31 de dezembro de 2022 é no montante de R$2.125.189 (R$1.747.715 em 2021).

O saldo de afiliados a pagar é como segue:	2022	2021
Estabelecimentos credenciados	2.125.189	1.348.528
Afiliados a pagar (a)	489.260	399.187
Total	2.125.189	1.747.715

(a) Valores devidos referentes à operação de antecipação de recebíveis realizadas com os estabelecimentos credenciados que não mudam a característica da operação original. A Administração não reconheceu o ajuste a valor presente, uma vez que as operações são de curto prazo, e considera irrelevante o efeito de tais ajustes quando comparado com as demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **15. Reembolsos a Efetuar:** O saldo da Companhia em 31 de dezembro de 2022 é de R$696.471 (R$818.408 em 2021) corresponde a: a) Obrigações decorrentes dos benefícios creditados aos usuários e ainda não utilizados por estes perante os afiliados. b) Valores a serem repassados para os estabelecimentos referentes aos montantes dos benefícios já consumidos pelos usuários e que ainda não foram apresentados pelos estabelecimentos para reembolso. A Administração não reconheceu o ajuste a valor presente, uma vez que as operações são de curto prazo, e considera irrelevante o efeito de tais ajustes quando comparado com as demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

16. Obrigações Trabalhistas:	2022	2021
Participação nos lucros	25.352	21.205
Provisão de férias	16.358	13.435
Encargos sociais e outras	7.809	5.755
Total	49.519	40.395

A Companhia concede participação nos lucros a seus funcionários, vinculada ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início do exercício e avaliados no fim do exercício.

17. Obrigações Tributárias:	2022	2021
COFINS	11.112	10.551
PIS	2.321	2.232
Imposto Sobre Serviços - ISS	2.407	2.012
IRRF - terceiros	2.039	2.016
Outras	711	628
Total	18.590	17.439

18. Provisão para Riscos: a) Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas: A Companhia é parte envolvida em processos judiciais de natureza tributária, cível e trabalhista em andamento, os quais envolvem responsabilidades contingentes. Os processos estão em fase de defesa administrativa ou em trâmite na esfera judicial. Com base na opinião de seus assessores legais externos, a Administração classifica os passivos contingentes como perdas prováveis e obrigações legais e mantém provisão em montantes considerados suficientes para fazer face a eventuais perdas que possam advir de desfechos desfavoráveis. A provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas está assim demonstrada:

	2022	2021
Tributários	37.161	36.619
Cíveis	2.517	1.966
Trabalhistas	2.393	4.790
Honorários advocatícios - *"success fees"*	15.306	14.350
Total	57.377	57.725

Provisões tributárias: Os riscos tributários provisionados são compostos pelos processos a seguir relacionados:

	2022	2021
PIS e COFINS - Leis nº 9.718/98 e nº 10.833/03 (a)	19.648	18.134
Medida Cautelar - IR Pessoa Jurídica - IRPJ e CS sobre o Lucro Líquido - CSLL (b)	14.888	14.323
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS (c)	2.510	4.091
Outros processos	115	71
Total provisionado	37.161	36.619

(a) Referem-se a mandados de segurança impetrados pela Companhia, objetivando: (i) a inconstitucionalidade da exigência do PIS e da COFINS, com base na Lei nº 9.718/98, sendo contestada a majoração da alíquota de 2% para 3% com ampliação da base de cálculo sobre a totalidade das receitas, inclusive receitas financeiras; (ii) que seja assegurado o direito de efetuar os recolhimentos para o PIS e a COFINS, descontando os créditos calculados em relação aos encargos de depreciação ou amortização de bens e direitos dos ativos imobilizados adquiridos até 30 de abril de 2004, mediante depósito judicial; e (iii) que seja assegurado o direito de descontar os créditos relativos a despesas com benefícios dos tíquetes em serviço e planos de seguro de saúde, para efeito do PIS e da COFINS, recolhendo os efeitos como depósito judicial. Os valores reconhecidos são de R$19.648 (R$18.134 em 2021). (b) Refere-se à medida cautelar com pedido de liminar referente à empresa Transticket Serviços Ltda., incorporada pela Companhia em 2003, visando à suspensão da exigibilidade do crédito tributário discutido, com retificação dos Documentos de Arrecadação de Receitas Federais - DARFs, quanto à opção pela forma de tributação de lucro real para lucro presumido. Os valores recolhidos judicialmente com os acréscimos de atualização estão provisionados no montante de R$14.888 (R$14.323 em 2021). (c) Referem-se substancialmente, às provisões constituídas para fazer frente a eventuais discussões judiciais relativas a matérias tributárias para as quais não há ações judiciais ou outros questionamentos ajuizados, cujo montante total é de R$2.510 (R$4.091 em 2021). **Provisões cíveis:** Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia era parte em 37 ações cíveis (31 em 2021) totalizando o valor de R$2.517 (R$1.966 em 2021), no âmbito da justiça cível e do juizado especial cível, movidos por consumidores, estabelecimentos e ex-funcionários, sendo a maioria referente a pedidos de indenização. **Provisões trabalhistas:** Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia era parte em 50 reclamações trabalhistas (33 em 2021) totalizando o valor de R$2.393 (R$4.790 em 2021) movidas por ex-funcionários e terceiros, cujos pedidos se constituíam em pagamentos de verbas rescisórias, adicionais salariais, horas extras e verbas devidas em razão da responsabilidade subsidiária, entre outros. A movimentação da provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas é como segue:

	2021	Adições (Reversões)	Pagamentos	2022
Tributários	36.619	542	–	37.161
Cíveis	1.966	1.178	(627)	2.517
Trabalhistas	4.790	554	(2.951)	2.393
Honorários - "*success fee*" (*)	14.350	1.156	(200)	15.306
Total	57.725	3.430	(3.778)	57.377

(*) Referem-se a honorários de sucesso relativos a processos judiciais/administrativos patrocinados por assessores legais externos contratados pela Companhia. A Companhia, visando a uma melhor apresentação dos montantes envolvidos em suas causas trabalhistas, cíveis e tributários, decidiu reclassificar os honorários advocatícios para a mesma rubrica de suas provisões. **Processos com perda possível:** A Administração da Companhia não considerou necessária a constituição de provisão para eventual perda sobre os processos judiciais cíveis, trabalhistas e tributários em andamento, no montante de R$1.233.135 (R$1.160.036 em 2021), sendo R$1.200.263 (R$1.156.279 em 2021) relativo a processos judiciais tributários, R$28.381 (R$1.171 em 2021) relativo a processos judiciais cíveis e R$4.492 (R$2.586 em 2021) relativo a processos judiciais trabalhistas, para os quais, na avaliação dos seus assessores legais externos, a probabilidade de perda é considerada possível. Os principais processos com perda possível são discriminados a seguir: • R$650.251 (R$579.293 em 2021): referem-se à ação anulatória de débito fiscal proposta contra o Município de São Paulo, para anular os autos de infração lavrados por suposta falta de recolhimento de ISS relativo ao período de abril a dezembro de 2006 e janeiro de 2007 a março de 2009. • R$384.145 (R$363.383 em 2021): referem-se ao auto de infração visando à cobrança de supostas diferenças de IRPJ e CSLL, relativas ao período de setembro de 2007 a dezembro de 2010, e R$123.208 (R$142.983 em 2021) relativas ao período de janeiro de 2011 a agosto de 2012, por meio das quais foram glosadas as amortizações do ágio na aquisição da participação societária, via incorporação. **18.b) Depósitos judiciais:** Os depósitos judiciais, que representam ativos restritos da Companhia, referem-se a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios aos quais estão relacionados. O saldo dos depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2022 é de R$38.194 (R$35.773 em 2021) e está classificado na rubrica "Depósitos judiciais", no ativo não circulante. **19. Provisão para Benefícios a Funcionários:** A Companhia passou, a partir de 2021, a elaborar anualmente o estudo atuarial sobre a aplicação do CPC 33 - Benefícios a empregados, relativos a benefícios pós emprego de plano de saúde, que resultou no registro de adoção inicial no montante de R$20.510. Em 31 de dezembro de 2022, o valor dessa provisão é de R$15.551 (R$ 16.700 em 2021). A Companhia possui plano de previdência privada administrado pelo Itaú Vida e Previdência S.A. e constituído de acordo com as características do plano de contribuições definidas, mantendo um fundo formado pelas contribuições individuais de cada participante e contribuições da patrocinadora, acrescidas dos respectivos rendimentos. As contribuições realizadas pela Companhia totalizaram R$3.717 (R$3.215 em 2021), sendo R$ 0 (R$504 em 2021) compensado pelo fundo inominado, o qual contempla as contribuições parte empresa de participantes que já se desligaram da Companhia, porém não eram elegíveis a resgatá-lo, afetando de forma liquida o resultado em R$0 (R$2.711 em 2021) no exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Ambas foram registradas na rubrica "Despesas operacionais com pessoal". **20. Contas a Pagar por Aquisição de Empresa:** Em abril de 2016, a Companhia adquiriu R&I Administradora de Cartões Ltda., pelo montante de R$19.950. Foram efetuados desembolsos no montante de R$20.970, considerando as atualizações da taxa básica de juros. A parcela remanescente de R$1.259 foi quitada em Abril de 2022, assim encerrando as obrigações a pagar pela aquisição. Em 01 de setembro de 2020, a Companhia adquiriu a Cooper Ticket Administradora de Convênios Ltda., prestadora de serviços especializada no fornecimento de cartões alimentação e refeição. A parcela de R$65.231 foi paga durante o exercício de 2021 considerando as atualizações pela taxa de juros SELIC. O saldo de R$3.568 será quitado até junho de 2026, atualizado pela taxa de juros SELIC, ambas seguindo as cláusulas do contrato de compra e venda. Em 31 de março de 2021, a Companhia adquiriu a carteira de clientes da Easy Soluções, Serviços e Assessoria Ltda. pelo valor de R$857, sendo R$633 liquidado no momento da aquisição, R$75 liquidado em dezembro de 2021, e a parcela remanescente de R$149 foi liquidada em fevereiro de 2022, encerrando assim suas obrigações a pagar pela aquisição. A parcela no valor de R$ 0 (R$1.408 em 2021) está demonstrada na rubrica "Contas a pagar por aquisição de empresa", no passivo circulante, e o valor de R$3.568 (R$3.176 em 2021) está demonstrado no passivo não circulante. **21. Patrimônio Líquido: a) Capital social:** O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2022 é de R$478.705 (R$478.705 em 2021), composto por 34.684.163 ações ordinárias nominativas (34.684.163 em 2020), constituído como segue:

Acionista	Quantidade de ações em 31/12/2022	Quantidade de ações em 31/12/2021	Participação %
Edenred Brasil Participações S.A.	30.868.906	30.868.906	89%
Itaú Unibanco S.A.	3.815.257	3.815.257	11%
Total	34.684.163	34.684.163	100,00

b) Reserva legal: Constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder 20% do capital social da Companhia. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar o prejuízo e aumentar o capital. **c) Reserva de lucros:** A reserva de retenção de lucros, que deve ser constituída nos termos da Lei das Sociedades por Ações, refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, para atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido no plano de investimentos, a ser deliberado em Assembleia Geral. Na próxima assembleia de acionistas será deliberado a destinação para o excesso de reserva de lucro, conforme previsto no Art.199 da lei 6.404/76. **d) Dividendos obrigatórios:** O Estatuto Social define que a Companhia deve destinar aos acionistas, em cada exercício social, dividendos obrigatórios de no mínimo 25% e, no máximo, 75% do lucro líquido auferido no exercício, após as deduções previstas. Para exercício findo de 31 de dezembro de 2022 a companhia constituiu os dividendos mínimos obrigatórios R$0 (R$ 62.436 em 2021). O Estatuto Social faculta à Companhia o direito de levantar balanços semestrais ou referentes a períodos menores e, com base neles, autoriza a distribuição de dividendos mediante a deliberação da Diretoria. Em 09 de dezembro de 2022, na Reunião do Conselho de Administração, fora aprovada a proposta de postergar a discussão sobre a deliberação do montante a ser distribuído à título de dividendo mínimo obrigatório referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, abdicando-se, neste momento, da distribuição dos lucros do exercício corrente, conforme previsto na lei 6.404/76, artigo 202. Em 30 de abril de 2022, em Assembleia Geral Ordinária, foi deliberado o pagamento de dividendos no montante de R$62.436 para as acionistas (R$55.568 à Edenred Brasil e R$6.868 ao Itaú Unibanco S.A.) referente aos lucros oriundos do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, sendo que a liquidação ocorreu em 28 de dezembro de 2022. **e) Outros resultados abrangentes:** A movimentação da parcela efetiva da marcação a mercado no exercício dos instrumentos financeiros derivativos, classificados como "*hedge*" contábil de fluxo de caixa e o reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais referente aos benefícios de longo prazo e pós emprego oferecidos pela Companhia estão demonstrados conforme tabela abaixo: *"Hedge"* contábil de fluxo de caixa:

	Saldo Principal	IR e CS diferido	Saldo Líquido
Saldo em 31.12.2021	(4.360)	1.483	(2.877)
Movimentação	(35.718)	12.144	(23.574)
Saldo em 31.12.2022	(40.078)	13.627	(26.451)

Benefícios a empregados:	Saldo Principal	IR e CS diferido	Saldo Líquido
Saldo em 31.12.2021	4.636	(1.576)	3.060
Movimentação	(2.012)	684	(1.328)
Saldo em 31.12.2022	2.624	(892)	1.732

22. Receita Operacional Líquida:	2022	2021
Receita operacional bruta:		
Serviços prestados	888.064	791.130
Rendimento de aplicações financeiras	122.669	98.430
Impostos incidentes sobre os serviços prestados	(152.453)	(133.060)
Receita operacional líquida	858.280	756.500

23. Receitas (Despesas) Operacionais:	2022	2021
Gastos com pessoal na prestação de serviços	(259.653)	(232.407)
Prestadores de serviços	(97.318)	(69.546)
Depreciação e amortização	(66.802)	(67.405)
Gastos com informática e comunicação	(60.385)	(46.499)
Gastos com manutenção e limpeza	(17.929)	(20.157)
Gastos com materiais e propaganda na prestação de serviços	(39.090)	(25.623)
Outras receitas/(despesas) operacionais	27.473	(19.680)
Ganho/perda na baixa de imobilizado/intangível	(1.976)	(17.183)
Gastos com assessoria, consultoria e auditoria	(11.467)	(14.970)
Representantes comerciais	(2.131)	(2.009)
Gastos com locomoção	(6.661)	(1.837)
Reversão e provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	470	(722)
Equivalência patrimonial	–	32
Provisão para devedores duvidosos	(19.461)	6.714
Total	(554.930)	(511.292)
Classificadas como:		
Despesas com pessoal	(199.204)	(163.216)
Custo dos serviços prestados	(165.794)	(152.457)
Depreciação e amortização	(66.802)	(67.405)
Outras despesas gerais e administrativas	(68.597)	(65.892)
Assessoria e representação	(66.018)	(62.416)
Despesas comerciais	(18.111)	(11.420)
Equivalência patrimonial	–	32
Outras receitas operacionais, líquidas	29.596	11.482
Total	(554.930)	(511.292)

24. Resultado Financeiro:	2022	2021
Receitas financeiras:		
Juros recebidos de clientes e estabelecimentos	143.959	150.754
Ganhos monetários sobre obrigações	51.321	37.238
Outras receitas financeiras	19.910	31.298
Ganhos com variações monetárias	3.206	2.672
Juros sobre operação de mútuo	199	67
Total	218.595	222.029
Despesas financeiras:		
Descontos concedidos e outros incentivos	(83.752)	(60.449)
Despesas bancárias	(19.453)	(9.036)
Outras despesas financeiras	(3.883)	(6.109)
Juros sobre passivo de arrendamento	(2.153)	(1.845)
Juros sobre benefícios a funcionários	(1.474)	(1.666)
Total	(110.715)	(79.105)

25. Lucro Líquido por Lote de Mil Ações do Capital Social: Conforme descrito na nota explicativa nº 21, a Companhia possui apenas ações ordinárias. A Companhia não possui instrumentos conversíveis em ações ou com característica de patrimônio líquido, portanto o lucro diluído por ação é igual ao lucro básico por ação. O lucro por ação, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 41 - Resultado por Ação, está demonstrado a seguir:

	2022	2021
Lucro líquido	285.739	262.891
Média ponderada de ações ordinárias (em milhares) utilizadas na apuração do lucro básico e diluído por ação	34.684	34.684
Lucro por ação - básico e diluído - R$	8,24	7,58

26. Instrumentos Financeiros: a) Considerações gerais: A Companhia contrata operações financeiras envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades operacionais e financeiras. Os instrumentos financeiros estão basicamente representados por aplicações financeiras, empréstimos a pagar e operações de *"swap"* contratadas pela Companhia. A Administração e gestão desses instrumentos financeiros são realizadas por meio de políticas, definição de estratégias e estabelecimento de sistemas de controle, devidamente monitorados pela Administração, visando maximizar a rentabilidade do negócio para o acionista, bem como estabelecer o equilíbrio entre capital de terceiros e capital próprio. As políticas de aplicações financeiras e empréstimos a pagar estabelecidas pela Administração da Companhia elegem as instituições financeiras com as quais as operações podem ser realizadas, além de definir limites quanto aos valores a serem aplicados em cada uma delas. **b) Valor de mercado de instrumentos financeiros:** Os valores contábeis dos instrumentos financeiros da Companhia refletem substancialmente os seus valores de mercado. Os valores justos desses instrumentos financeiros, no caso aplicações financeiras, foram obtidos mediante cálculo do seu valor presente, considerando taxas e juros praticados atualmente no mercado para operações de prazo e risco similares. **c) Risco de crédito:** A política de venda e de prestação de serviços da Companhia está associada ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis e a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas por segmento de negócios e limites individuais de posição, são procedimentos adotados para minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber. O resultado dessa gestão está refletido na rubrica "Provisão para créditos de liquidação duvidosa". A Companhia tem política específica definindo as diretrizes e os procedimentos de análise de risco para o processo de credenciamento e manutenção de estabelecimentos. Nesse processo estão envolvidos os riscos relacionados a fraudes. **d) Risco de liquidez:** A Companhia gerencia o risco de liquidez, sendo os investimentos efetuados em instituições financeiras de primeira linha e mantendo saldos de caixa e aplicações financeiras suficientes para honrar seus compromissos. **e) Risco cambial:** A Companhia não está direta e significativamente exposta ao risco cambial, pois todos os seus ativos e passivos são denominados em reais (R$). **f) Risco operacional:** A Companhia possui um ambiente de controles internos desenhado para suportar a natureza, o risco e a complexidade de suas operações, com base em políticas e procedimentos formalizados e divulgados a toda a Companhia, bem como áreas dedicadas e ferramentas específicas de monitoramento de riscos. Os planos para contingência estão formalizados pela Administração, o que permitiria à Companhia recuperar seus níveis de operação em caso de manifestações de riscos operacionais, tais como interrupções no fornecimento de energia ou nos sistemas de telecomunicações da rede de captura e processamento da Companhia. A Companhia possui uma equipe especializada e utiliza sistemas antifraude para o monitoramento de transações (monetárias ou não) efetuadas com cartões. Tais ferramentas apontam e identificam transações suspeitas de fraude no momento da autorização e consultas suspeitas nos cartões, enviando alertas à equipe de prevenção à fraude, para que esta contate o portador do cartão. **g) Gerenciamento do risco de taxa de juros:** A Companhia está sujeita a risco de mudanças nas taxas de CDI; dessa forma, há riscos de mudanças nas taxas de CDI a serem medidos pela análise de sensibilidade, considerando que a Companhia está única e exclusivamente exposta à variação do CDI nos contratos de *"swap"*. **(i) *"hedge"* de fluxo de caixa:** Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, a Companhia possui estrutura de *"hedge"* contábil de fluxo de caixa, com o objetivo de proteger e conter a volatilidade das aplicações financeiras em CDB´s que possuem taxas de juros indexadas ao percentual do CDI e, através da estrutura de *"hedge"* contábil, visa obter a previsibilidade do seu fluxo de caixa ao contratar operações de *"swaps"* que resultam em troca de rentabilidade CDI por uma taxa prefixada, o que caracteriza o *"hedge"* de fluxo de caixa. Para estruturar a operação a Companhia contratou instrumentos financeiros derivativos de *"swap"*, conforme demonstrado abaixo:

Contraparte	Vencimento	Valor referencial	Instrumento de *"hedge"*	Juros ao ano contraparte	Diferencial a pagar	Efetividade
Operações iniciadas:						
Société Générale	25/10/2024	200.000	CDI x Pré	10,52%	(10.052)	100%
Itaú	22/07/2025	200.000	CDI x Pré	10,26%	(12.423)	100%
Itaú	22/03/2027	55.000	CDI x Pré	11,83%	(2.068)	100%
Itaú	05/12/2023	200.000	CDI x Pré	10,29%	35.935	100%
		655.000			11.392	
Operações negociadas:						
Société Générale	15/03/2027	200.000	CDI x Pré	10,10%	(11.433)	100%
HSBC	15/03/2027	130.000	CDI x Pré	11,43%	(2.343)	100%
		330.000			(13.776)	
		985.000			(2.384)	

A parcela efetiva da marcação a mercado no exercício dos instrumentos financeiros derivativos classificados como *"hedge"* contábil de fluxo de caixa, no montante de R$26.451 (R$ 2.877 em 31 de dezembro de 2021), líquido do efeito tributário, foi reconhecida diretamente no patrimônio líquido, especificamente na rubrica "Outros resultados abrangentes". (ii) Valor de mercado: Os *"swaps"* foram considerados de nível 2 para o cálculo do seu valor justo, mensurado com base nos preços cotados em mercado ativo para ativos ou passivos similares ou baseado em outro método de valorização, principalmente o método de "fluxo de caixa descontado", nos quais todos os inputs significativos são baseados em dados observáveis do mercado. (iii) Análise de sensibilidade suplementar sobre os instrumentos financeiros: A Companhia apresenta, a seguir, as informações suplementares sobre seus instrumentos financeiros, que são requeridas pela Instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, especificamente sobre a análise de sensibilidade complementar à requerida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. Na elaboração dessa análise, a Companhia adotou as seguintes premissas: • Identificação dos riscos de mercado que podem gerar prejuízos materiais à Companhia. • Definição de um cenário provável do comportamento de risco (Cenário Ié • Definição de dois cenários adicionais com deterioração de, pelo menos, 25% e 50% na variação de risco considerada (Cenário II e Cenário III, respectivamente). **Apresentação do impacto dos cenários definidos no valor justo dos instrumentos financeiros:**

	Risco	Exposição	Efeito - Receita (Despesa) Provável (I)	Possível (II)	Remoto (III)
Aplicações financeiras sem contratação de *"swap"*	Queda do CDI	781.575	106.685	80.014	53.342

Os resultados à luz das paridades consideradas e as exposições máximas em relação ao cenário provável seriam: (i) no cenário possível, perda adicional de R$26.671; e (ii) no cenário remoto, perda adicional de R$53.342. (iv) Avaliação da eficácia das estratégias de *"hedge"*: Para avaliar a eficácia e medir a ineficácia das estratégias, a Companhia segue o CPC 48, que exige que o teste de efetividade seja efetuado no início (teste prospectivo) da estrutura de *"hedge"*, e repetido periodicamente (teste prospectivo e retrospectivo) para demonstrar que a relação de *"hedge"* permanece efetiva. a) Teste prospectivo: segundo a norma, o teste prospectivo deve ser feito na data de início ("inception") e trimestralmente para demonstrar que a expectativa em relação à efetividade da relação de *"hedge"* é alta. a.1) O teste prospectivo inicial (no "inception"): restringe-se a uma revisão qualitativa dos termos críticos e condições do instrumento e do objeto de *"hedge"*, para uma conclusão de que mudanças no valor de mercado de ambos os instrumentos são esperadas para se anularem completamente. a.2) O teste periódico prospectivo: periodicamente será computada a sensibilidade do valor presente do objeto de *"hedge"* e do instrumento de *"hedge"* a uma variação paralela na curva de taxa de juros. b) Teste retrospectivo: o teste retrospectivo de efetividade será conduzido por meio da comparação da variação do "market to Market" ("mtm") do instrumento de *"hedge"* desde a data início com a variação do mtm do objeto de *"hedge'* desde o início. Todos os *"hedges"* mostraram-se efetivos quando da aplicação dos referidos testes. **h) Instrumentos financeiros:** Os valores apresentados como ativos e passivos financeiros são assim demonstrados:

	2022	2021
Ativos financeiros:		
Caixa e equivalentes de caixa	787.475	205.813
Aplicações Financeiras	655.000	715.000
Contas a receber	1.738.871	1.667.004
Derivativos a receber	–	192.518
Outros créditos com partes relacionadas	14.738	9.100
Total	3.196.084	2.789.435
Passivos financeiros:		
Fornecedores	(43.576)	(28.385)
Afiliados a pagar	(2.125.189)	(1.747.715)
Reembolsos a efetuar	(696.471)	(818.408)
Outras contas a pagar com partes relacionadas	(4.834)	(5.076)
Contas a pagar por aquisição de empresa	(3.568)	(4.584)
Outras contas a pagar	(64.280)	(26.685)
Derivativos a pagar	(2.384)	–
Total	(2.940.302)	(2.630.853)

27. Transações que não Afetam Caixa: As movimentações patrimoniais que não afetaram os fluxos de caixa da Companhia são como segue:

	2022	2021
Dividendos obrigatórios	–	62.437

Diretoria

Felipe Carneiro Gonçalves Gomes - Diretor Geral

Viviane Pampin Rodriguez - Diretora Financeira

Contadora

Adriana Rodrigues Chaves - CRC-1SP 260030/O-0

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas da **Ticket Serviços S.A. - Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Ticket Serviços S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ticket Serviços S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Al m disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras, ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2023

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609 /O-8
Carlos Claro
Contador
CRC nº 1 SP 236588/O-4

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001. A autenticidade pode ser conferida ao lado

ICP Brasil

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 03/03/2023

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de **Publicações Legais** no portal do **Jornal O Dia SP**. Acesse também através do link: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 5D1F-0811-5E89-684A.

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 5D1F-0811-5E89-684A.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/5D1F-0811-5E89-684A ou vá até o site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 5D1F-0811-5E89-684A

Hash do Documento

5890E6C9CC10545BE4C2CC3E21159F2D50649DA28BF1A66694160417559F3EED

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 03/03/2023 é(são) :

- ☑ Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira (Signatário - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI) - 091.260.448-46 em 03/03/2023 02:18 UTC-03:00
  Tipo: Certificado Digital - AZ EDITORES DE JORNAIS, LIVROS, REVISTAS LTDA - 64.186.877/0001-00

LOGICTEL S/A

CNPJ nº 03.430.070/0001-78 – NIRE nº 35.300.173.767

Assembleia Geral Ordinária

Edital de Convocação

Convocamos os acionistas a se reunirem na sede, Rua da Bica, 234 - Freguesia do Ó, SP, no dia **31 de Março de 2023**, as 10:00 horas, para deliberarem a seguinte Ordem do Dia: **a)** Exame e discussão do Balanço Patrimonial e Demonstrações Financeiras do exercício social encerrado em 31 de Dezembro de 2022 e destinação do Lucro do Período; **b)** Distribuição de Dividendos; **c)** Análise e discussão da reserva de retenção de lucros, conforme proposta de orçamento da Diretoria da Companhia e **d)** Eleição da diretoria e fixação de honorários. Encontra-se a disposição dos Srs acionistas documentos referente ao artigo 133 da Lei 6.404/76.

São Paulo, 28 de Fevereiro de 2023.

aa. **Geraldo A O Marques** - Diretor Presidente

BNT S.A.

CNPJ/ME nº 60.780.038/0001-56 – NIRE 35.300.021.436

Edital de Convocação – Assembleia Geral Ordinária

Ficam os acionistas da BNT S.A. (a "Companhia") convocados a se reunirem presencialmente em Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se no dia 31 de março de 2023, às 10:00 horas, na sede social da Companhia, situada na Capital do Estado de São Paulo, na Rua Estados Unidos, nº 445, sala 1, Jardim América, CEP 01427-000, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: (i) análise, discussão e votação do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2022; (ii) destinação do resultado do exercício. **Documentos à Disposição:** Acham-se à disposição dos acionistas, na sede social da Companhia, os documentos a que se refere o art. 133 da Lei nº 6404/76, relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022. São Paulo, 28 de fevereiro de 2023. **Rodrigo Jabra** – Diretor Presidente. (01, 02 e 03/03/2023)

Berg-Steel S.A
Fábrica Brasileira de Ferramentas

C.N.P.J. Nº 44.209.294/0001-31 - NIRE Nº 353.000.27132

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária

Convocamos os acionistas da Berg-Steel S/A Fábrica Brasileira de Ferramentas, sediada na rua Princesa Izabel, nº 71, na cidade de Araras/SP, a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária (AGO), que será realizada em 17/03/2023, às 10 horas, na sede da Companhia, a fim de deliberarem: **(i)** exame, discussão e votação do relatório da administração, demonstrações financeiras e conta da administração relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2022; **(ii)** destinação do lucro líquido do exercício e distribuição de dividendos; **(iii)** eleição dos membros do Conselho de Administração; **(iv)** definição da remuneração global dos administradores da Companhia; **(v)** deliberação sobre a instalação do Conselho Fiscal, eleição e remuneração global dos seus membros; **(vi)** outros assuntos de interesse social. Estão à disposição dos acionistas, na sede da Companhia, as cópias dos documentos elencados no artigo 133 da Lei nº 6.404/1976. Talitha Baggio Chiarotti - Presidente do Conselho de Administração. (01,02,03)

Casa de Saúde Santa Rita S.A.

CNPJ nº 60.882.289/0001-41 - NIRE nº 35300059361

Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas

Ficam convocados os acionistas de **Casa de Saúde Santa Rita S.A.** ("**Companhia**") para se reunirem no dia 13 de março de 2023, às 14:30 horas, em assembleia geral extraordinária **A Ser Realizada Na Sede Da Companhia** ("**Assembleia**"), a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: a exclusão do artigo 7º do estatuto social da Companhia, com a consequente alteração e consolidação do estatuto social. **Instruções aos Participantes:** Para participar da Assembleia, os senhores acionistas deverão apresentar originais ou cópias autenticadas dos seguintes documentos: (i) documento hábil de identidade do acionista ou de seu representante; (ii) instrumento de procuração, devidamente regularizado na forma da lei, na hipótese de representação do acionista; ou (iii) se representado por seu inventariante, também a certidão de nomeação de inventariante atualizada. Para fins de melhor organização da Assembleia, a Companhia recomenda que cópia autenticada dos documentos acima seja encaminhada para o endereço eletrônico diretoria@hospitalsantarita.com.br ou protocolada na sede da Companhia, em qualquer caso com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas da realização da Assembleia para validação. São Paulo, 2 de março de 2023. Carlos Eduardo Lichtenberger - Diretor Presidente.

SAN GIOVANNI PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF nº 20.845.448/0001-13 - NIRE 35.300.542.681

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 31 DE JANEIRO DE 2023

DATA, HORA E LOCAL: Em 31 de janeiro de 2023, às 10:30 horas, na sede social da Companhia, localizada na Rua Geraldo Flausino Gomes, nº 61, 14º andar, sala 7, Edifício Panambi, Brooklin, CEP 04575-060, São Paulo, Estado de São Paulo. **CONVOCAÇÃO E PRESENÇA**: Dispensadas as formalidades de convocação tendo em vista a presença dos acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas, nos termos do artigo 124, § 4º da Lei 6.404/76. **MESA:** Presidente: João Guilherme Sabino Ometto; Secretário: Jorge Paulo Cesar da Silva. **ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre o pagamento de juros sobre capital próprio ("JCP"). **DELIBERAÇÕES:** Dando início aos trabalhos, foram lidas e discutidas as matérias constantes da Ordem do Dia, tendo sido aprovado, sem ressalvas ou restrições o pagamento de JCP aos acionistas da Companhia apurados com base no balanço levantado em 31 de dezembro de 2022, nos termos § único do artigo 21 do Estatuto Social, no valor total global bruto de R$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais). O montante de JCP será pago aos acionistas até dia 28.02.2023, sem atualização monetária, e será deduzido dos dividendos do exercício social em curso. Os diretores da Companhia ficam desde já autorizados a praticarem todos os atos necessários à efetivação da deliberação ora aprovada. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, deu o Presidente por encerrada a Assembleia, lavrando-se a presente ata, a qual, depois de lida e achada conforme, foi aprovada em todos os seus termos, sendo assinada e rubricada em todas as suas folhas pelos membros da mesa e assinada por todos os presentes. Mesa: Presidente: João Guilherme Sabino Ometto, Secretário: Jorge Paulo Cesar da Silva, Acionistas presentes: João Guilherme Sabino Ometto, Giovanna Mirone Ometto, Adriana Mirone Ometto, José Carlos Mirone Ometto, Daniela Ometto Ribeiro, Guilherme Fontes Ribeiro. *A presente Ata é cópia fiel da original lavrada em livro próprio.* São Paulo, 31 de janeiro de 2023. **Mesa:** João Guilherme Sabino Ometto **- Presidente,** Jorge Paulo Cesar da Silva - **Secretário**. JUCESP nº 85.738/23-2 em 27.02.2023. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

RUMO MALHA PAULISTA S.A.

CNPJ/MF n° 02.502.844/0001-66 - NIRE 35.300.155.181

Companhia Aberta - Categoria "B"

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

REALIZADA EM 05 DE JULHO DE 2022

1. Local, data e hora: Realizada às 18h30min do dia 05 de julho de 2022, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 4.100, 3º andar, sala 03, Itaim Bibi, CEP 04538-132, São Paulo/SP ("Companhia"). **2. Mesa:** Daniel Rockenbach, Presidente; Fattyma Blum Gonçalves, Secretária. **3. Presenças:** Os conselheiros da Companhia indicados no item 6 da presente ata. **4. Convocação:** Dispensada em razão da presença da totalidade dos conselheiros da Companhia. **5. Deliberações tomadas por unanimidade dos presentes: 5.1.** Nos termos do artigo 22, alínea "o" do Estatuto Social da Companhia, e nos termos do Anexo 5.1 desta ata, aprovar a aquisição de crédito(s) precatório(s), nos termos do Anexo 5.1, desta ata, que, em razão de sua confidencialidade, permanecerá arquivado na sede da Companhia. **5.1.1.** Autorizar a Diretoria da Companhia a praticar os atos necessários à aquisição de crédito(s) precatório(s), até o valor de R$ 360.000.000,00 (trezentos e sessenta milhões de reais), observando-se ainda os requisitos acima elencados. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi a presente ata lavrada, lida, achada conforme, e assinada por todos os Conselheiros. *(Ass.:) Daniel Rockenbach, Presidente; Fernanda Verzenhassi Sacchi e Julio Cesar da Silva Julio - Conselheiros.* Certifico que a presente ata confere com a original lavrada em livro próprio. São Paulo, 05 de julho de 2022. Fattyma Blum Gonçalves - OAB/PR 84.949 - Secretária e Advogada. **JUCESP:** nº 380.988/22-7 em 27/07/2022. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Companhia Província de Securitização

CNPJ/ME nº 04.200.649/0001-07 - NIRE 35300546547

Edital de Segunda Convocação de Assembleia Especial de Investidores dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 1ª Série da 1ª Emissão da Companhia Província de Securitização

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 1ª Série da 1ª Emissão da Companhia Província de Securitização ("Titulares dos CRA", "Emissora" e "Emissão", respectivamente), a **Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.**, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 36.113.876/0004-34 ("Agente Fiduciário"), e os representantes da Emissora, em consoante ao disposto na cláusula 7.2.3.2 do termo de securitização da Emissão ("Termo de Securitização"), a se reunirem em assembleia especial de investidores da Emissão ("AEI"), a ser realizada, em segunda convocação, aos **09 de março de 2023, às 15h30min,** de forma exclusivamente digital, nos termos da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM nº 60" e "CVM", respectivamente), através de videoconferência, via plataforma Microsoft Teams (vide informações gerais abaixo), para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) decretar ou não o vencimento antecipado da *Cédula de Produto Rural com Liquidação Financeira,* emitida em 28 de junho de 2027 ("CPR-F") e, consequentemente, dos CRA, nos termos da cláusula 7.2, item (i) da CPR-F, em razão do descumprimento parcial de obrigação não pecuniária prevista na cláusula 10.2 (xix), item (a) do mesmo instrumento, tendo em vista que a Emissora recebeu as informações financeiras apenas no dia 10 de outubro de 2022, portanto, fora do prazo estabelecido de 60 (sessenta) dias corridos contados do término do semestre referente a cada exercício social, restando pendente também as assinaturas do contador e do diretor responsável pelo Balancete entregue; (ii) caso aprovado o item (i) acima e seja deliberado pelo não vencimento antecipado da CPR-F e, consequentemente, dos CRA, aprovar a concessão de prazo suplementar até o dia **01 de março de 2023,** para que o Devedor regularize as assinaturas pendentes no Balancete, cumprindo assim, integralmente, a obrigação prevista na cláusula 10.2 (xix), item (a) da CPR-F; (iii) decretar ou não o vencimento antecipado da CPR-F e, consequentemente, dos CRA, nos termos da cláusula 7.2, item (i) da CPR-F, em razão da não apresentação do Relatório de Auditoria conforme previsto na cláusula 10.2, item (xxvii) da CPR-F; (iv) caso aprovado o item (iii) acima e seja deliberado pelo não vencimento antecipado da CPR-F e, consequentemente, dos CRA, aprovar a prorrogação do prazo de entrega do Relatório de Auditoria para o dia **31 de dezembro de 2023;** Fica consignado que, em razão dos descumprimentos noticiados acima, será incluída a obrigação do Devedor realizar um pagamento a título de *waiver fee* no dia 28 de junho de 2023 ("Data de Pagamento da próxima PMT"), em porcentagem a ser definida durante a realização da AEI e na hipótese de inadimplemento do pagamento pelo Devedor será concedido um prazo de cura de **até 30 dias corridos** após a Data de Pagamento da próxima PMT, para regularização do pagamento. Escoado o prazo de cura sem a devida regularização, será convocada uma nova AEI para deliberar sobre o vencimento antecipado ou não da CPR-F; (v) Aprovar a inclusão da seguinte cláusula no Instrumento Particular de Contrato de Alienação Fiduciária de Bens Imóveis em Garantia e Outras Avenças, de forma a prever a possibilidade de celebração, em caráter excludente, de penhor de safra em safras produzidas nas matrículas outorgadas em garantia perante o CRA: "5.2. Enquanto todas as obrigações garantidas não forem integralmente satisfeitas, os Fiduciantes jamais poderão vender os Bens Imóveis Alienados Fiduciariamente, ou de qualquer outra forma aliená-los, prometê-los ou cedê-los em favor de quaisquer terceiros interessados na aquisição dos Bens Imóveis Alienados Fiduciariamente. Ainda, os Fiduciantes não poderão instituir qualquer espécie de ônus ou gravame sobre os bens móveis pertencentes aos Bens Imóveis Alienados Fiduciariamente, incluindo, mas não se limitando, o penhor de safras, sem a prévia e expressa anuência do Credor. Eventual penhor de safras poderá ser autorizado com a prévia e expressa autorização do Credor, sem a necessidade de convocação de Assembleia de Titulares de CRA, desde que (i) o Devedor esteja adimplente com todas as Obrigações Garantidas, (ii) o penhor de safra pretendido não tenha duração maior do que 12 (doze) meses.". (vi) autorizar a Emissora e o Agente Fiduciário a praticarem todos os atos necessários e/ou convenientes ao aperfeiçoamento, efetivação, formalização e implementação dos itens acima, se aprovados. Os termos iniciados por letras maiúsculas não definidos nesta convocação terão os significados a eles atribuídos nos Documentos da Operação. **Informações Gerais:** O material de apoio necessário para embasar as deliberações dos Titulares dos CRA da Emissão está disponível (i) na página da Emissora na rede mundial de computadores - Internet (http://provinciasecuritizadora.com.br/). As procurações e/ou boletins de voto a distância, conforme aplicáveis, deverão ser enviados acompanhados de cópia: (i) da totalidade dos documentos que comprovem a representação do Titular dos CRA, incluindo mas não se limitando a contratos e/ou estatutos sociais, regulamentos, atas e procurações; e (ii) do documento de identificação dos signatários, em até 02 (dois) dias úteis antes da realização da AEI, para os correios eletrônicos assembleias@provinciasecuritizadora.com.br e af.assembleias@oliveiratrust.com.br. Nos termos do artigo 31 da Resolução CVM nº 60, somente podem votar na assembleia especial os investidores detentores de títulos de securitização na data da convocação da assembleia. São Paulo, 01 de março de 2023. **Companhia Província de Securitização -** Roberto Saka - Diretor de Securitização e de Relação com Investidores.

Casa de Saúde Santa Rita S/A

CNPJ/MF 60.882.289/0001-41

Demonstrações Financeiras - Exercícios Findos em 31/12/2022 (em milhares de reais)

Relatório da Diretoria: Senhores Acionistas, Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos a V.Sas., as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2022 e que serão submetidas à Assembléia Geral. Permanecemos à disposição de V.Sas. para eventuais esclarecimentos que se fizerem necessários. São Paulo, 23 de fevereiro de 2023.

Balanço Patrimonial	2022	2021
Ativo/Ativo Circulante	**15.349**	**34.859**
Disponível	**2.797**	**5.032**
Bancos - aplicações financeiras	2.797	5.032
Creditos	**12.552**	**29.827**
Duplicatas a receber	10.573	27.012
(–) Prov. p/dev. duvidosos	–	–
Impostos a Recuperar	–	94
Outros créditos	1.979	2.721
Ativo não Circulante	**69.551**	**17.468**
Realizavel a Longo Prazo	**82**	**82**
Depósito judiciais	**82**	**82**
Investimentos	**278**	**278**
Imobilizado	**69.191**	**17.108**
Imobilizado	92.788	39.744
(–) Depreciação acumulada	(23.597)	(22.636)
Total do Ativo	**84.900**	**52.327**

Balanço Patrimonial	2022	2021
Passivo/Passivo Circulante	**107.046**	**40.655**
Obrigações com Terceiros	**107.046**	**40.655**
Fornecedores	11.176	3.373
Obrigações Trab. e Tributárias	70.553	19.254
Empréstimos bancários	25.317	18.028
Exigivel a Longo Prazo	**–**	**11.720**
Refis e INSS a pagar	–	11.720
Patrimônio Liquido	**(22.146)**	**(48)**
Capital Social	5.970	5.970
Reserva de lucros	5.616	5.616
Lucros acumulados	(67.034)	(16.387)
Ajuste patrimonial	59.960	8.223
Resultado do exercicio	(26.658)	(3.470)
Total do Passivo	**84.900**	**52.327**

Demonstração dos Resultados	2022	2021
Receitas Operacional	**78.304**	**79.008**
Prestação de serviços	78.304	79.008
Valores recuperadas	–	138
(–) Serviços cancelados	(255)	–
(–) Impostos	(4.408)	(4.880)
(–) Custos dos Serv. Prestados	(70.812)	(67.060)
Lucro Operacional Bruto	**2.829**	**7.206**
(–) Despesas Operacionais	**(19.360)**	**(8.535)**
Despesas Administrativas	(13.510)	(7.180)
Impostos, taxas e Contrib.	(5.850)	(1.355)
Lucro Liquido Operacional	**(16.531)**	**(1.329)**
Receitas (–) despesas Financeiras	**(10.127)**	**(2.141)**
Receitas Financeiras	171	63
Receitas Diversas	342	356
(–) despesas financeiras	(10.640)	(2.560)
Resultado antes dos Impostos	**(26.658)**	**(3.470)**
(–) IRPJ	–	–
(–) Contrib.Social	–	–
Resultado Líquido do Exercicio	**(26.658)**	**(3.470)**
Lucro/Prejuizo liquido por ação	(0,3331)	(0,0434)

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Método Indireto		
Atividades operacionais	2022	2021
Lucro (-prejuizo) Liquido do exercicio	(26.658,00)	(3.470,00)
Despesas (receitas) que não afetam as disponibilidades		
Depreciação	957,00	957,00
Resultado de participação em coligadas e controladas	0,00	0,00
Variação de Ativos e Obrigações	71.948,00	(3.809,00)
Diminuição (aumento) das demais contas do ativo	17.278,00	(4.676,00)
Aumento (diminuição) das obrigações do passivo	54.670,00	867,00
Caixa liquido gerado nas atividades operacionais	46.247,00	(6.322,00)
Atividades de investimentos		
Aumento (diminuição) do ativo permanente	(53.044,00)	1.494,00
Aumento (diminuição) investimentos	–	(713,00)
Atividades de financiamentos	–	–
Dividendos	–	–
Ajustes do período	(4.562,00)	–
Integralização de capital		
Aumento (Redução) das disponibilidades	(2.235,00)	(7.103,00)
Modificação na posição financeira		
Inicio do exercicio	5.032,00	12.135,00
Final do exercicio	2.797,00	5.032,00
Aumento (Redução) das disponibilidades	(2.235,00)	(7.103,00)

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Histórico	Capital Social	Reservas de Lucros	Reserva Legal	Lucros Acumulados	Ajuste Patrimonial	Resultado do Exercício	Total
Saldo em 31.12.2021	**5.970.800,00**	**3.767.821,20**	**1.849.144,50**	**(16.388.291,80)**	**8.223.024,56**	**(3.470.771,29)**	**(48.272,83)**
Transf. do resultado	–	–	–	(3.470.771,29)	–	3.470.771,29	–
Ajustes do exercício	–	–	–	(47.175.423,57)	51.737.471,53	–	4.562.047,96
Prejuizo exer/2022	–	–	–	–	–	(26.658.843,28)	(26.658.843,28)
Saldo em 31.12.2022	**5.970.800,00**	**3.767.821,20**	**1.849.144,50**	**(67.034.486,66)**	**59.960.496,09**	**(26.658.843,28)**	**(22.145.068,15)**

Notas Explicativas: Às Demonstrações Contábeis Encerradas em 31 de Dezembro de 2022: **1 - Práticas Contábeis:** O Resultado é Apurado pelo Regime de Competência de Exercício. **2 - Ativo Circulante:** Demonstrado pelos Valores de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, rendimentos auferidos até a data do Balanço. **3 - Investimento na Coligada:** Com a Participação de 50% na empresa Santa Rita Imedi Medicina Diagnóstica Ltda. CNPJ 06.122.405/0001-89. **4 - Ativo Imobilizado:** Demonstrado ao custo, corrigido monetariamente até 31 de Dezembro de 1995 - Conf. Lei. **5 - Capital Social:** É de R$ 5.970.800,00 representado em 80.020.000 ações Ordinárias Nominativas, sem valor nominal.

A Diretoria — **Claudia Garcia Serrano -** Contador - CRC SP - 222275/O-8

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 24E4-A36C-1393-BFC9.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001. A autenticidade pode ser conferida ao lado

ICP Brasil

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 03/03/2023

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal O Dia SP. Acesse também através do link: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 24E4-A36C-1393-BFC9.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/24E4-A36C-1393-BFC9 ou vá até o site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 24E4-A36C-1393-BFC9

Hash do Documento

856E49BD5F0DD84B18BF8914CEEBAAB0F9C70FA795379CAFF30FCBAB23510BF1

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 03/03/2023 é(são) :

- ☑ Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira (Signatário - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI) - 091.260.448-46 em 03/03/2023 02:18 UTC-03:00
  Tipo: Certificado Digital - AZ EDITORES DE JORNAIS, LIVROS, REVISTAS LTDA - 64.186.877/0001-00